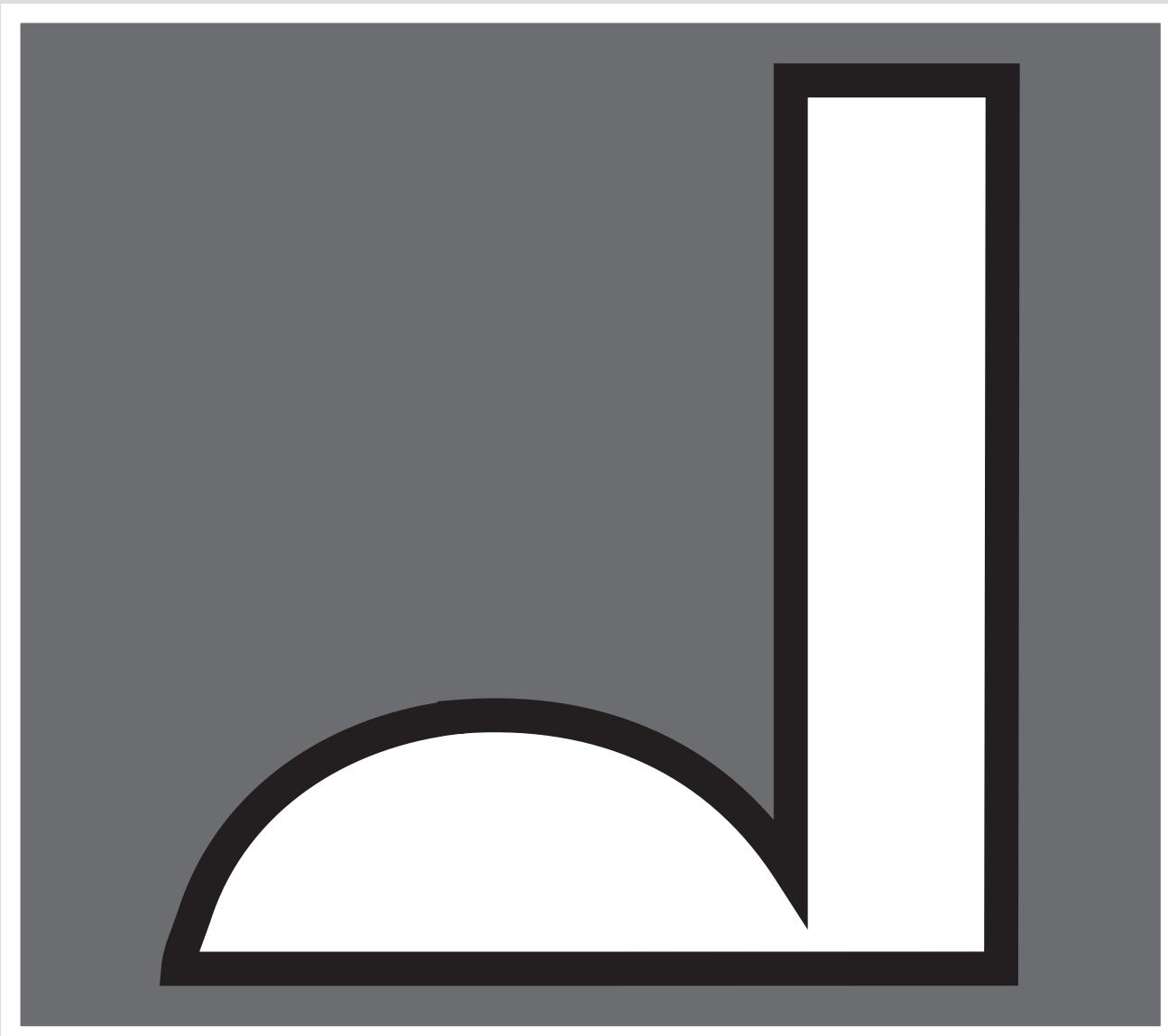




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 102 - QUINTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF
1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC	4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO
2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT	
1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB	Suplentes de Secretário
2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna	LÍDER Delcídio Amaral – PT	LÍDER José Jorge – PFL
VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾	VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral	VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino
LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna	VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro	VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾
VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT
VICE-LÍDER DO PDT (vago)	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
LÍDER DO PMR- 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 2006

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16 de junho de 2005, que outorga concessão a Fundação Ernesto Benedito de Camargo para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 85^a SESSÃO ESPECIAL, EM 21 DE JUNHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a reverenciar a memória de Leonel de Moura Brizola, pelo transcurso do segundo ano de seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 386, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores.

21064

1.2.1 – Oradores

Senador Cristovam Buarque.....	21064
Senador Pedro Simon.....	21068
O Sr. Presidente (Renan Calheiros).....	21072
Senador Leonel Pavan.....	21073
Senador Paulo Paim	21077
Senadora Heloísa Helena.....	21079
Senador Eduardo Suplicy	21080
Senadora Lúcia Vânia (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno).....	21081

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Prejudicialidade dos Requerimentos nºs 795, 798 e 799, de 2004.....	21082
---	-------

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 86^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE JUNHO DE 2006

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006 (nº 2.014/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, vai à promulgação.....

21084

Remessa a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Medida Provisória nº 298, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica; onde poderá receber emendas.

Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

21084

2.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 18, de 2006-CN (nº 928/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 865, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à Construção da Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais – PT nº 18544051537150031.....

21084

2.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera as Leis nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para restringir a venda de álcool etílico líquido e submetê-la à regulação das autoridades sanitárias.

21084

2.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 696, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao BESC – Banco do Estado de Santa Catarina por instalar nesta semana, as agências bancárias de Barra Bonita, Bandeirante e Santa Terezinha do Progresso, concluindo assim, sua cobertura em todos os 293 municípios do Estado.....

21086

Nº 697, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 17 do corrente, do humorista Cláudio Besserman Vianna, o Bussunda, fundador do grupo Casseta & Planeta.....

21086

Nº 698, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de congratulações para o escritor José Mindlin, pela sua eleição para a Academia Brasileira de Letras e pela doação do acervo de sua biblioteca pessoal para a Universidade de São Paulo – USP.....

21088

Nº 699, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Universidade Federal do Amazonas, pelo transcurso de seu 41º aniversário de criação.....

21089

Nº 700, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança pelo transcur-

so no dia 21 do corrente, do segundo aniversário de falecimento de Leonel Brizola.....	21089	a intenção de vetar o reajuste dos aposentados, aprovado pelo Congresso Nacional.....	21107
Nº 701, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos	21089	SENADORA IRIS ARAÚJO – Considerações sobre os Programas de transferência de rendas do governo federal.....	21108
Nº 702, de 2006, de autoria do Senador Gilvam Borges, solicitando licença para participar da Reunião Extraordinária de Parlamentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, Portugal, nos dias 10 e 11 de julho do corrente ano.....	21089	SENADOR ROMEU TUMA – Homenagem prestada à Senadora Lúcia Vânia na data de hoje, com aposição de seu retrato na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais. Participação de S.Exa. em solenidade no Palácio do Planalto voltada ao Programa Diga Sim a Vida, do desenhista Maurício de Souza e da Secretaria Nacional Antidrogas	21111
2.2.5 – Parecer		SENADOR RAMEZ TEBET – Apelo às autoridades brasileiras para que interceda em favor da Varig.....	21118
Nº 738, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 154, de 2006 (nº 380/2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Fernando de Pádua Fonseca para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.....	21090	2.2.7 – Ofícios do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	
2.2.6 – Discursos do Expediente		Nº 138/2006, de 21 do corrente, informando a designação de membros para compor a Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras....	21121
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Críticas à operação realizada pela Funai e pelo INCRA, com respaldo da Polícia Federal, chamada desintração dos moradores não-índios da reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, na qual participou como observador designado pelo Senado Federal. Participação de S.Exa., em missão pelo Senado Federal, em que acompanhou o Governador do Estado de Roraima à Venezuela para participar de acordos entre aquele estado e o Estado Venezuelano de Bolívar	21092	Nº 139/2006, de 21 do corrente, informando a eleição dos Senadores Romeu Tuma, para Presidente, e Flexa Ribeiro, para Vice-Presidente, da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras.....	21122
SENADOR CESAR BORGES – Reiteração do apoio do PFL à candidatura à Presidência da República do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, no encerramento da Convenção do PFL. Críticas à política econômica do atual governo. Atribuições ao governo federal à iminência de falência da Varig.....	21093	2.2.8 – Ofícios	
SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre a importância da VIII Semana Nacional Antidrogas..	21095	Nº 216/2006, de 21 do corrente, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias envolvendo a operação “sanguessuga” realizada pelo Polícia Federal.	21122
SENADOR ROBERTO SATURNINO – Comemoração da Semana do Migrante, nos dia 18 a 25 de junho do corrente.....	21095	Nº 550/2006, de 21 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias envolvendo a operação “sanguessuga” realizada pela Polícia Federal.....	21122
SENADOR SIBÁ MACHADO – Saudação à presença do Presidente do Incra no Estado do Acre para assinatura de convênios.....	21099	2.2.9 – Comunicação da Presidência	
SENADOR MARCOS GUERRA – Desafios do Plano de Desenvolvimento Estratégico Espírito Santo 2025, lançado pelo governador Paulo Hartung.	21099	Designação dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para integrem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 77, de 2006-CN, com a finalidade de apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.....	21122
SENADOR EFRAIM MORAIS – Esclarecimentos, como Presidente da CPI dos Bingos, sobre o trabalho executado por aquela comissão.	21101	2.3 – ORDEM DO DIA	
SENADOR RODOLPHO TOURINHO, como Líder – Insensibilidade do governo federal que tem		Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
		Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006),	

que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (dedução da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico; pagamento do salário-família ao segurado doméstico e ao avulso; e pagamento do seguro-desemprego). Aprovado com emendas , após Parecer nº 739, de 2006-PLEN , proferido pelo Sr. Edison Lobão (Relator Revisor). À Comissão Diretora para redação final.	21123	Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica. Apreciação sobrestada.	21144
Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (Parecer nº 740, de 2006-CDIR). Aprovada . À Câmara dos Deputados.....	21138	Item 6 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinqüenta e oito reais, para os fins que especifica. Apreciação sobrestada.	21144
Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinqüenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica. Apreciação sobrestada.	21143	Item 7 Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). Apreciação sobrestada.	21144
Item 3 (Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica. Apreciação sobrestada...	21143	Item 8 Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. Apreciação sobrestada.	21144
Item 4 (Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001. Apreciação sobrestada.	21143	Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000) Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória à programação constante da lei orçamentária anual. Apreciação sobrestada.	21144
Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do	21143	Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000) Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal. Apreciação sobrestada....	21144
		Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000) Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal. (Dispõe sobre	21144

plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais). Apreciação sobrestada.	21145	redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).
Item 12 Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).		Apreciação sobrestada. 21146
Item 13 Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).		Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida. Apreciação sobrestada. 21146
Apreciação sobrestada. 21145		Item 20
Item 14 Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB). Apreciação sobrestada.	21145	Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos. Apreciação sobrestada. 21146
Item 15 Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.		Item 21 Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação. Apreciação sobrestada. 21146
Apreciação sobrestada. 21145		Item 22
Item 16 Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências. Apreciação sobrestada.	21145	Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como Ano da Juventude. Apreciação sobrestada. 21146
Item 17 Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.		Item 23 Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que institui o Dia do Radialista. Apreciação sobrestada. 21146
Apreciação sobrestada. 21146		Item 24
Item 18 Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções). Apreciação sobrestada.	21146	Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus. Apreciação sobrestada. 21147
Item 19 Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova		Item 26 Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira. Apreciação sobrestada. 21147
		Item 27 Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002. Apreciação sobrestada. 21147
		Item 28 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)
		Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta

um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. Apreciação sobrestada.	21147	lações ao bibliófilo e escritor José Mindlin, por sua eleição à Academia Brasileira de Letras (ABL). ...	21149
Item 29 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)		SENADOR JOSÉ JORGE – Apelo pela aprovação do FUNDEB.	21160
Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).		SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Considerações sobre a Convenção Nacional do Partido da Frente Liberal (PFL), realizada hoje, no Senado Federal.....	21160
Apreciação sobrestada.	21147	SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Questionamentos sobre o trancamento da pauta do Senado Federal, em razão das Medidas Provisórias. Apelo em favor de uma revolução educacional no país e pela aprovação da PEC nº 9/2006, que cria o Fundeb.....	21164
Item 30		SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações sobre o anúncio da construção da ferrovia Nova Transnordestina. Críticas à postura do Presidente Lula e do Governador do Piauí, Wellington Dias.....	21166
Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências. Apreciação sobrestada.	21147	SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Mensagem de admiração e reverência ao grande vulto da política brasileira, Leonel de Moura Brizola.	21167
Item 31 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)		SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Registro dos itens da Agenda do presidente Lula, em visita ao Estado de Santa Catarina, no próximo final de semana.....	21169
Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal. Apreciação sobrestada.	21148	SENADOR VALDIR RAUPP – Preocupação com a crise sem precedentes por que passa o agro-negócio em todo o país, apesar do pacote agrícola anunciado pelo governo.	21170
Item 32		SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro da apresentação, no dia 15 último, dos vencedores do Prêmio Internacional de Alimentação, nos EUA, incluindo o nome de dois brasileiros: Alysson Paulinelli e Edson Lobato.....	21173
Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).	21148	SENADOR AMIR LANDO – Considerações a respeito de pacote de medidas do Pronaf.....	21175
Apreciação sobrestada.	21148	SENADOR MAGNO MALTA – Comentários sobre o relatório final da CPI dos Bingos, apresentado pelo Senador Garibaldi Alves Filho, Relator.	21179
2.3.1 – Leitura de Recurso		SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Registro da realização da Convenção Estadual do PCdoB, que pretende reestruturar suas forças e participar das discussões das políticas públicas do Tocantins.....	21184
Nº 10, de 2006, do Senador Almeida Lima, solicitando a apreciação pelo Plenário da Casa, de recurso contra decisão da Presidência do Senado Federal, que indeferiu o requerimento de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar fatos que envolvem o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em que se beneficia de dinheiro de origem não esclarecida, manipulado por Paulo Okamotto, já no exercício da Presidência da República.....	21148	2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Homenagem de pesar pelo falecimento do humorista Cláudio Besserman Vianna, “Bussunda”. Voto de congratulações ao bibliófilo e escritor José Mindlin, por sua eleição à Academia Brasileira de Letras (ABL). ...		SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários sobre o relatório anual de atividades 2005, divulgado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).	21186
SENADOR ALVARO DIAS – Comemoração pelos 54 anos de existência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. ..		SENADOR ALVARO DIAS – Comemoração pelos 54 anos de existência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. ..	21187
SENADOR VALMIR AMARAL – Comemoração, no próximo dia 23 de junho, do Dia Mundial do Desporto Olímpico.....		SENADOR VALMIR AMARAL – Comemoração, no próximo dia 23 de junho, do Dia Mundial do Desporto Olímpico.....	21188

SENADOR MARCOS GUERRA – Exaltação à diversificação de culturas, parte indispensável da estratégia de crescimento do agronegócio capixaba. Registro da matéria intitulada “ <i>Ajuste fiscal mais profundo ameaça gastos sociais</i> ”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 19 do corrente.	21189	<i>empresa de 30 funcionários</i> ”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 30 de maio último. .	21219
SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA – Registro de várias matérias e artigos publicados na imprensa nacional, destacando o episódio que culminou com a depredação da Câmara dos Deputados no último dia 6 de junho, promovida pelo MLST, liderada pelo ex-secretário de Mobilizações Populares da Executiva do Partido dos Trabalhadores, Bruno Maranhão. Comentário sobre a matéria intitulada “ <i>Retrato do Brasil</i> ”, publicada na revista Veja , edição de 14 do corrente.	21191	SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Considerações sobre a construção de um hospital universitário na Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT.	21221
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “ <i>Apesar de citado 50 vezes, assessor de Lula se livra na CPI</i> ”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 19 do corrente.	21202	2.3.4 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 22, com Ordem do Dia designada.	21222
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “ <i>Os vôos da reeleição</i> ”, publicada na revista Veja , edição de 21 do corrente. Registro da matéria intitulada “ <i>A festa vai acabar?</i> ” publicada na revista Exame , edição de 7 do corrente.	21203	2.4 – ENCERRAMENTO 3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 21-6-2006 4 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS N° 3, DE 2006	21223
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro do artigo intitulado “ <i>Etanol o mundo quer. O Brasil tem</i> ”, publicado na revista Exame , edição de 21 do corrente.	21208	5 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 10, de 2006.	21229
SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “ <i>Justiça decreta penhora dos bens de Genoíno e Delúbio</i> ”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 8 do corrente.	21215	6 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL Nºs 139 a 142, de 2006.	21231
SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “ <i>Liderança do MLST afirma que houve ajuda do PT</i> ”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 11 do corrente.	21216	7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 1.067 a 1.090, 1.092 e 1.093, de 2006.	21233
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “ <i>O mapa da mina</i> ”, de autoria do escritor Carlos Heitor Cony, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 13 do corrente.	21217	SENADO FEDERAL 8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA 9 – SECRETARIA DE COMISSÕES 10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 13 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR 14 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 15 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	21235
SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro da entrevista concedida pelo deputado federal Paulo Delgado ao jornal O Globo , edição de 14 de maio último.	21218	CONGRESSO NACIONAL 16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL 17 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 18 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 19 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI) 20 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	21237

Ata da 85^a Sessão Especial, em 21 de junho de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Jefferson Peres e Cristovam Buarque

(Inicia-se a sessão às 11 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a Sessão Especial do Senado Federal que, em atendimento a **Requerimento nº 386, de 2006**, do nobre Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, destina-se a homenagear o Sr. Leonel de Moura Brizola, pelo transcurso do segundo ano de seu falecimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Antes de iniciarmos o uso da tribuna, convido o Deputado Neiva Moreira, ex-Presidente e ex-Líder do PT, para compor a Mesa, com muita satisfação. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento desta homenagem.

Em seguida, usará da palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, caros convidados, Deputado Neiva Moreira, que, nesta Casa, representa muito mais do que a si próprio e ao Estado do Maranhão, representa uma parte importante da história do Brasil e, sobretudo, uma parte importante da luta do trabalhismo neste País.

Sr. Presidente, pediu-me o Senador Jefferson Péres que, além de falar como autor da convocação desta solenidade, falasse também em nome do PDT, o que muito me orgulha.

Cumprimento o nobre Manoel Dias, Secretário-Geral do PDT, cuja presença muito nos orgulha nesta Casa.

Há muitas maneiras de homenagear um homem público. Uma delas, claro, é lembrar sua vida, contar quem ele foi, como se formou, suas lutas. E sobre Brizola temos muito para mostrar, como homem público de uma vida exemplar. Há muito o que falar de Brizola, desde pequeno: de sua infância muito pobre no Rio Grande do Sul, de sua formação, de seus estudos esforçados, de seu papel como Prefeito, como Governador, como Deputado. Falar da vida do Brizola é uma maneira de homenageá-lo. Mas optei por outra

maneira. Optei não por falar da vida do Brizola, mas por homenageá-lo tentando refletir sobre a presença dele hoje no Brasil, sobre como seu pensamento está presente nas necessidades de reorientação do futuro do País.

Mais do que falar da vida do Brizola nesta terra, quero falar da presença dele no mundo político de hoje, como uma forma de preencher o vácuo político que vivemos hoje.

Brizola se caracterizou, na sua luta, não como o político que tenta arrumar jeitinhos para que o País continue funcionando. Ele se caracterizou como aquele que lutava por reformas que reorientassem o rumo do País. Hoje, há um vácuo na política brasileira na idéia de dobrar uma esquina no projeto histórico do Brasil. O neoliberalismo, modelo econômico, social e cultural perverso que temos hoje, modelo civilizatório composto destes três pontos, econômico, social e cultural, transformou os políticos em simples agentes dos marqueteiros, que dizem como falar, e das pesquisas de opinião pública, que determinam o que dizer.

Caro Manoel Dias, perdemos a visão do político como o líder de novos tempos, que Brizola representou ao lado de outros brasileiros. Hoje essa visão do político como líder está faltando, não existe. Cada político se transformou numa espécie de boneco que, de um lado, é programado para dizer o que a opinião pública deseja e, por outro, fala com as palavras que algum marqueteiro determinou.

A opinião pública reflete o instante. O povo tem uma perspectiva histórica – essa é a grande diferença. O povo não fala, silenciosamente, naquela voz calada que o líder capta, apenas das suas necessidades, das suas angústias do presente; o povo fala silenciosamente ao líder com a voz de quem deseja um futuro diferente.

E o Brizola propunha esse futuro diferente.

O Brizola o propôs na hora em que se rebelou contra as tentativas de golpe, defendendo a democracia. Ele se rebelou e propôs uma diferença, uma alternativa, quando defendeu e lutou pelas reformas de base. Ele propôs um Brasil diferente quando voltou do exílio e defendeu a democracia. Construiu um partido novo, mas com os mesmos sonhos do passado, que era o trabalhismo.

E hoje, neste vácuo, o que Brizola nos inspiraria se estivesse conosco fisicamente? Creio que, em primeiro lugar, ele inspiraria, Senadora Heloísa Helena, rebeldia. Ele inspiraria a não-aceitação do **status quo**. Ele se rebelaria contra uma maneira de fazer política que trata cada um de nós como apenas gerentes do presente e não como líderes para o futuro. Ele se rebelaria contra isso.

E que traria ele para o futuro? Creio que o primeiro ponto que ele traria seria consolidar a democracia. Ele se rebelaria contra todas as formas que vilipendiam o Congresso, pela edição de medidas provisórias e de intervenção do Poder Judiciário sobre o exercício do trabalho legislativo. Mas ele também se rebelaria, criticaria, como meio de defender a consolidação da democracia, o fim da corrupção que nós vemos em tantos gestos na política de hoje.

A democracia, para ser consolidada, na visão que o Brizola certamente traria, passaria pela luta contra a corrupção, pela independência dos Poderes. Mas tenho certeza de que ele não ficaria nisso. Ele analisaria com profundidade a necessidade das reformas sociais sem as quais a democracia, nem dura nem se justifica.

Hoje, o que estamos vendo é uma prática em que a democracia fica se preocupando basicamente com a podridão da superfície, sem entender a ferrugem no íntimo do processo social. Não basta limpar a superfície, acabando com a corrupção do comportamento de tantos políticos. É preciso desenferrujar as estruturas sociais do Brasil. Lamentavelmente, vemos uma preocupação quase que exclusiva com a podridão, sim, que precisa nos incomodar e que há na superfície, mas com pouca preocupação com essa ferrugem que há nas engrenagens do funcionamento da sociedade brasileira. A democracia, para sobreviver, exige que enfrentemos essa ferrugem. O primeiro ponto, depois da consolidação da democracia, como parte dessa consolidação, que estou certo de que Brizola traria seria a explicitação de que a nossa desigualdade ultrapassou o ponto e chegou ao *apartheid*.

No Brasil, não temos apenas uma desigualdade contínua de uns com menos, outros com mais; temos um corte entre os que estão dentro e os que estão fora do mínimo essencial para uma vida digna. Há, sim, um *apartheid* social.

O Brizola de hoje seria um Brizola próximo da visão do Mandela, de romper com as barreiras que separam os excluídos dos incluídos, os que têm acesso aos bens e serviços e os que não têm acesso aos bens e serviços. O Brizola de hoje seria o Brizola que traria uma proposta não apenas de reformas, mas da meta de fazer com que este País acabe com o *apartheid* social, acabe com a apartação.

Pelo que sempre falou de educação, ele provavelmente nos diria que o fim do *apartheid* social, que a derrubada dessa barreira que divide os brasileiros entre dois tipos, não viria, como se pensava até os anos 70, 80, com o crescimento econômico. Ele nos diria que a erradicação da pobreza não vem pelo aumento de empregos na indústria, que queremos, que precisamos, mas que não vai ser o suficiente para todos e não vai absorver as massas realmente pobres deste País.

Ele traria para nós certamente a idéia de que a consolidação da democracia, que exige a erradicação da pobreza, exige de nós a porta da educação como o instrumento de sair do atraso para a modernidade, da pobreza para a não pobreza, da exclusão para a inclusão. Não é mais o chão da fábrica que inclui o povo brasileiro na modernidade, mas a porta que temos que construir por meio da educação.

Ninguém tem dúvida de que Brizola hoje defendeira uma revolução na educação brasileira. Nessa revolução, certamente ele teria como princípio, como objetivo, a idéia de que toda criança brasileira teria que ter acesso ao essencial na sua educação. Creio que ele gostaria da expressão da Senadora Heloísa Helena quando S. Ex^a fala de adotar as crianças do Brasil da primeira à última série da educação, da primeira infância ao final da adolescência. Não há dúvida de que Brizola abraçaria essa idéia, mas ele abraçaria com clareza que, desde a creche, por meio da escola, a partir dos quatro anos até o final do ensino médio, teria que ser feito no tempo necessário para a formação da criança, e esse tempo é o horário integral nas escolas.

Não há como termos uma educação de qualidade, com as crianças ficando, como no Brasil, apenas duas – como muitas ficam – ou quatro horas na escola. As classes média e alta põem seus filhos na escola pelo período necessário: quatro horas na chamada escola e, depois, mais duas, três horas na ginástica, no judô, no inglês, no francês e no balé, num processo educacional completo, que dura seis horas por dia.

Mas há um esforço caríssimo do ponto de vista financeiro, pago pelas classes médias, com um esforço descomunal, com uma irracionalidade total, carregando os meninos de um lugar para outro, quando eles poderiam ter toda essa educação no mesmo local, como a idéia do Cieps, lançada por Brizola.

Creio que o Brizola hoje manteria para o Brasil o que ele sempre defendeu: a idéia de que temos que colocar nossas 160 mil escolas públicas em horário integral. Ele não prometeria o milagre de que isso aconteceria num ano, nem em dois, nem em três. Isso exigiria um processo de mais de um Governo. Mais de um Governo seria necessário para que isso fosse realizado.

Acho que é hora de deixar claro que não há outro caminho a não ser o que o nosso companheiro Senador Jefferson Péres tem falado com o termo de concertação. Não haverá a menor possibilidade de mudar a educação só em um Governo, só com um Partido. Ou chegamos à conclusão de que um conjunto substancial dos Partidos, se possível todos, mas um conjunto substancial deve assumir a responsabilidade de dar continuidade a um projeto educacional ou o projeto educacional não terá resultados.

Foi assim que foi feito na Coréia, foi assim que foi feito na Irlanda, foi assim que foi feito na Espanha: uma concertação pela educação, visando passar de governo a governo a construção de uma nova geração em vez de os políticos ficarem presos a uma nova eleição. Eles ultrapassaram a barreira eleitoral no projeto da educação; brigavam por tudo, discordavam de tudo, mas aquele valor central do projeto nacional recebia continuidade governo após governo. Brizola, hoje, ao defender que 160 mil escolas teriam horário integral, defenderia professores muito bem remunerados. Não basta que sejam bem remunerados; professores devem ser muito bem remunerados. Mas não basta pagar bem, desde que eles sejam preparados, desde que eles se dediquem, desde que a escola dê resultados; senão, é jogar dinheiro fora. Pagar bem a professor onde criança não aprende não é mudar o Brasil.

Creio que essa idéia de que a erradicação da pobreza tendo como caminho central, como ferramenta primordial a educação seria uma bandeira que ele nos traria, mudando o conceito de que a pobreza diminui pela renda. A riqueza chega pela renda alta. A pobreza não se resolve por uma renda pequena, mas, sim, pelo acesso pleno aos bens e serviços essenciais. Desses, educação é o transformador; mas saúde é o condicionante preliminar.

Por isso, seria necessário um programa amplo, que não se limitasse à educação, em que o Governo, o setor público garantisse que o essencial seria assegurado a todos. Esse essencial não virá da renda, porque educação, saúde, água, esgoto, coleta de lixo não chegam à casa dos pobres junto com as compras do mercado. Ou o Estado o oferece ou não haverá condições de acesso a todos. Isso exige um Estado efetivo. Isso não vai ser feito pelo setor privado, isso não vai ser feito de uma maneira neoliberal, como se costuma chamar hoje. É o Estado que deve oferecer o essencial ao povo brasileiro, como caminho para lutar contra o *apartheid* social.

Mandela acabou com o *apartheid* racial simplesmente decretando que brancos e negros poderiam caminhar nas mesmas calçadas, entrar nos mesmos locais públicos. Nós temos que acabar com o *apartheid*

social dizendo que pobres e ricos estudarão em escolas com qualidade equivalente e qualidade elevada. Esse é o caminho do fim do nosso *apartheid*, esse é o caminho que demorará tempo para ser feito, mas esse é o caminho que deve começar a ser seguido.

Não bastariam os sonhos do Brizola. Brizola certamente traria hoje um debate que não havia há alguns anos: o debate sobre como pôr fim à guerra civil que este Brasil vive, não entre um Partido e outro, não entre guerrilheiros de uma causa, mas entre seres brasileiros decentes e crime organizado.

Não há como termos um Brasil diferente no futuro com essa criminalidade se mantendo. Talvez, no caso da violência, este seja o melhor exemplo de como há duas formas de pensar o futuro do Brasil: um é o futuro ignorado preso ao presente, o futuro que diz que a violência é uma questão de cadeia. Essa é a visão não histórica que caracteriza a maior parte das lideranças do País e que diz que o problema deve ser resolvido hoje, para hoje, e só hoje, quando nenhum problema é plenamente resolvido se for resolvido apenas para hoje.

Por isso, a guerra civil tem que ser enfrentada com a repressão dos bandidos de hoje e com a melhoria do sistema jurídico, mas também com a adoção de medidas para tornar este um País pacífico, a médio e longo prazo. Com isso, teremos o fim da pobreza e a melhoria do nível educacional da população, garantindo oportunidades para todos. A adoção de tais medidas contribuirá, ainda, para fazer do Brasil uma fábrica de oportunidades e garantirá a igualdade de oportunidades para todos.

Essa é a diferença que existe atualmente, quando comparamos o pensamento de nossas lideranças com o que pensava Brizola e outros líderes, que também conseguiam ver adiante. Ele não se contentava apenas em combater a violência; ele queria construir um País pacífico. Há uma diferença fundamental entre aqueles que toleram a violência e aqueles que querem acabar com a violência e construir a paz. Para construir a paz, é preciso combater a violência, mas não basta combater a violência para construir a paz.

Brizola traria para nós o sentimento da necessidade de lutarmos contra a violência hoje e a necessidade de construirmos um País pacífico amanhã. Mas ele não pararia aí. Se estivesse aqui, Brizola, com certeza, traria para o debate a questão da soberania nacional, soberania que o modelo socioeconômico e cultural do Brasil de hoje aceita diluir na globalização. Talvez esse seja, meu caro Manuel Dias, um dos exemplos melhores de como tratar o problema preso a hoje, olhando o futuro, a totalidade que precisamos ter para enfrentar o problema da diluição do Brasil

no cenário internacional. Não podemos deixar que o Brasil se dilua nem podemos ignorar a realidade do mundo global. Não podemos pensar em defender a soberania fechando o País, como ocorreu ao longo dos anos 50, 60, 70 e até mesmo dos anos 80. Mas não podemos deixar também que a globalização, cuja força descomunal nos impede de fazer tudo que queremos, dilua a Nação. A soberania nacional exige Forças Armadas privilegiadas, bem equipadas, bem treinadas, a fim de que possam defender o Brasil no momento necessário.

E não é só isso. Essa é outra visão também da solução do presente sem olhar para o futuro. Se tivermos as melhores Forças Armadas com um País dividido pelo *apartheid*, não haverá soberania. O Brasil viveu isso quando enfrentou uma guerra contra o Paraguai, durante um regime escravocrata, e foi preciso libertar escravos para que lutasse ao lado do Brasil; do contrário, não haveria tropas suficientes. Pena que libertaram apenas os que lutaram e mantiveram escravos os mais velhos, os mais jovens e outros. Pena que libertaram os escravos no Paraguai. Aqui, mantiveram a escravidão. Não há País forte, por mais forte que sejam suas Forças Armadas, se a desigualdade atinge o nível do *apartheid*, o que rompe, quebra esse País em dois.

Por isso, a soberania nacional tem que passar pela mudança social, mas não apenas social; não há soberania com a cultura que vivemos hoje, poluída, diluída, corroída pela cultura internacional. Não que devamos nos fechar à cultura internacional, mas devemos criar uma cultura nacional tão forte que, em vez de se diluir, possamos com ela conviver. É ótima a convivência cultural internacional, a convivência entre culturas capazes de se defender. Quando uma cultura não é capaz de se defender, ela se extingue pela invasão de outras culturas. Nem devemos fechar a nossa cultura, xenofobamente, contra as culturas internacionais, porque a humanidade é maior ainda que o próprio Brasil, mas criar uma base cultural tão forte que consigamos resistir à cultura internacional, convivendo e não desaparecendo.

Finalmente, Brizola, para fazer tudo isso, traria algo que está faltando: um projeto nacional para o Brasil. Não é possível que hoje, quando falamos em projeto nacional, as pessoas nos tratem como se fossemos dinossauros. Não é possível que, quando assumimos ser nacionalistas, nos tratem como coisa do passado. Quem vê o nacionalismo como coisa do passado não anda pelas ruas e não vê o povo brasileiro vestido de camisa amarela. Esse é um gesto de nacionalismo. É um gesto de nacionalismo por uma atividade esportiva. Precisamos nos vestir de amarelo por atividades na

economia, na educação, na cultura. Precisamos retomar a capacidade de sermos brasileiros.

Vejam que, no futebol, vestimos a camisa amarela, convivendo com as camisas de outras cores. Convivemos com camisas de outras cores. Não queremos que todos os outros se vistam de amarelo. Não é a xenofobia de querer que os outros sejam como nós. Queremos conviver disputando, mas disputando a nossa bandeira. Isso exige um projeto nacional que, a meu ver, se resume àqueles itens anteriores: consolidar a democracia, erradicar a pobreza, criar um País capaz de ter o capital necessário para o Século XXI. E esse capital não é mais medido em máquinas, mas em saber, em tecnologia, em ciência.

Foi-se o tempo em que um País moderno era aquele que possuía muitas máquinas e muitos automóveis. Hoje, moderno é o país que possui muitos doutores trabalhando no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Falta ao Brasil esse projeto. Pena que não esteja aqui o Brizola. Felizmente, existe a expectativa no País de que possamos recuperar os sonhos que ele nos deixou com Darcy Ribeiro, com Getúlio Vargas antes dele, com Alberto Pasqualini e tantos outros anônimos militantes. Uma visão alternativa para o Brasil, uma visão que não se contenta em resolver o problema do presente, mas que quer construir um futuro diferente.

Isso, Sr. Presidente, é perfeitamente possível. Vai depender – e essa é a nossa dificuldade – da capacidade de termos lideranças como foi Leonel Brizola, lideranças que convençam o povo a vestir camisas amarelas que signifiquem, além do futebol, um País diferente.

Hoje, confesso que é muito difícil, na minha visão – o que os senhores podem considerar pessimista –, convencer os jovens a torcer pelo Brasil no âmbito social e no econômico, assim como eles torcem no futebol. Está difícil convencer as pessoas a saírem às ruas gritando, como gritavam, nos anos 60, 70 e 80 por bandeiras além das esportivas.

Mas se o Brasil teve, em seu passado, lideranças capazes de fazer o que Brizola fez, é possível sonhar que ele vá inspirar talvez um dos jovens desencantados. Talvez não mais alguém da nossa geração, mas algum jovem despertará e inventará a bandeira, a camisa que o Brasil precisa para simbolizar o futuro. E esse jovem que surgir, tenho certeza, será inspirado por outros líderes do passado, entre eles, sem dúvida, o que estamos hoje homenageando: Leonel de Moura Brizola. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)
– Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, Senador Pedro Simon, convidado para compor a Mesa o Dr. Manuel Dias, Secretário-Geral do Partido Democrático Trabalhista Brasileiro – PDT. (Palmas!)

Convidado, também, o Senador Jefferson Péres para presidir a sessão.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres..

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Líder do PDT, Senador Jefferson Péres, Srs. Dirigentes do PDT, Srs. Familiares, Senhoras e Senhores, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há exatos 2 anos, precisamente em 21 de junho de 2004, o Brasil e o Rio Grande do Sul perdiam um de seus cidadãos mais ilustres. Naquela data, falecia Leonel Brizola, um de nossos mais destacados homens públicos. Com sua morte, entrou pela porta da frente na história brasileira. A intensidade de sua vida política, o vigor de suas idéias e a coerência de suas atitudes garantiram a ele um lugar de destaque no panteão dos grandes da história.

Inicialmente, em função de estarmos passando por um tempo de grande confusão, de grande desilusão, quero ressaltar a integridade de Leonel de Moura Brizola. Talvez eu não devesse falar sobre ela, afinal, retidão moral é exigência essencial para qualquer homem que se dedique à causa pública.

No entanto, reafirmo: Brizola era um político íntegro. Talvez por isso, teve tantas decepções no final de sua trajetória. Aliás, temos que refletir seriamente sobre um fato inegável: Leonel Brizola apoiou inicialmente os três Presidentes eleitos pelo voto popular depois do fim do regime militar, mas acabou se desiludindo com os três do mesmo modo.

Político que achava que a justiça social deve ser o centro de qualquer governo, Brizola desiludiu-se quando viu que a Presidência da República, nos últimos tempos, tem funcionado mais como degrau para a corrupção, empreguismo, o clientelismo, o exibicionismo exacerbado, o culto à personalidade, à exposição despudorada das vaidades.

Vejamos alguns traços biográficos de Leonel Brizola.

Em meados dos anos 40, quando o Brasil se reencontrava com a democracia, o jovem Leonel – nascido em 1922 – já estava envolvido na criação do Partido Trabalhista Brasileiro.

Dali para adiante, por quase 60 anos, ele estaria participando dos principais momentos da vida política nacional.

É tarefa impossível escrever a história política brasileira da segunda metade do século XX sem conferir a Leonel Brizola um papel de indiscutível centralidade.

Em toda a trajetória da vida de Brizola, é inconfundível a marca de sua vontade, de sua tenacidade e de sua ousadia. Começo lembrando a difícil infância de alguém que, no Brasil dos anos de 1920, nasceu em família pobre.

A certeza de que os estudos seriam a única possibilidade de afirmação social levou-o a peregrinar em escolas primária em São Bento, em Passo Fundo, até o retorno a Carazinho, sua cidade natal.

Ao decidir-se por enfrentar o grande desafio de tentar a vida na capital, após vários empregos como ascensorista, as posições mais humildes mas dignas, conseguiu vaga no Instituto Agrícola de Viamão, o que lhe permitiu diplomar-se em técnico rural. Nas duras condições em que vivia, fez os seus estudos supletivos e ensino médio no tradicional Colégio Júlio de Castilhos. Coroou essa sucessão de esforços com o diploma de engenheiro, que lhe foi conferido pela Universidade do Rio Grande do Sul.

Não tenho dúvida, senhores, de que essa experiência pessoal marcaria para sempre o político Leonel Brizola, provavelmente o homem público brasileiro que mais importância devotou à educação pública, dela fazendo real prioridade em suas diversas passagens pelo Executivo.

Sem pretender reproduzir aqui toda a grandeza da biografia de Brizola, limitar-me-ei a realçar alguns aspectos de sua atuação política.

Em primeiro lugar, destaco sua reconhecida vocação para os cargos executivos. É bem verdade que passou pelo Poder Legislativo: obteve por duas vezes uma vaga de Deputado Estadual (1947 e 1950) e também por duas vezes uma cadeira na Câmara dos Deputados – em 1954, no Rio Grande do Sul e, em 1962, no Rio de Janeiro. Mas o que assinalará para sempre sua passagem pela cena pública brasileira será sua invulgar capacidade de administrador.

Tudo começou com a Prefeitura de Porto Alegre. Foi ali que Brizola patentearia um diferencial que o acompanharia até o fim: a prevalência absoluta do interesse social nas decisões administrativas. Saneamento básico, melhoria dos transportes públicos e criação de escolas foram prioridades de sua gestão na capital gaúcha. O mais marcante, sem dúvida, foi sua decisão de espalhar grupos escolares municipais em toda a área urbana de Porto Alegre.

Ao ocupar o Palácio Piratini, a partir de janeiro de 1959, Brizola voltou-se para o crucial problema do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, Estado que, de certa forma, sentia-se à margem do desenvolvimentismo de JK. Defendeu então a criação de um parque industrial gaúcho. Criou a Aços Finos Piratini, a Caixa Econômica Estadual, vitalizou o Banco do Rio Grande, criou o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, privatizou a Empresa Internacional de Energia Elétrica, privatizou os serviços telefônicos, que estavam impedindo o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Essa encampação das empresas transnacionais, decisão que lhe rendeu dividendos à Esquerda, mas também o ódio da Direita, numa época de crescente radicalização ideológica. O certo é que colocou em funcionamento a Companhia Riograndense de Telecomunicações e a energia no Rio Grande do Sul.

Permito-me afirmar, contudo, que a verdadeira paixão de Brizola era a educação pública. Repetindo o que fizera na Prefeitura de Porto Alegre, ele dotou o Rio Grande do Sul de uma rede de ensino primário e médio de extraordinária capilaridade. Nenhuma região do Estado, particularmente as mais longínquas e desassistidas, deixou de ser contemplada. Os números são impressionantes: ao final do seu governo, Brizola construirá 6.302 estabelecimentos de ensino, admitira mais de 42.000 professores e abrirá quase 670.000 vagas nas escolas públicas!

Não surpreende que, tanto tempo depois, duas vezes eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, também tenha feito da educação o carro-chefe de sua administração. Com o decidido apoio do extraordinário Darcy Ribeiro, construiu mais de 200 Centros Integrados de Educação Pública, os conhecidos Cieps, que o povo carinhosa e reconhecidamente batizou de "brizolões". Mais que prédios, os CIEPs representam a mais humanizadora tentativa de oferecer educação de qualidade para os socialmente excluídos.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É claro.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Quero participar deste discurso de V. Ex^a com muito empenho, com espírito de participação porque a minha convivência, provavelmente, não foi tão intensa como a de V. Ex^a, mas foi muito grande. A minha possibilidade de observação da personalidade de Leonel Brizola, da sua ligação mais estreita, mais íntima possível com o espírito da nacionalidade brasileira, enfim com seus ideais de brasiliade, me obriga a dar também o meu testemunho neste momento e, particularmente, nes-

te ponto do discurso de V. Ex^a em que se refere aos Cieps, aos "brizolões". Brizola não deixou apenas a sua marca na história do Brasil, com aquele episódio da legalidade, um episódio extremamente importante na consolidação da idéia da democracia no Brasil, no respeito à Constituição – e a sua presença sempre foi marcada por essa preocupação –, mas deixou uma marca indelével no Rio de Janeiro que foi o conjunto dos "brizolões", o projeto da educação em tempo integral, da escola em tempo integral, com alimentação, com assistência psicológica, até com o banho dos meninos depois de encerrado o período escolar. Tudo isso deixou uma lembrança. Infelizmente, o projeto foi tão deturpado que hoje resta esta lembrança forte, uma lembrança tão forte que nos compromete com a idéia de que precisamos retomar o projeto dos Cieps no Rio de Janeiro, e do Rio de Janeiro para o Brasil, porque é um grande projeto. É talvez o projeto mais importante que já se formulou no Brasil nos últimos tempos, dada a qualidade da educação que emerge de um projeto dessa natureza. Queria fazer este aparte, precisamente neste ponto em que V. Ex^a se refere aos Cieps. Meus cumprimentos, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não posso deixar de referir, quando V. Ex^a me aparteia, uma fase histórica muito importante. Quando Brizola, ao contrário de nós do Rio Grande do Sul, que queríamos que ele fosse candidato em nosso Estado, foi candidato no Rio de Janeiro. Quando começou a campanha, a expectativa de vitória era pequena. Àquela época, falava-se que a vitória estaria, se não me engano, entre o Miro Teixeira...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Sandra Cavalcanti e Miro Teixeira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sandra Cavalcanti e Miro Teixeira.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – A Sandra Cavalcanti tinha 50% de "Ibope" no mês de julho; o Miro, vinte e poucos por cento e Brizola tinha 3%.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quando isso aconteceu, V. Ex^a, desta tribuna, tinha se despedido da vida pública, encerrando seu mandato de Senador, desiludido com os rumos que o MDB tinha tomado lá no Rio de Janeiro, onde V. Ex^a não aceitava que o MDB abrisse as portas para os chaguistas entrarem, pois eles representavam tudo aquilo contra o que V. Ex^a e o MDB tinham lutado ao longo do tempo.

V. Ex^a se despediu da vida pública.

E o Dr. Brizola foi encontrá-lo, em casa, já fora da vida pública, quando ele tinha 3%. Lembro que, quando fui falar contigo aqui, tu me disseste: "Simon, eu sei que não há chance alguma, mas prefiro ir para casa, atirando com Brizola, a ficar em casa sem fazer nada".

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Lembro-me dessa conversa como se fosse hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – “Eu prefiro ir atirando com o Dr. Brizola, dizendo o que tem de ser, as coisas que têm de ser. Vou e vou feliz para casa” E ele e V. Ex^a ganharam aquela eleição. Foi uma transformação fantástica. Realmente, que eu me lembre, foi uma das páginas mais bonitas da vida pública.

A **Rede Globo** estava com vocês. A **Rede Globo** odiava V. Ex^a; nunca o perdoou por ter votado, como Relator, contra um projeto importante para ela. Era proibido pronunciar o nome de V. Ex^a na Globo.

V. Ex^a e o Dr. Brizola ganharam com uma vitória espetacular, mudando 180º e, por isso, faço esta homenagem. V. Ex^a teve a coragem de, primeiro, no esplendor da vida pública, desiludido com o seu partido, dizer: “Isso eu não aceito. Vou para casa”. E, depois, quando o Brizola foi procurá-lo, perguntei a V. Ex^a: “Por que está entrando nessa?” V. Ex^a disse: “Vou com Brizola. Morro atirando”. E foi uma bela vitória.

O fundamental para Brizola era a escola pública de tempo integral. Sonhava com a escola pública que, além do ensino propriamente dito, estivesse aparelhada para oferecer assistência médica-odontológica, lazer, esportes, alimentação e orientação profissional.

Outro ponto que gostaria de destacar na trajetória política de Brizola refere-se à firmeza de suas posições. Penso que nenhum outro momento da história contemporânea exprime tão bem essa coragem cívica de Brizola quanto o episódio de 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros. Foi graças a Brizola, fundamentalmente, que a ação ostensiva dos três ministros militares de Jânio, pregando o impedimento do Vice-Presidente João Goulart, não logrou êxito.

Naquele tenso contexto em que o País se viu às portas da guerra civil, Brizola agigantou-se como líder da reação legalista à absurda tentativa de golpe. Unindo o Rio Grande, com o apoio do III Exército, ele mobilizou a opinião pública brasileira pela causa da solução constitucional para a crise. À frente da Cadeia da Legalidade, usou o rádio para levar aos brasileiros de todas as regiões do Brasil a mensagem de defesa da democracia.

Eu era um jovem Vereador em Caxias e participei da reunião cívica que foi, talvez, um dos momentos mais emocionantes da minha vida. Nunca participei de luta armada, nem de guerrilha, nem de absolutamente nada. Saímos do Palácio Piratini cada um com uma missão, a minha era Caxias. Passamos a nos reunir, a convocar voluntários e a fazer treinamento de marcha, de defesa e de tiro ao alvo de centenas de jovens que se apresentaram para se preparar para a marcha da luta pela legalidade. Infelizmente, o Ministro Comandante

do III Exército aderiu ao movimento, e a emenda parlamentarista se sustou. O Rio Grande estava preparado, talvez como nunca na sua história, nem na Revolução de 30, com a participação de toda a sociedade. E, o que é interessante, com todos os partidos políticos. Não era o PTB do Brizola, o PSD, a UDN, todos os partidos políticos – Dom Vicente Scherer, todo o Rio Grande – comandados pelo Brizola na luta pela legalidade. O golpe, como se sabe, foi impedido. Contudo, a solução parlamentarista – que Brizola jamais aceitou – apenas transferiu para alguns anos mais tarde o epílogo e infiasto do Governo de Jango.

Ao registrar a passagem do segundo ano da morte de Brizola, Sr. Presidente, outra não foi a minha intenção que é de destacar a grandeza desse homem público que o Rio Grande do Sul deu ao Brasil. Sem ter a densidade filosófica de um Alberto Pasqualini, Brizola conferiu ao trabalhismo a dimensão concreta de um projeto político voltado para as camadas mais pobres da sociedade. Pasqualini com uma ideologia fantástica – eu não conheço até hoje, no Brasil e no mundo, quem tenha feito um estudo mais profundo da realidade em que estamos caminhando –, e Brizola pondo em prática.

Recentemente, publiquei um livro intitulado “A Reconstrução da Democracia”, no qual eu reuni discursos em que homenageio os homens que lideraram a Nação brasileira na lenta e sofrida travessia que nos levou da ditadura, implantada em 1964, à democracia, plenamente restabelecida com a nossa nova Constituição. Traço ali perfis de Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Mário Covas, Leonel Brizola e Miguel Arraes.

Digo na abertura desse livro que, com a morte de Arraes, teve fim uma das gerações de políticos brasileiros mais fantástica da História do Brasil. Refiro-me, claro, aos líderes da luta política contra o regime de exceção, vencida em 1985 com a eleição de Tancredo Neves Presidente da República.

Destaco naquele livro que, em algum momento, todos esses homens – com exceção de Brizola – integraram os quadros do MDB. Após o restabelecimento do pluripartidarismo, houve a dispersão. Desses homens, Brizola e Miguel Arraes viveram o drama do exílio e só puderam retornar ao Brasil com a promulgação da anistia. O grande Teotônio Vilela veio da Arena para se transformar num dos maiores nomes do MDB, ao sacrificar-se pela redemocratização. Mário Covas e Franco Montoro foram para o PSDB. Miguel Arraes comandava o PSB quando de sua morte. Leonel Brizola fundou e comandou, até falecer, o PDT. Tancredo Neves fundou e dirigiu por algum tempo o PP. Ulysses Guimarães liderou o MDB. Independentemente

de suas filiações, foram grandes líderes políticos de reconhecimento nacional. Foram também grandes administradores: Arraes governou Pernambuco em três oportunidades; Brizola governou o Rio Grande e, por duas vezes, o Rio de Janeiro; Tancredo governou Minas; Montoro e Mário Covas comandaram o Governo paulista. Com a morte desses homens, o Brasil perdeu suas referências no campo político. Não sei se essa geração terá um dia substitutos à altura.

Tenho a dizer que Leonel Brizola morreu, mostrando, na prática, o que é governar para a maioria, com aguda visão social e humana da política. Nesse aspecto, a coerência foi sua companheira de toda uma vida.

Trago aqui, Sr. Presidente, minha palavra de afeto e de carinho à figura de Leonel Brizola. Comecei na vida pública guri, na Ala Moça do PTB, tendo como meu grande inspirador Alberto Pasqualini e como grandes líderes as figuras de João Goulart e Leonel Brizola. Acompanhei a luta de Brizola e a respeitei durante todo o tempo.

Hoje, fico a meditar. Foi longa a discussão que tivemos na nossa amizade ao longo de toda a vida. Fico a lamentar e a me perguntar: quando o Dr. Brizola insistiu para que fôssemos todos para o PTB e eu insisti para que ele viesse para o MDB, a minha tese é de que o Golbery queria dividir a Oposição ali, porque o MDB estava crescendo de tal maneira que logo ali derrotaria a Arena. Ele queria dividir para continuar. Então, eu defendi a tese de que deveríamos ficar juntos até a Constituinte. Instalada a Constituinte, os partidos tinham que ser extintos – Arena e MDB se extinguiriam – e, aí, nós organizariamo os grupos, que se consolidariam e, na Constituinte, defendendo idéias que se identificassem, estariam ideologicamente preparados para os novos partidos.

Em 1946, a Constituinte foi sábia e criou partidos, pela primeira vez no Brasil, nacionais, democratas e com idéias – PTB, PSD, UDN –, mas a figura de Getúlio impediu que esses partidos tivessem ideologia própria. PSD e PTB passaram a ser partidos de Getúlio; UDN, o partido contra o Getúlio. E vimos que muita gente boa tinha a UDN e que estava na UDN porque era contra o Getúlio e muita gente não muito boa estava no PSD e no PTB, porque era a favor do Getúlio.

O mesmo aconteceu com Arena e MDB. Tinha gente de bem na Arena, mas que estava na Arena porque era a favor da Revolução, e tinha gente que não era grande coisa no MDB e estava no MDB porque era contra a Revolução.

Eu achava que nós tínhamos que criar partidos políticos consolidados em termos de conteúdo – isso nós conseguiríamos – e uma Arena espetacular, se

nós fizéssemos a convocação da Constituinte e nela se formassem grupos que se identificassem por idéia. Votada a nova Constituição, nós teríamos um prazo de um ano para cada um escolher o seu partido.

Não sei; sinceramente não sei. Acho que o MDB fez um grande papel, desempenhou uma missão extraordinária na democratização. Mas, olhando hoje o papel do meu MDB, eu vejo que o PDT está melhor do que nós. Está ali o PDT com um bravo candidato a Presidente da República, o Senador Cristovam, um homem com idéias, com pensamento. Está ali o PDT, pequeno, mas com garra, que faz questão de ir para as ruas expor o seu pensamento e a sua filosofia, e aqui estou eu no MDB. Não sei o que sou, nem para onde vou, nem o que vai ser da minha vida. Então, pelo menos hoje – pelo menos hoje! – eu tenho de dizer que estaria muito melhor no PDT, apoiando o Cristovam, tendo candidato, do que no MDB, não sabendo o que vou fazer da minha vida.

Olhando para o MDB, não sei se vou com o Presidente do Senado. Vou com o Presidente do Senado, mas o Presidente do Senado está com o Presidente Lula; vou com o Presidente do Senado, mas, lá em Alagoas, ele está apoiando o candidato do PSDB. Então, não sei o que vou fazer da minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos aguardar que o Rigotto vai nos orientar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos aguardar a orientação do Rigotto. Quem sabe não vai dar uma orientação definitiva para todos nós?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não permitiu, Sr. Presidente, no momento em que V. Ex^a estava ali na Comissão Executiva e trancou, votou em definitivo não termos candidato. V. Ex^a saiu dali com o Dr. Sarney e foi cobrar do Presidente Lula os cargos a que V. Ex^a disse que tem direito. V. Ex^a selou o nosso trabalho. Coitado do meu amigo Rigotto! O que ele pode fazer? Ali foi selado o destino e a forma como o MDB vai fazer política nesta campanha: mais cargos. E aí tem a discussão: V. Ex^a apresentando a candidatura para Ministro da Saúde o ex-Secretário da Saúde de Alagoas, Suruagy. E parece que está havendo uma disputa com o Dr. Sarney, que quer um outro candidato. Mas vocês se acertarão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Pedro Simon, eu não quero interromper V. Ex^a. Nós estamos prestando homenagem pelos dois anos da morte do saudoso Leonel Brizola. Com todo respeito, vamos homenagear a memória do Brizola.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo respeito, quero dizer a V. Ex^a que eu apenas quis salientar um fato, V. Ex^a é que intervii no meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB–AL) – Não, não, não! V. Ex^a citou...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB–RS) – V. Ex^a é que intervii no meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não quero discutir com V. Ex^a não. Em respeito a memória do Brizola...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, deixe-me falar. O que eu disse e repito é que eu divergi do Dr. Brizola, não o acompanhei no PDT, achando que ele devia vir para o MDB. Durante muito tempo eu achei que estava certo, porque o MDB subiu, cresceu, teve um papel espetacular. Mas hoje sou obrigado a reconhecer, com humildade, que hoje eu gostaria de estar no PDT. Se eu estivesse no PDT, estaria com um baita candidato, o Cristovam Buarque, uma candidatura com idéias, com pensamento, com filosofia, indo para a luta. (Palmas).

E, no MDB, não sei para onde é que vou. Apenas isso. Não sei para onde que vou. Isso é que quero dizer. Não sei para onde é que vou caminhar. Não sei. Eu tenho uma convenção no Rio Grande do Sul no dia 29, e me perguntam: Senador, o que V. Ex^a vai orientar? Não sei. Pela primeira vez, na minha vida, não sei, não sei dizer o que vou orientar. Apenas isso.

Ao Brizola um carinho muito grande, um respeito muito grande.

Que bom... Brizola foi uma figura muito conturbada. Houve momentos em que era uma guerra contra o seu nome. Mas que bom que ele passou por cima disso. E que bom, porque isso não é fácil, isso é raro. O Dr. Getúlio Vargas levou tempo para ser considerado uma liderança nacional, porque quando ele se suicidou, enquanto fazíamos carinho, amor, afeto ao nome de Getúlio, a UDN, os militares tentavam esmagá-lo, não deixavam sair na imprensa as coisas que eram verdadeiras.

E o Dr. João Goulart até hoje....As mentiras que **O Globo** e os jornais publicaram sobre as fazendas que ele tinha, as coisas que ele tinha...E era mentira. Ele publicou uma declaração, uma procuração em causa própria lá no Uruguai.

E eu estava lá com ele, quando ele deu procuração ao Presidente da Time Life que comprasse por um dólar – ele vendia por um dólar – qualquer fazenda que ele tivesse comprado no Brasil como Presidente ou como Vice-Presidente da República. Nenhum jornal publicou. Meu discurso na Assembléia Legislativa até dos Anais da Assembléia desapareceu!

Até hoje, a figura de João Goulart, nós temos que lutar para defendê-la.

Mas Brizola... que coisa bonita! Brizola já é hoje uma figura nacional. Brizola já é hoje uma figura reconhecida, admirada e respeitada. Brizola é hoje uma referência nacional.

E eu digo isso com muito orgulho, com muita alegria. O meu abraço muito carinhoso ao Dr. Leonel de Moura Brizola e um abraço muito carinhoso ao querido PDT e aos membros da família Brizola.

Muito obrigado. (Palmas)

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu gostaria de destacar a presença neste plenário de várias pessoas, inclusive do Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, que por aqui passou; do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; do ex-Deputado Afif Domingos, Presidente da Federação das Associações Comerciais de São Paulo; de Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; de meu querido Deputado Neiva Moreira, ex-Presidente do PDT; de Manoel Dias, Secretário-Geral do PDT do Rio de Janeiro.

E queria dizer às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que, há exatos dois anos, o Brasil perdia Leonel Brizola.

Como Presidente do Senado Federal, é uma honra para mim muito grande homenagear um dos mais extraordinários homens públicos do século XX, um líder respeitado até mesmo por seus adversários políticos, como aqui disse há pouco o Senador Pedro Simon.

Em sessenta anos de vida pública, nunca houve um arranhão, nunca se teve notícia de um deslize ético de Brizola. O velho líder trabalhista era um exemplo de fidelidade absoluta e irrestrita aos seus ideais, ao seu Partido, à causa da educação e à classe dos menos favorecidos, e à causa do Brasil também.

Muito do espírito guerreiro e até implacável de Leonel Brizola se deve, sem dúvida, às suas origens. Com apenas um ano de idade, perdeu o pai, o lavrador José de Oliveira Brizola, assassinado na Revolução Federalista de 1923. Foi alfabetizado pela mãe, Dona Onívia, e, ainda menino, teve que trabalhar duro em Porto Alegre para completar o ensino básico.

Foi deputado estadual e prefeito de Porto Alegre antes de comandar uma revolução educacional no Rio Grande do Sul, quando construiu 6 mil escolas, 278 escolas técnicas e 131 ginásios e escolas normais.

Brizola também revolucionou a economia gaúcha. Investiu, de forma maciça, na infra-estrutura; estatizou

judicialmente as subsidiárias da I.T.T. e da Companhia de Energia Elétrica Norte-Americana; criou a Caixa Econômica Estadual, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a Aços Finos Piratini e a Refinaria Alberto Pasqualini.

Brizola foi, sem dúvida, sem demérito a ninguém, o maior Governador do Rio Grande do Sul de todos os tempos.

Ainda como Governador, teve seu grande momento político ao comandar a cadeia da legalidade. Foi a grande resistência contra a tentativa de golpe militar depois da renúncia de Jânio Quadros.

Brizola viveu no exílio por longos quinze anos, com sérias consequências para a sua família. Na volta ao Brasil, perdeu a legenda PTB, por arte do antigo regime militar. Criou, então, o PDT, elegeu-se Governador do Rio de Janeiro e deixou também, a exemplo de sua gestão no Rio Grande do Sul, a sua marca registrada, com a implantação dos Centros Integrados de Educação Popular – CIEPS, escolas em tempo integral para crianças mais pobres, idealizadas por Darcy Ribeiro e inspiradas no grande educador Anísio Teixeira.

A principal mensagem de Brizola continua bem nítida e atual: a única saída para o Brasil é a educação de qualidade para todas as nossas crianças, todos os nossos jovens.

O líder que todos aprendemos a admirar – e este já é o segundo ano que nós reverenciamos a sua memória, a data da sua morte – teve vitórias e derrotas ao longo de sua trajetória, mas nunca, nunca mesmo, nunca desistiu de lutar. A militância política – o Neiva é um testemunho aqui – era parte intrínseca de sua personalidade. Tanto que, aos 82 anos de idade, sonhava ainda, pensava ainda eleger-se prefeito do Rio de Janeiro. Mas o conhecido e admirado vigor físico já não era o mesmo, embora a têmpera ainda fosse a mesma, a mesma têmpera forte.

Entre os muitos exemplos que nos legou Leonel Brizola, quero destacar aqui a honra pessoal dele, o patriotismo, a fidelidade às próprias idéias e ao seu Partido. Que essas qualidades inspirem, Neiva, todos nós, a lutarmos sempre, como fazemos, por um Brasil melhor.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Permita me inscrever, Sr. Presidente, se for possível, para uma breve palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Renan Calheiros.

Pedi à Assessoria da Casa que me descrevesse um pouco da história do saudoso Leonel Brizola. É claro que essa história, para muitos dos senhores, já é conhecida, mas, como a TV Senado é vista em todos os cantos do nosso País, e muitos ainda não conhecem por inteiro essa história, principalmente os jovens, fiz questão de incluir, se não tudo, quase tudo da vida de Leonel Brizola em meu discurso.

Tenho alegria imensa, Presidente Renan Calheiros, de participar da homenagem a Brizola hoje, porque o início da minha história política tem tudo a ver com o PDT, partido que Brizola transformou em grande bandeira do trabalhismo em nosso País.

O Presidente Carlos LUPI não está presente, mas eu gostaria de deixar-lhe o meu abraço e ao querido amigo Neiva Moreira, como também ao meu amigo Manoel Dias, um dos grandes baluartes do PDT nacional.

O século XX foi um período conturbado e de profundas transformações para o Brasil. De um Império de bases agrícolas no século XIX para a República industrializada da segunda metade do século XX, o Brasil passou por complicadas crises político-institucionais.

Ao final da década de 40, apareceu um dos mais importantes protagonistas dessa história, personagem central de momentos cruciais por que passou o País daí em diante: Leonel de Moura Brizola.

Nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul, em 1922, de família de lavradores, Brizola escolariza-se no interior com muito sacrifício, trabalhando até mesmo como engraxate, e segue para Porto Alegre para completar seus estudos. Depois de se diplomar como técnico agrícola, gradua-se engenheiro em 1949, aos 27 anos.

Nessa época, o vírus da atividade político-partidária já estava inoculado no jovem gaúcho, que muito cedo perdeu o pai lutando na Revolução Federalista, em 1923. Dessa perda ficou o registro, por toda a trajetória de Brizola, no uso do lenço vermelho, atado ao pescoço em suas campanhas políticas ao longo das cinco décadas em que militou.

Homem de personalidade forte e orador charismático, Brizola protagonizou um dos mais eletrizantes duelos políticos da década 1955–1965, ao se opor ferrenhamente a Carlos Lacerda, udenista histórico e um dos mais eloquentes e ferinos políticos e tribunos daquela época.

Militante, desde o início da sua carreira, do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, ao qual se filiou em 1945, Brizola foi um legítimo continuador do getulismo e do trabalhismo. Ligado por laços políticos e familiares a João Goulart, de cuja irmã foi esposo e com quem teve três filhos, Brizola não teve a menor hesi-

tação em levantar-se contra tentativas de quebra da ordem constitucional pelos militares nos episódios da posse de Jango como Presidente da República, em 1961, e pouco depois, quando da sua deposição pelo golpe de 1964.

Antes mesmo de se graduar engenheiro, Brizola foi eleito Deputado Estadual no Rio Grande do Sul, pelo PTB, em 1947, eleição que daria início a uma das mais longas e bem-sucedidas carreiras políticas do Brasil no século passado.

Reelegeu-se Deputado Estadual em 1950, tornando-se Deputado Federal em 1954, ainda pelo Rio Grande do Sul.

Em 1955, um ano apenas após a sua posse como Deputado Federal, Brizola elege-se Prefeito de Porto Alegre. Aproveita o seu primeiro cargo no Poder Executivo para desenvolver intenso programa de expansão do ensino fundamental na capital gaúcha, programa que lhe renderia, para o resto da vida, o reconhecimento como um dos políticos mais identificados com a educação do povo. Nesse aspecto, não há como lhe negar a capacidade de antever um dos mais importantes entraves a serem resolvidos para o desenvolvimento do Brasil: a educação extensiva e de qualidade para a população. Sua longa parceira com Darcy Ribeiro, intelectual e político dos mais respeitados, reforçou sua luta pela educação.

Sua oratória e fácil comunicação com o povo transformaram num dos ícones do populismo da época e o levaram a ser eleito, em 1958, Governador do Rio Grande do Sul, com expressiva maioria de votos. Com um discurso nacionalista extremado, Brizola consolida, no final da década de 1950, uma posição de prestígio incontrastável no sul do País, que iria, logo a seguir, projetá-lo no cenário nacional como uma das lideranças trabalhistas e nacionalistas mais radicais e expressivas.

Seu Governo no Rio Grande do Sul foi marcado por forte ação na área da educação fundamental e pela polêmica encampação de empresas estrangeiras da área de serviços públicos de energia e comunicações. O projeto educacional lhe rendeu prestígio, popularidade e fiéis seguidores, ao longo de sua vida. As encampações lhe renderam conflitos com o Governo Federal e uma crise entre o Brasil e os Estados Unidos da América, fatos que não o intimidaram e nem o fizeram recuar das decisões tomadas.

Essas atitudes são também elucidativas do temperamento de Brizola, político de posições nacionalistas, que não temia posturas polêmicas e, muito menos, confrontos com adversários.

Colocar-se no centro de polêmicas foi uma característica marcante de sua trajetória política. Ao mesmo

tempo em que foi feroz opositor do regime militar, era capaz de se compor com o General Figueiredo, Presidente da República na época em que Leonel Brizola governou o Estado do Rio de Janeiro.

Transformado, por suas posições no governo gaúcho, no grande opositor ao americanismo e à influência dos Estados Unidos na América do Sul, Brizola empunharia a bandeira do nacionalismo e do antiimperialismo até o fim de sua carreira.

Mesmo quando, já na década de 1980, se reaproximaria dos Estados Unidos, Brizola não abandona a sua visão nacionalista do desenvolvimento brasileiro. Foi, talvez, o último grande político a manter intransigentemente essa posição.

O ano de 1961 veria a liderança de Leonel Brizola se projetar nacionalmente com o episódio da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República e a crise decorrente da ausência de João Goulart do País, pois estava em visita oficial à República Popular da China.

O voto dos ministros militares à posse de Jango como Presidente da República fariam Brizola formar a histórica e famosa "Cadeia da Legalidade", comandando rede de 104 emissoras da Região Sul e mobilizando a população na defesa da posse de João Goulart. Nesse episódio, a posição do General Machado Lopes foi exemplar, pois, sob o risco de prisão, o General Comandante do III Exército negou-se a obedecer à ordem do Ministro do Exército Odilon Denis de pôr fim ao movimento brizolista, afirmando que não aceitaria soluções para o impasse fora da ordem constitucional vigente.

A grave crise institucional seria resolvida momentaneamente, como todos sabem, com a adoção do efêmero Parlamentarismo do início do Governo Jango. Os anos que seguiram a 1961 seriam de sucessivas crises, instabilidades políticas crescentes, que culminariam na derrubada de João Goulart e instalação de mais de 20 anos de ditadura militar.

Ainda assim, Brizola tentaria, entre 1964 e 1967, opor-se ao novo regime no Brasil e liderar movimento que o derrubasse. Derrotado em suas tentativas, rende-se à evidência de que o regime tinha vindo para ficar um longo período e tratou de articular uma nova força política para os novos tempos, que, segundo julgava, certamente viriam depois do esgotamento do ciclo militar.

Assim, Brizola, expulso do Uruguai, onde se exilara em 1964, emigra para os Estados Unidos em 1977, mudando-se pouco depois para Lisboa. De lá, multiplica os contatos com líderes socialistas e social-democratas do Velho Continente e articula a integração

entre o trabalhismo brasileiro, que ainda representava, e as forças de esquerda da Europa.

No Brasil, a mística de Leonel Brizola continua intacta e alimenta, ainda, o temor dos militares das possíveis consequências de uma liderança de esquerda carismática e popular como a dele. O regime militar, pressionado pelo povo a ser reformado, tenta, por todos os meios, impedir que lideranças como a dele se reafirmem depois de vinte anos de banimento. Mas Brizola era um predestinado, um perseverante. Assim que o Brasil vê a anistia chegar, ele retorna ao País e recomeça a sua luta pelos ideais nacionalistas que sempre defendeu e pela construção de um novo partido trabalhista.

O País vê impressionado, quase surpreso, Brizola ser eleito Governador do Rio de Janeiro, em 1982, pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, do qual seria Presidente e Líder até morrer, em 2004. Não foi possível apagar, mesmo com vinte anos de exclusão, a força da liderança brizolista, principalmente do Sudeste ao Sul do Brasil.

Episódio triste e, até hoje, controverso foi a da perda da legenda do PTB para o grupo da Deputada Ivete Vargas, em decisão do Tribunal Superior Eleitoral de 1980, que Brizola atribuiu à articulação do então Ministro Golbery do Couto e Silva, para enfraquecer a mística em torno do líder trabalhista.

Mesmo assim, Brizola faria do PDT um partido político importante no processo de redemocratização brasileiro das últimas décadas. Sua presença e carisma fariam-no eleger-se uma segunda vez Governador do Rio de Janeiro, em 1990. Antes disso, ele tentaria a candidatura à Presidência da República, no final de 1989. Surpreendido pelo fenômeno Collor, vê-se aliado do segundo turno da eleição, que se decidiria entre Lula e Collor. Mesmo fora da disputa, Brizola faria seu eleitorado fiel seguir suas orientações e transferir maciçamente seus votos para Lula – foi a primeira e única vez em que votei em Lula. Ainda assim, Collor venceu.

O Governo do Rio de Janeiro, no período de 1991 a 1994, será o último mandato eletivo de Brizola. Tentaria ainda a Presidência, em 1994, sofrendo sua mais contundente derrota em longa carreira de vitórias eleitorais. Em 1998, voltaria como candidato a Vice-Presidente na chapa de Lula, mas seria, mais uma vez, derrotado por Fernando Henrique Cardoso. (Corrijo: ainda votei em Lula quando Brizola era candidato a Vice-Presidente, e nós trabalhávamos na época, dizendo ao Brizola que Lula não inspirava confiança. Mas, mesmo assim, seguimos Lula.)

Em 2000, Brizola fez sua última tentativa para voltar a cargo executivo, candidatando-se a Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, sofrendo sua última e defi-

nitiva derrota eleitoral. Já idoso, beirando os 80 anos, Brizola não mais se candidata e passa a se dedicar à militância partidária pelo PDT.

São os últimos anos de um dos maiores líderes políticos da esquerda nacionalista que o Brasil conheceu e aprendeu a admirar no século XX e que marcou definitivamente o período. Muitos políticos tentaram, mas poucos, como Brizola, tornaram-se protagonistas da história do Brasil. Basta ver o extenso verbete “Leonel de Moura Brizola” no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Lá se tem a dimensão da história política do Brasil nas décadas de 1950 a 2004 e da importância do papel desempenhado por Brizola.

Homem de convicções firmes e fortes, Brizola nunca foi de se intimidar diante do confronto, mesmo que isso colocasse sua vida a risco. Por isso mesmo, independentemente da concordância com suas idéias e convicções, Brizola permanecerá como uma das figuras centrais da história republicana brasileira do século passado.

Essa é a justa e merecida homenagem que desejava prestar ao ilustre brasileiro Leonel de Moura Brizola, cujo prenome carregou também, como homenagem do meu saudoso pai, Rodesindo Pavan, a essa grande figura de brasiliade e de dedicação ao Brasil. Grande parte de minha vida política vivi integrado às hostes do PDT de Brizola, liderança que aprendi a admirar por sua autenticidade, coragem e convicção de princípios, independente de questões meramente partidárias.

Por esse prisma de legado e reconhecimento, tenho certeza de que é opinião unânime dos integrantes do Parlamento brasileiro que Leonel Brizola, com seu exemplo de luta e tenacidade, realmente faz falta neste momento delicado de autocritica e debate sobre o papel e o trabalho da classe política brasileira. Que a memória de Brizola inspire-nos a todos em busca de um futuro melhor para a sociedade brasileira.

Gostaria aqui de dizer que hoje estamos passando por um momento dos mais difíceis do nosso Brasil. E disse diversas vezes aqui desta tribuna: se Brizola estivesse vivo, a história seria outra. Está aqui a grande Senadora Heloísa Helena, pessoa contundente, brava, guerreira, a quem digo: faltou a nós todos coragem para sair às ruas e falar com os jovens e as forças brasileiras, como falamos no passado em relação a Collor. Tenho certeza de que hoje o Brasil seria diferente. Nunca vivemos um momento tão crítico e de tanta corrupção como estamos vivendo agora, e parece que as coisas não existem.

Permita-me dizer, meu amigo Manoel Dias, que fiz aqui um pronunciamento e emocionei-me com uma parte que fala do meu pai. Meu pai tinha, em 1954,

como maior líder político, o mais próximo, Brizola – ele era Deputado Federal, Brizola era candidato. E eu nasci no dia 7 de setembro de 1954. Brizola era tão brasileiro, tão nacionalista que carregava na sua bolsa a Bandeira do Brasil. Por eu ter nascido no Dia da Independência, meu pai prestou uma homenagem a Brizola – meu pai era do PTB também – e me deu o nome de Leonel. Por muitos anos, meu apelido ficou sendo “Brizolinha”.

Quero contar aqui um fato importante, de tudo isso que Brizola fez na nossa vida. Eu era Vereador do PDT – e não havia dois, na época; só havia um, não é isso, Manoel Dias? Só havia um em Santa Catarina; não havia Deputado, nem Governador. Havia um Vereador, e o Manoel Dias presidia o Partido. Éramos nós. Fui candidato a Prefeito pelo PDT. O primeiro Prefeito, juntamente com mais alguns que se elegeram naquela época. E eu insistia, todos os dias, para que Brizola viesse a um encontro, a um comício em Balneário Camboriú. Fui a Porto Alegre, fui ao Rio de Janeiro. Segui os passos de Brizola para levá-lo a Balneário Camboriú.

Em certa data, Manoel Dias comunicou-me que Brizola iria a Santa Catarina, mais precisamente a Navegantes; depois iria a Itajaí ou Balneário Camboriú e, depois, a Joaçaba. Quando chegamos a Itajaí, Brizola mandou parar o carro. Lá também havia um candidato a Prefeito, que também queria que ele parasse. Trançaram o carro do Brizola, e ele pediu: “Desça daí, vamos conversar com o povo”. Mas lá não havia ninguém.

E Brizola falou assim: “Já pensou se o **Jornal do Brasil** me pegar aqui? Não há ninguém! Vocês não comunicaram?” Mas, de repente, parecia que o povo surgia da terra. Itajaí começou a encher-se de tanta gente, que ele pegou o microfone e não parava mais de falar. E isso acabou prejudicando o meu encontro em Balneário Camboriú, porque, como Brizola já tinha falado para tantas pessoas, decidiu ir embora.

Entretanto, tendo ido a Itajaí, se ele não fosse a Balneário Camboriú, minha eleição seria prejudicada, pois certamente cairíamos em um descrédito enorme perante a população, visto que estávamos anunciando a visita de Brizola. Ele pediu um táxi, afirmando que iria embora de táxi, porque eu não queria levá-lo ao aeroporto. Mas conseguimos colocá-lo no carro. Pode-se dizer que seqüestramos Brizola. Ele dizia: “para o aeroporto”. E eu dizia para o motorista: “para Balneário Camboriú”. Ele falava para o Maneca: “Maneca, leve-me para o aeroporto”. E eu dizia: “para Balneário Camboriú”. E o carro foi bem rápido, para chegar o mais rápido possível a Balneário Camboriú. E Brizola me disse o seguinte: “Estás começando mal como

político. Não estás cumprindo com a palavra. Tu me disseste que ia me levar para o aeroporto”.

Naquele trajeto, fomos encontrando centenas de veículos com bandeiras do PDT, milhares de pessoas que gritavam o seu nome. Brizola ainda estava insistindo para ir para o aeroporto. Mas, quando ele viu aquele povo todo, disse: “Moço, mais devagar. Você pode atropelar alguém”. Abaixou o vidro e começou a acenar para o povo. E foi assim que ele chegou ao nosso comício, às dez horas da manhã. A cidade parou, e ele fez um pronunciamento fantástico, sempre com uma rosa vermelha nas mãos.

Fui eleito Prefeito, contra, na época, todo o poder econômico, com mais de 50% dos votos. Logo que assumi a Prefeitura, cumprí um compromisso: o de dar seqüência àquilo que foi sua marca na História do Brasil, ou seja, a construção de Cieps. Construí o primeiro Ciep do Sul do Brasil, e essa escola tem o nome de meu pai – eu me emociono quando falo de meu pai. (Palmas.)

Brizola foi lá e inaugurou o Ciep, que está ali até hoje, uma escola em tempo integral. Tentaram modificar o sistema de ensino. Mobilizamo-nos na cidade, e até hoje continua aquela escola sendo de tempo integral. Todos sabemos que esse sistema de educação tem que ser espalhado pelo Brasil inteiro. As crianças precisam estudar, brincar, ter lazer, e nada melhor que escolas de tempo integral. Instalamos lá esse Ciep, que hoje, para nós, é um orgulho enorme.

Recebi um artigo agora, intitulado: “Como assassinar um anjo”. Não o li ainda, mas nele há a seguinte passagem: “Na época, condenavam os Cieps como se fosse uma obra eleitoreira”.

Ora, se todo homem público lidar com educação, trabalhar com educação dessa forma, pensando em votos, que o façam, mas que o façam para a educação. Realmente quem investe na educação acaba angariando simpatias e, sem dúvida alguma, buscando votos. Quem não investe em educação não pode dizer que é um homem público e querer ter apoio popular. Então, na época, dizia-se que se construíssem Cieps à beira das estradas por causa da campanha eleitoral; uma obra eleitoreira. Ora, se agrada o povo, ela tem que ser eleitoreira, mas desde que haja continuação. Brizola começou as obras, mas infelizmente elas pararam. O Collor veio, tentou modificá-las com os Caics, mas as obras ficaram. E nós não tivemos até agora um Presidente que levasse a sério essa questão da escola de tempo integral.

Construí uma escola em Balneário Camboriú, e, com muito orgulho, até hoje ela está funcionando e servindo muito à qualidade de vida da nossa cidade.

Registro aqui um pouco da história, dos momentos que vivi com Brizola. Hoje estou no PSDB, mas todos sabem, porque já falei várias vezes, da minha história e de todo o apreço e admiração que sempre tive por Brizola e que continuo tendo.

O PDT não perdeu um grande líder; foi o Brasil que perdeu um democrata, perdeu um homem que defendia as cores do nosso País como ninguém.

Então, vim aqui fazer esse registro e prestar minha homenagem a toda a família pedetista e aos familiares de Leonel Brizola. Pessoas que fizeram pelo País têm que ser sempre lembradas, independentemente de cores políticas, porque quem faz pelo País faz por todos nós.

Um abraço e muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador Paulo Paim, como Líder do Bloco de apoio ao Governo.

Enquanto S. Ex^a chega à tribuna, quero parabenizar o Senador Leonel Pavan, não apenas por ter falado do nosso saudoso Brizola, mas pelo orgulho com que S. Ex^a falou que fez uma escola.

Lembro-me de que, há alguns dias, li a autobiografia de Edmund Hillary, o primeiro homem a subir o Everest. No livro, ele afirma que foi o primeiro a subir no Everest, uma das raríssimas pessoas a ter estado nos pólos Sul e Norte, fez travessia de oceanos, mas que aquilo de que mais se orgulha é de ter feito algumas escolas no Nepal. Ele tem uma fundação que faz isso. (Palmas.)

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador da República Cristovam Buarque, que preside esta sessão e que é candidato à Presidência da República pelo PDT; Exmº Sr. Deputado Neiva Moreira, com quem senti uma alegria enorme por caminhar a seu lado ainda na Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Secretário-Geral do PDT, Manoel Dias, que tem uma história bonita de luta que todos nós conhecemos; meus amigos e minhas amigas, é claro que falar de Leonel de Moura Brizola mexe com as nossas emoções. Todos que falaram aqui o fizeram mais com o coração, e isso é muito bonito.

Não vou, ao me referir ao saudoso Brizola, simplesmente contar a história que está nos livros. Que-

ro, Senador Cristovam, falar um pouco da vida do Brizola.

Pelas mãos de sinhá Aninha parteira nasceu em Itagiba, nos idos de 1922, em plena solidão dos pampas gaúchos, entre a prosa de Alcides Maia e os tilintares das adagas dos maragatos e dos chimangos. Seu pai, de nome José, era federalista dos quatro costados. Lutara em 93, na revolução da degola, ao lado do Conselheiro Gaspar Silveira Martins.

Quis o destino que o velho maragato tombasse em 1923, quando peleava nas tropas do comandante do norte Leonel Rocha. Sua mãe, Dona Onívia, ensinou-lhe as primeiras letras. Ela contava a vida do pai.

A Revolução de 30 já era vista no horizonte. E o menino, cada vez mais homem, de calças curtas e pés descalços, empunhava uma espada de pau e, montado em seu flete de taquara, não se cansava de gritar ao vento minuano do nosso Sul: "eu sou o capitão Leonel". Orgulho do comandante. Líder como seu pai.

E assim cresceu o piá comandante de si mesmo e das tropas de osso que outrora eram a diversão da gurizada.

Claro que a infância de quem perde o pai muito cedo é triste, ou o é na maioria das vezes, mas a infância de quem um dia entrará para a história e fará com que homens, mulheres, velhos, jovens, negros, deficientes, índios e as minorias discriminadas chorrem e tenham orgulho da Pátria, da "pacha mama", é a coisa mais linda que Deus poderia criar. Essa é a figura de Brizola.

Por certo, poucos foram os escolhidos pelo grande Pablo Neruda. Ah, saudoso Neruda! Para mim, Neruda é um dos maiores poetas que a América Latina pariu e, sem dúvida, um dos maiores do mundo.

Neruda, que foi ministro de Salvador Allende, escreveu um poema a Leonel Brizola, que eu sei que está nas paredes dos pedetistas.

Diz o poema de Neruda:

Novas ilhas, novos rios, novos vulcões fazem de nosso continente uma nova geografia. Queremos nova agricultura, outras forças juvenis, uma sociedade mais pura, novos protagonistas da história, que está nascendo e que temos o dever de construir. Quem pode estar contra a nova vida? Celebremos a chegada de Leonel Brizola no cenário da América como uma deslumbrante encarnação de nossas esperanças. Estamos cansados da rotina de miséria, de ignorância, de injustiça econômica. Abramos o caminho àquele que encarna hoje a possível construção do futuro.

Se Neruda me permitisse, eu diria, Senador Cristovam: fiquem de pé, rufem os tambores, toquem os clarins para saudar Leonel de Moura Brizola!

Sr. Presidente, celebramos aqui dois anos da morte de Leonel de Moura Brizola, que considero o político mais importante da nossa geração, sem dúvida alguma o mais importante e determinado homem público da República desde Getúlio Vargas.

Eu poderia falar, como disse aqui, da sua bela biografia, mas optei por momentos da vida que marcaram a nossa geração.

Tinha eu dez anos quando ouvi, pela primeira vez, Brizola. Ele falava na Rede da Legalidade pelos microfones da Rádio Guaíba de Porto Alegre e pedia para que o povo brasileiro resistisse pela manutenção constitucional e que dessem posse a João Goulart na Presidência da República. Esse fato, com certeza, marcou a geração de muitos brasileiros.

Naqueles dias frios, Senador Cristovam, de 1961, muitas vezes eu estava lá, no pátio, no quintal, a jogar bolita, a soltar pandorga. Mas quando a Rádio tocava, a meninada, a gurizada dizia “paremos de jogar, paremos de brincar para ouvir Leonel de Moura Brizola!”

Sr. Presidente, quis o destino que aquele menino de dez anos se encontrasse, em 1984, no Palácio da Guanabara, Rio de Janeiro, com o então Governador Brizola.

Estava eu numa comissão de sindicalistas. Os mais experientes, quando Brizola ia nos receber, falaram: “olha, Paim, seja rápido nessa conversa, porque temos ainda que ir para Minas Gerais”.

Dito, mas não feito. Brizola, com sua fala mansa, seduziu a todos nós. Resultado. A conversa regada a chimarrão terminou na madrugada, em seu apartamento em Copacabana.

Assim era Leonel Brizola: um homem apaixonado pelas suas idéias. Confesso que não entendo até hoje, não entendo mesmo, como um homem como Leonel Brizola não chegou à Presidência da República do meu País, do Brasil. Não entendo mesmo! (Palmas.)

Tive o orgulho de estar com ele na campanha pelas Diretas Já. Fizemos longas caminhadas, e, nessas caminhadas, as conversas, diálogos profundos. Confesso que aprendi muito com ele.

Lembro-me de um comício na capital gaúcha. Escutávamos apenas a sua voz. De longe, o silêncio a rodear aquela multidão. Lá no Sul, dizíamos que, quando Leonel de Moura Brizola falava, parecia que até o silêncio se curvava para escutá-lo. Por isso, ele encantava a todos.

Lembro-me de outro momento. Eu, Vice-Presidente desta Casa, em 2003, Leonel de Moura Brizola me fez uma visita no gabinete. Sabia do meu carinho por ele. E digo a todos aqui que fiquei maravilhado com a sua conversa. Penso que foi aí que cheguei à conclusão de que Brizola entraria para a eternidade.

Enquanto eu escrevia, ontem, este pronunciamento, recordei Santo Agostinho: “Na eternidade, nada passa; tudo é presente. O passado vem empurrado por um futuro, e o futuro vem atrás de um passado. Quem prenderá o coração de um homem para que ele pare e veja como, estando imóvel, a eternidade governa os tempos futuro e passado sem ser nem futuro nem passado?”

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a cita algo que neste momento reafirmo. Quando penso na história da humanidade, lembro os grandes homens que marcaram a nossa geração: Gandhi, Che Guevara, Nelson Mandela, Martin Luther King. Quando o filme da nossa vida passa na minha frente, tenho certeza de que ali, na telinha, vem a figura, com muita luz, de Leonel de Moura Brizola. (Palmas.)

Se eu tivesse de dizer quais os heróis que norteiam minha vida, é claro que eu buscara, lá no passado, Zumbi dos Palmares. Mas, se eu fosse me referir à geração presente, lembraria Gandhi, Che Guevara, Nelson Mandela, Martin Luther King e Leonel de Moura Brizola. (Palmas.)

Se me permitirem, para se ter uma idéia do que representava Leonel de Moura Brizola não somente para nós, para a Esquerda no mundo, basta dar uma recorrida aos principais jornais do mundo quando da sua morte. Permitam-me. Trata-se de uma homenagem a esse homem ímpar na caminhada da humanidade.

Segundo o espanhol **El País**, “O velho leão da esquerda brasileira morreu na segunda-feira no Rio”.

Na Grã-Bretanha, o **The Independent** publicou: “Brizola foi o defensor dos mais pobres entre os pobres do Brasil”; e o diário londrino **The Guardian**: “Brizola foi o orador mais talentoso da vida pública do Brasil”.

Nos Estados Unidos, o **The New York Times** fez a referência: “O papel de Brizola na tentativa de evitar um golpe militar no início dos anos 60 fez com que ele se destacasse na política brasileira em defesa da democracia”. Também nos Estados Unidos, o **Los Angeles Times** classificou Brizola como “um dos mais notáveis políticos de esquerda do Brasil”.

Na França, o jornal **Le Monde** afirmou: “Brizola, o herdeiro de Getúlio Vargas, morreu”. E o **Libération** publicou: “O Brasil está de luto pela morte de seu líder de esquerda”.

Sr. Presidente, para terminar, faço questão de deixar uma frase para reflexão de todos nós. A máxima é de autoria do pai do positivismo, Auguste Comte: "Os vivos são sempre, cada vez mais, governados pelos mortos". Eu digo: acredito que, se essa máxima fosse seguida pelos homens públicos, com certeza, o nosso País estaria bem melhor.

Termino dizendo: vida longa, vida longa aos ideais de Leonel de Moura Brizola.

Um abraço a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra, com muita satisfação, à Senadora Heloísa Helena, talvez a única que eu chame de cidadã Senadora em vez de nobre Senadora, porque ela é muito mais do que nobre. (Palmas.)

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Primeiramente, desejo parabenizar V. Ex^a, Senador Cristovam, pelo requerimento, pelo empenho para que esta sessão de homenagem fosse hoje concretizada.

Saúdo todos os familiares, amigos e dirigentes do PDT; na Mesa, o Deputado Neiva, Manoel Dias; todos os dirigentes do PDT, herdeiros do trabalhismo histórico, espalhados por todo o Brasil.

Tanto o Senador Cristovam como os Senadores Pedro Simon, Leonel Pavan e Paulo Paim fizeram as suas brilhantes homenagens a uma figura tão preciosa como Brizola. Vou fazer um simples, delicado e carinhoso testemunho do Brizola que conheci, com o qual vivenciei situações muito importantes num dos momentos mais difíceis da minha vida pública, que foi justamente quando do processo de expulsão do PT.

Eu sabia de toda a história do Brizola, porque todos nós militantes da esquerda o admirávamos. Eu sabia da infância pobre, da resistência democrática, do seu compromisso com a soberania nacional, com a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade. Tudo isso eu sabia. Portanto, eu sabia de todo o passado de Brizola, mas tive o privilégio de conhecer Brizola com mais de 80 anos de idade.

O passado é importante. Não se pode apagar o passado das pessoas, é desonesto intelectualmente. Mas muitos que foram parte da resistência democrática depois se venderam. Foram muitos os que tiveram história de criança pobre e, depois, quando tocaram o solo dos palácios, se venderam, traíram a sua história de vida, traíram a sua classe de origem.

Por isso, sinto-me muito feliz por ter conhecido um homem com mais de 80 anos de idade que podia olhar de cabeça erguida para os caminhos que tri-

lhou, dizendo: honrei a minha infância pobre, a minha resistência democrática, a minha classe de origem, a minha história de vida.

Isto, para mim, era o mais importante:vê-lo, com mais de 80 anos, resistindo de forma implacável.

Depois, Senador Simon, num momento difícil do debate da reforma da Previdência, resolvemos – alguns poucos gatos pingados da Esquerda que resistiam – fazer uma reunião com Brizola e Lupi no Rio de Janeiro.

Deus do céu! Foi na reunião do partido de que eu fazia parte que entendi como havia uma guerra rançosa, inconsequente, intolerante contra Brizola, mantida por lideranças importantes do PT e do Governo Lula. Fiquei impressionada, porque exigiam de mim, no Conselho de Ética, que eu desse um testemunho de arrependimento por ter ido encontrar Brizola.

Ora, uma gente que se encontrava com tudo o que não presta no País exigir de mim um testemunho de arrependimento por encontrar, por conversar com uma das mais importantes personalidades e figuras da História do Brasil era a mesma coisa que eu arrancar de mim a minha história de vida e me vender num processo de inquisição como aquele que eu passei.

Nos meses de glória do atual Governo, Brizola estava lá, de forma implacável, contundente. E todos nós esperávamos o artigo que sairia, aquele artigo cujo formato já conhecíamos. Ali estava a linha ideológica, a combatividade, a consequência política, a honestidade, com suas idéias. Toda semana, esperávamos para ver a linha que Brizola estaria dando aos seus artigos. Em todos os momentos, naqueles momentos e nos meses de glória, ele teve a capacidade, a honestidade intelectual, a consequência política de mostrar claramente a traição, através da política econômica e da farsa da reforma da Previdência.

Sou muita grata a ele. Enquanto muitos trabalhavam de forma ardente a minha expulsão do PT para agradar a "Sua Majestade Barbuda" do Palácio do Planalto, Brizola me oferecia o PDT como abrigo. Ele me disse: "Sei a dor e vazio que é tirarem de mim o meu partido. Sei o que é isso. Portanto, minha filha, se você precisar de um abrigo para disputar a eleição, o PDT será o seu abrigo". E comprehendeu, com humildade e com grandeza, quando eu disse: "Vou ficar até o fim", mesmo sendo punida pela legislação eleitoral, que me impedia de ser candidata, se eu passasse; essa foi a forma ardilosa que meu ex-partido encontrou para tentar me tirar. Mas eu dizia: "Brizola, eu quero olhar no olho de cada uma das minhas companheiras e dos meus

companheiros do partido a que dediquei mais de vinte preciosos anos da minha juventude e da minha vida. Querovê-los levantar o crachá. Quero olhar no olho de cada um deles para ver quem vai defender a minha expulsão". Ele, com humildade, tranqüilidade e grandeza, abraçou-me e disse: "Siga o seu caminho". Quando eu disse a ele que não podia e que eu precisava ficar para juntar e colar os caquinhos de alguns poucos agrupamentos da Esquerda na conjunção de um novo partido, humildemente e com grandeza, ele estava lá.

Manoel, Cristovam e Neiva, a última cena que guardo dele aconteceu em seu apartamento, em Copacabana. Foi a última vez em que estive com ele e em que ele insistia em dizer algo em que nenhum de nós acreditava. Dizia ele que estava no pôr-do-sol, no ocaso. Ninguém ali podia dizer isso. Várias vezes, ninguém acreditava. Eu brincava, dizendo que ele ia me enterrar. Ele dizia que estava se pondo. Ele sentia que estava no ocaso e que nós estávamos nascendo. Ele sentia e dizia isso, e nós insistíamos em não acreditar nele. Da janela de seu apartamento, ele olhou para aquele marçâo lindo de Copacabana e disse: "Heloísa, esta vida e esses problemas não valem nada quando olhamos esta coisa tão linda que está aqui".

Portanto, a minha homenagem e o meu carinho a essa personalidade da vida nacional que meu deu a oportunidade de conhecê-lo. Conhecer um jovem rebelde e defensor das suas idéias é fácil. Faz parte da juventude. Digo sempre que uma das coisas que mais me emocionam é ver uma pessoa que passou pela vida e não se vendeu, como o Senador Pedro Simon e o Senador Lauro Campos, que foi deste Senado. É isso. A rebeldia e a capacidade de luta da juventude são nossa obrigação. Quem merece homenagens são as pessoas que não se venderam, que não se renderam mesmo quando tocaram o território do inimigo de classe, dos adversários políticos, o solo supostamente sagrado dos palácios.

Algumas dessas pessoas homenageamos em vida, como eu faço com o Senador Pedro Simon e fiz com o Senador Lauro Campos. Outros, infelizmente, só temos oportunidade de prestar a justa, delicada e preciosa homenagem quando não estão mais aqui.

Com certeza, Leonel Brizola está junto com os guerreiros celestiais, de espada em punho para nos ajudar nas lutas da terra. Meu tributo a Leonel Brizola, minha homenagem a esse homem que conheci com mais de 80 anos, honrando sua história de vida de menino pobre, de defensor das causas democráticas. Mesmo tendo tocado os tronos do palácio, ele não traiu sua própria história de vida e sua classe de origem.

Minha homenagem a todos os seus familiares e amigos, aos que fazem o PDT e a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, por propor a homenagem e por realizar esta sessão.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, hoje candidato à Presidência da República pelo PDT; prezados Presidente Neiva Moreira e Manuel Dias, que aqui representam o Partido de Leonel Brizola; meus queridos companheiros e companheiras de batalha e de ideais, gostaria de também me solidarizar com esta homenagem que os Senadores Cristovam Buarque, Pedro Simon, Paulo Paim e Heloísa Helena prestam a Leonel Brizola.

Em algumas passagens de minha vida, reconheci em Leonel Brizola uma pessoa que tanto lutou por democracia e por justiça a fim de que o Brasil pudesse ser um País muito próximo dos sonhos da maioria do povo brasileiro.

Durante os anos 60, conheci Leonel Brizola, mas pouco, quando eu era estudante e acompanhava com muita atenção os fatos no País.

De 1963 a 1964, eu era Diretor Cultural, depois Presidente do Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas, e muito me preocupei com os movimentos que vieram a desencadear o golpe de 31 de março e 1º de abril de 1964.

Percebi, ali, que acabaríamos entrando em um período de trevas, em muitos aspectos. Organizei, na época, uma reunião com todos os alunos da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, convidando professores e estudantes para debaterem. Tomamos a decisão conjunta, às vésperas do 31 de março, de que fosse respeitada a Constituição Federal e de não admitirmos a derrubada do Presidente João Goulart daquela maneira.

Dentro desse espírito, acompanhei a defesa que fazia Leonel Brizola na campanha pela legalidade. E tantos outros fatos fizeram com que dele eu me aproximasse, inclusive quando, nos idos dos anos 70, ele se encontrava exilado. Fui visitá-lo, uma vez em Nova Iorque, outra em Estocolmo, na Suécia. Nessa ocasião, encontrei-me com Leonel Brizola e também com Fernando Gabeira, que trabalhava no metrô de Estocolmo. Vivemos momentos de lembranças e de expectativas de democratização do Brasil.

Quando foi formado o Partido dos Trabalhadores e Leonel Brizola veio, então, do exílio, o primeiro encontro significativo e importante que teve o Presidente Lula com o Presidente do PDT, Leonel Brizola, se deu em minha residência, Senadora Heloísa Helena. Tive ali a honra de propiciar o encontro de ambos. Tivemos um almoço e uma longa conversa. E sempre percebi que seria positiva a aproximação do Partido dos Trabalhadores com o Presidente do PDT, Leonel Brizola, o que muitas vezes acabou acontecendo, especialmente quando Leonel Brizola integrou a chapa do Presidente Lula.

Por isso, considero muito importante estarmos sempre aqui recordando os aspectos da vida de Leonel Brizola, como fizeram aqui Pedro Simon, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Heloísa Helena. São ensinamentos tão significativos para nós que queremos continuar na luta pelos ideais que ele, conosco, abraçou: os ideais de construção de democracia, de libertação do povo e, efetivamente, compreendendo-o tão bem, como fez hoje o candidato a Presidente pelo PDT, Cristovam Buarque, ressaltando a educação – como fazia Leonel Brizola juntamente com Darcy Ribeiro e os que criaram com eles os Cieps. Eles enfatizavam a importância da universalização da educação de boa qualidade.

Há poucos dias, Fausto Wolff escreveu no **Jornal do Brasil** um artigo muito interessante sobre os Cieps e sobre o fato de **O Globo**, que tantas vezes teceu críticas ferozes aos Cieps, em dias recentes, fazer reportagens dizendo como os Cieps, que continuam funcionando bem – refiro-me àqueles que estão funcionando bem –, acabaram sendo exemplos tão importantes à luz dos ideais de Leonel Brizola.

Lá em São Paulo, os Centros de Educação Unificada (CEUs), construídos pela Prefeita Marta Suplicy, tiveram como exemplo os Cieps de São Paulo e se constituíram em modelos que não podem agora ser abandonados, dada a aceitação tão forte pelo povo mais pobre das áreas periféricas de São Paulo, que deseja escolas de boa qualidade quanto os CEUs.

Os Cieps devem receber o cuidado necessário para que seja honrada a memória e os ideais de Leonel Brizola, porque efetivamente constituem uma experiência que não pode ser abandonada, nem menosprezada.

Portanto, deixo aqui o meu abraço, cumprimentando-os por esta sessão de homenagem à memória de Leonel Brizola.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Agradeço a todos que vieram aqui prestar esta homenagem muito justa a esse grande homem. Quero citar especialmente o nome do Prefeito Max Filho, da cidade de Vila Velha, nosso correligionário, que muito nos honra com sua presença. Peço a ele que leve um grande abraço para o seu pai.

Agradeço a cada um dos que fizeram discurso, especialmente à Senadora Heloísa Helena – sem querer menosprezar nenhum dos outros –, pela maneira tocante com que falou.

Cumprida a finalidade desta sessão, agradeço a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Srª Senadora Lúcia Vânia enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

A SRA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a sessão de hoje, representa para todos nós, Parlamentares, independente de partido político, uma tarefa bastante nobre: recordar uma das figuras mais importantes do cenário político brasileiro.

Leonel Brizola representou um dos mais significativos papéis da História brasileira na segunda metade do Século XX, sempre visando ao interesse da nossa população.

Foi aquele político arraigado aos seus ideais que não desistiu diante das derrotas.

Que não se abateu diante das sombrias nuvens que cobriram o solo brasileiro durante duas décadas.

Que não recuou quando artimanhas de todas as espécies foram tentadas contra ele; que não esmoreceu quando foi exilado de sua terra; enfim, ao final da vida, não temeu apontar o dedo para o falso profeta que prometia o paraíso sem fome e nos entregou a maior devassidão moral já vista na história da república brasileira.

Sua primeira militância política se deu quando ingressou no antigo PTB, em agosto de 1945. Ainda verde no mundo da política, admitia que era movido mais pela paixão do que por profundos conhecimentos ideológicos.

Minha intenção com esse breve depoimento que faço de Leonel Brizola, não é apenas mostrar seus primeiros anos na seara da política, mas também se constitui em uma verdadeira declaração de princípios

do que foi toda a sua vida: apaixonada, vibrante, mas, sobretudo, dedicada aos mais pobres, aos mais humildes, aos mais necessitados.

Assim foram as suas ações como administrador. Depois de ter sido Deputado Federal, tornou-se, em 1955, Prefeito de Porto Alegre. À frente de um cargo executivo, deu especial atenção ao atendimento das reivindicações das classes operárias, como saneamento básico, melhoria dos transportes coletivos e criação de escolas.

Esse último ponto, aliás, foi sempre uma das lutas de Brizola: aumentar a oferta de educação, principalmente nas regiões mais pobres e carentes.

Três anos depois, em 1958, Brizola foi eleito Governador graças à sua atuação como Prefeito da capital sul-rio-grandense. É a partir de então que assume papel de destaque no cenário nacional.

Suas iniciativas no campo da educação sempre se salientaram, com a abertura de cinco mil, novecentos e duas novas escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios e escolas normais no Estado gaúcho. Repetia, na educação estadual, o que fizera em Porto Alegre.

Mas o grande papel de Brizola foi o de mantenedor da legalidade após a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de Presidente da República, em 25 de agosto de 1961.

Naquele momento, diversas lideranças militares se opuseram à posse de João Goulart, vice-presidente eleito, como novo Presidente da República.

Brizola, comandando mais de 100 emissoras de rádio da Região Sul do País, estabeleceu a “cadeia da legalidade”, isto é, a mobilização popular para garantir que João Goulart se tornasse Presidente da República, tal qual assegurava a Constituição de 1946.

Em breve, o movimento se alastrou por outros Estados e a tentativa de golpear as instituições republicanas foi posta abaixo.

Por meio de um acordo, Goulart tomou posse em troca do estabelecimento do Parlamentarismo como forma de governo.

O Governo de João Goulart foi dos mais tumultuados de nossa história, ocasião em que o acirramento das disputas ideológicas levou o Brasil a se dividir, de forma inconciliável, entre pólos que defendiam projetos opostos de país.

O resultado foi a ruptura institucional, com o Golpe Militar de 31 de março de 1964.

Milhares de brasileiros, diante da implacável perseguição política, buscaram asilo em outras terras.

Tal foi o caso de Brizola, que primeiro se asilou no Uruguai, depois nos Estados Unidos e, finalmente, em Portugal.

Nesse último país, ocorreu um encontro que resultaria, mais tarde, na fundação de um novo partido político: o PDT.

Em 6 de setembro de 1979, se inicia a segunda fase da carreira política de Leonel Brizola, ao retornar do exílio. Mudando-se para o Rio de Janeiro, elege-se governador daquele Estado em 1982.

No Rio de Janeiro, criou, ao lado de Darcy Ribeiro, seu Secretário de Educação, os Cieps, considerados modelos de estabelecimentos educacionais.

Após seu falecimento, em 21 de junho de 2004, Brizola recebeu inúmeras homenagens de políticos.

Porém, as mais importantes foram as manifestações populares, sobretudo as que ocorreram no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, seus dois maiores redutos políticos.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, recorro à sabedoria popular. Brizola foi um guerreiro do povo brasileiro. Um autêntico herói nacional. Nem sempre se saiu vencedor das batalhas, nem sempre foi bem-sucedido, mas, em todos os momentos, lutou com uma força de vontade, uma paixão pela vida pública e uma dedicação aos mais necessitados que se mostrou inabalável.

Leonel Brizola deixou muitos exemplos para todos aqueles que se dedicam à vida pública, mas o principal e que todos nós devemos seguir sempre, independentemente de filiação partidária ou ideológica é: Ame o Brasil, mesmo que esse amor nem sempre seja correspondido na mesma medida.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Ficam prejudicados os **Requerimentos nºs 795, 798 e 799, de 2004**.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 25 minutos.)

Ata da 86^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 21 de junho de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza,
Ramez Tebet, João Tenório, Magno Malta, e da Sra. Heloísa Helena*

**ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:**

Período : 21/6/2006 07:40:47 até 21/6/2006 20:57:58

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	MS	ANTÔNIO JOÃO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PC ^{MM}	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉREZ	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PFL	DF	PAULÔ OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	X	

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Esgotou-se ontem, o prazo previsto no art. 91º, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006, (nº 2.014/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 298, de 2006**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (hum bilhão de reais), para o fim que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 298

Publicação no DO	20-6-2006
Emendas	até 26-6-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	20-6-2006 a 3-7-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	3-7-2006
Prazo na CD	de 4-7-2006 a 17-7-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	17-7-2006
Prazo no SF	1º-8-2006 a 14-8-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à 14-8-2006 CD	
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	15-8-2006 a 17-8-2006 (43º eo 45º dia)
Régime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	18-8-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	1º-9-2006 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 18, de 2006-CN (nº 928-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 865, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à construção da Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais – PT nº 18544051537150031.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

ROJETO DE LEI DO SENADO N° 190, DE 2006

Altera as Leis nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para restringir a venda de álcool etílico líquido e submetê-la à regulação das autoridades sanitárias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 3º:

“Art. 5º

.....
§ 3º A dispensação, exposição à Venda, venda, comercialização, entrega ao consumo e fornecimento de álcool etílico hidratado, em todas as suas graduações, e de álcool etílico anidro estarão sujeitas à observância de concentrações, graduações, volumes, embalagens, rotulagens, advertências, substâncias desnaturalantes, finalidades de uso, condições técnicas e locais de dispensação e de comercialização definidos em regulamento pela autoridade sanitária. (NR)”

Art. 2º O § 1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XII:

“Art. 8º
§ 1º
.....
XII – álcool etílico hidratado, em todas as graduações, e álcool etílico anidro.
..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) editou, no início de 2002, um regulamento técnico destinado a restringir a comercialização de álcool etílico hidratado, em todas as suas graduações, e de álcool etílico anidro. Trata-se da Resolução RDC nº 46, de 20 de fevereiro de 2002 – alterada pela Resolução RDC nº 219, de 2 de agosto de 2002 —, que redundou em importante redução no número de acidentes por queimaduras no País.

Não obstante a relevância da matéria e seu indiscutível mérito, qual seja o de prevenir acidentes por queimadura ou ingestão daquelas substâncias, tal medida teve sua eficácia afetada em virtude da decisão de número 2002.01.00.027917-4/DF, proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em 8 de agosto de 2002, que proibiu a Anvisa de restringir ou punir a comercialização de álcool etílico na forma líquida. Desse modo, permitiu-se que as indústrias afiliadas à Associação Brasileira de Produtores e Envasadores de Álcool (ABRASPEA) voltassem a comercializar o produto em supermercados, farmácias, drogarias, armazéns e empórios, entre outros estabelecimentos comerciais. Cabe ressaltar que, após a liminar concedida em favor dos fabricantes, os acidentes por queimadura aumentaram novamente.

Embora seja incontestável o poder regulatório da Anvisa, como bem demonstram os arts. 7º, inciso IV, e 8º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que “define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências”, o assunto tem se prestado a interpretações jurídicas equivocadas, obstando a aplicação efetiva da norma. Assim sendo, e face à importância do tema, tornou-se mandatória a sua regulação pela via legislativa, a fim de se evitar questionamentos acerca dos limites da competência normativa da Anvisa sobre o assunto.

Nesse sentido, a presente proposição legislativa almeja restringir a comercialização de álcool etílico hidratado e anidro, na forma líquida. Pretende, ademais,

reforçar o poder regulatório da Anvisa – autarquia vinculada ao Ministério da Saúde – e, consequentemente, minimizar os riscos oferecidos à saúde pública decorrentes do uso inadequado do álcool etílico na forma líquida, principalmente as queimaduras e a ingestão do produto, cujas vítimas são, na maioria, crianças. Por fim, a proposição aspira mitigar o sofrimento, as lesões e as seqüelas, bem como evitar as mortes associadas ao uso inadequado e à venda livre do álcool etílico líquido, prática comercial arcaica banida na grande maioria dos países.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2006. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correilatos, e dá outras providências.

Art. 5º O comércio de drogas, medicamentos e de insumos farmacêuticos é privativo das empresas e dos estabelecimentos definidos nesta lei.

§ 1º O comércio de determinados correlatos tais como aparelhos e acessórios, produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos, odontológicos, veterinários, de higiene pessoal ou de ambiente, cosméticos e perfumes, exercido por estabelecimentos especializados, poderá ser extensivo às farmácias e drogarias observado o disposto em lei federal e na supletiva dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.

§ 2º A venda de produtos dietéticos será realizada nos estabelecimentos de dispensação e, desde que não contenham substâncias medicamentosas, pelos do comércio fixo.

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras provisões.

Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 20 desta Lei, devendo:

IV – estabelecer normas e padrões sobre limites de contaminantes, resíduos tóxicos, desinfetantes, metais pesados e outros que envolvam risco à saúde;

.....
Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

I – medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias;

II – alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários;

III – cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes;

IV – saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos;

V – conjuntos, reagentes e insumos destinados a diagnóstico;

VI – equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos e hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem;

VII – imunobiológicos e suas substâncias ativas, sangue e hemoderivados;

VIII – órgãos, tecidos humanos e veterinários para uso em transplantes ou reconstituições;

IX – radioisótopos para uso diagnóstico **in vivo** e radiofármacos e produtos radioativos utilizados em diagnóstico e terapia;

X – cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumígero, derivado ou não do tabaco;

XI – quaisquer produtos que envolvam a possibilidade de risco à saúde, obtidos por engenharia genética, por outro procedimento ou ainda submetidos a fontes de radiação.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 696, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para o BESC – Banco do Estado de Santa Catarina por esta instalando, nesta semana, as agênc-

cias bancárias de Barra Bonita, Bandeirante e Santa Terezinha do Progresso, concluído assim, sua cobertura em todos os 293 municípios do Estado.

Sala das Sessões, 21 de Junho de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

REQUERIMENTO Nº 697, DE 2006

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 17 do corrente, do humorista Cláudio Besserman Vianna, o Bussunda, fundador do grupo Casseta & Planeta, bem como apresentação de condolências aos seus familiares, sua esposa Angélica Nascimento, à filha Júlia, aos colegas do Casseta e Planeta: José Lavigne, Beto Silva, Cláudio Manoel, Marcelo Madureira, Hélio de La Peña, Hubert Aranha, Reinaldo Figueiredo e Maria Paula Fidalgo Suplicy.

Justificação

O humor brasileiro está de luto. No último sábado, dia 17, perdeu Bussunda, vítima de um infarto. Cláudio Bressermann Vianna, estava em Pasdorf na Alemanha, onde fazia a cobertura da Copa do Mundo e vivia seu último personagem – “Ronaldo fofomêno”, numa paródia ao atacante Ronaldo.

Filho de Luis Guilherme Vianna e Helena Bresserman Vianna, Bussunda nasceu no Rio de Janeiro e era fanático torcedor do Flamengo. Era casado com a jornalista Angélica Nascimento com quem tinha uma filha. No próximo domingo ele completaria 44 anos.

Ainda estudante de jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, começou a trabalhar como redator do jornal humorístico *Casseta Popular* que, no início da década de 1980, fez sucesso ao combinar o humor escrachado com a crítica política e de comportamento. Na imprensa escrita, sua atuação como cronista se deu principalmente na área de esportes. Entre 1989 e 1999, colaborou semanalmente no diário carioca **O Dia**. Atuou também como cronista na revista **Placar** e, em 1999, iniciou colaboração com o jornal esportivo **Lance**. Foi também titular da coluna Alô Rapaziada, voltada para o público adolescente e publicada no suplemento Zap! do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Em 1988, iniciou suas participações na IV ao ser contratado como redator do programa IV Pirata. No ano seguinte, o **show** “Eu vou tirar você desse lugar” daria início à parceria com o Planeta Diário, surgindo então o Casseta & Planeta.

Desde 1992, protagonizou o programa humorístico Casseta & Planeta Urgente!, exibido pela TV Globo. Mesmo após a criação do programa, Bussunda conti-

nuou a atuar como cronista e jornalista independente, colaborando com várias publicações esportivas. Ele encontrou no humor o que realmente queria fazer da vida. Como ele próprio dizia o humor me salvou.

Escreveu onze livros, lançou três discos, enceu uma peça de teatro e protagonizou um filme em 2003, A Taça do Mundo é Nossa. Fez uma participação especial no filme Como ser Solteiro e dublou o personagem principal da animação Shrek.

Como protagonista do Casseta & Planeta desde 1992, Bussunda representava vários personagens, como o jogador Ronaldinho, o Fenômeno, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Cláudio Manoel, companheiro e amigo de infância afirma que está soterrado. Para ele “é difícil falar sobre este momento. Fomos amigos de infância, moramos juntos, não consigo me lembrar de nenhum momento sem ele. Sua morte é uma tsunami”.

Para Hélio de La Peña, Bussunda é insubstituível: “Ele era o ponto de equilíbrio do grupo. Não sabemos como vamos ficar sem ele”.

Beto Silva também lamentou a morte do amigo: “Bussunda era uma pessoa do bem, um gênio, um grande amigo. É uma perda para o Brasil”.

Maria Paula, a única mulher do grupo, disse encarar a morte de Bussunda como um pesadelo e que não consegue descrever a dor pela perda do amigo. Pediu que todos se lembrem de Bussunda como uma pessoa que trouxe alegria ao País e luz para os integrantes do Casseta e Planeta. “O Bussunda foi um cara muito bacana e ele trouxe muita alegria para todo mundo. Então, é tão estranho, é tão esquisito isso; parece mentira, não tem o menor cabimento, não faz sentido. É uma dor, realmente, que eu não sei descrever”, desabafou.

O programa Casseta & Planeta, Urgente, dessa terça-feira dia 20 foi especialmente preparado em homenagem ao humorista. Mostrou imagens inesquecíveis de seus personagens, como a Helena de “Esculachos de Família” e o Presidente Lula em suas sátiras políticas.

É claro que o futebol, uma das maiores paixões de Bussunda, não ficou de fora. Até uma entrevista com Ronaldo Fenômeno feita na Copa de 2002 foi exibida. Zico, o eterno galinho de Quintino reapareceu no programa ao lado dos jogadores do Tabajara Futebol clube, dentre eles, Marrentinho Carioca.

Também o craque Maradona, não escapou. Foi lembrado com a reapresentação do quadro “O Pescalero de Don Diego”. E para fechar com chave de ouro, mais um campeão: Ayrton Senna, em entrevista, logo nos primeiros anos do Casseta no ar.

Agora, sem Bussunda, as noites de terça-feira não serão mais as mesmas. Este sentimento da falta de Bussunda está muito bem colocado no artigo que Maria Paula Fidalgo escreveu para o **Correio Brasiliense**:

Bussunda, nossa grande estrela...

“Tá no céu, em cada risada que ecoa, em cada gol. O Bussunda agora tá em toda coisa boa que acontecer, tá decretado! Pois um cara como ele só pode ser encontrado na alegria! Durante todo o velório (que foi exatamente durante o jogo Brasil x Austrália) e especialmente na hora do enterro fiquei ouvindo os fogos, os gritos, a comoção da torcida na hora do gol, tudo parecia absurdo naquele momento. Não dava para acreditar que ele estava deitado naquele caixão, enquanto o resto do País comemorava um gol. Só agora, alguns dias depois, me veio o verdadeiro sentido de tamanha coincidência: era na hora da gol que ele ficava mais feliz na vida. Ele foi um verdadeiro apaixonado por futebol!

Aqueles gols eram o sinal do universo de que só aquela enorme alegria poderia estar à altura daquele momento de despedida. A vida provando que o inesperado vem também para a felicidade: a comemoração do jogador que entrou em campo nos últimos minutos da partida e fez o último gol foi tão emocionante quanto o inesperado da morte do craque do humor. O Fred se viu de cara para o gol com o rebote do chute do Robinho e só teve que tocar, sair pro abraço e virar herói de uma hora para outra, no mesmo momento em que o mago da graça estava virando história, memória... Como a vida muda de rumo inesperadamente!!!

Esse **insight** me deu até mais vontade de fazer tudo o que puder ser feito, usar todas as chances agora, não guardar nenhuma ficha para depois... vai que não dá tempo. Fui uma pessoa de muita sorte por conviver intimamente com o Bussunda durante os últimos 14 anos. Quando dei o último beijo nele, só pude dizer obrigada! Ele me ensinou tantas coisas...

Quando eu chegava na Globo para gravar, ia de sala em sala até achar o Bussunda, só para matar a saudade, rir um pouco, ganhar aquele abraço tão bom... Depois do almoço a gente sempre tinha uns 15 minutos e eu aproveitava para tirar uma soneca deitada no colo dele... Ai que colo bom... Ai que papo bom... Que tudo de bom que foi o Bussunda na minha vida! Enquanto ele fazia as caracterizações, eu ficava fazendo massagem nas costas dele. Quando ele sentia falta de ar por causa da asma, eu fazia uns pontos de acupressura, e sempre passava!

Passamos as últimas férias juntos na Praia do Forte e já estávamos combinando de alugarmos juntos

uma casa no Havaí no próximo verão. Ele já tinha até comprado um pranchão... Nos dois filmes que fizemos juntos contracenamos bastante. No primeiro, éramos um casal apaixonado. No segundo, ele era meu irmão. Dividir a cena com ele sempre foi uma delícia, uma brincadeira boa! Perdi a conta das vezes que subi ao palco com ele para entregar prêmios, apresentar eventos, até para cantar. O duo mais quente foi Bill Pinton e Monica Chupinsky. Ele foi meu companheiro mais gentil; aliás, ele era o amorzinho da vida de todo mundo!

Por isso, está sendo tão difícil encarar a falta que ele faz, porque além de gênio do humor, ele era uma flor, um amigo extremamente carinhoso, uma mente muito lúcida, com uma visão de mundo sem preconceitos, nem babaquices. Toda semana me perguntava se eu já tinha leído o “dever de casa” (a crônica do **Correio**) e quando eu estava sem idéia, ele sempre propunha um tema interessante. Bussunda sempre acrescentou, no meu trabalho e na minha vida...

Agora, ele será nossa grande inspiração. E da lembrança dele que vamos tirar a graça das coisas.

É bola pra frente! Vamos torcer ainda mais por esse hexacampeonato, afinal essa é A Copa do Bussunda!!!

Sala das Sessões, 21 de junho de 2006. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 698, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações para o escritor José Mindlin, pela sua eleição para a Academia Brasileira de Letras e pela doação do acervo de sua biblioteca pessoal para a Universidade de São Paulo – USP.

Justificação

O mais novo imortal da Academia Brasileira de Letras, José Mindlin, passa dos 90 anos. Tem 91. E há quase 80 começou a montar o que é hoje a maior biblioteca particular do País, com cerca de 45 mil volumes. Mindlin vai ocupar a cadeira número 29, ocupada antes por Josué Montello.

Tudo começou em 1928, quando, aos 13 anos, Mindlin adquiriu o primeiro livro de sua coleção, uma tradução portuguesa de “O Discurso sobre a História do Brasil”, de Bossuet, editado em 1740. Isso já indicava seu amor pela raridade das obras. “Mas todos os livros são importantes. O que interessa é ler” – costuma dizer com o bom humor conhecido.

Talvez aí esteja a chave de uma pessoa tão interessante. José Mindlin e sua mulher, Guita, cultivam a tolerância e o bom humor. Não é à toa que construíram ao longo da vida uma roda incalculável de amigos e

admiradores. Acho que vêem cada um com sua beleza, com o mesmo carinho e delicadeza que tocam num livro e depois colocam o volume na estante com respeito – não para ficar ali esquecido, mas para cuidar, ler, manusear, consultar, voltar a ler os mais marcantes. Um sentimento bom e novo a cada vez. É isso que sentem os amigos de José Mindlin, como eu. Sua biblioteca é o seu coração.

Filho de russos que imigraram para o Brasil no começo do século XX, José Mindlin se formou em Direito. Mas desde a meninice já demonstrava sua tendência às letras. Aos 15 anos já era redator do jornal **O Estado de São Paulo** – que ele considera ter sido o começo de sua militância cultural.

Mas Mindlin tinha um outro lado, o de empreendedor, característica dos filhos de imigrantes paulistas. Fundou a Metal Leve, indústria das mais importantes para o parque metalúrgico e automobilístico brasileiro. Participou ativamente do crescimento de São Paulo e defendeu a democracia nos tempos da ditadura militar. Todos se lembram da sua atuação fundamental no episódio da prisão e morte de Vladimir Herzog, quando era secretário de Cultura do Governo Paulo Egídio. Mindlin se posicionou a favor da vida, e suas lembranças sobre Vlado estão registradas no filme “Vlado, 30 Anos”, de João Batista de Andrade, cineasta que, por feliz coincidência, hoje ocupa o cargo que foi seu: é o atual Secretário de Cultura paulista.

José Mindlin já deu inúmeras entrevistas dizendo que é mais leitor do que escritor. É autor de **Uma Vida entre Livros, Memórias Esparsas de uma Biblioteca e Destaques da Indisciplinada Biblioteca de Guita e José Mindlin** – todos, como indicam os títulos, baseados no amor aos livros.

“É uma paixão, uma compulsão”, disse ele sobre os livros ao jornal **A Notícias**, de Florianópolis.. Lê de seis a oito volumes por mês. Prefere ficção e crítica literária. Seus autores preferidos são Marcel Proust, Machado de Assis e Guimarães Rosa – mas não dispensou qualquer novo autor ao longo dos quase 80 anos que dedica à leitura.

Hoje José Mindlin é membro do Instituto de Cultura e da Fundação Vitae, que incentivam os novos autores. Preocupado com as novas gerações, diz que o fundamental é que as crianças tomem o gosto da leitura e que, para isso, é preciso que os professores possam transmitir o prazer da descoberta que traz um livro.

A mais rica biblioteca do País, por generosidade exemplar de sua iniciativa, foi doada recentemente à Universidade de São Paulo, para que, um dia, surjam ali outros amantes da leitura, outros apaixonados como ele que, só com sua presença e seu vício” pelas letras

– como diz – ajudam a formar um Brasil muito melhor. Tenho a felicidade de conhecê-lo e à sua companheira Guita, por ter em sua filha Betty Mindlin, uma de minhas melhores amigas, também um anjo de pessoa. Salve, José Mindlin, imortal brasileiro!

Sala das Sessões, 21 de junho de 2006. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 699, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao Hospital Universitário “Getúlio Vargas”, da Universidade Federal do Amazonas, pelo transcurso de seu 41º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Hospital Universitário “Getúlio Vargas”, da Universidade Federal do Amazonas, pelo transcurso de seu 41º aniversário de criação, hoje, dia 21 de junho de 2006.

Requeiro, ademais, que o voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Diretor da Instituição, Dr. Alfredo Vieira, ao Chefe do setor de cirurgias cardíacas, Dr. Sérgio Ferreira Filho e, por seu intermédio, a todo o corpo clínico do Hospital, extensivamente ao pessoal paramédico, auxiliares e funcionários

Justificação

A capital do Amazonas conta com um dos mais modernos hospitais da região Norte, o Hospital da Universidade Federal do Amazonas. Suas unidades atendem a todo o Estado e ainda a outros Estados.

O Hospital é merecedor deste Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 700, DE 2006

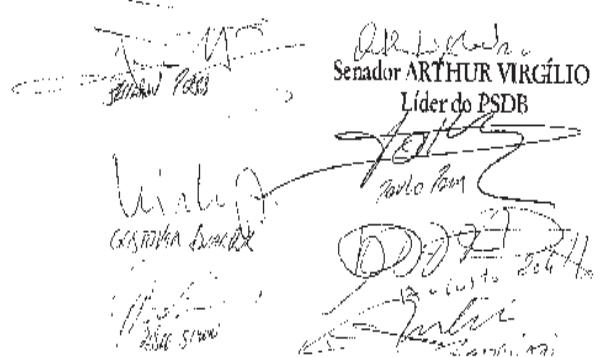
Requer Voto de Lembrança pelo transcurso, no dia 21 de junho de 2006, do segundo aniversário de falecimento de Leonel Brizola, grande Líder político brasileiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado Voto de Lembrança ao saudoso Líder político brasileiro Leonel Brizola, ex-Prefeito de Porto Alegre, ex-Governador, por duas vezes, de seu Estado natal, o Rio Grande do Sul, ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro e ex-Deputado Federal pelo Estado do Rio, além de notável figura da vida política do Brasil.

Requeiro, ainda, que deste Voto de Aplauso sejam cientificados os familiares do homenageado.

Justificação

A homenagem que requeiro é justo pelo que significou para a vida pública e política brasileira o saudoso Leonel Brizola, brilhante tribuno e orador invejável, que, com o poder da palavra e com sua expressiva experiência e cultura, transmita lições de cidadania e brasiliade. Foi candidato a Presidente da República, em mais de uma vez, pela legenda do PDT, partido criado por sua iniciativa.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2006.

 Senador ARTHUR VIRGÍLIO
 Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados. Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 701, DE 2006

Nos termos do art. 255, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o PLC nº 114 de 2005 (PL nº 3.432/2004 na origem), além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos, CAE.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2006. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 702, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar da Reunião extraordinária de Presidentes de Parlamentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a realizar-se nos dias 10 e 11 de julho de

2006, em Lisboa, Portugal, venho solicitar, nos termos do inciso II, a, do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no Período de 8 a 15 de Julho de 2006.

Sala das Sessões, 21 de Junho de 2006. – Senador **Gilvan Borges**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 738, DE 2006

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 154, de 2006 (nº 3.801/2006, na origem), que submete à

apreciação do Senado Federal, a indicação do nome do Senhor Luiz Fernando de Pádua Fonseca para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em votação secreta, realizada em 20 de junho de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Roberto Saturnino (Relator **Ad hoc**), sobre a Mensagem do Senado Federal nº 154, de 2006, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor Luiz Fernando de Pádua Fonseca, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, por dezessete votos “SIM”, nenhum “NÃO” e uma ‘ABSTENÇÕES’, totalizando dezoito votos.

Aprovado em 20 de junho de 2006. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente; Senador **Roberto Saturnino**, Relator **Ad Hoc**.

SENADO FEDERAL COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA	
<i>Mensagem do Senado Federal nº 155, de 2006</i>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/06/2006, OS SENADORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: <i>Senador Heráclito Fortes</i> RELATOR: <i>Senador Roberto Saturnino (Relator Ad Hoc)</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) HERÁCLITO FORTES - PFL DEMÓSTENES TORRES - PFL JOSÉ JORGE - PFL MARCO MACIEL - PFL IDOLPIO TOURINHO - PFL LEONEL PAYAN - PSDB SÉRGIO GUERRA - PSDB TASSO JEFERSSATI - PSDB JOÃO TENÓRIO - PSDB BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL) ANTONIO JOÃO - PTB MACNO MALTA - PL ROBERTO SATURNINO - PT SÉRGIO ZAMBIAZI - PTB SERVIS ST. HESSARENKO - PT SIBÁ MACHADO - PT ALTON FREITAS - PL PMDB <i>(vazio)</i> ALBERTO SILVA VALDIR RAUPP NEY SUASSINA GILBERTO MESTRINHO MÃO SANTA PUT CRISTOVAM BUARQUE	
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) SUPLENTES 1- ANTONÍO CARLOS MAGALHÃES - PPL 2- CÉSAR BORGES - PPL 3- JONAS PINHEIRO - PPL 4- JORGE BORNHAUSEN - PPL 5- MARIA DO CARMO ALVES - PPL 6- FLEXA RIBEIRO - PSDB 7- EDUARDO AZEVEDO - PSDB 8- JUVÉNCIO DA FONSECA - PSDB 9- ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL) 1- LEONARDO 2- PAULO PALMI - PT 3- FERNANDO BIZERRA - PTB 4- FÁTIMA CLEIDE - PT 5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB 6- FLÁVIO ARNS - PT 7- JOÃO RIBEIRO - PL PMDB SUPLENTES 1- ROMERO JUCÁ 2- LUIZ OTÁVIO 3- PEDRO SIMON 4- (vazio) 5- WELLINGTON SALGADO 6- VAIKIRI AMARAL PUT 1- AUGUSTO BOTELHO	

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sibá Machado**

Por meio da Mensagem (SF) nº 154, de 2006 (nº 380, de 2006, na origem), o Senhor Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Fernando de Pádua Fonseca para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após argúição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na Lei Maior e de outros “que a lei determina”. A Mensagem em causa cumpre, assim, o requisito imposto pelo parágrafo único do art. 88 da Lei de criação do DNIT, conforme redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, segundo o qual “as nomeações dos Diretores do DNIT serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal”.

De outra parte, o mesmo artigo determina que “os diretores deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades”, condições que o Senhor Luiz Fernando de Pádua Fonseca satisfaz plenamente, tendo em vista o currículo apensado aos autos.

O indicado é engenheiro civil, formado pelas Faculdades Integradas de Uberaba (MG), com MBA em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões pela Fundação Getúlio Vargas.

Iniciou sua carreira na iniciativa privada, como engenheiro. Em seguida, atuou em órgãos e empresas públicas, sempre vinculados à área de transportes: Companhias Docas do Pará e do Rio de Janeiro, Portobrás, Ministério dos Transportes, além do próprio Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

Adquiriu experiência em diversas áreas do setor de transportes, com destaque para os segmentos portuário e ferroviário, envolvendo atividades como execução de obras, elaboração de editais e contratos, desestatização, operação de terminais, regulação e fiscalização de serviços públicos concedidos.

Foi Presidente dos Conselhos de Autoridade Portuária do Complexo Portuário de Suape (PE) e de Manaus (AM), além de suplente dos Conselhos de Porto Alegre e de Ilhéus.

As características e a importância dos cargos exercidos pelo Senhor Luiz Fernando de Pádua Fonseca demonstram sobejamente a pertinência de suas atividades profissionais com as atribuições de Diretor do DNIT. Dessa forma, submetemos sua escolha, constante da Mensagem (SF) nº 154, de 2006 (nº 380, de 2006, na origem), à apreciação e julgamento desta Comissão.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2006. – **Heráclito Fortes**, Presidente; **Sibá Machado**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Tem a palavra, pela ordem, o Senador Roberto Saturnino, do PT do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em respeito ao Regimento, peço a V. Ex^a que me inscreva para uma comunicação inadiável no tempo oportuno da prorrogação do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

Tem a palavra, pela ordem, o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito minha inscrição, Sr. Presidente, como Líder, para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a, logo após eu conceder a palavra pela ordem, vai usar da palavra.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se não for possível me chamar como orador inscrito – estou pelo art. 17 –, eu ficaria então como segundo orador para uma comunicação inadiável. Hoje temos a primeira conferência internacional do combate às drogas, um tema pelo qual sou apaixonado, em defesa de nossa juventude. Portanto, eu faço muita questão de falar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito em segundo lugar, Senador Paim.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito em terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para uma comunicação urgente de interesse partidário, pela Liderança do PTB, por cinco minutos. Em seguida, vou conceder a palavra ao Senador César Borges.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, estive ausente dessa Casa durante precisamente quatro semanas, três delas acompanhando uma operação desencadeada – por ordem do Governo Federal – pela Funai, pelo Incra, com o respaldo da segurança da Polícia Federal. A operação chamada de desintrusão dos moradores não-índios da reserva Raposa Serra do Sol, no meu Estado, tinha por objetivo fazer de maneira coercitiva, sem ordem judicial, a invasão de propriedades com o fim de avaliar essas propriedades para futuras indemnizações.

Fui designado pelo Senado Federal, reuni-me com as autoridades federais desses órgãos, acompanhei desde o primeiro procedimento na sede do Incra em Boa Vista e depois me desloquei a todas as localidades daquela região, precisamente Vilas do Mutum, Socó, Água Fria, Surumu e outras propriedades rurais e pude constatar, Sr. Presidente, que realmente é uma truculência o que estão fazendo no meu Estado. Já são duas as operações da Polícia Federal, com mais de cem homens em cada uma delas, a um custo elevado, apenas com o fito obstinado de humilhar, de amedrontar aquelas pessoas.

Não quero colocar a culpa na Polícia Federal, não, porque ela cumpre ordens. Mas, infelizmente, no caso dessa operação de desintrusão, estava cumprindo uma ordem do Poder Executivo – repito: não do Poder Judiciário –, invadindo propriedades. Tenho documentado e vou apresentar meu relatório, porque fui designado oficialmente pelo Senado. Lamento que isso esteja acontecendo no meu Estado. É uma intervenção federal velada; existe um grupo gestor que está promovendo essa desapropriação com um pacote de medidas ditas compensatórias que, lamentavelmente, faz uma truculência do Governo Federal contra o meu Estado. Aliás, não é só essa.

Sr. Presidente, estive também duas vezes na Venezuela, com autorização do Senado, acompanhando o Governador do meu Estado, para, aí sim, cuidar da parte boa que é a integração entre o Brasil e a Venezuela, mais precisamente entre o meu Estado de Roraima e o Estado venezuelano de Bolívar, que faz fronteira, que são colados um ao outro, que são irmãos siameses, vamos dizer assim, e que estavam há até

bem pouco tempo de costas um para o outro – como dizem em espanhol: de *espaldas*. E, hoje, graças à iniciativa do Governador do Estado de Bolívar e do Governador do meu Estado de Roraima, Ottomar Pinto, essa integração está se fazendo primeiro em âmbito estadual, muito antes que federal. Já percorremos todos os Ministérios brasileiros, levando a cada um deles o assunto competente da sua área.

No que tange à importação do combustível da Venezuela, fomos ao Ministério de Minas e Energia – o Presidente Hugo Chávez se dispõe a vender o combustível a um preço subsidiado e, mesmo pagando todos os impostos, o combustível ficará mais ou menos na metade do valor cobrado atualmente.

São mais quinze itens que se englobam no que eu chamo desse pacote de bondades com a integração da Venezuela. O Governo Federal, de um lado, age com esse pacote de maldades no que tange a essas demarcações. A Raposa Serra do Sol é apenas a 35^a reserva indígena demarcada no meu Estado; e há mais.

Esse pacote de bondades da nossa integração com a Venezuela vai mudar a realidade socioeconômica do meu Estado: primeiro, o combustível a menor preço; a fronteira com a Venezuela será aberta 24 horas; a exportação de calcário; a exportação da soja produzida em Roraima.

Então eu espero, Sr. Presidente, que o Governo Federal possa ajudar o Estado de Roraima e, consequentemente, os brasileiros que lá vivem, inclusive os produtores de soja, os produtores de arroz que foram do Sul do País, por conta própria, para o extremo Norte do Brasil.

E é bom que se diga que, lamentavelmente, muita gente ainda acredita que o extremo Norte brasileiro está no Amapá, lá no Oiapoque; não. Fica no Monte Caburaí, no Estado de Roraima, a 60 km acima do Oiapoque. E a Rede Globo, que participou do evento dessa comprovação, continua repetindo nos seus jornais, nas suas telenovelas que o Brasil se estende do Oiapoque ao Chuí. Não é. É do Monte Caburaí ao Chuí. Então, é preciso que o brasileiro conheça mais a geografia.

O meu Estado, portanto, que está no extremo Norte do Brasil, encravado na Venezuela, espera que o Presidente Lula, que já está finalizando seu Governo, faça pelo menos um gesto de bondade para com o meu Estado. Acompanhei o Governador Ottomar Pinto e os ministros e todos eles se mostraram favoráveis à implementação desse conjunto de medidas que vai beneficiar o desenvolvimento do meu Estado.

Espero, portanto, que o Presidente Lula dê celeridade, faça mesmo com que essas propostas tenham a

urgência de certas medidas provisórias, que às vezes são editadas sem nenhuma necessidade.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo esse apelo e dizendo que estou apresentando, em breves dias, o relatório da minha viagem à Raposa Serra do Sol e à Venezuela, já que fui também em caráter oficial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Moazrildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL da Bahia e ex-Governador desse Estado.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, acabo de vir do encerramento da Convenção do Partido da Frente Liberal, que deliberou uma coligação com o PSDB, o Partido da Social Democracia Brasileira. Nessa Convenção, fizemos uma aliança em torno do País, em torno do Brasil, para o Brasil e pelo Brasil.

O meu Partido, nesta Casa, tem-se colocado sempre alerta na defesa dos interesses nacionais e numa posição crítica de oposição em relação ao atual Governo, não porque desejássemos tomar essa posição, mas porque assim, democraticamente, foram os resultados das eleições presidenciais de 2002. Estivemos na oposição, uma oposição que sempre se colocou crítica, fiscalizadora, mas não intransigente e, quando possível, colaboradora naquilo que é importante e essencial para o País.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, neste período de governo, o País assistiu a escândalos sobre escândalos, mensalão, tentativa de corrupção da consciência dos Parlamentares. Mas, muito pior do que isso, uma decepção do povo brasileiro, de 53 milhões de eleitores que deram o voto de confiança ao Partido dos Trabalhadores e ao Presidente Lula, esperando que fossem verdadeiras aquelas palavras, promessas, cartas feitas ao povo brasileiro; que o PT teria empunhado a bandeira da moralidade e da ética; que o País estaria voltado para a solução dos problemas que mais afetam a nossa população, que é exatamente a geração de emprego e renda para o nosso povo.

Somente por meio do desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda é que vamos combater efetivamente a pobreza e a miséria neste País, Sr. Presidente.

Os programas assistencialistas não se descartam, não se criticam. Acho que, para o povo pobre, para aquele que necessita, temos que fazer programas assistenciais. Mas eles não persistirão **ad eternum**.

Precisamos fazer o País crescer, porque aquilo que é dado, ou vicia ou mata o cidadão. Não podemos permanecer nessa política todo o tempo. Queremos que o País cresça, e essas políticas não foram feitas.

O Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, disse que manter o País sem inflação é obrigação do Banco Central. Mas isso não é política econômica, é política monetária de dar valor à moeda. Temos que ter uma política econômica de crescimento, de desobstruir os gargalos que impedem o País de crescer.

Penso que aqueles que raciocinam e querem, de forma desapaixonada, olhar essa questão, vão ver que este Governo foi pífio. Nós não crescemos. No ano passado, houve um crescimento de 2,3%. Este ano, não sei se chegaremos a 3,5%, enquanto o mundo passou por uma fase de crescimento em que todos os Países se beneficiaram. O crescimento médio dos Países emergentes foi mais de 6%, e o nosso País, com toda a sua potencialidade, ficou preso aos 2,3%, 3,5% talvez este ano.

É por isso que há a candidatura do Governador Alckmin, que saiu do governo de São Paulo com 68% de aceitação, que é um homem sério, competente, correto e que terá ao seu lado, como vice, o Senador José Jorge, que todos aqui conhecemos pela sua dedicação e competência.

Então, o caminho que escolhemos é o trabalho de convencimento à população brasileira de que temos o melhor candidato, aquele que pode efetivamente enfrentar, com sucesso, os desafios que o Brasil tem a enfrentar, para combater essas mazelas que estão, lamentavelmente, ainda sobre a nossa sociedade, como o crime organizado, a insegurança, a falta de infra-estrutura, a melhoria das nossas rodovias, ferrovias, o sistema elétrico.

Lamentavelmente, existe a possibilidade de um futuro apagão no País. O Senador Rodolpho Tourinho muito tem lutado pela nova matriz energética do gás, mas não assistimos a um avanço para a construção da nossa rede de gasodutos.

O descaso deste Governo, Sr. Presidente, é muito grande com nossas instituições.

Hoje, todos os jornais estão tratando de uma questão, que é a iminente falência da Varig. A Varig está quebrando, Sr. Presidente, lamentavelmente. E estamos assistindo a isso, de certa forma, estarrecidos, porque este Congresso Nacional, os Deputados, os Senadores, por diversas vezes, se dispuseram a ajudar. Eu sou prova disso. Fui a Ministros de Estado, fui ao Ministro da Defesa, quando era o Ministro José Viegas, depois fui quando era o Vice-Presidente, que também se colocou à disposição para ajudar, mas nada foi feito de objetivo para salvar a Varig, que deixará de

voar no próximo final de semana e já cancelou mais de 65% dos seus vôos. E essa empresa era quase um símbolo nacional nos ares do mundo inteiro.

É triste, Sr. Presidente; é um momento de tristeza nacional. Deixaram quebrar a Transbrasil, a Vasp e, agora, a Varig. Vão subsistir duas empresas, a TAM e a Gol, porque são novas. Talvez fosse essa a intenção do Governo, porque a Varig tinha solução. Mas hoje, ao abrir os jornais, lá está o atual Ministro da Defesa, o terceiro, o baiano Valdir Pires – e esperar de Valdir Pires alguma solução, realmente, é chover no molhado; não vem. De Valdir Pires não vem solução nenhuma, porque não é do perfil dele dar soluções a problemas. Muito pelo contrário, é ficar sempre na indefinição, na perplexidade. E olhem a frase que está aqui hoje, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores: “Se a empresa falir, paciência”. Foi o que disse o Ministro Valdir Pires. “Ministro da Defesa diz que Governo fez tudo o que pôde.” Isso é uma deslavada inverdade, ou melhor, é uma grande mentira. O Governo não fez absolutamente nada para salvar a Varig!

O Senador Paulo Paim, que é do Rio Grande do Sul, conhece bem esta questão.

O Senador Paulo Paim, que é do Rio Grande do Sul, conhece bem esta questão. O Governo tinha responsabilidade com a Varig por vários motivos, até porque é o poder concedente e não poderia deixar desprotegidos os consumidores brasileiros, como estão aí hoje, em outros Países do mundo, sem poderem retornar ao Brasil, ou em aeroportos, sem poderem voar. O grande credor da Varig é o Governo e o grande algoz da Varig são os impostos pagos e cobrados pela BR Distribuidora no combustível que é revendido: o querosene de aviação.

É este Governo, o Governo Federal, que tem responsabilidade, porque é o poder concedente, mas, lamentavelmente, não foi feito absolutamente nada.

Hoje é a Infraero ameaçando que a aeronave amanhã só voa se pagar a taxa aeroportuária cobrada diariamente por cada vôo. É a BR Distribuidora dizendo que, a partir de sexta-feira, não fornece mais combustível.

Senador Paulo Paim, de que adiantou tudo o que foi feito, o esforço feito aqui por centenas de Parlamentares, entre Deputados e Senadores, que se reuniram para tentar convencer o Governo a tomar uma atitude? O que se ouve é o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, o Sr. Valdir Pires, dizer: “Se falir, paciência. As pessoas nascem e morrem e, também, as companhias nascem e morrem”. E isso, com a maior tranquilidade, sem saber que, assim, deixa o consumidor desprotegido, nas mãos de apenas duas empresas,

e uma delas cobra valores exorbitantes do passageiro brasileiro, do consumidor brasileiro.

O Sr. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não. Ouço, com muita satisfação, o aparte de V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador César Borges, acompanho o seu pronunciamento, como sempre muito firme, cobrando medidas para que a Varig possa voltar à normalidade. E é nesse sentido que todos torcemos. Sem sombra de dúvida, quero dizer a V. Ex^a – e faço isto agora porque já o fiz esta semana da tribuna – que ainda estou esperançoso. O Consórcio dos Trabalhadores e alguns investidores tiveram ontem uma reunião com o BNDES, para solicitar a concessão de um empréstimo – e o Consórcio vai mostrar que tem lastro suficiente para avalizar este pedido – de US\$ 150 milhões. Com isso, o juiz Ayoub não decretaria a falência e concederia, de uma vez por todas, a direção da Varig, o patrimônio da Varig, para ser administrado por esse Consórcio de Trabalhadores e Investidores. Creio que este seu pronunciamento duro deve ajudar a sensibilizar o BNDES a fim de tomar a decisão de conceder o empréstimo de US\$ 150 milhões. Isso porque o BNDES concedeu um empréstimo, algum tempo atrás, de cerca de 500 milhões à Volks. Agora há um outro previsto de mais 400 milhões para a Volks também. Se pode fazer para a Volks, por que não pode fazer para a Varig se ela apresentar lastro? Se a companhia demonstrar que tem condições de pagar o empréstimo a partir do momento em que volte a voar? Por isso, entendo que seu pronunciamento duro é para, na verdade, tentar alertar para a importância da Varig para o País. Ela não pode ir à falência. Faço este aparte e digo mais: em nome do Senado – e V. Ex^a participou da reunião conosco –, remetemos uma carta a todos os Governos dos Estados para que estudem a possibilidade de, mesmo de forma parcelada, pagar a dívida que têm com a Varig.

Ao mesmo tempo, queremos o encontro de contas com o Governo Federal. Agora, neste momento, sabemos que não vai haver, do dia para a noite, o encontro com o Governo Federal nem virá do dia para a noite, até quinta-feira, uma resposta dos Governadores. Então, entendo que este seu pronunciamento contribui para que o BNDES entenda que é possível conceder esse empréstimo para o Consórcio dos trabalhadores.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Paulo Paim, esperança é a última que morre, mas estamos assistindo ao asfixiamento da Varig, porque todas essas medidas que V. Ex^a conhece tão bem – e relatou – já foram propostas diversas vezes ao Governo

Federal. E o immobilismo foi completo. Ora, como disse V. Ex^a, o BNDES faz tantos empréstimos para tantos setores privados! Não pode fazer para a Varig, que é um patrimônio nacional?

Agora falam que a Airbus vai precisar de dinheiro da Comunidade Européia e que ela vai bancar porque sabe da importância dessa indústria para a tecnologia, para o desenvolvimento da própria Comunidade Européia.

Está escrito aqui no **O Globo** de hoje: "BR garante abastecimento de aviões da Varig até sexta-feira". A BR é a distribuidora da Petrobras. E o Governo se jacta tanto das ações da Petrobras como se fossem ações do Governo. Então, trata-se de uma empresa pública. E pode haver uma interferência do Governo numa questão tão importante como essa.

E o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União dizer: "Se a empresa falir, paciência"... Acha V. Ex^a que, com uma postura dessas, podemos alimentar esperanças?

Esta é a razão do meu pronunciamento, porque a Varig vive agora com três espadas sobre a cabeça: da Infraero, de ser impedida de voar; da BR Distribuidora; e do juiz de Nova Iorque, de fazer a retenção das aeronaves. E o Governo, por meio do Ministro responsável, Sr. Valdir Pires, conhecido na Bahia como "Valdir Moleza", por não decidir questão alguma, diz: "Se falir, paciência".

Que irresponsabilidade tem esse homem público perante o turismo, perante o passageiro, perante o consumidor, perante o País!!! Ele não poderia nunca dizer isso, Sr. Presidente. Ele tinha que estar à frente das providências. Não há nada de mais, no mundo capitalista, por mais selvagem que seja, em salvar uma empresa importante para o País.

Veja, Sr. Presidente, este Governo que está aí não se diz capitalista. Diz-se até socialista. É um Governo de Esquerda. Pois é um Governo de Esquerda que vai deixar milhares de empregados da Varig no desespero; é um Governo de Esquerda que não olha para o bolso do consumidor brasileiro e se rege pelo mais selvagem capitalismo. "Se tiver que quebrar, paciência!" "Se tiver que falir, paciência!"

É lamentável, Sr. Presidente, é lamentável sob todos os aspectos. Quero comungar dessa esperança do Senador Paulo Paim, que é a última que deve morrer, mas estou muito temeroso quanto ao futuro próximo da Varig.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador César Borges.

Quero pedir permissão ao Senador Marcos Guerra, próximo orador inscrito, para conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, porque S. Ex^a é Relator de uma Comissão. S. Ex^a usará da palavra por cinco minutos, excepcionalmente neste momento, para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Marcos Guerra pela oportunidade. Tenho de ir para a reunião da Comissão do Salário Mínimo, da qual sou Relator. Hoje vamos dialogar com a Cobap, em função desse movimento que existe para garantir o reajuste de 16,7% aos aposentados e pensionistas, do qual todos sabem que sou totalmente a favor.

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir à tribuna para comentar a importância desse encontro internacional sobre drogas de todos os tipos, incluindo o álcool, que vêm matando a nossa juventude. Por isso, vim à tribuna para dar parabéns a todos aqueles que fazem parte do Conselho do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e de todas as instituições envolvidas na ação, que teve início na última segunda-feira.

Destaco aqui a ação da Secretaria Nacional Antidrogas – Senad e do Conselho Nacional Antidrogas, que abre hoje oficialmente a VIII Semana Nacional Antidrogas, cujo *slogan* é "Na Prevenção, Dividir Responsabilidade é Multiplicar Resultados".

A semana tem o objetivo de estimular a realização de atividades dedicadas à redução da demanda e da criminosa oferta de drogas em nosso País.

Serão realizadas uma série de atividades, dando ênfase às ações dirigidas à prevenção do uso de droga, desenvolvidas pela SENAD em parceria com outros órgãos do Governo e do conjunto da sociedade.

Três são os focos das ações: escola, comunidade e trabalho. Isso, sempre vinculado à prevenção e ao ambiente familiar. Ações essenciais que só se vêm somar para conquistarmos o objetivo principal: proporcionar às nossas crianças uma juventude digna, vidas livres de tanta violência.

Faço meu o apelo do jovem Samuel e de todos que lutam contra as drogas. Nossos jovens, principais atingidos, precisam "tomar as rédeas de suas vidas".

Nós, legisladores, temos de fazer a nossa parte. Nós, pais, mães, tios, irmãos, temos de fazer a nossa parte. Repito: nós, irmãos, irmãs, amigos, precisamos fazer a nossa parte. Nós precisamos fazer a nossa parte.

Sr. Presidente, no tempo que me resta, tentarei ler a carta que recebi do jovem Samuel, exemplo de quem conseguiu sair das drogas. Hoje, falamos com ele em meu gabinete, e ele me autorizou a ler sua carta.

Diz Samuel em sua carta:

(...) Até os meus quatorze anos, eu era um garoto normal, feliz com a vida, com mil sonhos na cabeça, vários amigos. Na verdade, eu era meio "caxias", meio "mauricinho".

(...) Era até um cara esnobe. Eu me achava, realmente, melhor que os outros.

(...) Até que [estou resumindo], nessa mesma idade, aconteceu algo que iria mudar toda a minha vida. Não só minha vida, mas a minha personalidade e da minha família. (...) Fui seqüestrado. (...) Passei doze dias em um cativeiro.

Ele enumera a situação por que passou quando ficou preso esses doze dias. Depois de doze dias, ele conseguiu sair do cativeiro, voltou para casa, ficou com trauma do seqüestro, tentou voltar à normalidade.

Diz ele:

Um dia, estava na casa de um amigo e ele me ofereceu um baseado. Na hora, recusei, mas, depois, acabei fumando. Depois disso, sempre que a gente saía, a gente fumava. Tudo era uma desculpa para acender um. A Bia [que era a namorada] ficava "p" da vida, mas ficava calada. Minha família sabia e ficava calada.

Um dia, um amigo me chamou e me deu um pacotinho com pó e eu cheirei. (...) Meus pais descobriram. Tentei parar. (...) Fiz terapia. (...) A Bia engravidou.

Fiquei muito feliz. (...) Era uma redenção. (...) Tentei planejar o futuro.

Ao mesmo tempo, via em meus pais e nos pais dela um olhar de preocupação (...), mas, no fundo, eu comemorava no íntimo.

Então, ela teve sangramento no quinto mês da gestação, e a médica pediu repouso, o que ela fez por um mês. Quando tive que viajar para o vestibular, ela foi a uma festa e acabou tendo a nossa filha naquela noite.

Nasceu de seis meses e meio... Viveu durante dez dias longos dez dias. [Morreu.]

Ela tinha vários problemas de saúde [olhe bem as drogas. Oficialmente ela poderia sobreviver ou, se não morresse, teria seqüelas.] Eu amei aquele "serzinho". Passei o dia e a noite no hospital.

A sensação que eu tinha é que eu tinha que ficar ali, [ao lado dela], se eu saísse ela morreria. Mas não adiantou [ela morreu].

[Quando ela morre, fica desesperado.] (...) Detonei. Perdi a namorada, bati nela, roubei meus pais, meus cunhados, minhas irmãs. Tive overdose, voltei pra rua. Detonei de novo.

Até que um dia eu estava muito doido, fora de mim, quando senti uma picada no meu braço. Tinham injetado em mim o pó. Fiz isso por diversas vezes.

Eu não comia. Estava fora de casa. Abandonei minha família. Destruí o meu lar, que poderia ser muito feliz.

Acabou do jeito que vocês estão vendo. Peguei uma infecção violenta por usar seringa contaminada, o que acabou se transformando em uma artrite reumatóide e em endocardite crônica.

Sou portador do vírus hepatite C e só não peguei AIDS porque Deus não quis, apesar de, durante muito tempo, desconfiar que a minha família sabia, só que não me avisava.

Fiz vários exames que deram negativo. Agora, acredo nele. Estou sem conseguir andar. [Olha bem, Sr. Presidente, as drogas o que fazem!] Desde novembro, coloquei várias próteses. Sinto dores em todo o meu corpo 24 horas por dia. Minha vida jamais será a mesma.

Procuro viver em face da minha vida da forma mais corrente possível. Não há como se revoltar em certos dias. Não há como não ficar deprimido em outros. Em alguns, eu me sinto até feliz. Mas me sentiria mais feliz, se ainda souber, que alguém que esteja se drogando e que esteja assistindo neste momento à TV Senado, ou pensando em fazer isso, leia o que estou escrevendo.

Aí diz ele àquele que optou pela droga:

Você, que pensa em usar droga, você, que usa droga, tem que saber você é a única pessoa que pode mudar isso. Não adianta os outros falarem. Não adianta os outros te amarem. Isso é muito pouco. O que vale é perceber que tudo isso é uma ilusão, é uma perda de tempo, mesmo que seja para muitos uma fuga.

Não deixe que seja tarde demais. Mude isso agora. Se perceber que não consegue ir sozinho, seja humilde, procure ajuda. Eu não nego. Até hoje, a danada da droga me tenta

pensar nela, me faz sentir calafrios pelo corpo, mas me sinto muito bem por hoje estar longe dela.

Sr. Presidente e aqui, termino, diz o Samuel:

Talvez, todas essas limitações em que me encontro, [de não poder mais andar] seja uma vantagem: a de não ter a chance de ceder para essa maldita droga. Você não precisa ter que passar pelo que estou passando,[para entender que você tem que sair da droga].

Diz ele e aqui ele termina:

Olhe para dentro de si. Não deixe ela tomar as rédeas da tua vida. A vida é tua, ela é tua, só tua, e com certeza, de Deus também, [torce por você]. Mas Ele não pode fazer nada se você não der um empurrãozinho.

Sr. Presidente, queria agradecer ao Samuel, que hoje não anda, está parado, pela carta que ele escreveu e permitiu que eu lesse, aqui, de público, pela importância dessa luta que atinge, eu diria, a maioria dos lares do nosso Brasil, do nosso País.

Senador Romeu Tuma, naturalmente, vou lhe permitir um minuto, por isso Senador, estou elogiando esse seminário internacional da luta contra todo o tipo de droga, não esquecendo que o álcool também é um tipo violento de droga.

Ouço o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, Senador Efraim Moraes, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, vim disposto a falar sobre a Semana da Luta Anti-drogas, que hoje se realiza, porque participei, muito emocionado, de uma cerimônia no Palácio do Governo da entrega de diplomas na entrega de diplomas de um programa que nasce, “Diga sim à vida”, com Mauricio de Sousa, da Turma da Mônica, que criou também seu companheiro gaúcho, o Ronaldinho Gaúcho, uma das figuras que vai participar desse programa. Estava lá praticamente todo o Executivo: o Presidente Lula, o Vice-Presidente José de Alencar, o General Félix, o General Uchôa e o professor Carlini, que há mais de quarenta anos é um especialista nessa luta contra as drogas, tentando orientar a juventude. É um programa espetacular, Senador, sabe por quê? Porque é feito para as crianças. Lá havia centenas de crianças que participaram de um concurso de desenhos, de monografias, de fotografias voltadas para a busca pela criança de sua realização por meio de programas especiais que o Governo possa apresentar, em vez da tentativa de realização pelas drogas. Então, recebi um diploma das mãos do Presidente, o que me deixou emocionado. Acredito que é uma honra estar ao lado de Mauricio. O Presidente já tinha entregado alguns

diplomas pela manhã, mas disse que o meu e o do Mauricio eram especiais, então eu queria agradecer o diploma e cumprimentar V. Ex^a por trazer esse assunto hoje à tribuna. Era isso mesmo que eu pretendia falar, mas penso que a eloqüência da carta lida por V. Ex^a traz algo muito mais forte para a sociedade e tem um alcance maior para a recuperação do usuário e para a prevenção. Não nos esqueçamos de que a represão tem que continuar, de que temos que combater o traficante, mas olhemos um pouquinho para o lado do usuário e daqueles que não precisam entrar nas drogas para se sentirem felizes perante a sociedade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado Senador Romeu Tuma.

Quero mais uma vez agradecer ao Samuel, que me permitiu ler a sua carta na íntegra. É um exemplo, um jovem rapaz que perde o seu filho e que tem a Bia, sua namorada, resistindo a seu lado. Ele pede que a nossa juventude saia dessa. Isso não é ser inteligente. Eu diria que viver com as drogas é ser – desculpem-me a expressão – incompetente. Aquele que faz a opção pela droga é porque foi incompetente. E com isso ele está destruindo toda a sua família, porque isso tem um efeito dominó repercute em toda a família. Se bobear, toda a família vai para o fundo do poço.

Por isso, Samuel, parabéns a você, um abraço para os seus pais e para a sua hoje esposa. Sei que você não anda mais, mas é bonito ver que, no estado em que se encontra, você disse não às drogas e sim à vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Senador Marcos Guerra, gostaria que V. Ex^a me permitisse conceder a palavra ao Senador Roberto Saturnino, pelos mesmos motivos que concedi ao Senador Paulo Paim.

Depois do Senador Roberto Saturnino, falará V. Ex^a, em seguida, o Senador Efraim Morais, que havia se inscrito em segundo lugar quando eu já havia concedido a palavra a V. Ex^a e, logo após, a Senadora Iris de Araújo.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Marcos Guerra.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Roberto Saturnino, do PT, ex-Prefeito do Rio de Janeiro. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Marcos Guerra a gentileza de me ceder a vez, porque realmente tenho um compromisso que já passou da hora. Gostaria de fazer uma referência à Semana do Migrante. Estamos na Semana do Com-

bate à Drogas, mas estamos também na Semana do Migrante, que vai de 18 a 25 de junho. E o Dia do Refugiado é o dia 20 de junho.

O refugiado tem uma analogia e uma proximidade muito grandes com o problema dos migrantes, que hoje é um dos maiores problemas do mundo, especialmente do mundo mais desenvolvido, mas também do mundo que se atrasou no processo de crescimento. É um problema grande para o Brasil. Por incrível que pareça, o Brasil, que foi um receptáculo de imigrantes durante a sua formação, hoje encontra problemas com um grande número de brasileiros no exterior que sofrem humilhações e, às vezes, violência e infringência de direitos humanos. É preciso que o Governo se ocupe dessa questão.

Quero saudar os migrantes em geral, Sr. Presidente, e reconhecer que hoje os movimentos de migração são tão intensos que existem no Brasil, por exemplo, milhares de famílias cujos avós e bisavós vieram da Europa e do Japão – os pais migraram internamente no Brasil ou para países limítrofes – e cujos filhos e netos procuram opção de trabalho nos Estados Unidos, no Japão, de volta, em muitos casos, ou no continente europeu.

Fala-se hoje na presença de mais de 4 milhões de brasileiros no exterior, estando os grupos mais numerosos nos Estados Unidos, no Paraguai, no Japão e, ao que parece, agora também na Bolívia. E há em torno de um milhão de estrangeiros no Brasil.

Quer dizer, o Brasil, hoje, é um país exportador de migrantes. Tem quatro milhões de brasileiros fora e um milhão de estrangeiros aqui. Desse um milhão de estrangeiros, três mil na condição de refugiados, que é uma condição toda especial de migrante e que – é óbvio – exige uma atenção também correspondente mente especial.

Toda essa imensa movimentação de pessoas tem levado a uma preocupação muito grande, por parte dos países que enviam migrantes, de proteger os direitos humanos dos seus cidadãos e, por outro lado, dos países receptores, especialmente os do hemisfério norte, em barrar o seu ingresso.

Hoje, o problema dos Estados Unidos e da Europa é algo que não pode deixar de causar até um pouco de vergonha em seus cidadãos, por ter que erigir barreiras, muros, esquemas de policiamento que muitas vezes agredem, de forma desumana, aqueles que tentam ingressar no seu mundo em busca de melhores oportunidades de vida.

São inúmeras as referências de tráfico de seres humanos, de prostituição internacional, de ilegalidade e de tumulto de toda espécie.

Há um único aspecto das migrações contemporâneas que parece agradar aos países que enviam emigrantes, que é o das remessas de dinheiro, de recursos, que em muitos países da América Latina representa grande parte dos respectivos PIBs nacionais.

Sr. Presidente, em setembro deste ano, a ONU realizará um diálogo de alto nível a respeito das migrações e do desenvolvimento. Para esse diálogo, estarão sentados, frente a frente, países que querem construir muros em suas fronteiras, países que querem aceitar apenas imigrantes qualificados, países que precisam de imigrantes mas querem selecioná-los, países que se preocupam com o bem-estar, com a defesa dos direitos fundamentais dos seus emigrantes, países que vão rejeitar veementemente o tratamento da questão migratória como questão criminal e defender o seu tratamento apenas na esfera administrativa.

Sr. Presidente, essa tendência de criminalizar a imigração é algo que preocupa a humanidade como um todo, especialmente o Brasil, que neste momento da sua história tem um alto nível de emigrantes sofrendo humilhações no exterior.

O Governo brasileiro, o Governo do Presidente Lula já demonstrou, em dois eventos preparatórios para o Diálogo de Alto Nível, que defenderá, com muita garra, a não criminalização das migrações e a defesa dos direitos humanos dos migrantes.

Quero, nesta oportunidade, saudar o Governo brasileiro por essa posição e esperar que em breve seja feito o envio ao Congresso da Lei Geral de Migração, que está em preparação e que virá substituir a Lei do Estrangeiro vigente, que se encontra superada.

Esta Lei Geral da Migração representará um imenso salto de qualidade no que se refere à maior proteção dos direitos dos estrangeiros no Brasil e dos brasileiros no exterior.

Nós brasileiros temos uma das melhores leis de refugiados do mundo, o que é um exemplo para o mundo. Este é mais um dos setores em que o Brasil dá exemplo ao mundo. Tenho certeza de que teremos também uma das leis de migração mais justa e democrática, que se traduz na criação de novos órgãos e novas políticas públicas para a defesa dos brasileiros no exterior.

Sr. Presidente, era esta a mensagem que eu queria registrar aqui, nesta Semana do Migrante, sobre este assunto de tanta importância no mundo de hoje e que adquire importância também para o Brasil, tendo em vista o grande contingente de brasileiros no exterior. Eu queria, enfim, ressaltar a importância do tema e a posição justa, adequada e correta que o Governo brasileiro está tomando acerca desse problema.

Agradeço a benevolência de V. Ex^a, Sr. Presidente, e também a do Senador Marcos Guerra. Mas não quero terminar sem escutar o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador, quero apenas dizer que, embora tenha sido breve o seu pronunciamento, V. Ex^a teve um poder de síntese muito grande. Sou filho de imigrantes; meus pais, meus avós libaneses migraram, na década de 20, para o Brasil. Vieram em busca de trabalho, mascatearam...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Encontraram trabalho e se realizaram.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Graças a Deus! E, assim, outros povos também foram acolhidos no Brasil. Com o advento da globalização, passamos a ouvir falar de outro tipo de imigração, não mais em busca desse trabalho que produz, que engrandece e enobrece, mas em busca de lucro fácil, facilitado pelas drogas, pela prostituição, como bem salientou V. Ex^a, gerando em todos os países um clima de insegurança total.

O Brasil é vítima disso e outros países o são também. Quando V. Ex^a, com a competência e a autoridade que o ornamentam, ocupa a tribuna e aborda esse assunto o faz com muita precisão e em uma oportunidade muito boa. É preciso que os países se reúnem para encontrar uma forma, porque não será regulamentando o assunto em um país que vamos resolver um problema que é mundial. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado digo eu, Senador Ramez Tebet, pelo aparte de V. Ex^a, exemplificando com o caso específico de seus pais e chamando atenção para a necessidade dessa decisão de caráter internacional.

Mais uma vez lembro que em setembro vai-se realizar o diálogo de alto nível, promovido pela ONU, exatamente para buscar uma conciliação de interesses entre países que emitem migrantes e países que recebem migrantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado, do PT do Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, queria perguntar a V. Ex^a se ainda há vaga para comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a seria o quarto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Seria, então, o primeiro suplente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em segundo lugar, Sr. Presidente, rapidamente, em um minuto, quero fazer um registro de que ontem recebemos a visita do Presidente do Incra...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estou registrando o tempo de um minuto que V. Ex^a pediu.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado. Ontem, recebemos a visita do Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart, que esteve no nosso Estado para a realização de um convênio com o Governo do Estado e com as prefeituras, da ordem de R\$13 milhões, com o objetivo de recuperação da malha viária municipal do nosso Estado, que vai atender os projetos de assentamento de reforma agrária e poderá chegar a mais de cinco mil quilômetros.

Faço este registro para agradecer a atenção do Presidente do Incra e do Governo Federal. É claro que, nas mãos do Governo do Estado, poderemos fazer rapidamente essa obra, tão importante para a nossa reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, ex-Ministro de Minas e Energia, do PFL da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a minha inscrição para falar pela Liderança do PFL, conforme documentação já em poder da Mesa, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já estou de posse do documento encaminhado pela Liderança. Vou conceder a palavra ao Senador Marcos Guerra, depois ao Senador Efraim Morais e, em seguida, ao Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo, por dez minutos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, vivemos num país em que o planejamento de longo prazo – que deveria incorporar-se naturalmente à estratégia de administrações de todos os níveis – está longe de fazer parte da rotina governamental. Nossa hábito é planejar a curto ou, melhor dizendo, a curíssimo prazo, desprezando diagnósticos e metas, como se o futuro não nos interessasse muito.

Nesta terça-feira, dia 20, sob a liderança do Governador Paulo Hartung, o Espírito Santo deu um exemplo ao País ao entregar o mais completo e abrangente plano estratégico de longo prazo já formulado por um Estado da Federação. Resultado de sete meses de trabalho intenso, do qual participaram as principais forças sociais, econômicas e políticas, o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 é um macroplanejamento que traça metas para o Estado nos próximos 20 anos. São objetivos ambiciosos, que pretendem fazer do Espírito Santo um modelo de desenvolvimento planejado, traduzido em promoção da competitividade, equilíbrio regional, diversificação econômica e formação de mão-de-obra com base em padrões internacionais.

O lançamento desse plano não poderia ocorrer em momento mais oportuno, justamente quando o território capixaba ingressa em um novo ciclo de crescimento, depois de um choque gerencial e ético que resgatou a credibilidade das instituições públicas e proporcionou o estímulo necessário a novos investimentos.

Em pouco mais de 30 anos, o perfil do Espírito Santo sofreu uma mudança drástica: éramos uma economia essencialmente agrária e nos transformamos em complexo industrial e exportador. Agora, estamos iniciando nosso terceiro ciclo econômico, que conciliará as atuais atividades com a exploração intensiva de petróleo e gás em jazidas há pouco descobertas.

Temos pela frente perspectivas animadoras. O Espírito Santo possui a segunda maior reserva de petróleo do País e deve tornar-se o primeiro Estado produtor de gás natural. Mas também nos aguardam tarefas difíceis, como as de conciliar o desenvolvimento com a recuperação e a conservação dos recursos naturais, descentralizar e diversificar investimentos, para que todas as regiões do Estado sejam beneficiadas, qualificar a mão-de-obra local e aperfeiçoar a infra-estrutura logística para o escoamento da produção.

Esses são obstáculos para os quais o Plano Estratégico Espírito Santo 2025 propõe soluções, traçando um programa de metas, elaborado com a participação ativa de todos os setores da sociedade, que leva em conta potenciais, disparidades, limitações e desafios a serem enfrentados em todas as áreas, do incentivo ao desenvolvimento econômico e às políticas sociais.

Elevar a escolaridade média, fortalecer o sistema de ensino profissionalizante, erradicar a pobreza, combater a violência, fazer do saneamento básico uma prioridade, ampliar o acesso dos micro e pequenos negócios ao crédito e a novos mercados – é com ações de grande alcance, sem medo da ousadia e com união de propósitos, que conseguiremos construir um desenvolvimento sustentável, condição essencial para um futuro melhor.

No Espírito Santo, o Brasil está sendo planejado por meio de uma agenda que, por sua amplitude e por estar ancorada em bases realistas, criará um modelo de progresso com qualidade de vida e justiça social.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Marcos Guerra, é com muita alegria que o vejo na tribuna, reconhecendo as potencialidades do seu Estado, exaltando o fato de o Espírito Santo estar trilhando um caminho dentro de um planejamento, de uma parceria público e privada. Digo assim que o Governo do Estado não fez isso sozinho; ele ouviu segmentos da sociedade, e V. Ex^a coloca isso muito bem em seu pronunciamento. É por isso que digo, pelas conversas que tenho com V. Ex^a, com o Senador Motta e pelo que vejo no noticiário, que, realmente, o problema de segurança pública é fundamental neste País hoje. Ele é prioridade número um, número um mesmo. Apesar de seu Estado, Senador Marcos Guerra, ter um grande Governador, um homem que tem o apoio de 90% da população capixaba, excelentemente avaliado, que foi nosso colega aqui no Senado da República, que conheço e por quem tenho grande admiração, um homem digno, honrado, trabalhador, que está fazendo as coisas bem feitas, tanto que tem apoio generalizado, apoio eleitoral e político, tudo isso enfeixado na administração e pela maneira como o Espírito Santo vem sendo administrado, apesar disso, os últimos noticiários dão conta de quê? Dão conta da violência. Isso significa que o crime organizado está vencendo o Estado, está vencendo o Poder Público e que precisamos, realmente, de uma interferência forte do Governo Federal. Não dá mais para jogar tudo nas costas dos Estados, porque isso alcançou um grau tão elevado de periculosidade para a sociedade, de intransqüilidade para as famílias que é preciso que o Orçamento da República conte com recursos e que haja, realmente, uma política nacional de segurança pública. Quero, então, cumprimentá-lo por ocupar essa tribuna e dizer-lhe que o seu Estado está sob a égide de um planejamento feito após ter sido ouvida toda a sociedade. Meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

O nosso Governo realmente tem planejado o Estado a curto, médio e longo prazo.

V. Ex^a falou sobre a segurança. Nossa Estado realmente vem enfrentando problemas sérios com a segurança. Recentemente, tivemos ali quase que uma semana de motins em nossos principais presídios. Esteve presente no Estado a Força Nacional. Graças a Deus, ela não teve de agir, pois o nosso Governo teve a habilidade de contornar a situação. Realmente

nós temos no Espírito Santo um grande líder, que é o Governador Paulo Hartung.

Concedo um aparte ao nobre Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Marcos Guerra, quero parabenizá-lo pelo seu discurso e dizer, mais uma vez, o que tenho dito aqui em toda oportunidade que subo à tribuna desta Casa: há uma excelente safra de Governadores, em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e por este Brasil afora. No nosso Estado, não é diferente. Talvez nós estejamos sendo os mais privilegiados, porque o Governo Paulo Hartung prepara o Orçamento num ano, faz o empenho em janeiro do ano seguinte e depois executa rigorosamente o que foi planejado. É bom que se diga que é o único Estado no Brasil que faz isso. No Governo Federal, isso nunca aconteceu neste País. Outro dia, alguém criticou o Presidente Fernando Henrique porque não houve intervenção no Estado do Espírito Santo na administração anterior à de Paulo Hartung. Eu, como acredito na democracia, fico contente por ter agido assim o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele não atendeu àqueles que pediram intervenção no nosso Estado, o que poderia ter trazido um tumulto enorme, e esperou que chegassem as eleições, quando o povo fez a renovação. O povo retirou o Governo que estava lá fazendo mil atrocidades e colocou Paulo Hartung em seu lugar, e o Espírito Santo hoje pode viver em céu de brigadeiro, tranquilo, feliz e crescendo. Infelizmente, não posso falar a mesma coisa no que diz respeito ao Governo Federal, que tem sido uma madrasta para o Espírito Santo, ao criar, todos os dias, uma unidade de conservação para atrapalhar o nosso progresso. O Espírito Santo não recebeu no Governo passado e não recebe neste aquilo que deveria receber. Na BR-101, do Rio de Janeiro à Bahia, não há nenhuma obra sequer. Tudo está paralisado. É uma vergonha! Na BR-262, ocorre a mesmíssima coisa. Até hoje, não se pode passar pela ponte que foi inaugurada em seu Município no Governo passado, porque falta um pedaço de asfalto para acesso a essa ponte. A mesma coisa ocorre no contorno de Vitória e no contorno de Cachoeiro de Itapemirim. Infelizmente, o Governo Federal, além de praticar isso, não distribui renda, não faz uma reforma tributária capaz de promover a inclusão social e fica dando migalhas aos pobres, pelo Bolsa Família, não permitindo que ocorra a inclusão social neste País, redundando na violência que hoje vivemos. A violência não ocorre no Espírito Santo, mas em todo o Brasil. Em todas as estradas deste País, ninguém mais pode trafegar, principalmente à noite, porque é assaltado. É uma violência sem precedentes. E o Governo assiste a tudo passeando de avião e fazendo

inaugurações daquilo que não fez, daquilo para o qual sequer houve licitação, daquilo para o que sequer já se comprou o terreno. Muito obrigado.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Senador João Batista Motta, muito obrigado pelo aparte. Concorde plenamente com V. Ex^a.

O nosso Estado hoje é realmente um canteiro de obras, mas um canteiro de obras patrocinado pelo dinheiro do Estado do Espírito Santo, do Governo Paulo Hartung. Infelizmente, algumas obras federais começaram, mas ainda não terminaram. O Estado tem de seis a dez ordens de serviço por semana, às quais o Governo Paulo Hartung tem dado encaminhamento, muitas delas junto com o nosso Senador Gerson Camata, hoje Secretário de Transportes do Governo Paulo Hartung. Essas ordens de serviço costumam começar imediatamente, o que, infelizmente, não tem acontecido com as ordens de serviço dadas pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza, PMDB-MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marcos Guerra.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, 1º Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, do PFL da Paraíba, por dez minutos. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Rodolfo Tourinho, pela Liderança do PFL.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente Senador João Alberto, do PMDB do Maranhão, Srs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna cumprir dever cívico, funcional e político. Como todos sabem, presidi a CPI dos Bingos, que, no curso de 356 dias de atividade, de 29 de julho de 2005 a 20 de junho de 2006, debruçou-se sobre o primeiro escândalo do Governo Lula: o assim chamado caso Waldomiro. Foram 82 reuniões, em que foram colhidos mais de cem depoimentos.

Ontem, o relatório da CPI, de autoria do Senador Garibaldi Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, foi aprovado pela expressiva margem de doze votos a dois. Não houve necessidade de a Presidência votar nem oportunidade para que se manifestasse sobre os trabalhos em geral e sobre aquele documento em particular. Faço-o, portanto, agora.

Cumpre-me, em face do cargo que exercei, fazer alguns esclarecimentos ao País, sobretudo em face de críticas injustas e improcedentes, vinculadas pela Bancada governista em diversos órgãos da mídia. Disse, por exemplo, o meu eminentíssimo companheiro de Mesa, Vice-Presidente desta Casa, por quem tenho a maior admiração, Senador Tião Viana, Líder do Governo

naquela CPI, sem uma justificação plausível para tão duro diagnóstico, que o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho “é o mais frágil da história do Parlamento brasileiro” e ainda que o Relator “rasgou o Regimento e a Constituição”.

Pois bem, Sr^as Srs. Senadores, ao supostamente não ter atendido ao fato determinado e objeto formal da Comissão, a ligação dos jogos de bingo com o crime organizado e a lavagem de dinheiro, peço vênia para discordar, Sr. Presidente, e demonstrar que a CPI, sim, manteve-se rigorosamente em suas atribuições: não se omitiu, nem se excedeu, foi fiel à sua missão. É o que pretendo demonstrar, Senador Mozarildo Cavalcanti, que me deu a honra de ser o Vice-Presidente dessa Comissão.

Reitero, portanto, que o comentário depreciativo do meu amigo Senador Tião Viana não faz justiça nem aos fatos nem ao Relator, cuja seriedade, honestidade e competência todos aqui conhecem e reconhecem.

O que mais me chama a atenção no infeliz comentário é que o Líder do Governo naquela CPI critica o relatório exatamente pelas suas qualidades, não pelos seus defeitos. Incomoda-o o fato de a CPI ter constatado – e o Relator registrado – o envolvimento de influentes personagens do Governo e de seu Partido, o PT, em atos lesivos ao interesse público, atos que ignoraram os mais elementares princípios da ética e da moral.

A mim, no entanto, o incômodo se dá por razão diametralmente oposta. Incomoda-me o fato de o relatório que considero, em geral, excelente ter sido complacente com dois personagens de cujas responsabilidades em múltiplos delitos que investigamos ninguém duvida. Refiro-me, em especial, ao ex-Ministro do Governo Lula, José Dirceu, qualificado pelo Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando de Souza, como “chefe da quadrilha” que se instalou no Estado brasileiro para roubá-lo e perpetuar-se no poder; e ao Chefe de Gabinete do Presidente Lula, Sr. Gilberto Carvalho.

Entendeu o Relator que não deveria indiciá-los por falta de provas. Mas ressalvou que, no caso do Sr. Gilberto Carvalho, vai recomendar ao Ministério Público Federal aprofundamento da investigação de sua participação na formação de caixa dois da Prefeitura de Santo André.

O Relator, segundo informa a mídia, teria cogitado incluir no relatório o nome do próprio Presidente da República por omissão diante dos fatos relatados. Optou, no entanto, por não fazê-lo, por julgar insuficientes os indícios de que dispunha. Pessoalmente, acho que a menção cabia senão por ação, certamente

por omissão, o que configura também crime de responsabilidade.

Sr. Presidente, antes de avançar em algumas considerações do relatório, quero fazer um breve histórico dessa CPI, que se instalou com um ano de atraso. Essa circunstância constituiu um escândalo dentro do escândalo. Como disse, a CPI se tornou imperativa em face do caso Waldomiro Diniz, que se abateu sobre o Palácio do Planalto quando o Governo Lula inteirava um ano e um mês.

Como todos se recordam, em fevereiro de 2004, a revista **Época** estampava em sua capa e a TV Globo colocava no ar flagrante de pedido de propina feito ao empresário da jogatina Sr. Carlos Cachoeira pelo então Sub-Chefe da Casa Civil do Presidente Lula o Sr. Waldomiro Diniz.

Não era um escândalo particular, era mais que público, era político-institucional: Waldomiro Diniz era o articulador parlamentar de José Dirceu, que, por sua vez, na palavra do Presidente da República, era o capitão do time governamental. Dirceu mandava no País, e Diniz era seu braço operacional no Congresso. E Diniz era seu braço operacional no Congresso, aqui chamado pelos governistas de Ministro, tal a influência que exercia no Planalto.

Diniz, o Waldomiro, segundo o filme exibido pelas televisões, pedia dinheiro para campanhas eleitorais do PT e um percentual para si próprio. Esse, o escândalo, sucedido por outro: o do empenho do Governo Lula em impedir que esta Casa o investigasse.

Recapitulando: o escândalo veio à tona em fevereiro de 2004. Em março, o nobre Senador Magno Malta apresentou requerimento para a instalação da CPI dos Bingos. Foi obtido e excedido o número regimental de assinaturas, mas o Governo Lula, numa manobra sem precedentes, impediua instalação, deixando de indicar seus representantes para a CPI. Era o caso, então, de o Presidente do Senado à época, o nobre e eminentíssimo ex-Presidente da República e ex-Presidente desta Casa Senador José Sarney, fazê-lo. Mas o entendimento que teve foi outro, e a CPI não se instalou.

Foi preciso que a Oposição entrasse com uma representação no Supremo Tribunal Federal para garantir seu direito, direito que é da Minoría, que é da cidadania. O Governo, com sua manobra, ganhou tempo e possivelmente tivesse êxito em sua intenção diluidora se não viesse à tona, mais de um ano depois, as denúncias do ex-Deputado Roberto Jefferson.

Dias depois daquelas denúncias, em junho do ano passado o Supremo deu ganho de causa à Oposição, e os governistas se viram obrigados a admitir

e participar da CPI dos Bingos, cabendo-me a honra de presidi-la.

No dia 29 de junho de 2005, os trabalhos começaram e se direcionavam ao seu objeto de investigação: crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, relacionados às casas de bingos, bem como suas relações com o crime organizado.

Eis, porém, que, logo no início dos trabalhos, constatamos que o que tínhamos – e continuamos a ter – em pauta era algo bem mais denso e intrincado.

Começamos a identificar um gigantesco esquema de prática ilegal de arrecadação de verbas destinadas a campanhas políticas e vantagens pessoais, envolvendo Parlamentares, assessores e figuras influentes do Governo – alguns privando da amizade pessoal do próprio Presidente da República.

Não nos desviamos do objeto de nossa investigação. Apenas essa investigação conduziu a cenários e personagens inesperados. Puxamos o rabo do gato e vimos que o rabo, na verdade, era de um tigre. O que estava em pauta era uma imensa teia criminosa, em que, como em uma caixa de lenços de papel, a cada um que se puxava, outro se apresentava. Não podíamos nos omitir, fingir que não era conosco.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tudo começou quando, na seqüência do depoimento do Sr. Carlos Cachoeira, estopim do escândalo dos bingos, constatou-se, por intermédio da própria Gtech, que Waldomiro Diniz teria sugerido o nome de Rogério Buratti para as negociações junto à Caixa Econômica Federal. Depois, constatou-se que havia dois grupos que intermediavam pedidos e interesses da Gtech junto à Caixa Econômica. Waldomiro representava um desses grupos – e o Sr. Rogério Buratti o outro.

No dia 9 de agosto, Buratti esteve na CPI e procurou não comprometer ninguém. Mas, na seqüência, acabou sendo preso, a pedido do Ministério Público, que dispunha de indícios de seu envolvimento em atos de corrupção.

No dia 25 de agosto do ano passado, a CPI decidiu reconvocá-lo, já que ele havia omitido parte expressiva dos fatos que resultaram em sua prisão temporária. À Polícia, por exemplo, mencionou uma mesada que Palocci teria recebido da empreiteira Leão & Leão, de R\$50 mil. Como não reconvocá-lo? Como não supor que estaria havendo desvio de rota?

Tratava-se de um lobista, que havia sido citado pela Gtech em transação suspeita, e que agora acusava ninguém menos que o Ministro da Fazenda, de quem fora íntimo colaborador, de receber um “mensalão”. Nada menos.

Em seu segundo depoimento, desgastado pela prisão e possivelmente decepcionado com seus par-

ceiros, que não o preservaram daquele episódio, o Sr. Rogério Buratti fez revelações importantes. Levantou a ponta do véu e deixou claro que os bingos eram apenas a parte visível de um imenso iceberg.

O que tínhamos diante de nós era um emaranhado perverso, um esquema de tráfico de influência para preenchimento de cargos públicos, corrupção ativa e passiva, arrecadação de propinas para o caixa dois do Partido dos Trabalhadores.

No caso do contrato com a Gtech, ocorreu em nível federal, mas constatamos que possuía similares nos Municípios governados pelo PT, envolvendo não apenas bingos e jogos eletrônicos, mas empresas de coleta de lixo e de transporte público.

Tudo era uma coisa só – e não poderíamos recompor esse imenso polvo excluindo os seus tentáculos.

Rogério Buratti foi peça-chave. Ele havia sido Secretário Municipal do então Prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, que naquele momento era o czar da nossa economia. Demitido da Prefeitura por corrupção, tornou-se vice-Presidente da empreiteira Leão & Leão, que financiou a campanha eleitoral de Palocci à Câmara dos Deputados, e, segundo Buratti, deu-lhe polpuda mesada de R\$50 mil.

Em seu primeiro depoimento, Buratti preservou o ex-chefe, que, por sua vez, jurou estar há muito sem contato com ele.

No segundo depoimento, no entanto, Buratti, como já disse, levantou a ponta do véu que encobria uma vasta rede de corrupção, envolvendo prefeituras do PT e fornecedores.

Daí se chegou à administração Palocci em Ribeirão Preto, daí se chegou a Santo André, a Campinas, a São José dos Campos, ao triste cenário de rapina, pontuado em alguns casos por crimes de morte, nas administrações municipais petistas, que assombraram e entristerceram o Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi em meio a essas investigações que chegamos ao caseiro Francenildo, da alegre mansão de lobistas de Ribeirão Preto, freqüentada pelo Ministro Palocci, demonstrando sua sempre negada conexão com aquela turma da pesada. A reação espúria do Governo, quebrando criminosamente o sigilo do caseiro, levou à demissão do Ministro Palocci, ao desgaste do Ministro da Justiça e também à demissão do Sr. Jorge Mattoso, da Caixa Econômica Federal.

Foi também no curso dessas investigações de captação clandestina de recursos para caixa dois que a CPI chegou ao nome do Dr. Paulo Okamotto, o amigo e pagador de empréstimos do Presidente Lula.

Não vou aqui me ater a mais detalhes, até porque o tempo de que disponho já está terminando. Mas vou

ouvir alguns dos Srs. Senadores que me honram com o aparte que lhes será concedido.

Deixo registrado que a CPI dos Bingos não se desviou do seu objeto de investigação. Apenas o objeto de investigação, o submundo criminoso dos bingos, a conduziu a um cenário inacreditável diante do qual o País continua pasmo e que, em linhas gerais, acabei de esboçar.

Senador Mozarildo Cavalcanti, meu nobre companheiro, vice-Presidente da Comissão e que durante esses onze meses trabalhou com dedicação, com afinco, com transparência e, acima de tudo, com independência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza, PMDB – MA) – Senador Efraim Moraes, o tempo de V. Ex^a está esgotado. Darei dois minutos a cada aparteante.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ouço V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – E eu vou cronometrar.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a tem sido bondoso demais para comigo, Senador João Alberto Souza.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Efraim Moraes, praticamente nada tenho a acrescentar ao pronunciamento de V. Ex^a, que foi equilibrado, claro, preciso. Gostaria apenas de ressaltar a postura de V. Ex^a como Presidente e a do Senador Garibaldi Alves Filho como Relator. Aproveito para justificar, ou explicar, minha ausência em algumas reuniões da CPI, pois estive em missão oficial do Senado Federal em meu Estado, quando de uma operação comandada pela Funai, com o apoio do Ibama e da Polícia Federal, por três semanas; e depois, por mais uma semana, quando estive em viagem à Venezuela, acompanhando o Governador do meu Estado. Mas a minha postura na CPI foi sempre uma: como vice-Presidente, tive a liberdade, inclusive por parte dos meus colegas Senadores do PTB, de tomar a decisão que eu quisesse durante todos os processos, seja na votação de requerimento, seja na votação de qualquer matéria. Assim, me portei de acordo com a minha consciência. Sei que a nossa CPI não se desviou da rota e foi muito útil à democracia. V. Ex^a está de parabéns por ter presidido tão bem esta CPI, da qual tive a honra de ser Vice-Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo. Testemunho aqui, para que dúvidas não fiquem, que todas as ações de V. Ex^a, seja em missões oficiais desta Casa, seja acompanhando o Governador do seu Estado ao exterior, todos esses documentos, comunicados por V. Ex^a a este Presidente, estão registrados na CPI.

Agradeço a V. Ex^a, porque, nos momentos em que não pude presidir aquela reunião, V. Ex^a o fez, mantendo a mesma linha de transparência e independência, acima de tudo buscando aquilo que sempre desejou. Chegamos ao final da CPI, graças a Deus, à verdade, àquilo que espera o povo brasileiro.

Senador Suplicy, V. Ex^a foi, sem dúvida, uma das peças importantes desta CPI, muitas vezes pela independência, fugindo até a orientações do seu Partido, investigando, procurando este Presidente, que não lhe negou o mínimo sequer de condições para que ajudasse ao trabalho do Relator.

Antes da palavra de V. Ex^a, na condição de Presidente, o meu muito obrigado pelo trabalho extraordinário que V. Ex^a fez na CPI.

V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Efraim Moraes, em primeiro lugar, manifesto o meu respeito a V. Ex^a como Senador do PFL que expressa muito assertivamente sua opinião e avaliação. E V. Ex^a tem toda a liberdade de fazê-lo. Gostaria aqui de manifestar também o meu respeito pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Garibaldi Alves. Este último, como Relator, teve uma responsabilidade imensa na condução do trabalho de coleta de informações num número tão grande, durante quase um ano de nossos trabalhos. Sr. Presidente, aproveito a oportunidade – e é muito importante que eu possa fazê-lo – para registrar o meu voto aqui, esclarecendo que é regimental um Senador votar com ressalvas certos aspectos de um parecer de tamanha complexidade. Aqui eu exponho, Senador Efraim Moraes, que votei no sentido de que todas as informações sejam encaminhadas ao Ministério Público, preferindo, entretanto, deixar para este órgão a responsabilidade de indicar todas as pessoas mencionadas no nosso relatório. Isso porque, em diversos pontos, não ficou tão conclusivo para mim que as pessoas citadas tivessem necessariamente sido responsáveis pelos atos apontados, seja nos aspectos de corrupção ou os mais graves que foram ali por nós averiguados. Considero da maior importância que todos nós do Partido dos Trabalhadores estejamos sempre contribuindo para a apuração completa da verdade.

Ressalto que as decisões do Supremo Tribunal Federal, em certos momentos, ora garantiram, como ressaltou V. Ex^a, o direito da Minoria de realizar a CPI, e nisso estou de pleno acordo, ora garantiram também...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mais um minuto, Excelência.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...à Bancada do Governo a tomada de algumas decisões. Quero assinalar que V. Ex^a fez questão de sempre res-

peitar a decisão vinda do Supremo Tribunal Federal. Considero que muitas questões ainda serão mais bem dirimidas e que cada nome indicado terá a oportunidade de plena defesa junto ao Ministério Público e à Justiça. E isso será fundamental assegurar. Concluo, fazendo uma recomendação ao representante do PFL, que V. Ex^a aqui honra tão bem, Senador Efraim Moraes: quando, por exemplo, nós, aqui na CPI, diagnosticamos que houve problemas muito graves no Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, nós, do PT, eu, especialmente, mas todos nós, nunca identificamos o partido que era a sua principal base de sustentação com adjetivos que, por vezes, vemos o Partido de V. Ex^a atribuir a nós do Partido dos Trabalhadores, como aconteceu, por exemplo, no programa de televisão semana passada.

Quando, há poucos anos um Deputado do PFL foi não apenas denunciado à Justiça mas condenado por formação de quadrilha de narcotráfico, por ter mandado assassinar pessoas com requintes de crueldade, como serrar o corpo das vítimas, nunca viemos dizer que o PFL era caracterizado por pessoas dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Eduardo Suplicy, por gentileza, peço que conclua.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concluo recomendando, com muito respeito a todo o PFL e também ao PSDB, que é bom se perceber que, numa organização constituída de seres humanos, erros podem ser cometidos, mas devem ser corrigidos, superados. Para isto, eu espero que todos nós do PT venhamos a contribuir, inclusive para o mandato do Presidente Lula se ele for reeleito. Todavia, sabemos compreender que, numa organização tão grande, a maioria das pessoas que a constituem desejam o respeito à ética na vida política brasileira. Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy pelo aparte e também pela sua participação na CPI.

Quanto às palavras usadas no programa de televisão pelo meu Partido, PFL, devo dizer que o Partido de V. Ex^a está querendo evoluir – não consegue, mas está tentando – porque, no passado, ninguém abusou mais do direito de oposição do que o Partido de V. Ex^a. Parece-me que não evoluiu no que diz respeito à punição de pessoas responsáveis por atos de corrupção ou por criminalidades.

Eu era Deputado e aconteceu aquele caso com um Parlamentar lá do Acre, do qual V. Ex^a se lembra, o PFL de imediato o expulsou. No entanto, ouvi, recentemente, do Presidente do Partido de V. Ex^a, o Sr. Berzoini, o perdão aos mensaleiros do seu Partido.

Ninguém, nenhum de nós poderá perdoar um mensaleiro. Nenhum de nós.

Peço a V. Ex^a que tome uma posição firme e não deixe que os mensaleiros do seu Partido sejam candidatos à reeleição. Em vez de expulsar os mensaleiros, expulsaram a Senadora Heloísa Helena, por não concordar com o que vinha acontecendo dentro do Partido e do Governo de V. Ex^a. Mas deixaram ficar os mensaleiros, que já foram perdoados. Mas, se Deus quiser, o povo brasileiro saberá separar o joio do trigo, não só os mensaleiros do Partido de V. Ex^a, mas todos os que desonraram o Poder Legislativo.

Eu agradeço a participação de V. Ex^a, que foi, sem dúvida, foi firme em todas as decisões tomadas na CPI, reconhecendo aqui, no seu voto final, o voto favorável ao relatório, fazendo suas ressalvas. Digo a V. Ex^a que nós não indiciamos ninguém, nós não prendemos ninguém. Nós fomos buscar, por meio da investigação séria e transparente, as provas, fomos buscar os fatos.

Juntamos, pegamos o que é bom e verdadeiro e estamos encaminhando ao Ministério Público. Acredito no nosso Ministério Público, no Dr. Antonio Fernando de Souza porque quando o PFL disse que o chefe da quadrilha era o fulano ou o sicrano, falou em quarenta ladrões, faltando o Ali babá, não proferiu palavras de um pefelista. Não! Entendo devo dizer a V. Ex^a que vamos continuar a acreditar no Ministério Público e fazer todos os encaminhamentos. Espero que o Ministério Público se aprofunde em relação a essas investigações.

Senador Romeu Tuma, outro grande companheiro da nossa CPI, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Presidente Efraim, queria, preliminarmente, cumprimentar V. Ex^a e o Senador Mozarildo. Obrigado por me chamar de Garibaldi, a quem gostaria de homenagear.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Desculpe-me, Senador Romeu Tuma, mas não sei qual é o melhor, se o Senador Garibaldi ou se V. Ex^a. Por isso, quando se juntam um ao outro, ficam insuperáveis.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Somos iguais pela coragem que V. Ex^a demonstrou na Presidência da CPI. Já disse a V. Ex^a e repito: não foi a CPI do fim do mundo, foi a CPI da coragem, que enfrentou os vários obstáculos que surgiram ao tempo das discussões e das investigações. Ninguém foge de foco quando a sociedade reclama a investigação de um crime, e a CPI tem a obrigação de investigar para chegar ou não ao fato que a originou. E, ao longo dessa jornada de coragem, de devoção, todos participaram. Não houve Partido que se ausentou ou se recusou a participar de investigação, de depoimento. Questionaram todos. Portanto, não dá para se retirar nada. Não se pode vo-

tar contra aquilo de que participamos no dia-a-dia. E o que aconteceu? Quanto aos crimes de Santo André, como V. Ex^a iria virar as costas para um homicídio e para uma estrutura de arrecadação ilegal? Outras cidades, outros lugares também foram caindo. A confiança de membros do Ministério Público de algumas cidades trouxe ao conhecimento da CPI fatos graves que a sociedade exigia fossem concluídos. Quero dizer ao Senador Suplicy que eu o respeito. É membro do PT, é respeitado aqui. Ninguém pode falar mal do Suplicy, porque ele se comportou bem. Fizemos algumas diligências juntos. Só que há uma diferença entre aquele que serrava gente, assassino, corrupto, que entrou no partido como coronel da PM e foi expulso do partido e depois condenado. Quanto ao Gratz, do Espírito Santo, fiz o relatório pedindo a expulsão dele, porque ele era dono do jogo; e também havia crimes praticados. Pedi a expulsão dele, e foi expulso antes de qualquer providência jurídica. O PFL não o aceita, pelo menos do meu ponto de vista, dentro dos critérios da direção, não o aceita. O que estava em jogo, Presidente, era um crime praticado por uma instituição. Havia uma arrecadação ilegal que não se destinava a indivíduos; ela se destinava a um grupo que pretendia empregar... E aí já é outra coisa decorrente da própria investigação. Não se quer acusar o partido político, mas, um grupo que, dentro de uma instituição, formou, como disse o Procurador, uma quadrilha. É difícil individualizar e, por essa hipótese, verificar se foram tomadas providências junto ao partido para expulsão dos envolvidos. É isso, Presidente. Parabéns. Que Deus o abençoe. Outras CPIs vão surgir, e eu gostaria que V. Ex^a fosse Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Poupe-me, Senador. Agradeço a V. Ex^a não só a participação em nosso discurso, mas, acima de tudo, na nossa CPI. Com a sua experiência, aprendi muito. V. Ex^a me aconselhou muito. Graças aos conselhos e à experiência de V. Ex^a, juntando a dos demais companheiros, pude chegar aonde cheguei. Muito obrigado por tudo. Confesso, Senador Romeu Tuma, V. Ex^a sempre chegou perto de mim nos momentos de dificuldades que atravessei na CPI, para trazer a sua experiência e o seu conselho, o que, de público, agradeço.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet, último aparteante.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Sr. Presidente, serei breve. Senador Efraim Morais, já tive oportunidade de presidir algumas comissões, inclusive CPI, e o Conselho de Ética desta Casa. Por questões pessoais, não compareci a nenhuma reunião das três CPIs que objetivavam esclarecer – e acho que esclarecimentos houve – os maiores escândalos de que se tem notícia

no nosso País hoje. Cumprimento V. Ex^a pela maneira firme e sobretudo imparcial com que se comportou. Estendo também meus cumprimentos – é preciso fazer justiça – ao vice-Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, meu querido amigo, que, se faltou a algumas reuniões, justificou todas as ausências e cumpriu com seu dever de acordo com o que lhe determinava a consciência, e ao Relator Senador Garibaldi Alves Filho. Às vezes, dá-se a impressão de que não se apurou nada em CPI. Realmente, até agora, não podemos negar que reinou a impunidade. Mas não tenho dúvida de que houve democracia e esclarecimentos para a cidadania neste País. Citarei apenas um fato: quantos e quantos brasileiros não acompanharam pela TV Câmara, pela TV Senado e por outras tevés, as reuniões das CPIs? Quantos não se ufanaram? Eu me orgulhei quando vi a firmeza de um homem humilde, um caseiro, enfrentando pessoas rosto a rosto, comparecendo ao Congresso Nacional como cidadão, como homem de coragem que falou a verdade de consciência limpa, que enfrentou acareações presididas por V. Ex^a, que teve seu sigilo bancário quebrado – e não há ninguém na cadeia por isso! É isso o que revolta a população! Mas nos significa, democraticamente, ver que um caseiro derrubou o Ministro da Fazenda, que não teve condições de permanecer no cargo não pela ação de Senador da República – perdoem-me V. Ex^a e aqueles que me ouvem. Repito que não foi pela ação de uma CPI do Congresso Nacional; foi pela ação de um homem humilde em cuja palavra o Brasil acreditou que se tornou insustentável a presença do mais forte Ministro no Governo. A CPI prestou grande benefício à democracia. Espera-se agora que o Poder Judiciário caminhe mais rápido, mais célebre. Sr. Presidente, V. Ex^a faz um sinal para que eu pare. V. Ex^a tem sido gentil comigo tantas vezes que quero agradecer-lhe e colocá-lo no rol dos homens públicos que engrandecem o Senado da República.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, em dois minutos, e não mais, encerrei. Antes de concluir, quero agradecer ao Senador Ramez Tebet, a quem admiro. Quando tive a honra de presidir a Câmara dos Deputados, o Senador Ramez Tebet era o Presidente desta Casa. Juntos empossamos o Governo Lula. A esperança do povo brasileiro tornou-se desesperança. Essa é a missão parlamentar, a missão democrática de que V. Ex^a é testemunha.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é disso que se trata. Em que pese às divergências que mencionei quanto à não inclusão dos nomes de José Dirceu e Gilberto Carvalho, quero novamente parabenizar o Senador Garibaldi Alves Filho por sua integridade e competência.

Parabenizo também o meu nobre Vice-Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti – juntos, construímos esse trabalho – e todos os que fizeram a CPI: os funcionários e assessores que participaram, sejam eles desta Casa, sejam de outros órgãos que aqui estiveram à disposição; a imprensa brasileira, que foi investigativa e colaborou com o nosso trabalho, sem a qual não chegariam aonde chegamos; e o povo brasileiro, que, por meio de telefonemas e e-mails, nos encorajava todos os dias para que pudéssemos dar continuidade. Tenho que parabenizar e agradecer a todos pelo relevante serviço que prestamos juntos à Nação.

Cabe agora, Sr. Presidente, ao Ministério Público, que se portou exemplarmente diante do relatório da CPMI dos Correios, voltar a se pronunciar diante dos fatos apurados pela CPI dos Bingos.

A Nação pode ter a certeza de que agimos com firmeza e honestidade. E o que apuramos fornece informações preciosas para responsabilizar homens públicos que delinqüiram e contribuíram para o desgaste moral e o depauperamento das instituições e dos cofres públicos do País.

Muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia, ex-Ministro das Minas e Energia. V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu quero aqui já destacar aquilo que o Senhor Presidente da República já anunciou que vetará – é um anúncio antecipado – o reajuste de 16,7% aos benefícios dos aposentados.

A Medida Provisória nº 288, que está na pauta do Senado, teve o seu texto aprimorado na Câmara dos Deputados, que estendeu aos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social o reajuste de 16,7%.

Agora, o Governo Federal acena com a ameaça de veto à decisão do Congresso – falo do Congresso porque tenho certeza de que também o Senado aprovará esse aumento –, prejudicando o sonho de milhões de aposentados e pensionistas. Ou seja, em mais um tema social importante, em que poderão ser beneficiados milhões de pessoas, o Governo mostra sua enorme insensibilidade.

É preciso ter em conta que o custo de vida das pessoas idosas, as pessoas consideradas com mais de 60 anos de idade, é superior ao custo de vida do resto da população. Isso já foi comprovado pela Fundação Getúlio Vargas. (FGV).

Segundo o índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i), que considera as famílias com 50% dos idosos, o custo de vida dessas famílias é superior ao das famílias sem idosos. Entre 1994 e 2004, a inflação medida pelo chamado IPC-3i ficou em 224,30%, enquanto que o índice da população em geral, que é o IPC normal, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, foi de 175%. Há, portanto, uma grande defasagem.

Eu tenho visitado muitos Municípios do meu Estado e verificado que, entre os principais problemas que me trazem, um deles é de solução rápida: manter o poder aquisitivo desses aposentados.

O Governo, Sr. Presidente, repito, não tem a sensibilidade de perceber que os aposentados e pensionistas, as viúvas dos pensionistas, em cada Município brasileiro, têm cumprido uma função social da maior importância, pois a renda deles é fundamental não apenas para a paz social e a união das famílias, mas, sobretudo, para o próprio desenvolvimento dos Municípios onde vivem. Eles já são prejudicados pela legislação atual que, ao longo do tempo, deteriora os valores reais dos benefícios em relação ao momento em que foram concedidos. É preciso buscar um critério de atualização e recuperação desses benefícios.

Quero levar uma palavra e tranquilidade aos idosos, aos aposentados, às pensionistas, em especial àqueles com os quais tenho mantido contato direto na Bahia. E aqui faço referência ao Dr. Gilson Costa, Coordenador da Casa do Aposentado, em Salvador, e dizer-lhe que estamos trabalhando em uma fórmula que permita a atualização desses benefícios. Refiro-me a um projeto do qual sou Relator, o PLS 58, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Geral de Previdência Social e pela União, de modo a restabelecer o seu poder aquisitivo, levando em conta o número de salários mínimos que representava na data de sua concessão.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, foram detectados problemas relativos à constitucionalidade desse projeto e existem, a rigor, três inconstitucionalidades: vício de iniciativa, ao tratar de aposentadorias de servidores públicos por um parlamentar; indexação explícita ao salário mínimo, o que não é permitido; e uma falta de previsão orçamentária. Mas estamos trabalhando em cima de uma solução que permita que o Governo não continue em sua cômoda posição de sempre alegar que está cumprindo e respeitando a legislação em vigor, quando na verdade continua sacrificando os segurados da Previdência, que, por direito e mérito, têm benefícios superiores ao salário mínimo.

e estão vendo o poder aquisitivo desses benefícios deteriorar-se de forma alarmante.

Pretendo apresentar um substitutivo ao Projeto do Senador Paulo Paim, corrigindo as inconstitucionalidades, apontar a solução alternativa que tenha por objetivo frear o arrocho aos benefícios daqueles que já o recebem e, ao mesmo tempo, impedir que o mesmo efeito aconteça com os novos benefícios.

Sem pretender aqui entrar em detalhes, digo que vou corrigir, em primeiro lugar, as inconstitucionalidades, desvinculando a correção salarial do salário mínimo, também oferecendo uma proteção imediata aos rendimentos dos segurados que ganham acima de um salário mínimo.

Apresentarei também uma fórmula que permita ao Estado ganhar fôlego para adequar o seu Orçamento, uma coisa que seja, ao longo do tempo, factível de ser feita. O Governo continuará com a discricionariedade de propor aumentos diferenciados entre salário-mínimo e os benefícios da Previdência.

Portanto, fica muito claro que estou aqui, neste momento, tratando de manter as mesmas posições que tive quando relator da reforma da Previdência, a chamada PEC Paralela. Naquela oportunidade, pudemos ter algumas ações importantes, como a criação da aposentadoria para as donas de casa das famílias de baixa renda e, também, de estabelecer a paridade entre aposentados e pensionistas do setor público.

Para concluir, quero dizer que também agora, como relator do PL da Super-Receita, estou trabalhando para assegurar aos aposentados e pensionistas das categorias envolvidas a extensão dos benefícios que venham a ser concedidos aos servidores em atividade.

Gostaria, neste ponto, de lembrar que é preciso haver uma conceituação muito clara dessa questão do déficit da Previdência, déficit hoje estimado em 25 bilhões.

Se olharmos aquilo que é de aposentadoria rural, que não teve ao longo do tempo nenhuma contrapartida, que é muito mais o benefício de assistência e não de Previdência, só aí são R\$15 bilhões. Se a esses R\$15 bilhões acrescentarmos cerca de nove a dez bilhões que são recolhidos pelo Simples, que é um regime simplificado de arrecadação, e que não param nos cofres da Previdência, nós teríamos basicamente coberto esses 25 bilhões.

Eu tenho uma preocupação muito grande, porque nada impede que, com esse tipo de Orçamento, que não é só deste Governo, mas já o foi também de outros governos e poderá ser de novos que vierem, isso passe a ser uma regra e que daqui a pouco o Bolsa Família, que poderá aumentar, que deverá até aumen-

tar no futuro, venha também ser enquadrado como um benefício da Previdência. E isso servirá apenas para mascarar uma situação, prejudicando, sobretudo, os aposentados e os pensionistas.

Trago aqui, Sr. Presidente, neste momento, este assunto, só para mostrar algo em relação ao projeto do Senador Paulo Paim, que é o Projeto de Lei nº 58, do qual sou Relator. Aqui estão apenas as assinaturas colhidas em Salvador: são mais de dez mil assinaturas, Presidente Ramez Tebet, em apoio a esse projeto. Diz o Senador Paulo Paim que já vamos para perto de um milhão de assinaturas apoiando, defendendo, a posição dos aposentados e dos pensionistas. Creio que, dentro do raciocínio que aqui explicamos, é inteiramente defensável e é inteiramente justo que isso seja feito.

Quero, mais uma vez, dizer a eles que estamos aqui no Senado prontos para defender a posição, defender aquelas alterações que foram feitas de forma positiva na Câmara dos Deputados, aprovando aumento de 16,7% para aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo, a exemplo do que fez a Câmara dos Deputados.

Agradeço a atenção de V. Ex^a.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – V. Ex^a merece. Parabéns a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, do PMDB de Goiás.

A SRA IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, está claro que a performance do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas que o apontam como vitorioso nas próximas eleições deve-se, em sua essência, ao conjunto de programas sociais que implementa com relativo sucesso. A maioria dos que o apóiam está nos segmentos de menor poder aquisitivo – justamente os que, direta ou indiretamente, vêem o Governo na melhoria de suas condições de vida, em especial quanto à alimentação.

O carro-chefe é o Bolsa-Família, apresentado pelo Governo como o maior programa da História do Brasil em transferência de renda: nele, o combate à fome e “emancipação” dos mais pobres seriam alcançados pelo envio mensal de recursos para famílias com renda de até R\$100 mensais **per capita**, associado à facilitação ao acesso à saúde, alimentação e educação.

O Bolsa-Família unificou outras experiências – como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás – permitindo a atual expansão do atendimento e o aumento no valor dos benefícios. Além disso, o trabalho conjunto com os governos estaduais e as prefeituras potencializou as ações, tornando-as a grande vitrine da Gestão Lula.

Eu sou, Presidente, pessoalmente, uma entusiasta das ações sociais, até porque a minha vida política sempre foi baseada numa ação social junto às camadas mais sofridas da população.

Sempre que assumi funções executivas, comandei iniciativas decisivas para que meu Estado, Goiás, vencesse o estágio de miséria, constituindo-se, hoje, numa das unidades da Federação com menores índices de desigualdades sociais. Foi também decisiva nesse processo a atuação do ex-Governador Maguito Vilela, que inaugurou, no País, projetos de combate à fome em larga escala. Afinal, o Poder Público tem como função o socorro aos mais necessitados, permitindo-lhes sobrevivência e integração ao processo de produção.

Segundo o IBGE, quase 39 milhões de brasileiros foram beneficiados, em 2004, pelos programas de transferência de renda do Governo Federal. As ações alcançaram 21,4% da população do País, atendendo a 91% dos domicílios com rendimento inferior a um salário mínimo – sem dúvida, um aspecto altamente positivo neste cenário e que temos a obrigação de reconhecer.

Parece, portanto, lógica a dedução sobre o que mantém o Presidente imune aos graves acontecimentos que têm vitimado seu Governo: a crise atinge em cheio os segmentos políticos, mas se mostra insuficiente para afetar a popularidade de Lula, porque o eleitor é pragmático, retribui os que o beneficiam.

Tanto que pesquisa do Datafolha revelou que 25% de seus entrevistados citaram os programas sociais como a razão do voto em Lula. Empatada no segundo posto, junto com o desempenho na área econômica, está a visão de que ele se “voltou para os pobres”. Portanto, os programas sociais e a estabilidade em determinados segmentos da economia caminham para determinar os rumos dos acontecimentos nas eleições – a menos que o debate a ser travado por meio da mídia modifique a tendência.

Permanecem, entretanto, algumas realidades:

1. O Brasil é ainda um País extremamente carente, tem enorme dívida social e não conta com projetos consistentes, capazes de gerar emprego e renda à altura das necessidades de seu povo.

2. Programas de inclusão social precisam evoluir da ótica assistencial para se forjarem enquanto núcleo de uma política que, de fato, garanta distribuição de renda e oportunidades de trabalho.

É disso que o Brasil precisa, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

O Governo sabe que são as amplas camadas carentes da sociedade que mais se agregam à pré-candidatura de Lula. Aqui, entretanto, faz-se imprescindível o alerta para que se evite a tentação de usar essas iniciativas como combustível eleitoreiro. Isso, Sr^{as}s e Srs. Senadores, macularia a democracia.

Até porque, embora esses programas englobem hoje muitas famílias, eles estão longe, muito longe, de alcançar a sonhada justiça social que queremos para o Brasil: Eram 14 milhões de brasileiros, 7,7% da população, que ainda passavam fome em 2004, segundo pesquisa do IBGE sobre segurança alimentar.

Considerando todos os níveis de insegurança alimentar, temos 72 milhões de brasileiros, ou 39,8% da população, que estavam vulneráveis à fome, em maior ou menor grau, sendo que a insegurança alimentar grave atingia 6,5% dos domicílios ou 3,35 milhões de lares. Aqui outro alerta: especialistas afirmam que esses 72 milhões de brasileiros em insegurança alimentar evidenciam que o contingente sem dinheiro para consumir uma dieta de 2.200 calorias diárias é sim superior ao estimado pelo Governo.

Ainda há um longo caminho a percorrer.

É aí que precisamos evoluir, repensando esta orientação econômica, hoje focada na formação do superávit primário, na manutenção de juros em escalas inaceitáveis e no freio aos investimentos.

Há, ainda, um fundamento que não parece ser aplicado pelo Governo: programas sociais de transferência de renda devem ser vistos apenas como medida emergencial, que precisa ser acompanhada por medidas concretas que gerem emprego.

As famílias necessitadas precisam gerar seu próprio sustento, para conquistarem auto-estima, o que implica ações efetivas para a redução dos índices de desemprego. Hoje sabemos que o País sofre realmente com a questão do desemprego que toma conta principalmente da área jovem. Mas, neste setor, as conquistas são tímidas. O País continua patinando, porque os níveis de investimento são precários. E isto é consequência da velha máxima tecnocrática que garante: “primeiro é preciso engordar o bolo para depois dividi-lo”.

O Brasil está, desde a década de 1970, submetido a esta camisa-de-força que, na verdade, serve ao mercado financeiro, quando enche os cofres dos bancos,

mas deixa a produção ao deus-dará – a ponto de nos colocar ante a terrível realidade de nossos agricultores não terem condições de plantar a próxima safra.

O combate decisivo à fome passa pela aplicação de uma política que ataque as causas estruturais das desigualdades, o que implica fomentar a produção interna por meio de incentivos concretos. A começar pela imprescindível redução da terrível carga fiscal, Senador Romeu Tuma, a quem concederei, com o maior prazer, daqui mais um momento, o aparte. Com menos impostos, mais subsídios para a agricultura e projetos voltados para as micro e pequenas empresas, o País finalmente terá uma base forte centrada na criação de milhares de oportunidades de trabalho.

Eu peço um pouco mais de tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Está prorrogado, até porque o conteúdo do seu discurso merece prorrogação de prazo, com o aplauso de todos.

A SRA IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada.

Acredito, sinceramente, que o que o nosso povo almeja – disso tenho certeza absoluta, como todos que aqui estão – não é o cartão de auxílio do Governo, mas a ferramenta do emprego, que lhe restitui a dignidade de caminhar com as próprias pernas, para inclusive educar seus filhos de maneira autônoma e construir uma existência saudável, resultado de seu próprio esforço.

Senador Romeu Tuma, agora vou parar com o meu arrobo de tentar colocar aquilo que penso aqui no plenário para ouvir, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Nobre Senadora, desculpe-me pela deselegância de interromper a voz de V. Ex^a tão importante para esta Casa.

A SRA IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Em hipótese alguma, Senador Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a falou uma coisa que mexeu com os nossos corações. Quando V. Ex^a fala, primeiro, em crescer o bolo para depois distribuí-lo, imagino quanta gente morreu pelo caminho esperando que o bolo cresça, porque há uma profunda angústia da sociedade que, hoje, tem fome, vive na miséria e na pobreza. V. Ex^a, há muito tempo, realiza um excelente trabalho em Goiás, atraindo investimentos, procurando industrializar e fortalecer a economia do seu Estado no qual sempre, com entusiasmo, acompanhei de perto, V. Ex^a está falando corretamente pela experiência pessoal que tem. Então, quando se fala em crescer o bolo para depois distribuí-lo, nós temos que ter a condescendência de distribuir na medida do

necessário e é importante que seja urgente. Engordar aqueles que já têm não adianta – porque ele come bolo na véspera, no dia e, depois, continua comendo bolo todos os dias. Nós, então, temos que pensar na camada grande da população, que é mais de 60%, que precisa de emprego, de trabalho, de esperança; senão tudo vai morrendo a cada minuto durante o caminho. Eu quero cumprimentar V. Ex^a porque sei da sua sensibilidade espiritual, pois sempre a coloca nas suas palavras e na sua alma. Eu a conheço, participei de campanhas ao lado de V. Ex^a e sei o que representam para o povo humilde e pobre as suas palavras. O reflexo do que V. Ex^a traz é muito importante, porque, sem dúvida, terá que sensibilizar os nossos governantes para que realmente atendam a todas as premissas levantadas por V. Ex^a.

A SRA IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Tuma, que tem uma experiência muito grande na área política, é um homem que sempre contribuiu muito para o País. Ao receber o aparte de V. Ex^a, considero-o como uma contribuição ao meu pronunciamento.

Acrescento, Senador Romeu Tuma, que esse povo a que estamos aqui sempre a defender como o povo pobre do nosso País, não queremos que continue. Temos que oferecer ferramentas, mecanismos a esse mesmo povo. Logicamente os programas sociais que estão sendo implementados são importantes na medida em que correspondem a um momento emergencial, mas que deverá evoluir naturalmente para uma condição melhor, fazendo com que esse povo carente se torne, realmente, senhor de suas ações, de suas histórias e não apenas expectadores que podem ser utilizados, como temos visto muitas vezes, em época de eleição. Quanto a isso, não posso concordar, com a experiência que tenho de vida pública e política, ao longo de minha história, mesmo tendo uma ação efetiva na área social.

Para concluir, digo que governos de dimensões históricas são os que vencem o estágio da assistência social, alcançando um cenário consubstanciado na dinâmica econômica que democratiza as riquezas.

Mas esse salto de qualidade exige, sobretudo, forte decisão política que insira esta Nação num contexto que fomente a economia, valorize a educação, garanta serviços de saúde com qualidade, expanda as oportunidades para os jovens e dê um basta à violência por meio de projetos consistentes para a segurança pública.

Temos de repensar os rumos e caminhos. Os remendos na Constituição brasileira, a impunidade, a pesadíssima carga tributária, a concentração de riquezas e, sobretudo, o rosário de irregularidades

nos segmentos políticos formam, assim, um cenário explosivo que não oferece perspectivas positivas ao presente nem sequer ao futuro.

O momento é de acreditar que podemos dar um passo adiante tendo fé na força do investimento e na capacidade de dar as respostas que a história exige. O País precisa enxergar além de seus próprios limites para apostar decisivamente em grandes transformações.

Poderia conceder um aparte ao nobre Senador Tenório, Sr. Presidente? (Pausa.) Pois não, Senador, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Está prorrogado por mais dois minutos o prazo de V. Ex^a.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senadora Iris, V. Ex^a traz, com uma precisão matemática, digamos assim, e corajosa, o ponto fundamental dessa questão social **versus** econômica em que vivem não apenas o Brasil, mas os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento no mundo. Não se tem jantar nem almoço de graça. O Brasil teve um crescimento econômico durante os últimos anos, eu diria durante os últimos 20 ou 30 anos, absolutamente ridículo. E é também impossível tentar atender a esse crescimento demográfico que o País teve durante esse período, que não foi pequeno, foi grande, sem que tivéssemos um crescimento econômico capaz de compensar o crescimento populacional. E com um agravante: o Brasil também teve um ganho de produtividade muito grande. Quando se tem um ganho de produtividade – não sou economista, mas isso é primário –, se fazem as mesmas coisas com menos emprego. Então, o Brasil cresceu 2,5%, teve uma população que cresceu acima disso e teve um ganho de produtividade da ordem de 2% a 2,5%. É impossível se resolver os problemas sociais no País sem que, como V. Ex^a mesmo disse, tenhamos um crescimento. Não é que se divida o bolo depois que ele cresceu. Precisamos ter o crescimento do bolo, para que ele exista. Concordo com o que disse o Senador Tuma, ou seja, deve-se fazer as coisas simultaneamente, mas querer dividir uma coisa que não existe é impossível. Portanto, fazer com que o bolo cresça é absolutamente verdadeiro, simultaneamente à divisão dele. Gostaria, assim, de registrar a minha admiração por V. Ex^a, que traz um tema tão importante e de maneira corajosa, pois poucos o apresentam dessa forma, que considero absolutamente adequada. Muito obrigado.

A SRA IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, nobre Senador, o seu aparte e gostaria de agregá-lo ao meu pronunciamento, uma vez que ele contribui...

(Interrupção do som.)

A SRA IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) –... para algo que eu possa ter deixado de abordar da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Fazendo soar a campainha.) – O tempo de V. Ex^a está prorrogado.

A SRA IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a, quero dizer que este é o momento em que temos de ter coragem. Temos que enfrentar as situações, os fatos que surgem a cada momento, de maneira corajosa. Se eu, V. Ex^a, o Presidente Renan e todos os que aqui representamos esta Nação que, de alguma forma, está lá fora sem vez e sem voz, temos que ter a coragem de expor aqui este pensamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Com a palavra o eminentíssimo Senador Romeu Tuma, do PFL de São Paulo.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Ramez Tebet, é uma honra usar da palavra durante a permanência de V. Ex^a nesta Presidência, um homem que tem honrado este Congresso e uma pessoa viva na sua participação permanente em todas as discussões que ocorrem neste Plenário. Eu diria que V. Ex^a é um especialista em clínica geral porque trata de todos os assuntos com igual inteligência.

Senadora Lúcia Vânia, peço licença porque eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a e o Senador Romero Jucá pela oportunidade que o Senado teve hoje de homenageá-los ao colocar o retrato de V. Ex^as na Comissão de Assuntos Sociais. Falo especialmente a V. Ex^a pela admiração que tenho por suas gestões junto ao Governo do Presidente Fernando Henrique, quando trabalhou nessa área com dedicação e aprofundou seus objetivos, principalmente com os menos favorecidos e as crianças. Vi V. Ex^a chegar às lágrimas, durante reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, quando cortaram o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Essas coisas nos marcam muito, Senadora Lúcia Vânia.

Sou um homem do povo. Ocionalmente, somos Senadores porque o povo nos trouxe para cá, mas continuamos iguais àqueles que nos deram esta oportunidade e, por isso, temos de bem representá-los. Com sua alma e seu coração imensuráveis, V. Ex^a tem a sensibilidade de, permanentemente, continuar sua luta, desde o Executivo, aqui no Parlamento, e com muita coragem.

Peço-lhe desculpas por não ter comparecido a essa tão importante solenidade porque fui receber um diploma no Palácio, algo pelo qual V. Ex^a luta: a luta

pela vida, contra as drogas e voltada principalmente ao Programa Diga Sim à Vida, do desenhista Maurício e da Secretaria Nacional Antidrogas, com o General Uchôa e o General Felix, que estão trabalhando com as crianças.

Senadora Lúcia Vânia, vi o depoimento com o qual V. Ex^a também ficaria sensibilizada, em que um jovem de 14 ou 15 anos, perguntado por que usava droga, falou: "Tenho de ter opção para sentir alguma coisa diferente. Sou uma pessoa que não tenho quase oportunidade. Então, o uso da droga me faz sentir diferente."

Esse jovem que procura uma opção de realização de um sonho resultante da droga verá que esta vai matá-lo em dois ou três anos ou transformá-lo em um criminoso, em um perseguido pela polícia ou em alguém assassinado num combate que encontrar à frente, numa repressão em razão da prática de delito. Falo isso agora porque V. Ex^a está presente, Senadora Lúcia Vânia, e sabe o que isso representa para a nossa juventude, conhece o sofrimento e a amargura das famílias que têm crianças envolvidas com drogas, seja como "avião" ou como membro de quadrilhas que fazem isso por serem os menores inimputáveis. A reação que nós temos a sociedade também deve ter, participando dessas atividades. Tenho aprendido com V. Ex^a pelo trabalho que tem feito à frente da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa e pelo trabalho que realizou no Governo do Presidente Fernando Henrique, deixando-os como exemplo.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Romeu Tuma, gostaria de aparteá-lo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não. Ouvirei primeiro a Senadora Lúcia Vânia e, em seguida, V. Ex^a.

Desculpem-me por demonstrar minha emoção, mas essas coisas machucam o coração.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Romeu Tuma, agradeço as referências elogiosas que me fez. Realmente a ausência de V. Ex^a foi sentida na Comissão de Assuntos Sociais, mas o motivo que o levou a não estar presente é mais do que justo, pois V. Ex^a foi cumprir uma missão importante, em nome desta Casa, em prol do seu trabalho, junto ao Governo. V. Ex^a tem uma trajetória de luta à frente dos interesses da Polícia Federal, que V. Ex^a tão bem dirigiu. Apesar de ser um homem justo, correto e duro quando precisa, é de extrema sensibilidade para os problemas sociais. Em todos os debates que tratam de criança, é tocante ver V. Ex^a se emocionar. E para nós que representamos aqui a bancada feminina, que representamos aqui aqueles comprometidos com os programas sociais, é sempre motivadora a sua ação na Comissão de Assuntos So-

ciais, porque V. Ex^a está sempre ao nosso lado, estimulando, elogiando, nos levando para frente, acreditando no trabalho de cada um. Portanto, deixo aqui os meus agradecimentos. Pode ter certeza V. Ex^a de que a sua ausência será vista não como ausência, mas como a extensão de um trabalho que V. Ex^a estava fazendo fora desta Casa. Os meus agradecimentos, o meu carinho e, acima de tudo, a minha solidariedade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Marco Maciel, é uma honra poder ouvi-lo.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Com revisão do orador.) – A honra é toda minha, nobre Senador Romeu Tuma. Em rápida manifestação, quero associar-me às palavras de V. Ex^a, felicitando a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Romero Jucá pela aposição das suas respectivas fotografias na sala da Comissão de Assuntos Sociais. Quero dizer a V. Ex^a que realmente são dois excelentes Parlamentares e têm contribuído para um melhor conhecimento da questão social brasileira e a busca da solução dos problemas com os quais o País ainda se defronta nesse terreno tão estratégico para o seu desenvolvimento. Por fim, desejo, de modo particular, referir-me à Senadora Lúcia Vânia que, há anos, milita na superação dessas dificuldades e posso dar o exemplo do trabalho que realizou no tempo em que era Presidente da República o ex-Senador Fernando Henrique Cardoso, quer na erradicação do trabalho infantil, quer no desenvolvimento dos programas sociais de modo em geral, vez que era Secretária de Assuntos Sociais da Presidência da República. Encerro o meu aparte cumprimentando V. Ex^a pela iniciativa e aproveito para dar o testemunho do trabalho que desenvolve na luta contra as drogas, que o fez merecer o reconhecimento do Poder Executivo em solenidade hoje realizada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia; muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Quero aproveitar o final do meu tempo, Sr. Presidente, para agradecer ao Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Dr. Rodrigo, por ter, dentro de uma comissão formada, Senador Marco Maciel, Senador Ramez Tebet, produzido alguns projetos na área de segurança, na área penal. E, confiando em minha pessoa, encaminharam para que eu desse andamento a esses projetos.

Tivemos onze aproveitamentos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com o Senador Antonio Carlos Magalhães na Presidência. É claro que a obstrução da pauta por medidas provisórias, por exemplo, tem impedido que se possa apreciar esses projetos.

Estive, Sr. Presidente, Senador José Agripino, meu Líder, no dia 12 de junho, em uma reunião para instalação de uma comissão especial do Tribunal de Justiça de São Paulo para que a comissão reveja o Código de Processo e o Código Penal que se arrastam há muitos anos e hoje é uma colcha de retalhos. Verifiquei V. Ex^as que todo dia trazemos um projeto novo, porque acontece um fato novo. Ou seja, a indignação da sociedade faz com que o parlamentar apresente novos projetos e a colcha de retalhos vai aumentando. Precisamos, portanto, de uma reforma geral que se adapte à situação atual porque, nos últimos anos, evoluiu muito a tecnologia, a ciência e a criminalidade. Aqueles crimes que antes eram de pequeno potencial, agora, pela violência com que a criminalidade cresceu, deixaram de existir. Lembro-me do descuidista que se aproveitava do cidadão que colocava a sua pasta e ele furtava; o que abria uma janela de casa quando não havia ninguém para assaltar, nunca agindo contra a pessoa. Acabou esse tempo, que é histórico e é saudoso.

O Dr. Luiz Carlos Ribeiro dos Santos, que foi escolhido como Presidente, fez um belo discurso na sua posse, na formação dessa Comissão. Eu já tinha um relacionamento com ele, Senador Ramez Tebet, visto que era Presidente da Tacrim, Tribunal da Alçada Criminal. Eu ia quase toda a semana para discutir com eles alguns projetos que estavam em andamento, principalmente a Lei de Execuções Penais, que já passa de 20 anos. V. Ex^a sabe que há uma busca quase que imperdoável dos governantes em beneficiar os bandidos de alta periculosidade, porque o sistema penitenciário não comporta mais a presença da população carcerária. Então, começa com indulto colocando na rua todos que podem, isso para tentar diminuir a violência que está acontecendo em nossos presídios. Para tanto, temos o exemplo de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, onde se alastrá a violência.

Aquela divergência em São Paulo entre a Secretaria de Segurança e do Sistema Penitenciário, é um risco muito grande, porque o preso que sai realimenta o crime se ele é de alta periculosidade. O Senador Demóstenes Torres fez um projeto, o qual eu relatei, para que a progressão nos crimes hediondos tenha uma diferenciação do que é hoje a progressão para os crimes de menor potencial, que é de 1/6 para beneficiar. O projeto prevê que o marginal cumpra pelo menos 50% dentro da cadeia.

Penso que essa Comissão tem uma importância muito grande. Dispus-me, representando o Senado naquele plenário, ao receber as sugestões que serão elaboradas, a encaminhar nesta Casa para que realmente se possa discutir e aprovar, visto que vem da

Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), que tem na composição membros do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Para finalizar, leio as palavras do Dr. Luiz Carlos, que foram captadas por Beccaria, um grande estudioso da parte de comportamento criminal dos cidadãos: "Prevenir o crime, manter a paz e a tranqüilidade social, com medidas preventivas e repressivas que atendam de forma satisfatória o escopo final". E dizia Beccaria: "(...) é apenas o de impedir que o réu cause novos danos aos seus concidadãos e demover os outros de agir desse modo.

É, pois, necessário selecionar quais penas e quais os modos de aplicá-las, de tal modo que, conservadas as proporções, cause impressão mais eficaz e mais duradoura no espírito dos homens, e a menos tormentosa no corpo do réu." (*Das Penas*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976, p.22-3).

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Concedo um aparte ao Senador Leomar Quintanilha, dependendo da concordância do Sr. Presidente.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, com muita propriedade, com um conhecimento amealhado ao longo do exercício da atividade ligada à segurança pública neste País...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – São cinquenta anos.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – ...V. Ex^a bem sabe o drama que a população enfrenta em decorrência da inaplicabilidade das leis, do aumento exacerbado da violência, do sistema repressor brasileiro, do sistema prisional com dificuldades. Agora, na verdade, Senador Romeu Tuma, isso tudo poderia servir de alerta a todos nós, porque o Brasil investe muito pouco nas causas da violência. Se estivéssemos cuidando das nossas crianças e dos nossos jovens de forma adequada, se estivéssemos criando uma estrutura de proteção ao nosso jovem, dando educação de qualidade, dando oportunidade laboral, envolvendo o jovem com atividades culturais, recreativas e desportivas saudáveis, ocupando seu espaço, absorvendo a sua energia, seguramente teríamos uma preocupação muito menor com o crescimento da violência, que assusta a todos e deixa setores de cidades importante deste País refém do crime. O Tocantins é um Estado novo, as nossas cidades são pequenas. Somente agora Palmas, nossa capital, ultrapassou a barreira dos duzentos mil habitantes, mas o crime e a violência também se manifestam ali. E é grande a nossa preocupação. Devemos voltar às atenções exatamente para o combate da causa da violência, evitando com isso as

consequências danosas para a população brasileira. Cumprimento V. Ex^a pelo tema que traz para discussão na Casa esta tarde.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador.

Outro dia, aparteando o Senador Paulo Paim, disse a S. Ex^a que era importante que começássemos a separar a violência da criminalidade. É claro que a criminalidade violenta é a pior coisa que se pode imaginar, mas hoje há uma violência quase institucionalizada pelas grandes dificuldades que a sociedade vem atravessando. Ninguém tem mais paciência para nada.

Então, temos de lutar pela paz e contra a criminalidade organizada ou não, para que a sociedade tenha paz de espírito e, com liberdade, usufrua os prazeres da vida, sem sofrer uma prisão indevida, sem ficar impossibilitado de sair às ruas e tenha de viver atrás das grades, para evitar abusos de criminosos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEUTUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

A atual Lei das Execuções Penais, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, encontra-se em vigência desde 11 de janeiro de 1985. Já completou 21 anos.

Neste período, a sociedade mudou muito. Os avanços tecnológicos e científicos, em todas as áreas, alteraram inúmeros costumes no seio da sociedade; alteraram o dia a dia do cidadão nas áreas de comunicações, transportes, saúde, educação.

A sociedade cresceu, ramificou e tornou-se mais complexa, porém, a dimensão da imposição da sanção penal, o desenvolvimento do processo criminal e, principalmente, o cumprimento da pena, ainda reflete conceitos antigos, que estão a merecer urgente revisão.

Atentas a estas modificações sociais, várias áreas do direito se mobilizaram: temos um novo Código Civil, várias foram as alterações no Código de Processo Civil, inclusive na área de execuções, visando agilizar e tornar eficaz os procedimentos.

Contudo, mais modestas foram as reformas na área do processo penal: em 1984 um pacote de projetos de reforma foi criado, que incluíram a alteração da Parte Geral do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal, com regras em perfeita integração. Na oportunidade, contudo, apenas o Código Penal e a Execução Penal foram promulgadas, sendo mantido o Processo Penal Brasileiro de 1941.

Ocorre que o progresso rápido da sociedade, principalmente nos últimos vinte anos, gerou uma sensação de insegurança, uma crença geral de impunidade no seio da sociedade, que tem reclamado do Poder Judiciário uma resposta eficaz, debitando por vezes na conta dos Magistrados as frustrações sociais. Ora, apenas munido das ferramentas adequadas, ou seja, de normas jurídicas atualizadas e em consonância, é que se poderá atender ao apelo social, afastando a sensação de impunidade, permitindo a distribuição da ampla e eficaz justiça: não aquela que aumenta o poder punitivo estatal, mas a equilibrada, que garante a eficácia das normas existentes para que atinjam o principal objetivo social: prevenir o crime, manter a paz e a tranquilidade social, com medidas preventivas e repressivas que atendam de forma satisfatória o escopo final que, nas palavras de BECCARIA, "é apenas o de impedir que o réu cause novos danos aos seus concidadãos e demover os outros de agir desse modo. É, pois, necessário selecionar quais penas e quais os modos de aplicá-las de tal modo que, conservadas as proporções, causem impressão mais eficaz e mais duradoura no espírito dos homens, e a menos tormentosa no corpo do réu" (*Das Penas*, Rio de Janeiro : Editoria Rio, 1976, p. 22-3).

Não podemos, como estudiosos da ciência criminal, olvidar que os crimes que antes eram reputados como de média expressão e periculosidade, hoje assim não se apresentam. Sucede que o cenário composto pelo comportamento humano substituiu a prática criminosa de ontem por outra muito mais sofisticada em sua forma de atuação e complexa na sua organização, ostentando, inclusive, em seu núcleo, empresas e organizações criminosas que constituem nos dias de hoje séria ameaça à paz e à liberdade dos homens e mulheres do bem neste país, e, portanto, estão a demandar pronto e rigoroso combate.

Deve ficar claro para a sociedade que não há mais lugar para a impunidade. As leis existem e haverão de ser cumpridas com rigor, em toda a sua extensão, demonstrando, assim, o pleno funcionamento dos poderes e das instituições, enfim, da própria democracia.

Convém também lembrar que reformar a lei de execução penal em momento algum significa cogitar da transformação dos presídios em um amontoado de homens - tarefa muito fácil de realizar -; o que se alvitra, em verdade, é o estabelecimento de uma linha divisória, de molde a garantir, por um lado, a segurança e a proteção dos trabalhadores e de suas famílias, e de outro, a ressocialização dos condenados e sua consequente reinserção no meio social.

Por fim, como Juizes e operadores do direito, temos a pública obrigação de velar pela paz e pela ordem; entretanto esta missão, que levamos ao extremo, não significa que a serenidade, que está a distinguir a postura desta Comissão, restará abalada mesmo diante dos recentes e deploráveis acontecimentos.

Aliás, esta Comissão tem o propósito de arregimentar ideias de diferentes matizes, consultando todos os Magistrados, mesmo aqueles que, no momento, não atuam na área criminal, seja embargo da própria sociedade civil, especialmente das Organizações de Direitos Humanos, formando um conjunto de providências, inclusive legislativas, que refletem a congregação dos esforços empreendidos por todos esses seguimentos, propiciando ao legislador os elementos necessários para a reforma pontual exigida pela

própria sociedade, sempre atentos à máxima contida na Declaração de Direitos de Virgínia, de 1776, inspirada em Locke, Rousseau e Montesquieu: “*todos os homens são por natureza igualmente livres e independentes e têm certos direitos inatos de que, quando entram no estudo de sociedade, não podem, por nenhuma forma, privar ou despojar a sua posteridade, nomeadamente o gozo da vida e da liberdade, com os meios de adquirir e possuir propriedade e procurar e obter felicidade e segurança*”.

Este é motivo pelo qual os senhores foram convidados, pessoas ilustres dos mais diversos segmentos, especialmente do Direito, para compor comissão de trabalho, visando reavaliar e apresentar esboço para uma legislação penal e de execução das penas mais condizente com a nossa realidade atual, crispada dc diversidades e adversidades.

Aproveilo esta grata oportunidade para congratular-me com a Associação Paulista de Magistrados – APAMAGIS, por organizar um grupo de trabalho visando obter sugestões para propiciar as desejadas reformas pontuais capazes de atender aos reclamos do legislador e do interesse público.

Creio firmemente que todos os membros da Magistratura, e de outros respeitáveis e ilustrados segmentos, inclusive da sociedade civil, encaminharão sugestões, que serão sintetizadas em propostas para debate no âmbito deste grupo especial, o qual tenho a honra de presidir, com compromisso de registrar todas as idéias, as quais serão encaminhadas pela APAMAGIS às autoridades competentes.

FINAL

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Tenório.

O SR. PRESIDENTE (João Tenório. PSDB – AL) – O próximo orador inscrito é o Senador Ramez Tebet, a quem concedo a palavra.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, antes de entrar no tema que me traz a esta tribuna, não posso deixar de fazer aquilo que dita o meu coração. E gostaria que o Senador Romeu Tuma estivesse aqui para ouvir o seu amigo e admirador reconhecer sua capacidade e sua competência.

V. Ex^a tem dado muitas contribuições no campo específico em que se especializou, trilhando o caminho da defesa, da tranquilidade das nossas famílias. Hoje, Senador da República, V. Ex^a, com a experiência adquirida, está contribuindo, de maneira ponderável, para esta Casa Legislativa e para a Câmara dos Deputados. V. Ex^a tem dado essa contribuição ao Congresso Nacional no preparo de uma legislação mais adequada, sobretudo nas sugestões que apresenta, no aconselhamento e na maneira tranquila com que procede como Corregedor do Senado.

Portanto, faço essa saudação a V. Ex^a e digo que me emocionei, juntamente com V. Ex^a, quando iniciava o seu pronunciamento. Se eles reconheceram o mérito de V. Ex^a, fizeram-no com muita justiça, Senador Romeu Tuma, tenha a mais absoluta certeza.

Sr. Presidente, o que efetivamente me traz a esta tribuna hoje é, sem dúvida, a agonia por que passa uma instituição brasileira. Refiro-me à Varig. A Varig é uma instituição brasileira, sempre foi o orgulho dos brasileiros, sempre se constituiu na embaixada maior do nosso País. Desculpem-me, mas era mais fácil obter informações nos escritórios da Varig do que nos consulados e nas embaixadas brasileiras. A Varig representou o Brasil!

Sendo assim, não posso compreender que esteja agonizando. Ela já está agonizando. Nem sei se tem salvação, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

Só resolvi voltar a esta tribuna, Senador Paulo Paim, porque vi em um site uma notícia alvissareira que pode servir de exemplo para nós todos.

Dá conta esse site das palavras de um juiz americano que prorrogou até 21 de julho o prazo para que a Varig devolva parte de seus aviões à companhia de leasing. Se lá fora a Justiça americana está comprehendendo o drama da Varig, o drama daqueles que sentem que a empresa é importante para o Brasil, se isso está sendo reconhecido na maior potência do Ocidente, é

preciso que, enquanto a Varig ainda respira, o Governo jogue oxigênio, diga realmente como quer salvá-la e se quer salvá-la.

Não podemos mais permanecer nessa agonia sem ter uma voz autorizada do Governo porque muitos falam pelo Governo, mas falam sem dizer nada de concreto, sem acenar com algo, sem uma esperança mais viva, senão aquela de agir como um banco.

E o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que outrora ajudou tantas privatizações? Quanto dinheiro o BNDES não injetou em empresas estrangeiras, nas privatizações?

Quando penso nesses empréstimos, que as privatizações do Brasil foram feitas sob o amparo de um banco que deveria amparar as empresas nacionais, indago se é preciso, realmente, neste momento, exigir tantas garantias, fazer tantas exigências, se a situação ultrapassa o problema comercial? Esse é um problema social e, além disso, também é importante, porque não temos muitas companhias de aviação, são quatro ou cinco voando nos céus do Brasil. E, com prestígio internacional, não há nenhuma igual à Varig, diga-se de passagem.

Se, nos Estados Unidos, o juiz Drain disse textualmente “este tribunal não será responsável por tirar o plug da Varig da tomada”, durante a audiência, nesta quarta-feira, pergunto: o Governo brasileiro, nós é que vamos tirar o plug da tomada daquela que, durante muitos e muitos anos, foi o nosso orgulho maior da aviação brasileira?

Não é possível, ainda mais agora. Não estou falando em um momento emocional, quando o brasileiro se encontra no exterior, acompanhando a Copa do Mundo. A maioria dos turistas brasileiros no exterior – penso eu – está na Alemanha, acompanhando a Copa do Mundo, mas há turistas brasileiros por todo o mundo. Vôos aqui no Brasil estão sendo cancelados. Isso tudo é muito triste, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores!

Eu acho que há necessidade – perdoe-me o Governo – de que alguém diga que o responsável pela negociação com a Varig é o ministério tal. É isso que precisa ocorrer. Porque, senão, fica esse jogo de empurra: ou é a Chefia da Casa Civil ou é uma agência que não funciona... As agências reguladoras neste País não estão funcionando, não têm estrutura de pessoal, não têm autonomia financeira, não há orçamento para essas agências reguladoras. Elas não estão resolvendo absolutamente nada. Eu diria até que estão atrapalhando, porque como elas existem e não funcionam, só atrapalham.

Acho que está na hora de buscarmos uma solução para esses problemas da forma mais urgente

possível. É por isso que venho a esta tribuna. Não falo com a autoridade do Senador Paulo Paim. Este, sim, participou de todas as audiências possíveis para ajudar na tentativa de uma busca de solução para o problema da Varig.

Concedo um aparte a outro Senador que também tem lutado bastante, o Senador Heráclito Fortes, e que vejo me pedir um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Ramez Tebet, V. Ex^a faz um discurso desassombrado. Quero parabenizá-lo por isso, como também ao Mato Grosso do Sul. V. Ex^a toca em pontos cruciais dessa questão, que é a falta de articulação, de coordenação por parte do Executivo. Louvo a atitude que o Senado da República teve quando nos juntamos aqui e fizemos reuniões permanentes conjuntamente das Comissões de Infra-Estrutura, a qual presido, de Assuntos Econômicos, de Turismo e de Assuntos Sociais, coordenadas por esses três gaúchos extraordinários, que são os Senadores Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e Pedro Simon, que aqui não se encontra, e com a participação também decisiva do Senador Roberto Saturnino. E pudemos ouvir todas as pessoas envolvidas na questão Varig. A Varig não é problema do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, do Piauí, do Pará, do Ceará, de ninguém especificamente, mas um problema do Brasil. Estarrece-me a indecisão por parte do Governo – e aí V. Ex^a tem razão – quando está em jogo a vida de 11 mil funcionários diretos e 40 mil funcionários indiretos. Essa questão vem surgindo desde os primeiros dias do atual Governo. E não adianta querer dizer que a crise aconteceu anteriormente. É verdade que a crise ocorreu anteriormente, mas a fratura exposta foi neste Governo, exatamente, quando houve uma intervenção branca, obrigando uma parceria, por meio de *code-share*, entre a Varig e a TAM. A Varig teve excelentes momentos de ter o seu problema resolvido sem passar pelo vexame que passa agora, com prejuízos incalculáveis, não apenas no âmbito interno como no externo. A nossa bandeira, sendo extinta a Varig por meio de uma falência, entrará no fim da fila dos *slots*, ou seja, dos horários de partida e de decolagem dos nossos aviões pelo mundo afora. Isso é desastroso, porque hoje temos uma malha em que os aviões chegam ao seu destino com todos os horários de conexão para o restante do mundo, ou dos países da Europa, para citar um exemplo, já toda organizada e concatenada. É preciso que se veja esse fato. Os Estados Unidos, que não costumam intervir na economia privada, abriram exceção na questão da aviação daquele país, quando ocorreu o 11 de Setembro. A Suíça fez o mesmo, Sr. Presidente, apenas para citar esses exemplos. No Brasil, não tivemos nenhum atentado terrorista, mas

tivemos um atentado à economia das empresas quando uns planos iniciados pelo Plano Cruzado, o Plano Verão e todos os planos que se sucederam, obrigaram as empresas a cobrar tarifas incompatíveis com os seus custos. Matéria vencida na justiça, e ganha pela Varig no caso, determina o pagamento. Há apenas falta de boa vontade para que essas questões sejam realizadas. Dessa forma, congratulo-me com V. Ex^a e espero que o Governo, em um rasgo de sensibilidade, encontre urgentemente uma saída para a solução dessa crise, que é muito grave. Um partido dito “dos trabalhadores” não pode ver desempregados 11 mil funcionários diretos da Varig e 40 mil funcionários indiretos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, porque as suas palavras valeram mais do que as pronunciadas por mim até agora, pela substância do seu aparte.

Senador Paulo Paim, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, sei que vamos contar com a tolerância do Presidente Renan Calheiros. E quero dar esse testemunho – permita-me, Sr. Presidente – de que S. Ex^a é alguém que tem incentivado quase diariamente, pois quando ele está no plenário e eu vou à tribuna, S. Ex^a me faz um aparte, expressando com muita clareza o compromisso que ele tem, também incentivando-nos para que encontrarmos uma saída para a nossa querida Varig. Eu acho que é um momento muito importante, Sr. Presidente. Essa questão da Varig, como V. Ex^a me disse, não é partidária, de Oposição ou de Situação, de quem está contra ou do lado do Governo. Nós queremos achar uma saída para a Varig. Senador Ramez Tebet, cumprimento V. Ex^a, que, naturalmente com o apoio do Senador Renan Calheiros, foi o grande construtor, não da Lei de Falências, mas da Lei de Recuperação das Empresas, baseada no Substitutivo global que V. Ex^a construiu. V. Ex^a foi a diversos Estados, inclusive ao Rio Grande do Sul, a nosso convite, debater esse tema da Lei de Recuperação das Empresas. Então, a Varig, se Deus quiser, será recuperada, graças também ao projeto de V. Ex^a, que foi fundamental para que ele acontecesse. Comungo com V. Ex^a de que é preciso que o BNDES, neste momento tão difícil da Varig, tenha sensibilidade! Ele já concedeu empréstimos às mais variadas empresas da área privada e, portanto, não tem por que não concedê-lo também à Varig, já que o consórcio dos trabalhadores que se apresentou mostra que tem lastro e condição de pagar o empréstimo no momento adequado, correspondente a US\$150 milhões, conforme propôs. Por isso, cumprimento V. Ex^a pela forma como construiu a Lei de Recuperação das Empresas, pela forma como tem participado, sob

a liderança maior, sim, do Senador Heráclito Fortes, que indiciou a mim e aos Senadores Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Jefferson Péres para coordenarmos, junto com V. Ex^a, esse grupo de Senadores. E V. Ex^a lembra muito bem que se lá fora, nos Estados Unidos da América, foi dado praticamente mais um mês de prazo para a Varig, não será aqui no Brasil que vamos permitir que isso aconteça. O Senador Sérgio Zambiasi vai aparteá-lo. S. Ex^a me disse: "Senador Paulo Paim, fique alerta porque as passagens já começaram a aumentar". Vejam que quem vai perder, como disse o representante da Varig, será o próprio País, que terá um prejuízo de R\$10 bilhões, mas principalmente aqueles que têm de viajar. E nós sabemos que, quando o leilão ficou pronto – e não quero citar nome de ninguém –, alguns não se habilitaram, porque queriam que ele decretasse a falência, para ganhar todas as vias de transporte aéreo de graça. Por isso, disseram que iam participar do leilão, e não o fizeram, porque não acreditavam que o consórcio dos trabalhadores iria habilitar-se. Então, o juiz, de forma correta, acabou atendendo à solicitação dos trabalhadores e deu-lhes a possibilidade de fazerem esse consórcio com outros investidores, que, com base em sua lei, poderão viabilizar a Varig. Parabéns a V. Ex^a! Solicitei a realização de uma sessão de homenagem à Varig, mas, no mesmo dia, teremos de fazer também uma sessão de homenagem a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, agradeço-lhe muito e quero dizer a V. Ex^a que o juiz do Rio de Janeiro merece o nosso aplauso também, porque ele tem procurado interpretar a Lei de Recuperação de Empresas, que tem por objetivo salvar, e não levar ao naufrágio, e não levar à morte as empresas brasileiras, principalmente uma empresa do porte da Varig.

V. Ex^a tem toda a razão.

Senador Renan Calheiros, vou apenas conceder um aparte ao Senador Sérgio Zambiasi e encerrarei o meu pronunciamento.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Ramez, agradeço-lhe a oportunidade deste aparte, assim como ao Presidente Renan Calheiros. Eu não poderia deixar de também me somar a essas manifestações. Acompanhando a sessão desta tarde, ouvi o pronunciamento inicial do Senador César Borges e a pontual intervenção do Senador Paim. Agora, a intervenção de V. Ex^a é realmente procedente, por sua experiência, pelo trabalho que V. Ex^a tem realizado, especialmente nesse programa de recuperação de empresas, do qual V. Ex^a tanto participou; assim como a manifestação do Senador Heráclito e de tantos outros. Estou acompanhando esses últimos dias com muita

apreensão. Na última viagem que consegui fazer pela Varig, ouvi umas palavras, Senador Ramez, que me cortaram o coração. Chegando em Porto Alegre, ouvi de uma das servidoras da Varig, que perguntava para uma colega: "E aí, alguma novidade?" E a resposta que realmente comoveu a todos nós foi: "Só notícia ruim!" Ora, imaginem a auto-estima desses trabalhadores! De outra parte, Senador Ramez, enquanto debatemos essa questão aqui, e a Varig cancela vôos, os preços das passagens sobem estratosfericamente. Uma passagem de Brasília a Porto Alegre, que, na semana passada, custava entre R\$600,00 e R\$700,00, hoje, está custando R\$1.500,00 e não há vagas. Ontem, pela manhã, na minha vinda a Brasília, ouvi um comissário de bordo da TAM pedir encarecidamente que algum passageiro se dispusesse a desembarcar, mediante um prêmio de R\$300,00. Um cidadão desembarcou para receber o prêmio. Nesta manhã, um colega me disse que o fato se repetiu, com a diferença de que pediram para três passageiros desembarcarem mediante um prêmio; inicialmente, de R\$400,00, mas, como ninguém o aceitou, o prêmio passou para R\$500,00 e um almoço em Brasília. Três pessoas se dispuseram a desembarcar do avião para receber o prêmio de R\$500,00 e o almoço em Brasília. Há *overbooking* e não há mais lugares nos aviões. A crise na aviação brasileira vai se acentuar. Essas são as consequências sobre as quais ainda não haviam pensado. Elas começam a ser sentidas agora diretamente pela população. Por isso, nesta antevéspera de sexta-feira, quando as coisas devem acontecer, vamos torcer para que o Governo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – ...movimente-se com a agilidade que não teve até agora, para que consigamos ver a Varig novamente voando pelos céus do Brasil e de outros países. Que consigamos resgatar essa verdadeira história da aviação brasileira. Parabéns pela sua manifestação.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Sérgio Zambiasi, às vezes um exemplo vale mais que mil palavras. O que V. Ex^a mencionou é o exemplo daquilo que eu disse: vai acabar a concorrência no Brasil. As passagens vão subir astronomicamente. Mesmo com a Varig funcionando, as coisas já não corriam bem, porque a cada dia os preços das passagens variavam – hoje, era um preço; amanhã, outro, e assim por diante. Então, creio que V. Ex^a tem razão.

Portanto, quero dizer a V. Ex^a, a todos os Senadores e ao Brasil inteiro: apelo ao Governo – creio que é um apelo do Senado – que copiemos a frase do juiz americano: Governo brasileiro, não tire o *plug* da

Varig da tomada; ela está agonizando, mas não o tire. Vamos para frente.

Sou um homem de fé, sou um homem de esperança. Acredito que a empresa vai continuar funcionando, sim, e que o Governo vai intervir para atender ao apelo, que já não é mais apenas de uma Casa Legislativa, mas de uma sociedade; e um apelo que sensibiliza até os tribunais do exterior, por que não haverá de sensibilizar o Governo? Acredito que ele será sensibilizado.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ramez, fizemos um acordo para começar a Ordem do Dia e votar uma medida provisória, a das empregadas domésticas.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Não serei eu a negar um aparte!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sei disso.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Depende da Presidência!

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Se depender do Presidente, já está dado. S. Ex^a tem um coração bom demais! Posso fazer o aparte a V. Ex^a?

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, ele faz o aparte, e eu nem respondo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a fique inteiramente à vontade.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Ramez Tebet, todas as vezes que V. Ex^a vem à tribuna, só contribui, só soma. E os temas que V. Ex^a aborda, sem dúvida nenhuma, são de interesse da sociedade brasileira. Eu, como V. Ex^a, como o Senador Paulo Paim, o Senador Sérgio Zambiasi e tantos outros – como a sociedade brasileira – que estamos engajados nessa luta, acredito que o Governo não vai permitir que Varig morra asfixiada no meio da rua. Uma empresa como a Varig teria que ser considerada como a TAP, como a Lufhtansa, que são bandeiras dos seus países. Quando Fernando Henrique criou o Proer para salvar os bancos, ouvi uma série de críticas. Mas o gesto dele foi corajoso naqueles dias. O Senador Romero Jucá era seu Líder. Gesto corajoso! E teríamos entrado num caos profundo se não tivéssemos tido essa coragem. Qual é o país que sobrevive sem logística? A logística do transporte de passageiros, do transporte de carga? Não podemos abrir mão da Varig neste momento. Por isso, quero fazer coro com V. Ex^a e apelar ao Governo.

Não vi e não recebi com bons olhos a palavra do Ministro Waldir Pires, hoje, pela manhã, na televisão. S. Ex^a disse: “Os seres humanos nascem e morrem. Por que é que uma empresa não pode nascer e morrer?” Foi a palavra mais infeliz que já ouvi de um homem, que respeito tanto, como Waldir Pires! Ele falou isso sem pensar nos milhares de empregos e naqueles que indiretamente dependem dos empregos da Varig. Penso até que ele deveria retirar o que disse e pedir desculpas. A Varig não tem que morrer!

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Ele tinha que dizer: “Vou envidar todos os esforços para salvar a companhia”. Aliás, eu era Deputado Federal, e ele foi tão crítico de Fernando Henrique Cardoso em relação ao Proer! Ele deveria reconhecer que Fernando Henrique estava certo quando criou o Proer e fazer o mesmo para salvar as empresas da aviação. As outras empresas não estão tão mal das pernas como a Varig, mas também não estão às mil maravilhas e precisam de ajuda. Por isso, quero cumprimentá-lo e fazer coro com V. Ex^a, porque não é possível que fique uma lacuna com a morte de uma empresa que tanto significa para o País. Acredito na sensibilidade do Presidente Lula. Um dia, eu disse que um homem que é capaz de chorar publicamente quando fala da miséria dos seus irmãos é porque há sinceridade no seu coração. Quero continuar acreditando na sinceridade do coração do Presidente Lula, para que essa sensibilidade salve não apenas os empregos, mas a logística do transporte de passageiros no Brasil. V. Ex^a está de parabéns!

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Agradeço-lhe muito o aparte.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. João Tenório, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 138/2006 – CRE

Brasília, 21 de junho de 2006

Assunto: Indicação de Senadores para Subcomissão.

Senhor Presidente,

Venho por meio deste, informar que, em reunião realizada no dia 1º de junho de 2006, foram designados para compor a Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas

brasileiras, os seguintes senadores como membros titulares: Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Pedro Simon, Sérgio Zambiasi e Jéfferson Péres, e como membros suplentes: Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Eduardo Suplicy e Osmar Dias.

Certo de sua atenção, renovo protestos de estima e consideração. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

Of. nº 139/2006 – CRE

Brasília, 21 de junho de 2006

Assunto: Eleição da Subcomissão.

Senhor Presidente,

Vem por meio deste, informar que, em reunião realizada no dia 6 de junho de 2006, forma eleitos os Senadores Romeu Tuma, para presidente e Flexa Ribeiro, para Vice-Presidente da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras.

Comunico ainda que o Senador Jefferson Péres foi designado para relatoria da Subcomissão.

Certo de sua atenção, renovo protestos de estima e consideração. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os ofícios lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler:

São lidos os seguintes:

Ofício nº 216/PDT

Brasília, 21 de Junho de 2006

Senhor Presidente

Indico a Vossa Excelência o Deputado Manato, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, para integrar na condição de suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias envolvendo a operação “sanguessuga” realizada pela Polícia Federal para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Miro Teixeira**, Líder do PDT.

OF/GAB/I/Nº 550

Brasília, 21 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Chicão Brígido passa a participar, na qualidade de Titular, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, em substituição ao Deputado Gastão Vieira.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Wilson Santiago**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tendo em vista criação, através do Requerimento nº 77, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, a Presidência de acordo com as indicações das Lideranças, designa para integrarem a referida Comissão, os Senhores:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco (PFL–PSDB)	
Arthur Virgílio (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	3. Leonel Pavan (PSDB)
Demóstenes Torres (PFL)	4. João Batista Motta (PSDB)
Romeu Tuma (PFL)	5. Edison Lobão (PFL)
Efraim Morais (PFL)	6. Jonas Pinheiro (PFL)
Paulo Octávio (PFL)	7. José Agripino (PFL)

PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Iris de Araújo
Wellington Salgado de Oliveira	4. Geraldo Mesquita Júnior

Bloco (PT-PSB-PL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Ana Júlia Carepa (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)

PTB	
Antônio João	1. Valmir Amaral
*PRB	
Heloísa Helena(P-SOL)-cessão	1.
* Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.	

DEPUTADOS		PC do B
TITULARES	SUPLENTES	
	PT	Leomar Quintanilha 1.
Antonio Carlos Biscaia Nelson Pelegrino Paulo Rubem Santiago	1.Dr. Rosinha 2.Eduardo Valverde 3.Fernando Ferro	Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.
	PMDB	O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para falar sobre o tema.
Albérico Filho Gastão Vieira Lupércio Ramos	1.Gervásio Oliveira 2.Aníbal Gomes 3.	O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pela ordem.
	Bloco (PFL-PRONA)	O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que haja um equívoco. Eu só aceitei fazer parte como suplente. Sei que não é a V. Ex ^a que devo encaminhar a comunicação de que a minha indicação é para ser suplente e o farei à Liderança.
Betinho Rosado José Carlos Aleluia	1.Robson Tuma 2.Fernando Gabeira – PV(cessão)	Muito obrigado, Sr. Presidente.
	PSDB	O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex ^a .
Carlos Sampaio Luiz Carlos Hauly	1.Júlio Redecker 2.Xico Graziano	O único item da pauta, de acordo com as Lideranças Partidárias.
	PP	Passa-se à
Mário Negromonte Benedito de Lira	1.João Pizzolatti 2. Nelson Meurer	
	PTB	ORDEM DO DIA
Arnaldo Faria de Sá	1.	Item 1:
	PSB	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Marcondes Gadelha	1.Júlio Delgado	Nº 14, DE 2006
	PDT	(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
João Fontes	1.Miro Teixeira	(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)
	PPS	
Raul Jungmann	1.Colbert Martins	Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (dedução da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico; pagamento do salário-família ao segurado doméstico e ao avulso; e pagamento do seguro-desemprego).
	PL	
Inaldo Leitão	1.José Carlos Araújo	
	*PC do B	
Vanessa Grazziotin	1.	A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida, em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.
* Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.		À Medida Provisória foram apresentadas 103 emendas.
E de acordo com o § 1º do art. 9º do Regimento Comum e da decisão da Presidência anunciada na sessão do Congresso Nacional, realizada em 14 do corrente, designo os Senhores:		
	SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES	
	PDT	
Jefferson Péres	1.	

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relatora: Deputada Sandra Rosado (PSB-RN), pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 25, 28, 49, 53, 61 a 68, 71, 73, 98, 102 e 103, nos termos do Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição das demais emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 21 de março, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 10 de maio;

– a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 21 de abril, passando a sobrestrar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 18, de 2006, e se esgotará no dia 4 de julho;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 17 de maio.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 739, DE 2006—PLEN

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, destina-se esta Medida de Conversão a permitir que a contribuição patronal sobre o salário do empregado doméstico seja deduzida do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

A Medida Provisória que originou o Projeto de Lei de Conversão nº 14/06 na Câmara dos Deputados atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência requeridos pelo art. 62 da Constituição Federal, em vista da importância social e econômica vinculada à inclusão previdenciária de grande contingente de trabalhadores domésticos.

O projeto de lei de conversão atende aos requisitos, também constitucionais, vinculados à matéria, sendo legítima a iniciativa do Presidente da República e do Congresso Nacional para legislar sobre Direito Tributário, Previdenciário e Trabalhista.

Com relação ao mérito, cabem alguns comentários feitos no parecer distribuído a todos os Srs. Senadores.

Sr. Presidente, esta é uma Medida Provisória que atende fundamentalmente aos trabalhadores domésticos. Eu próprio sou autor de um projeto de lei nesse sentido, aprovado no Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados há alguns anos.

O Presidente da República seguramente valeu-se de inspiração do Congresso para a edição de sua Medida Provisória.

Em vista do exposto, o voto é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 284, de 2006 e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006, com as Emendas nºs 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112 e 113.

Este é o meu parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº, DE 2006

De Plenário, ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 6 de março de 2006), o qual altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator-Revisor: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

O Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (PLV nº 14/06), resultante de modificações empreendidas na Medida Provisória nº 284, de 6 de março de 2006 (MPV nº 284/06), destina-se a permitir que a contribuição patronal sobre o salário do empregado doméstico seja deduzida do Imposto de Renda das pessoas físicas.

Esgotado o prazo para apreciação da MPV nº 284/06, na Comissão Mista do Congresso Nacional, a Deputada Sandra Rosado foi designada para relatá-la no plenário da Câmara dos Deputados. Em plenário, seu relatório pela aprovação da medida provisória, na forma do PLV nº 14/06, foi aprovado, com a consequente aprovação, integral ou parcial, das emendas nºs 25, 28, 49, 53, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 98, 102 e 103 e rejeição das demais 86 emendas apresentadas diante da Comissão Mista. Assim, a medida provisória ficou prejudicada, cabendo agora ao Senado Federal, se por ela não manifestar preferência, o

posicionamento quanto ao projeto de lei de conversão aprovado na Câmara dos Deputados.

O MPV nº 284/06, que originou o projeto de lei de conversão, altera o art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, de modo a permitir que, até o exercício de 2012, ano-calendário de 2011, possa ser deduzida, do Imposto de Renda da pessoa física, a contribuição patronal desta à Previdência Social incidente à alíquota de doze por cento, sobre o valor da remuneração do empregado doméstico a seu serviço.

A dedução é limitada a um empregado doméstico e ao valor recolhido no ano-calendário a que se referir a declaração. Além disso, aplica-se somente ao modelo completo de Declaração de Ajuste Anual e não poderá exceder o valor da contribuição patronal calculada sobre um salário mínimo mensal e ao valor do próprio Imposto de Renda devido após a dedução das contribuições, se houver, aos fundos da criança e do adolescente, aos projetos culturais e às atividades audiovisuais. Quando o empregador doméstico for contribuinte individual, a dedução fica ainda condicionada à comprovação da regularidade de sua contribuição individual.

A Medida Provisória também procede a pequeno ajuste operacional destinado a simplificar o recolhimento das contribuições previdenciárias dos empregadores domésticos no mês de dezembro de cada ano. Acresce § 6º ao art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – Lei de Custo da Previdência Social – com o objetivo de facultar ao empregador doméstico o recolhimento da contribuição previdenciária relativa a novembro até o dia 20 de dezembro, juntamente com a contribuição referente ao 13º salário, utilizando-se de um único documento de arrecadação.

O PLV nº 14/06, por seu turno, reproduz, na essência, o conteúdo da MPV nº 284/06, com apenas duas modificações. Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que versa sobre a profissão de empregado doméstico e à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Também revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que igualmente dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.

As duas modificações ao conteúdo original da MPV são as seguintes:

a) fica explicitada que a contribuição patronal do empregador a ser deduzida de seu Imposto de Renda também inclui a recolhida sobre o décimo terceiro salário pago ao empregado doméstico;

b) a dedução passa a alcançar as contribuições patronais recolhidas desde janeiro

de 2006, e não mais somente a partir de abril do mesmo ano.

Os acréscimos, resultantes do acolhimento de emendas são a seguir detalhados.

Com relação à Lei nº 5.859, de 1972, o projeto de lei de conversão insere novo artigo de forma a estabelecer a proibição de que o fornecimento de alimentação, vestuário, higiene e moradia seja descontado do salário do empregado doméstico. Ademais, explicita que tais despesas não têm natureza salarial e nem se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos. Permite o desconto das despesas com moradia apenas quando se tratar de local diverso da residência do empregador e, mesmo assim, apenas quando tal possibilidade tenha sido previamente acordada.

Resultado da aprovação de dois destaques para votação em separado, as seguintes modificações constantes das Emendas nºs 69 e 101, de autoria do Deputado Fernando Coruja e da Deputada Drª Clair, respectivamente, passaram a integrar o projeto de lei de conversão:

a) o empregado doméstico passa a ter direito ao salário-família, resultado da alteração do art. 65 da Lei nº 8.213, de 1991 – Lei de Benefícios da Previdência Social;

b) as férias desse empregado aumentam de vinte dias úteis para trinta dias, com o respectivo adicional de um terço de férias calculado sobre a nova base;

c) a empregada doméstica gestante passa a desfrutar da estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto;

d) a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) passa de opcional para obrigatória;

e) a revogação da alínea **a** do art. 5º da Lei nº 605, de 1949, daí resultando que o empregado doméstico passa a ter direito ao repouso semanal remunerado nos feriados civis e religiosos, no mesmo nível dos demais empregados do País.

II – Análise

II.1 – Atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária

A Medida Provisória que originou a aprovação do PLV nº 14/06 na Câmara dos Deputados atende os pressupostos constitucionais de relevância e urgência requeridos pelo art. 62 da Constituição Federal. Isso, em vista da importância social e econômica vincula-

da à inclusão previdenciária de grande contingente de trabalhadores domésticos.

Com relação à adequação financeira e orçamentária, cabe informar que as projeções do Governo apontam que a medida terá impacto positivo na receita da União da ordem de R\$23 milhões no conjunto dos próximos três anos. Isso ocorrerá porque se espera que o decréscimo na arrecadação do Imposto de Renda das pessoas físicas seja suplantado pela repercussão positiva sobre a arrecadação previdenciária devida pelos empregadores e empregados domésticos.

A Medida Provisória está de acordo com o § 3º do art. 99 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006), que limita em cinco anos o prazo de vigência de benefícios fiscais.

Assim, fica constatada a adequação financeira e orçamentária da MPV nº 284, de 2006.

II.2 – Aspectos jurídicos e de mérito

O PLV nº 14/06 atende os requisitos constitucionais vinculados à matéria, sendo legítima a iniciativa do Presidente da República e do Congresso Nacional para legislar sobre direito tributário, previdenciário e trabalhista. Com relação ao mérito, cabem os comentários a seguir.

De acordo com a Exposição de Motivos que acompanha a MPV nº 284/06, a intenção das mudanças estabelecidas é incentivar a formalização das relações de trabalho dos empregados domésticos, permitindo que maior número desses trabalhadores sejam efetivamente beneficiários dos direitos trabalhistas e previdenciários a que fazem jus, contribuindo, em consequência, para o aumento da arrecadação previdenciária.

De fato, não há como negar a importância de tal iniciativa. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), relativa a 2003, de cada dez trabalhadores brasileiros, apenas seis estão socialmente protegidos. Os quatro restantes não contam com tipo algum de cobertura previdenciária. No conjunto, esses trabalhadores desprotegidos significam cerca de 27 milhões de pessoas, das quais 15,2 milhões possuem capacidade contributiva, na medida em que possuem renda mensal igual ou superior a um salário mínimo. Assim, podem e devem ser incorporados à Previdência Social. Grande parcela desses trabalhadores é composta por empregados domésticos sem cadeira de trabalho assinada.

Com efeito, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), de março de 2006, aponta que 8,1% da população ocupada nas seis grandes regiões metropolitanas do Brasil são trabalhadores domésticos, a quase totalidade mulheres. Comprova, além disso, que o serviço doméstico remunerado é uma das atividades em que

se observam os mais baixos níveis de formalização, na medida em que apenas um terço dos trabalhadores têm carteira de trabalho assinada.

A importância da inclusão previdenciária desses trabalhadores desprotegidos fundamenta-se tanto em fatores sociais quanto econômicos. No primeiro caso, porque esses empregados e suas famílias passarão a contar com a proteção do Estado quando não mais puderem sobreviver com os rendimentos do trabalho (casos de velhice, doença, invalidez, morte, etc). No segundo, porque deixarão de ser potenciais beneficiários da assistência social, que concede um salário mínimo de benefício assistencial para idosos carentes, mas sem qualquer contrapartida prévia em termos de contribuição.

A importância de se estabelecer política de incentivo à formalização é, ainda, reforçada pela dificuldade de fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas para essa categoria profissional, já que se trata de atividade realizada em domicílios.

Deve-se convir que, embora correta, a proposta do Governo é tímida. A grande revolução do mercado de trabalho, nas últimas décadas, caracteriza-se pela mudança do papel da mulher. Antes essencialmente dona de casa e “de prendas domésticas”, a mulher assumiu definitivamente papel ativo na disputa de vagas na universidade e de postos de trabalho em todos os setores – inclusive invadindo aqueles que, até há pouco, eram considerados reduto masculino.

A consequência disso é que se alterou, na mesma medida, a tradicional estrutura de administração do lar e da família, induzindo modificações importantes no mercado de emprego doméstico. A principal característica dessa mudança é que a empregada doméstica, que tradicionalmente poderia até ser considerada uma reminiscência da escravidão, de quase símbolo de conforto para as antigas patroas, passou a ter **status** de absoluta necessidade na retaguarda das profissionais femininas de alta qualificação lançadas ao mercado geral.

Assim, fica evidente a relevância da proposta, razão pela qual deve ser aprovada e, mais que isso, ampliada. Em emenda proposta ao final, propõe-se que o benefício seja ampliado, durante três anos, para compreender até dois empregados domésticos, mantido o limite de um salário mínimo para cada um deles.

Com relação à concessão do salário-família aos empregados domésticos, também não há óbice. Pelo contrário, representa medida justa e de reduzido impacto financeiro. O valor do benefício por filho de até 14 anos incompletos ou inválido é: a) R 22,33, para quem ganha até R\$435,52, e b) R\$15,74, para o trabalhador que recebe de R\$435,53 até R\$654,61.

A extensão das férias de vinte para trinta dias com o concomitante ajuste do adicional de um terço de férias, que passa a ser calculado sobre a nova base, a estabilidade no emprego para a empregada grávida e a ampliação do direito ao repouso semanal remunerado também representam medidas justas. Afinal, buscam equiparar o empregado doméstico aos demais empregados brasileiros.

Por questão de técnica legislativa, com o fito de melhorar a interpretação da matéria legislada, são propostas duas emendas. Uma delas suprime a referência feita ao décimo terceiro salário, no inciso V do § 3º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. A matéria desse dispositivo suprimido passa a integrar a alínea a do art. 12, § 3º, III, da mesma lei.

Dessa maneira, pretende-se que fique absolutamente claro que o benefício é calculado mensalmente sobre um salário mínimo, e também sobre o décimo terceiro salário, no mês em que ele for pago. Por oportunidade, incluiu-se também nessa regra o adicional de férias, que não estava previsto.

Julgou-se oportuno incluir no Projeto de Lei de Conversão a Emenda nº 108, contendo matéria que vem sendo objeto de reivindicação do empresariado e que, na verdade, também interessa ao Tesouro Nacional, na medida em que contribui para incrementar a arrecadação, antecipando receitas que somente entrariam em longuíssimo prazo e para reduzir todos os problemas burocráticos de gestão de um programa extremamente burocrático e desgastante.

Trata-se de permitir aos contribuintes inscritos no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) e no Parcelamento Especial (PAES) que optem por pagar antecipadamente seus débitos, mediante a aplicação de um desconto pela taxa de juros da SELIC e de um rebate de vinte por cento. A concessão de desconto em antecipação de débitos é uma praxe generalizada no mercado financeiro, sendo normalmente a taxa aplicável aquela vigente para empréstimos tomados pelo credor. Em outras palavras, o credor recupera seu capital – que de outra forma levaria anos para ser pago, concordando em pagar ao devedor a mesma taxa de juros que, exatamente pela falta desse capital, está pagando a terceiros para obter, mediante empréstimos, o recuso de que necessita para suas atividades.

A antecipação permitirá, de outro lado, às empresas que conseguiram ultrapassar a fase adversa que a levaram ao refinanciamento fiscal, livrar-se de um passivo de longo prazo e assim melhorar suas demonstrações financeiras e seu relacionamento com o mercado.

A Emenda nº 109, adiante proposta, tem caráter interpretativo, no sentido de esclarecer que a verba de

sucumbência de um por cento sobre o valor da causa, estipulada pela legislação do REFIS para a hipótese de desistência de ações judiciais dos contribuintes conta a União, substitui um antigo encargo de vinte por cento criado pelo Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969.

Sucede que o Poder Judiciário vem entendendo que a verba de sucumbência era cumulativa com aquele encargo, de tal forma que os contribuintes vêm sendo excessivamente onerados, no próprio contexto de um programa que se pretende tenha sido de alívio para uma situação econômica adversa.

A Emenda nº 110 cuida de reduzir a zero a alíquota de imposto de renda na fonte incidente nas operações de arrendamento mercantil de aeronaves e seus motores, envolvendo contratos celebrados por empresas de transporte aéreo público regular de passageiros ou de carga, com entidades domiciliadas no exterior.

Trata-se, na verdade, de restabelecer alíquota que vigorou até 31 de dezembro de 2003, por força da Lei nº 10.560, de 13 de novembro de 2002. Desde então, vem sendo aplicada a alíquota de quinze por cento, inviabilizando a modalidade de **leasing** e dificultando sobremaneira a manutenção e a renovação da frota de transporte aéreo. Desnecessário lembrar o quadro de dificuldade e de conturbações por que passa o setor, em confronto com o seu caráter estratégico para o País. Também é importante mencionar que o arrendamento mercantil representa uma característica marcante no mercado mundial de equipamentos aéreos. A tributação exacerbada prejudica, inclusive, a competitividade das empresas brasileiras em confronto com as congêneres estrangeiras.

A redução de alíquota proposta na Emenda é temporária, vigorando para os pagamentos feitos como contraprestação de arrendamento decorrente de contratos que venham a ser firmados até 31 de dezembro de 2008.

Por fim, são adiante propostas as Emendas de nº 111 a 113, que cuidam de complementar pequenos detalhes que, embora tivessem aflorado nas negociações, acabaram por não ficar adequadamente contemplados no Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2006, que trata da renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE).

Não obstante tratar-se de detalhes, a técnica legislativa impõe a reprodução quase integral dos dispositivos objetivados daquele PLV, considerando que ele ainda não está publicado como lei, embora já aprovado em sua versão final pela Câmara dos Deputados.

A economia agropecuária da região Nordeste tem sido afetada de forma negativa por vários fenômenos de ordem climática. Para se ter uma idéia situação vivenciada na Região, de 1990 a 2004, o Nordeste sofreu com sete anos de seca e duas enchentes, que contribuíram para a desestruturação da agropecuária na região e para a queda do produto interno bruto (PIB) do setor por oito anos.

Como é conhecimento público, as condições econômicas do Brasil foram adversas para os produtores rurais nordestinos. A taxa de juros foi mantida alta, o que contribuiu para a elevação do valor das dívidas contraídas pelos produtores. Houve também, no período em análise, a queda da taxa de inflação, mas os insumos utilizados na agropecuária subiram mais que os preços dos produtos finais, comprimindo a já baixa rentabilidade do setor agropecuário do Nordeste.

Portanto, a recente aprovação da MPV nº 285, de 2006, na forma de Projeto de Lei de Conversão nº 19 de 2006, que contou com a relatoria do nobre Senador Fernando Bezerra, foi um passo essencial no sentido de amenizar a crise vivida no Nordeste. No entanto, alguns ajustes se fazem necessários. A execução judicial de operações de crédito rural de pequenos agricultores, pela Procuradoria da Fazenda Nacional, compromete a estabilidade social da região e põe em risco o sucesso da renegociação ora aprovada. Assim, propomos, do mesmo modo já estatuído no PLV para operações das instituições financeiras, que sejam suspensos os processos judiciais daqueles mutuários que se manifestarem pela renegociação.

Ademais, propomos garantir o direito de renegociação daqueles mutuários que já tenham repactuado seus débitos com base na Lei nº 10.437, de 2002, e incluir a possibilidade de renegociação de operações inadimplidas entre 2001 e 2004, nos mesmos moldes propostos no recente pacote agrícola anunciado pelo Governo Federal para as operações de 2005 e 2006, contratadas na área de atuação da Agencia de Desenvolvimento do Nordeste – (ADENE).

III – Voto

Em visto do exposto, o voto é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 284, de 2006, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006, com as seguintes emendas:

EMENDA N° 104

Inclua-se no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Até o exercício de 2009, ano-calendário de 2008, a dedução de que trata o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a

redação dada por esta lei, será limitada a 2 (dois) empregados domésticos por declaração, e não poderá exceder ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário mínimo mensal para cada empregado, sobre o décimo terceiro salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 (um) salário mínimo.

EMENDA N° 105

Dê-se ao art. 12, § 3º, III, a da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos termos do art 1º do Projeto, a seguinte redação:

Art. 12.....

.....
§ 3º

a) ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário mínimo mensal, sobre o décimo terceiro salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 (um) salário mínimo;

EMENDA N° 106

Suprime-se o inciso V do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos termos do art. 1º do Projeto

EMENDA N° 107

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. O disposto no art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, com a redação dada por esta lei, aplica-se aos períodos aquisitivos iniciados após a data de publicação desta lei.

EMENDA N° 108

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. 5º As empresas inscritas no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, mesmo que ainda não homologada a sua inscrição, poderão antecipar o pagamento dos respectivos débitos consolidados segundo seu valor presente, calculado com base na projeção das parcelas vincendas, descontadas, para todo o período projetado, pela taxa de juros de que trata o § 4º, do art. 39, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, vigente no mês

imediatamente anterior ao do pagamento antecipado.

§ 1º O valor presente apurado na forma do **caput** será deduzido de 10% (dez por cento) a título de bônus de antecipação

§ 2º A projeção das parcelas vincendas tomará por base as respectivas regras do programa ou do parcelamento, adotando-se, quando necessário, estimativa de valores baseada na média aritmética dos pagamentos realizados nos doze últimos meses, exceto no caso de taxa de juros que será considerada, em qualquer hipótese, a vigente no mês imediatamente anterior ao da opção pelo pagamento antecipado.

§ 3º O pagamento antecipado poderá ser feito, total ou parcialmente, mediante compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributos e contribuições federais.

§ 4º O exercício do direito assegurado no **caput** e no § 5º deste artigo é condicionado a expressa renúncia, em caráter irrevogável e irretratável, ao direito de aderir ou de optar por programas de parcelamento de débitos fiscais, existentes ou que venham a ser criados, pelo prazo de trinta e seis meses contados a partir da data do pagamento da antecipação do débito.

§ 5º Para o fim de antecipar o pagamento do débito na forma prevista neste artigo, os contribuintes inadimplentes ou excluídos poderão retomar ao respectivo programa ou parcelamento, sem penalidades e outras cominações, inclusive pecuniárias, previstas na legislação pertinente para a hipótese de exclusão do contribuinte.

§ 6º Os contribuintes beneficiados por força do § 5º deste artigo, não gozarão do bônus de adimplência e antecipação previsto no § 1º.

§ 7º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

EMENDA Nº 109

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. O § 3º do art. 5º da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 5º

.....
§ 3º Na hipótese do § 3º do art. 13 da Lei nº 9.964, de 2000, o valor da verba de

sucumbência e, quando for o caso, do encargo legal previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, será de até um por cento do valor do débito consolidado, incluído no Refis ou no parcelamento alternativo a que se refere o art. 12 da referida lei, decorrente da desistência da respectiva ação judicial. (NR).

EMENDA Nº 110

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Fica reduzida para zero a alíquota do imposto de renda na fonte de que trata o art. 1º da Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na hipótese de pagamento de contraprestação de arrendamento mercantil de aeronaves e seus motores, decorrente de contratos celebrados por empresas de transporte aéreo público regular de passageiros ou de cargas até 31 de dezembro de 2008.

EMENDA Nº 111

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Os débitos de agricultores familiares, mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais, suas cooperativas ou associações, relativos a operações originárias de crédito rural, alongados na forma da Lei nº 9.138, de 1995, e da Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, do Conselho Monetário Nacional, inclusive as operações em situação de inadimplência, já renegociadas com base no art. 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, relativos a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – (ADENE), de valor originalmente contratado até R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário poderão ser repactuados nas seguintes condições:

I – o saldo devedor financeiro das operações em regime de normalidade será apurado pela multiplicação do saldo devedor das unidades de produtos vinculados pelos respectivos preços mínimos vigentes, descontanto a parcela de juros de três por cento ao ano incorporada às parcelas remanescentes;

II – o saldo devedor financeiro das operações cujos mutuários encontram-se inadimplentes será apurado da seguinte forma:

a) valor das parcelas vencidas e não pagas: incorporação da taxa de juros de três por cento ao ano incidente sobre o resultado da multiplicação do número de unidades de produtos vinculados a cada parcela pelo respectivo preço mínimo vigente na data da repactuação;

b) valor das parcelas vincendas: multiplicação do saldo devedor das unidades de produtos vinculados pelos respectivos preços mínimos vigentes, descontando a parcela de juros de três por cento ao ano incorporada às parcelas remanescentes;

c) total a ser repactuado: corresponde à soma dos valores apurados nas formas das alíneas a e b deste inciso;

III – sobre o saldo devedor financeiro, apurado nas formas previstas nos incisos I e II deste artigo, incidirão juros de três por cento ao ano, acrescidos da variação do preço mínimo da unidade de produto vinculado;

IV – as novas prestações serão calculadas sempre em parcelas iguais e sucessivas, em meses livremente pactuados entre os mutuários e credores, no último dia de cada mês, com vencimento pelo menos uma vez ao ano, sendo que a data da primeira prestação deverá ser até 31 de outubro de 2007, e da última até 31 de outubro de 2025;

V – a repactuação poderá prever a dispensa do acréscimo da variação do preço mínimo estipulado contratualmente sempre que os pagamentos ocorrerem nas datas aprazadas, salvo se o devedor optar pelo pagamento mediante entrega do produto;

VI – o inadimplemento de obrigação, cuja repactuação previu a dispensa a que se refere o inciso V deste artigo, ocasionará, sobre o saldo remanescente, o acréscimo da variação do preço mínimo a ser estipulado contratualmente, na forma do regulamento desta lei;

VII – na hipótese de liquidação antecipada e total da dívida até 31 de dezembro de 2008, aplicar-se-á, além do bônus descrito no § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, desconto sobre o saldo devedor existente na data da liquidação, de acordo com o valor da operação em 30 de novembro de 1995, a saber:

a) dez pontos percentuais para operações de valor até dez mil reais; ou

b) cinco pontos percentuais para operações de valor superior a dez mil reais.

§ 1º Para aderir à repactuação de que trata este artigo, os mutuários deverão efetuar o pagamento mínimo de 32,5% (trinta e dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da prestação vincenda em 31 de outubro de 2006, ou da última prestação vencida, atualizada com juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) **pro rata die**.

§ 2º Caso o pagamento a que se refere o § 1º deste artigo ocorra em data posterior a 31 de outubro de 2006, incidirão juros de três por cento ao ano **pro rata die**, até a data do cumprimento da obrigação.

§ 3º No caso de operações referenciadas no **caput** deste artigo formalizadas com cooperativa ou associação de produtores, considerar-se-á:

I – cada cédula-filha ou instrumento de crédito individual originalmente firmado por beneficiário final do crédito;

II – como limite, no caso de operação que não envolveu repasse de recursos a cooperados ou associados, o resultado da divisão do valor originalmente financiado pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade, respeitado o teto individual de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para enquadramento.

EMENDA Nº 112

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Os mutuários interessados na prorrogação ou pactuação de dívidas de que trata esta lei deverão manifestar formalmente seu interesse à instituição financeira credora, inclusive para aquelas operações adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 1º Fica autorizada a suspensão da cobrança ou da execução judicial de dívidas originárias de crédito rural abrangidas por esta lei, a partir da data em que os mutuários manifestarem seu interesse na prorrogação ou repactuação dessas dívidas, na forma do **caput** deste artigo.

§ 2º Ficam a Procuradoria da Fazenda Nacional, para as operações de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24

de agosto de 2001, inscritas ou não na Dívida Ativa da União, e as instituições financeiras credoras das dívidas renegociadas na forma desta Lei obrigadas a suspender a execução dessas dívidas, e a desistir, se for o caso, de quaisquer ações ajuizadas contra os respectivos mutuários, relativas às operações abrangidas naquele instrumento de crédito.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional fixará:

I – prazo, não inferior a cento e oitenta dias após a data de publicação do regulamento desta lei, para que se cumpra a formalidade a que se refere o **caput** deste artigo;

II – prazo, não inferior a sessenta dias após o término do prazo a que se refere o inciso I deste parágrafo, a ser observado pelas instituições financeiras para a formalização das prorrogações e repactuações de dívidas de que trata esta lei.

EMENDA Nº 113

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Fica autorizada a utilização de recursos controlados do crédito rural, até 29 de dezembro de 2006, em operações de crédito no valor necessário à liquidação de parcelas vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006, inclusive os respectivos encargos de inadimplemento:

I – de operações de alongamento ou renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, inclusive aquelas formalizadas de acordo com a Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, e alterações posteriores;

II – de financiamentos concedidos sob a égide do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), de que trata a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001.

§ 1º A formalização das operações de que trata o **caput** deverá ocorrer até o dia 29 de dezembro de 2006.

§ 2º A medida de que trata o **caput** aplica-se também às operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 1995, adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 3º No caso de operações contratadas até o valor R\$100.000,00 (cem mil reais), na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), aplicam-se às parcelas vencidas entre 2001 e 2004, as mesmas condições financeiras estabelecidas neste artigo.

Sala das Sessões, – **Edison Lobão**, Relator-Revisor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Edison Lobão, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

No mérito, pela aprovação, com as Emendas nºs 104 a 107, que apresenta.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovados.

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão do projeto de lei de conversão, da medida provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, ressalvadas as emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Logo concederei a palavra a V. Exª.

Em votação as Emendas de nºs 104 a 113 do Relator-revisor.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovadas.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão com as emendas, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o projeto e as emendas aprovadas:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 14, DE 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)

Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 405, do 5 de janeiro de 1949.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12.

.....
VII - até o exercício de 2012, ano-calendário de 2011, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.

.....
§ 3º A dedução de que trata o inciso VII do caput deste artigo:

I - está limitada:

a) a 1 (um) empregado doméstico por declaração, inclusive no caso da declaração em conjunto;

b) ao valor recolhido no ano-calendário a que se referir a declaração;

II - aplica-se somente ao modelo completo de Declaração de Ajuste Anual,

III - não poderá exceder:

a) ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário mínimo mensal;

b) ao valor do imposto apurado na forma do art. 11 desta Lei, deduzidos os valores de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo;

IV - fica condicionada à comprovação da regularidade do empregador doméstico perante o regime geral de previdência social quando se tratar de contribuinte individual;

V - refere-se, inclusive, ao valor da contribuição patronal paga sobre o 13º (décimo terceiro) salário do empregado doméstico." (NR)

Art. 2º O art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

"Art. 30.

§ 6º O empregador doméstico poderá recolher a contribuição do segurado empregado a seu serviço e a parcela a seu cargo relativas à competência novembro até o dia 20 de dezembro, juntamente com a contribuição referente ao 13º (décimo terceiro) salário, utilizando-se de um único documento de arrecadação." (NR)

Art. 3º O caput do art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 65. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, inclusive ao doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66 desta Lei.

..... "(NR)

Art. 4º A Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º-A É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia.

§ 1º Poderão ser descontadas as despesas com moradia de que trata o caput deste artigo quando essa se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação de serviço, e desde que essa possibilidade tenha sido expressamente acordada entre as partes.

§ 2º As despesas referidas no caput deste artigo não têm natureza salarial nem se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos."

"Art. 3º O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias com, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família." (NR)

"Art. 3º-A A inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de que trata a Lei nº 9.036, de 11 de maio de 1995, se dará mediante requerimento do empregador, na forma do regulamento." (NR)

"Art. 4º-A É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto."

"Art. 6º-A

S 1º O benefício será concedido ao empregado que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses contados da dispensa sem justa causa.

..... " (NR)

"Art. 6º-B

III - comprovantes do recolhimento da contribuição previdenciária durante o período referido no inciso I do caput deste artigo, na condição de empregado doméstico;

..... " (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação às contribuições patronais pagas a partir do mês de janeiro de 2006.

Art. 6º Fica revogada a alínea a do art. 5º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

EMENDA Nº 104

Inclua-se no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Até o exercício de 2009, ano-calendário de 2008, a dedução de que trata o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada por esta Lei, será limitada a 2 (dois) empregados domésticos por declaração, e não poderá exceder ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário mínimo mensal para cada empregado, sobre o décimo terceiro salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 (um) salário mínimo.

EMENDA Nº 105

Dê-se ao art. 12, § 3º, III, a da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos termos do art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

Art. 12.

§ 3º.....

a) ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário mínimo mensal, sobre o décimo terceiro salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 (um) salário mínimo;

EMENDA Nº 106

Suprime-se o inciso V do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 dezembro de 1995, nos termos do art. 1º do Projeto.

EMENDA Nº 107

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. O disposto no art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, com a redação dada por esta Lei, aplica-se aos períodos aquisitivos iniciados após a data de publicação desta Lei.

EMENDA Nº 108

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. 5º As empresas inscritas no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, mesmo que ainda não homologada a sua inscrição, poderão antecipar o pagamento dos respectivos débitos consolidados segundo seu valor presente, calculado com base na projeção das parcelas vincendas, descontadas, para todo o período projetado, pela taxa de juros de que trata o § 4º, do art. 39, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, vigente no mês imediatamente anterior ao do pagamento antecipado.

§ 1º O valor presente apurado na forma do caput será deduzido de 10% (dez por cento) a título de bônus de antecipação

§ 2º A projeção das parcelas vincendas tomará por base as respectivas regras do programa ou do parcelamento, adotando-se, quando necessário, estimativa de valores baseada na média aritmética dos pagamentos realizados nos doze últimos meses, exceto no caso de taxa de juros que será considerada, em qualquer hipótese, a vigente no mês imediatamente anterior ao da opção pelo pagamento antecipado.

§ 3º O pagamento antecipado poderá ser feito, total ou parcialmente, mediante compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributos e contribuições federais.

§ 4º O exercício do direito assegurado no caput e no § 5º deste artigo é condicionado a expressa renúncia, em caráter irrevogável e irretratável, ao direito de aderir ou de optar por programas de parcelamento de débitos fiscais, existentes ou que venham a ser criados, pelo prazo de trinta e seis meses contados a partir da data do pagamento da antecipação do débito.

§ 5º Para o fim de antecipar o pagamento do débito na forma prevista neste artigo, os contribuintes inadimplentes ou excluídos poderão retomar ao respectivo programa ou parcelamento, sem penalidades e outras cominações, inclusive pecuniárias, previstas na legislação pertinente para a hipótese de exclusão do contribuinte.

§ 6º Os contribuintes beneficiados por força do § 5º deste artigo, não gozarão do bônus de adimplência e antecipação previsto no § 1º.

§ 7º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

EMENDA Nº 109

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. O § 3º do art. 5º da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º

§ 3º Na hipótese do § 3º do art. 13 da Lei nº 9.964, de 2000, o valor da verba de sucumbência e, quando for o caso, do encargo legal previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, será de até um por cento do valor do débito consolidado, incluído no Refis ou no parcelamento alternativo a que se refere o art. 12 da referida lei, decorrente da desistência da respectiva ação judicial. (NR).

EMENDA Nº 110

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Fica reduzida para zero a alíquota do imposto e renda na fonte de que trata o art. 1º da Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º na hipótese de pagamento de contraprestação de arrendamento mercantil de aeronaves e seus motores, decorrente de contratos celebrados por empresas de transporte aéreo público regular de passageiros ou de cargas até 31 de dezembro de 2008.

EMENDA Nº 111

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Os débitos de agricultores familiares, mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais, suas cooperativas ou associações, relativos a operações originárias de crédito rural, alongados na forma da Lei nº 9.138, de 1995, e da Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, do Conselho Monetário Nacional, inclusive as operações em situação de inadimplência, já renegociadas com base no art. 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, relativos a em-

preendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), de valor originalmente contratado até R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário poderão ser repactuados nas seguintes condições:

I – o saldo devedor financeiro das operações em regime de normalidade será apurado pela multiplicação do saldo devedor das unidades de produtos vinculados pelos respectivos preços mínimos vigentes, descontando a parcela de juros de três por cento ao ano incorporada às parcelas remanescentes;

II – o saldo devedor financeiro das operações cujos mutuários encontram-se inadimplentes será apurado da seguinte forma:

a) valor das parcelas vencidas e não pagas: incorporação da taxa de juros de três por cento ao ano incidente sobre o resultado da multiplicação do número de unidades de produtos vinculados a cada parcela pelo respectivo preço mínimo vigente na data da repactuação;

b) valor das parcelas vincendas: multiplicação do saldo devedor das unidades de produtos vinculados pelos respectivos preços mínimos vigentes, descontando a parcela de juros de três por cento ao ano incorporada às parcelas remanescentes;

c) total a ser repactuado: corresponde à soma dos valores apurados nas formas das alíneas a e b deste inciso;

III – sobre o saldo devedor financeiro, apurado nas formas previstas nos incisos I e II deste artigo, incidirão juros de três por cento ao ano, acrescidos da variação do preço mínimo da unidade de produto vinculado;

IV – as novas prestações serão calculadas sempre em parcelas iguais e sucessivas, em meses livremente pactuados entre os mutuários e credores, no último dia de cada mês, com vencimento pelo menos uma vez ao ano, sendo que a data da primeira prestação deverá ser até 31 de outubro de 2007 e da última até 31 de outubro de 2025;

V – a repactuação poderá prever a dispensa do acréscimo da variação do preço mínimo estipulado contratualmente sempre que os pagamentos ocorrerem nas datas aprazadas, salvo se o devedor optar pelo pagamento mediante entrega do produto;

VI – o inadimplemento de obrigação, cuja repactuação previu a dispensa a que se refere o inciso V deste artigo, ocasionará, sobre o sal-

do remanescente, o acréscimo da variação do preço mínimo a ser estipulado contratualmente, na forma do regulamento desta lei;

VII – na hipótese de liquidação antecipada e total da dívida até 31 de dezembro de 2008, aplicar-se-á, além do bônus descrito no § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, desconto sobre o saldo devedor existente na data da liquidação, de acordo com o valor da operação em 30 de novembro de 1995, a saber:

a) dez pontos percentuais para operações de valor até dez mil reais; ou

b) cinco pontos percentuais para operações de valor superior a dez mil reais.

§ 1º Para aderir à repactuação de que trata este artigo, os mutuários deverão efetuar o pagamento mínimo de 32,5% (trinta e dois inteiro e cinco décimos por cento) do valor da prestação vincenda em 31 de outubro de 2006 ou da última prestação vencida, atualizada com juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) **pro rata die**.

§ 2º Caso o pagamento a que se refere o § 1º deste artigo ocorra em data posterior a 31 de outubro de 2006, incidirão juros de três por cento ao ano **pro rata die**, até a data do cumprimento da obrigação.

§ 3º No caso de operações referenciadas no **caput** deste artigo formalizadas com cooperativa ou associação de produtores, considerar-se-á:

I – cada cédula-filha ou instrumento de crédito individual originalmente firmado por beneficiário final do crédito;

II – como limite, no caso de operação que não envolveu repasse de recursos a cooperados ou associados, o resultado da divisão do valor originalmente financiado pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade, respeitado o teto individual de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para enquadramento.

EMENDA Nº 112

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Os mutuários interessados na prorrogação ou pactuação de dívidas de que trata esta Lei deverão manifestar formalmente seu interesse à instituição financeira credora, inclusive para aquelas operações adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 1º Fica autorizada a suspensão da cobrança ou da execução judicial de dívidas originárias de crédito rural abrangidas por esta Lei, a partir da data em que os mutuários manifestarem seu interesse na prorrogação ou repactuação dessas dívidas, na forma do **caput** deste artigo.

§ 2º Ficam a Procuradoria da Fazenda Nacional, para as operações de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, inscritas ou não na Dívida Ativa da União, e as instituições financeiras credoras das dívidas renegociadas na forma desta Lei obrigadas a suspender a execução dessas dívidas, e a desistir, se for o caso, de quaisquer ações ajuizadas contra os respectivos mutuários, relativas às operações abrangidas naquele instrumento de crédito.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional fixará:

I – prazo, não inferior a cento e oitenta dias após a data de publicação do regulamento desta Lei, para que se cumpra a formalidade a que se refere o **caput** deste artigo;

II – prazo, não inferior a sessenta dias após o término do prazo a que se refere o inciso I deste parágrafo, a ser observado pelas instituições financeiras para a formalização das prorrogações e repactuações de dívidas de que trata esta Lei.

EMENDA Nº 113

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Fica autorizada a utilização de recursos controlados do crédito rural, até 29 de dezembro de 2006, em operações de crédito no valor necessário à liquidação de parcelas vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006, inclusive os respectivos encargos de inadimplemento:

I – de operações de alongamento ou renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, inclusive aquelas formalizadas de acordo com a Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, e alterações posteriores;

II – de financiamentos concedidos sob a égide do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), de que trata a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001.

§ 1º A formalização das operações de que trata o **caput** deverá ocorrer até o dia 29 de dezembro de 2006.

§ 2º A medida de que trata o **caput** aplica-se também às operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 1995, adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 20 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 3º No caso de operações contratadas até o valor R\$100.000,00 (cem mil reais), na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), aplicam-se às parcelas vencidas entre 2001 e 2004 as mesmas condições financeiras estabelecidas neste artigo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Exª tão logo encerre o processo.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final das emendas ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 740, DE 2006 Comissão Diretora

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (nº 284, de 2006, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (nº 284, de 2006, na Casa de origem), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 1949.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2006.

ANEXO AO PARECER Nº 740, DE 2006

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (nº 284, de 2006, na Casa de origem).

Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 1949.

EMENDA N° 1

(Corresponde à Emenda nº 104 – Relator-revisor)

Inclua-se no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Até o exercício de 2009, ano-calendário de 2008, a dedução de que trata o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada por esta Lei, será limitada a 2 (dois) empregados domésticos por declaração, e não poderá exceder ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário-mínimo mensal para cada empregado, sobre o décimo terceiro salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 (um) salário-mínimo.”

EMENDA N° 2

(Corresponde à Emenda nº 105 – Relator-revisor)

Dê-se ao art. 12, § 3º, III “a”, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, alterado pelo art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“Art 12

6.68

.....

a) ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário-mínimo mensal, sobre o décimo terceiro salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 (um) salário mímino:

..... “ (NR)

EMENDA N° 3

(Corresponde à Emenda nº 106 – Relator-revisor)

Suprime-se o inciso V do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, alterado pelo art. 1º do Projeto.

EMENDA N° 4

(Corresponde à Emenda nº 107 – Relator-revisor)

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. O disposto no art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, com a redação dada por esta Lei, aplica-se aos períodos aquisitivos iniciados após a data de publicação desta Lei.”

EMENDA N° 5

(Corresponde à Emenda nº 108 – Relator-revisor)

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. 5º As empresas inscritas no Programa de Recuperação Fiscal – Refis, instituído pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no Parcelamento Especial – Paes, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, mesmo que ainda não homologada a sua inscrição, poderão antecipar o pagamento dos respectivos débitos consolidados, segundo seu valor presente, calculado com base na projeção das parcelas vincendas, descontadas, para todo o período projetado, pela taxa de juros de que trata o § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, vigente no mês imediatamente anterior ao do pagamento antecipado.

§ 1º O valor presente apurado na forma do **caput** será deduzido de 10% (dez por cento) a título de bônus de antecipação.

§ 2º A projeção das parcelas vincendas tomará por base as respectivas regras do programa ou do parcelamento, adotando-se, quando necessário, estimativa de valores baseada na média aritmética dos pagamentos realizados nos 12 (doze) últimos meses, exceto no caso de taxa de juros que será considerada, em qualquer hipótese, a vigente no mês imediatamente anterior ao da opção pelo pagamento antecipado.

§ 3º O pagamento antecipado poderá ser feito, total ou parcialmente, mediante compensação de crédito, próprios ou de terceiros, relativos a tributos e contribuições federais.

§ 4º O exercício do direito assegurado no **caput** e no § 5º deste artigo é condicionado a expressa renúncia, em caráter irrevogável e irretratável, ao direito de aderir ou de optar por programas de parcelamento de débitos fiscais, existentes ou que venham a ser criados, pelo

prazo de 36 (trinta e seis) meses contado a partir da data do pagamento da antecipação do débito.

§ 5º Para o fim de antecipar o pagamento do débito na forma prevista neste artigo, os contribuintes inadimplentes ou excluídos poderão retomar ao respectivo programa ou parcelamento, sem penalidades e outras cominações, inclusive pecuniárias, previstas na legislação pertinente para a hipótese de exclusão do contribuinte.

§ 6º Os contribuintes beneficiados por força do § 5º deste artigo, não gozarão do bônus de adimplência e antecipação previsto no § 1º.

§ 7º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.”

EMENDA N° 6

(Corresponde à Emenda n° 109 – Relator-revisor)

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. O § 3º do art. 5º da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 5º

.....

§ 3º Na hipótese do § 3º do art. 13 da Lei nº 9.964, de 2000, o valor da verba de sucumbência e, quando for o caso, do encargo legal previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, será de até 1% (um por cento) do valor do débito consolidado, incluído no Refis ou no parcelamento alternativo a que se refere o art. 12 da referida Lei, decorrente da desistência da respectiva ação judicial.’ (NR)

EMENDA N° 7

(Corresponde à Emenda n° 110 – Relator-revisor)

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Fica reduzida para zero a alíquota do imposto de renda na fonte de que trata o art. 10 da Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na hipótese de pagamento de contraprestação de arrendamento mercantil de aeronaves e seus motores, decorrente de contratos celebrados por empresas de transporte aéreo público regular de passageiros ou de cargas até 31 de dezembro de 2008.”

EMENDA N° 8

(Corresponde à Emenda n° 111 – Relator-revisor)

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Os débitos de agricultores familiares, mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais, suas cooperativas ou associações relativos a operações originárias de crédito rural, alongados na forma da Lei nº 9.138, de 1995, e da Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, do Conselho Monetário Nacional, inclusive as operações em situação de inadimplência, já renegociadas com base no art. 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, relativos a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), de valor originalmente contratado até R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário poderão ser repactuados nas seguintes condições:

I – o saldo devedor financeiro das operações em regime de normalidade será apurado pela multiplicação do saldo devedor das unidades de produtos vinculados pelos respectivos preços mínimos vigentes, descontando a parcela de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) incorporada às parcelas remanescentes;

II – o saldo devedor financeiro das operações cujos mutuários encontram-se inadimplentes será apurado da seguinte forma:

a) valor das parcelas vencidas e não pagas: incorporação da taxa de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) incidente sobre o resultado da multiplicação do número de unidades de produtos vinculados a cada parcela pelo respectivo preço mínimo vigente na data da repactuação;

b) valor das parcelas vincendas: multiplicação do saldo devedor das unidades de produtos vinculados pelos respectivos preços mínimos vigentes, descontando a parcela de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) incorporada às parcelas remanescentes;

c) total a ser repactuado: corresponde à soma dos valores apurados nas formas das alíneas a e b deste inciso;

III – sobre o saldo devedor financeiro, apurado nas formas previstas nos incisos I e II deste artigo, incidirão juros de 3% a.a. (três por cento ao ano), acrescidos da variação do preço mínimo da unidade de produto vinculado;

IV – as novas prestações serão calculadas sempre em parcelas iguais e sucessivas, em meses livremente pactuados entre os mutuários e credores, no último dia de cada mês, com vencimento pelo menos uma vez ao ano, sendo que a data da primeira prestação deverá ser até 31 de outubro de 2007 e da última até 31 de outubro de 2025;

V – a repactuação poderá prever a dispensa do acréscimo da variação do preço mínimo estipulado contratualmente sempre que os pagamentos ocorrerem nas datas aprazadas, salvo se o devedor optar pelo pagamento mediante entrega do produto;

VI – o inadimplemento de obrigação, cuja repactuação previu a dispensa a que se refere o inciso V deste artigo, ocasionará, sobre o saldo remanescente, o acréscimo da variação do preço mínimo a ser estipulado contratualmente, na forma do regulamento desta Lei;

VII – na hipótese de liquidação antecipada e total da dívida até 31 de dezembro de 2008, aplicar-se-á, além do bônus descrito no § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, desconto sobre o saldo devedor existente na data da liquidação, de acordo com o valor da operação em 30 de novembro de 1995, a saber:

a) dez pontos percentuais para operações de valor até R\$10.000,00 (dez mil reais);

b) cinco pontos percentuais para operações de valor superior a R\$10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º Para aderir à repactuação de que trata este artigo, os mutuários deverão efetuar o pagamento mínimo de 32,5% (trinta e dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da prestação vincenda em 31 de outubro de 2006 ou da última prestação vencida, atualizada com juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) **pro rata die**.

§ 2º Caso o pagamento a que se refere o § 1º deste artigo ocorra em data posterior a 31 de outubro de 2006, incidirão juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) **pro rata die**, até a data do cumprimento da obrigação.

§ 3º No caso de operações referenciadas no **caput** deste artigo formalizadas com cooperativa ou associação de produtores, considerar-se-a:

I – cada cédula-filha ou instrumento de crédito individual originalmente firmado por beneficiário final do crédito;

II – como limite, no caso de operação que não envolveu repasse de recursos a cooperados ou associados, o resultado da divisão do valor originalmente financiado pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade, respeitado o teto individual de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para enquadramento.”

EMENDA Nº 9

(Corresponde à Emenda nº 112 Relator-revisor)

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Os mutuários interessados na prorrogação ou repactuação de dívidas de que trata esta Lei deverão manifestar formalmente seu interesse à instituição financeira credora, inclusive para aquelas operações adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 1º Fica autorizada a suspensão da cobrança ou da execução judicial de dívidas originárias de crédito rural abrangidas por esta Lei, a partir da data em que os mutuários manifestarem seu interesse na prorrogação ou repactuação dessas dívidas, na forma do **caput** deste artigo.

§ 2º Ficam a Procuradoria da Fazenda Nacional, para as operações de que trata o art. 20 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, inscritas ou não na Dívida Ativa da União, e as instituições financeiras credoras das dívidas renegociadas na forma desta Lei obrigadas a suspender a execução dessas dívidas, e a desistir, se for o caso, de quaisquer ações ajuizadas contra os respectivos mutuários, relativas às operações abrangidas naquele instrumento de crédito.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional fixará:

I – prazo, não inferior a 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação do regulamento desta Lei, para que se cumpra a formalidade a que se refere o **caput** deste artigo;

II – prazo, não inferior a 60 (sessenta) dias após o término do prazo a que se refere o inciso I deste parágrafo, a ser observado pelas instituições financeiras para a formalização das prorrogações e repactuações de dívidas de que trata esta Lei.”

EMENDA Nº 10

(Corresponde à Emenda nº 113 – Relator-revisor)

Inclua-se, no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Fica autorizada a utilização de recursos controlados do crédito rural, até 29 de dezembro de 2006, em operações de crédito no valor necessário à liquidação de parcelas vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006, inclusive os respectivos encargos de inadimplemento:

I – de operações de alongamento ou renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, inclusive aquelas formalizadas de acordo com a Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, e alterações posteriores;

II – de financiamentos concedidos sob a égide do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que trata a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001.

§ 1º A formalização das operações de que trata o **caput** deverá ocorrer até o dia 29 de dezembro de 2006.

§ 2º A medida de que trata o **caput** aplica-se também às operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 1995, adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 20 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 3º No caso de operações contratadas até o alor de R\$100.000,00 (cem mil reais), na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, aplicam-se às parcelas vencidas entre 2001 e 2004 as mesmas condições financeiras estabelecidas neste artigo.”

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, a matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá e, em seguida, ao Senador Almeida Lima.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas duas observações rápidas.

Primeiramente, registro que esta Medida Provisória é extremamente importante e faz justiça à necessidade de se proteger, apoiar e formalizar o emprego da empregada doméstica. Esses mecanismos aprovados agora, na verdade, facilitam o registro e o reconhecimento trabalhista das empregadas domésticas, inclusive como contribuintes da Previdência Social, o que é extremamente importante.

O Senador Edison Lobão fez algumas modificações – fizemos questão de registrá-las junto ao Senador Edison Lobão – e, para algumas delas, há entendimento, inclusive construído na Câmara dos Deputados, portanto, tem o apoio da Liderança do Governo. Para outras, não houve esse entendimento. Por isso quero aqui registrar, pela Liderança do Governo, que, eventualmente, poderá haver veto para alguma emenda, já que, efetivamente, nem todas foram pactuadas da forma como entendíamos. Pensamos ser importante desbloquear a pauta, pois também o é votarmos as medidas provisórias, no entanto, estamos marcando posição.

Quanto à questão das empregadas domésticas, que é o fulcro, o objetivo inicial da Medida Provisória, não há problema algum. Ela é importante, e o Governo entende que deve ser formalizado e apoiado tal projeto. Hoje, aprovamos um benefício importante para todas as empregadas domésticas do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senado por votar essa matéria, que é de justiça. As empregadas domésticas há muito necessitavam desse nosso reconhecimento.

No bojo da medida provisória está uma outra medida que também é justa – inclusive o Senador Edison Lobão teve a coragem de colocá-la. O PMDB está aqui apoiando essa mudança, que é a saída para quem precisa e tem condição de sair do Refis. Até hoje não tínhamos regras para sair do Refis, e hoje foi colocada uma fórmula para quem quiser fazê-lo. Imaginem uma grande empresa que tenha ações! Com os juros, cada vez mais aumenta a dívida e mais consome o valor das ações da empresa. Isso cria dificuldades. O Refis veio para ajudar, mas, nesse caso, atrapalha.

Estamos apoiando porque entendemos ser também uma medida de justiça.

Hoje, o Senado faz justiça em reconhecer o trabalho das empregadas domésticas, por um lado; e, por outro, encontra solução para um problema que atrapalhava muito a vida empresarial do País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Quero dizer que eu, particularmente, me empenhei bastante para que essa idéia fosse adiante, inclusive defendi isso várias vezes neste plenário – não esse projeto formatado pelo Governo, mas um projeto mais amplo com relação à formalização de quase sete milhões de empregados domésticos no Brasil.

Portanto, este é um grande momento do Senado Federal, porque, de uma forma ou de outra, está criando condições para que esse setor, que vive lamentavelmente na informalidade, possa ser formalizado, com proteção na velhice e com todos os direitos que são assegurados pela legislação brasileira.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem para comunicar à Casa que tomei conhecimento, no dia de hoje, do encaminhamento da decisão de V. Ex^a em relação ao requerimento para criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos que envolvem o Presidente da República, em que se beneficia de dinheiro de origem não esclarecida manipulado por Paulo Okamotto. O despacho de V. Ex^a foi no sentido de indeferir a criação dessa CPI, e, como a decisão está sendo encaminhada hoje para a publicação, apresento neste momento – e o encaminharei à Mesa – recurso ao Plenário, nos termos do art. 48, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, para que, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, possa o Plenário decidir a respeito.

É só, Sr. Presidente.

Encaminharei à Mesa o requerimento vazado nesses termos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nos termos do art. 408, da Lei Interna, ouvirei, como quer o Senador Almeida Lima, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

2 **MEDIDA PROVISÓRIA N° 286, de 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinqüenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador **Marcelo Crivella**

Prazo final: 6-7-2006

3 **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 9-8-2006

4 **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto*

de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

Relator Revisor:
Prazo final: 11-8-2006

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:
Prazo final: 21-8-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinqüenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:
Prazo final: 23-8-2006

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Ikhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 22, DE 2000

(Votação nominal)

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória à programação constante da lei orçamentária anual*.

Pareceres sob nºs 103, de 2004, e 443, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges – 1º pronunciamento (sobre as Propostas): favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário): pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3, na forma de subemendas que apresenta, e da Emenda nº 4.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 77, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que imprime força co-gente à lei orçamentária anual, acrescentando

dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao **caput** do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts.*

23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;
- de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e
- de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Alvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e
- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943,

para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora ad hoc: Senadora Iris de Araújo.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que institui o Dia do Radialista.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira*.

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do

Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

30

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoecológico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

31

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

32

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, recurso que passo a ler.

É lido o seguinte:

RECURSO N° 10, DE 2006

Venho requerer, nos termos do art. 48, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação, pelo Plenário desta Casa, de recurso contra a decisão da Presidência do Senado Federal que indeferiu o requerimento de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar os fatos que envolvem o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, em que se beneficia de dinheiro de origem não esclarecida, manipulado por Paulo Okamotto, já no exercício da Presidência da República.

Sala da Sessões, 21 de junho de 2006. – Senador **Almeida Lima**.

É o seguinte o despacho do Presidente:

DESPACHO

No último dia 18, o nobre Senador Almeida Lima entregou, na Secretaria-Geral da Mesa, requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como no dia 24 de abril próximo passado, quando o mesmo Senador propôs a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, esta Presidência reitera a sua convicção de que, neste Parlamento, nunca se investigou tanto e que não se supriu ou violou o direito da Minoria de investigar.

Entretanto, o fato determinado aposto ao requerimento do nobre Senador Almeida Lima, que é “apurar os fatos que envolvem o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em que ele se beneficia de dinheiro de origem não esclarecida, manipulado por Paulo Okamotto, já no exercício da presidência da República”, vai de encontro ao que preceitua o § 4º do art. 86 da Constituição Federal, *verbis*:

“Art. 86.

§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.”

Desse modo, como se depreende da leitura do texto magno acima transscrito, enquanto estiver investido no mandato, o Presidente da República está imune à responsabilização por atos que não digam respeito ao exercício de suas funções como Chefe do Poder Executivo.

A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o art. 86, § 4º, da Lei Maior, assim estabelece que a cláusula de exclusão inscrita nesse preceito da Carta Federal, ao inibir a atividade do Poder Público, em sede judicial, alcança as infrações penais comuns praticadas em momento anterior ao da investidura no cargo de Chefe do Poder Executivo da União, bem assim aquelas praticadas na vigência do mandato, desde que estranhas ao ofício presidencial.” (Inq. 672-QO, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 16-4-93)

Por essas razões de natureza exclusivamente constitucional, o requerimento não poderá prosperar.

Senado Federal, 23 de maio de 2006 – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para deixar registrado o esforço aqui feito, do qual, inclusive, o Senador Paulo Paim é testemunha,

o esforço gigantesco feito pela Drª Clair, Deputada pelo PT do Paraná, no sentido de alterar esse projeto naquilo que poderia de fato ser alterado. Claro que apenas uma parcela será beneficiada pela superação da informalidade, mas nós nos sentimos na obrigação – e falo pelo Senador Paim, também – de prestar esta homenagem à Drª Clair. Infelizmente, não foi possível à Relatoria e ao Governo acolher as emendas por S. Exª apresentadas, de forma competente, sincera e destemida. Assim sendo, queremos deixar registrado o nosso voto favorável àquilo que se relaciona – como o disse o Senador Edison Lobão – às questões da empregada doméstica. Quanto ao que se relaciona ao refinanciamento de dívida, não tem como separar o voto, porque, infelizmente, as emendas foram incluídas no projeto que trata das empregadas domésticas, mas quero deixar claro que o nosso voto favorável é exclusivamente à minimização dos riscos gigantescos da informalidade para as empregadas domésticas.

Quero falar de nossa homenagem, Senador Suplicy. Esperamos que, na Câmara – já que voltará para a Câmara –, seja possível uma correlação de forças mais favorável para que as alternativas apresentadas pela Deputada possam ser, de fato, incorporadas. Sem dúvidas, as emendas apresentadas por S. Exª e por vários outros Parlamentares beneficiariam muito mais do que o atual projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o humor brasileiro está de luto. No último sábado, dia 17, perdeu Bussunda, vítima de um infarto. Cláudio Besserman Vianna estava em Pasdorf, na Alemanha, onde fazia a cobertura da Copa do Mundo e vivia seu último personagem, Ronaldo Fofômeno, uma paródia ao atacante Ronaldo.

Filho de Luís Guilherme Vianna e de Helena Besserman Vianna, Bussunda nasceu no Rio de Janeiro e era fanático torcedor do Flamengo. Era casado com a jornalista Angélica Nascimento, com quem tinha uma filha. No próximo domingo, completaria 44 anos.

Ainda estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, começou a trabalhar como redator do jornal humorístico **Casseta Popular**, que, no início da década de 1980, fez sucesso ao combinar o humor escrachado com a crítica política e de comportamento. Na imprensa escrita, sua atuação como cronista deu-se principalmente na área de esportes. Entre 1989 e 1999, colaborou semanalmente no diário carioca **O Dia**. Atuou também como cronista na

revista **Placar** e, em 1999, iniciou colaboração com o jornal esportivo **Lance**. Foi também titular da coluna “Alô Rapaziada”, voltada para o público adolescente e publicada no suplemento “Zap!” do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Em 1988, iniciou suas participações na TV ao ser contratado como redator do programa “TV Pirata”. No ano seguinte, o show “Eu vou tirar você desse lugar” daria início à parceria com o **Planeta Diário**, surgindo então o “Casseta & Planeta”.

Desde 1992, protagonizou o programa humorístico “Casseta & Planeta Urgente!”, exibido pela TV Globo. Mesmo após a criação do programa, Bussunda continuou a atuar como cronista e como jornalista independente, colaborando com várias publicações esportivas. Ele encontrou no humor o que realmente queria fazer da vida. Ele próprio dizia: “O humor me salvou”.

Escreveu onze livros, lançou três discos, encenou uma peça de teatro e protagonizou um filme em 2003, “A Taça do Mundo é Nossa”. Fez uma participação especial no filme “Como Ser Solteiro” e dublou o personagem principal da animação “Shrek”.

Como protagonista do “Casseta & Planeta” desde 1992, Bussunda representava vários personagens, como o jogador Ronaldinho, o Fenômeno; o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, inclusive, manifestou seu respeito por esse grande comediante; e muitos outros personagens.

Cláudio Manoel, companheiro e amigo de infância, afirma que está soterrado. Para ele, “é difícil falar sobre este momento. Fomos amigos de infância, moramos juntos, não consigo me lembrar de nenhum momento sem ele. Sua morte é uma *tsunami*”.

E, assim, cada um de seus companheiros do programa “Casseta & Planeta”, José Lavigne, Beto Silva, Cláudio Manoel, Marcelo Madureira, Hélio de la Peña, Hubert Aranha, Reinaldo Figueiredo e Maria Paulo Fidalgo Suplicy, casada com meu filho João, todos eles sentiram muito a morte precoce de Bussunda.

Maria Paulo Fidalgo Suplicy escreveu um comunicado depoimento, que foi enviado para o **Correio Brasiliense**. Pedi sua autorização para lê-lo aqui:

Bussunda, nossa grande estrela...

Tá no céu, em cada risada que ecoa, em cada gol. O Bussunda agora tá em toda coisa boa que acontecer, tá decretado! Pois um cara como ele só pode ser encontrado na alegria! Durante todo o velório (que foi exatamente durante o jogo Brasil x Austrália) e, especialmente na hora do enterro, fiquei ouvindo os fogos, os gritos, a comoção da torcida na hora do gol, tudo parecia absurdo naquele momento. Não dava para acreditar que ele estava

deitado naquele caixão, enquanto o resto do País comemorava um gol! Só agora, alguns dias depois, me veio o verdadeiro sentido de tamanha coincidência: era na hora do gol que ele ficava mais feliz na vida. Ele foi um verdadeiro apaixonado por futebol!

Aqueles gols eram o sinal do universo de que só aquela enorme alegria poderia estar à altura daquele momento de despedida. A vida provando que o inesperado vem também para a felicidade: a comemoração do jogador que entrou em campo nos últimos minutos da partida e fez o último gol foi tão emocionante quanto o inesperado da morte do craque do humor. O Fred se viu de cara para o gol com o rebote do chute do Robinho [que chutou a bola na trave] e só teve que tocar, sair pro abraço e virar herói de uma hora para outra, no mesmo momento em que o mago da graça estava vivendo história, memória... Como a vida muda de rumo inesperadamente!!!

Esse *insight* me deu até mais vontade de fazer tudo o que puder ser feito, usar todas as chances agora, não guardar nenhuma ficha para depois... Vai que não dá tempo. Fui uma pessoa de muita sorte por conviver intimamente com o Bussunda durante os últimos 14 anos. Quando dei o último beijo nele, só pude dizer obrigada! Ele me ensinou tantas coisas...

Quando eu chegava na Globo para gravar, ia de sala em sala até achar o Bussunda, só para matar a saudade, rir um pouco, ganhar aquele abraço tão bom... Depois do almoço a gente sempre tinha uns 15 minutos, e eu aproveitava para tirar uma soneca deitada no colo dele... Ai, que colo bom... Ai, que papo bom... Que tudo de bom que foi o Bussunda na minha vida! Enquanto ele fazia as caracterizações, eu ficava fazendo massagem nas costas dele. Quando ele sentia falta de ar por causa da asma, eu fazia uns pontos de acupressura, e sempre passava!

Passamos as últimas férias juntos na Praia do Forte e já estávamos combinando de alugarmos juntos uma casa no Havaí, no próximo verão. Ele já tinha até comprado um pranchão... Nos dois filmes que fizemos juntos, contracenamos bastante. No primeiro, éramos um casal apaixonado. No segundo, ele era meu irmão. Dividir a cena com ele sempre foi uma

delícia, uma brincadeira boa! Perdi a conta das vezes que subi ao placo com ele para entregar prêmios, apresentar eventos, até para cantar. O duo mais quente foi o Bill Pinton e Monica Chupinsky. Ele foi meu companheiro mais gentil; aliás, ele era o amorzinho da vida de todo mundo!

Por isso, está sendo tão difícil encarar a falta que ele faz. Porque, além do gênio do humor, ele era uma flor, um amigo extremamente carinhoso, uma mente muito lúcida, com uma visão de mundo sem preconceitos, nem babaquices. Toda semana me perguntava se eu já tinha feito o “dever de casa” (a crônica do Correio) e, quando eu estava sem idéia, ele sempre propunha um tema interessante. Bussunda sempre acrescentou, no meu trabalho e na minha vida...

Agora, ele será a nossa grande inspiração. É da lembrança dele que vamos tirar a graça das coisas.

É bola para frente! Vamos torcer ainda mais por esse hexacampeonato, afinal essa é A COPA DO BUSSUNDA!!!

Assim conclui Maria Paula.

Quero dizer do carinho que tenho por Maria Paula, de quão bom que ela seja essa pessoa boa para o meu filho João.

Quero dizer mais: o “Casseta & Planeta” e o próprio Bussunda, em alguns momentos da minha própria história, resolveram fazer humor comigo, com a Marta, com outros personagens, com o próprio Luís Favre. E a maneira como o “Casseta & Planeta” apresentou, de forma humorística, a minha situação mexeu comigo, mas percebi que era algo natural do humor o que a equipe do “Casseta & Planeta” fazia diante de fatos que chamavam a atenção dos brasileiros.

Quero aqui também prestar, portanto, minha homenagem a Cláudio Besserman Vianna, o Bussunda, fundador do grupo “Casseta & Planeta”.

Por essa razão, peço inserção em Ata de voto de pesar pelo seu falecimento, bem como a apresentação de condolências a seus familiares, à sua esposa Angélica Nascimento, à sua filha, Júlia, e a seus colegas.

Encaminho também requerimento – e ressalto que os Senadores Arthur Virgílio e Romeu Tuma também apresentaram requerimento no mesmo sentido esta semana – para inserção em Ata de voto de congratulações para o escritor José Mindlin pela sua elei-

ção à Academia Brasileira de Letras e pela doação do acervo de sua biblioteca pessoal para a Universidade de São Paulo.

José Mindlin tem sido uma pessoa extraordinária, um exemplo como empresário e como brasileiro, pelas suas ações. Tão merecida é, portanto, sua eleição, ele que é autor de "Uma Vida entre Livros", de "Memórias Esparsas de Uma Biblioteca", de "Destaque da Indisciplinada Biblioteca de Guita e José Mindlin".

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Senador Antonio Carlos Magalhães, ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– Concordo inteiramente com o discurso de V. Ex^a desde a primeira parte, em relação ao nosso Bussunda, e ainda mais agora, quando V. Ex^a pede um voto de louvor para José Mindlin, uma das raras figuras do País. Talvez, seja o melhor bibliófilo deste País, dono de uma biblioteca – que ele agora doou – que, talvez, seja a melhor biblioteca particular do Brasil. É um homem, realmente, como V. Ex^a salientou, de qualidades excepcionais. Dessa maneira, V. Ex^a está interpretando não apenas os sentimentos de um Senador de São Paulo, mas de um Senador do Brasil, quando trata desse assunto.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Senadora Ana Júlia, peço-lhe que seja breve, para respeitar o tempo.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Serei muito breve. Somente quero me somar a V. Ex^a quanto ao sentimento de tristeza que tomou conta de todo povo brasileiro em relação a este homem brilhante, criativo e inteligente, que foi Bussunda, assim conhecido por toda a sociedade. E também quero solidarizar-me com V. Ex^a quanto aos votos de congratulações a José Mindlin, pelo trabalho que desempenhou, por ter sido neste momento homenageado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Muito obrigado, Senadora Ana Júlia, por sua solidariedade.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, com muita honra.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Será rápido, Senador Eduardo Suplicy. Primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo aniversário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Obrigado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Em segundo lugar, quero dizer que, com tristeza, requeri também um voto de pesar pelo falecimento do Bussunda. Sobre José Mindlin, quero dizer que ele é um homem bom. Quando falamos que existe um homem sério e bom, lembramos de José Mindlin, por toda sua história no Estado de São Paulo e no Brasil. É um grande líder empresarial, amante da cultura, que merece todos os encômios. Pediria licença a V. Ex^a para assinar seu requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Com muita honra, Senador Romeu Tuma.

Ouço o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Eduardo Suplicy, já o abracei pessoalmente. Movemos uma amizade pessoal. Julgo-me seu amigo. Somos vizinhos de gabinete. Já tive o prazer de lhe dar um abraço muito cordial pelo seu aniversário. Mas também cumprimento V. Ex^a pela iniciativa do voto de pesar pelo falecimento de Bussunda, que não conheci. Julgo-me amigo de um de seus parceiros, Marcelo Madureira, que é vizinho de minha irmã no Rio de Janeiro; com ele, tive oportunidade de ter muitos encontros pessoais, e sou testemunha dos momentos de tristeza que tem vivido. Como ele, também o povo brasileiro, que se acostumou com o humorismo de categoria, competente e inteligente, do "Casseta & Planeta", sentiu muito essa perda. Associo-me à sua iniciativa e vou também tomar a liberdade de ser co-autor do requerimento que V. Ex^a encaminha à Mesa. Meus cumprimentos!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Obrigado.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Eduardo Suplicy, em relação ao Bussunda, quero dizer que ele, com certeza, está fazendo muita gente rir de forma generosa. Os anjos celestiais, certamente, estão rindo da generosidade, da alegria que a transparência dele expressava. Tive a oportunidade de falar sobre isso quando o Senador Arthur Virgílio apresentou um requerimento, juntamente com V. Ex^a e com todos nós. Mas o que eu queria mesmo era dar-lhe

um beijo muito grande, meu querido companheiro, irmão de muitas sofridas, belas e doces caminhadas, pelo seu aniversário. Senador Agripino, o Suplicy é tão especial, que, quando ele chega para pedir beijo, ele diz logo assim: "Heloísa, quando é que vai ser o seu aniversário?". Eu respondi: "Já passou". Aí ele disse: "Ah, então, vou lhe dar um beijo atrasado, e me dê um beijo também". Existe coisa mais linda do que essa? Feliz aniversário, meu querido! Que Deus o abençoe e o proteja, para que você continue sendo essa pessoa linda, maravilhosa, símbolo de generosidade e de coragem! Deus o abençoe! Feliz aniversário!

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, por suas palavras e pela solidariedade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Suplicy, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pois, não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Começo meu aparte pela parte triste, que é exatamente de reverência à perda prematura do Bussunda, no auge da carreira, interpretando personagens atualíssimos da nossa vida brasileira, da vida esportiva e política. Congratulo-me com V. Ex^a pela idéia de prestar essa homenagem a esse homem que muitas alegrias nos trouxe, a nós brasileiros, pelo seu humor fino, inteligente e, acima de tudo, atual. Também quero parabenizá-lo pelo seu aniversário hoje. Quero comunicar que fiquei muito grato pelo convite para a comemoração que V. Ex^a vai fazer logo mais. Mas, por uma questão de má interpretação, meu gabinete não conseguiu captar o local. Mas é evidente que, a partir das 21 horas, estarei à disposição de V. Ex^a. Juntamente com todos os companheiros do Senado, estaremos prestando essa justa homenagem que V. Ex^a tão bem merece. O aniversário de V. Ex^a não pode passar em branco, e um convite feito por V. Ex^a para essa comemoração é motivo, para todos nós, de muita alegria. Tenha V. Ex^a a certeza de que estaremos todos juntos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, eu gostaria muito de poder convidá-lo, mas, como V. Ex^a e outros aqui não me têm dado quase tempo para me dedicar à minha vida pessoal, resolvi reservar a noite de hoje para um encontro...

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Com sua linda, amada e querida Mônica, maravilhosa!

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Senador Ney Suassuna, concedo a V. Ex^a um aparte, que será o último, por favor.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas a confraternização de que fui informado se dará exatamente com a presença da sua noiva. Não há constrangimento algum da nossa parte. Ficaremos muito felizes em dividir com V. Ex^a esse momento de felicidade. A Senadora Heloísa Helena será a oradora.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Senador Ney Suassuna, com muita honra, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Aproveitando para já lhe dar os parabéns, solidarizo-me com V. Ex^a nessa homenagem que faz ao cômico Bussunda. Quando ele começou a carreira, eu até me chocava um pouco, porque ele era muito incisivo, parecendo até um pouco grosseiro. Não sei se o Brasil se adaptou ou se ele melhorou o linguajar. A verdade é que a criatividade dele era infinda, até mesmo nas transformações. Às vezes, ficávamos surpresos com a maneira como ele se transformava nas pessoas que ele imitava. Creio que o Brasil será um pouco mais triste, mas pode ser que – tomara que sim! – haja gente mais alegre no céu com a chegada dele lá. Realmente, ele era um homem de muita criatividade e me fez dar muitas gargalhadas, como o Brasil todo. V. Ex^a está fazendo uma boa ação, com a qual quero solidarizar-me.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concluindo, Sr. Presidente, eu agradeceria se pudesse ser considerado o teor de ambos os requerimentos, convidando os que se manifestaram para assinar, junto à Mesa, tanto a homenagem a Bussunda, quanto a José Mindlin.

Aos colegas do "Casseta & Planeta", que, quando estiveram aqui no Senado, honraram-me quando me tornaram personagem daquele programa – e lhes agradeço –, gostaria de transmitir que, como melhor homenagem ao Bussunda, tenham sucesso na continuidade do "Casseta & Planeta".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Requerimento

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 17 do corrente, do humorista Claudio Bresserman Vianna, o Bussunda, fundador do grupo Casseta & Planeta, bem como apresentação de condolências aos seus familiares, sua esposa Angélica Nascimento, à filha Júlia, aos colegas da Casseta & Planeta: José Lavigne, Beto Silva, Cláudio Manoel, Marcelo Madureira, Hélio de La Peña, Hubert Aranha, Reinaldo Figueiredo e Maria Paula Fidalgo Suplicy.

Justificativa

O humor brasileiro está de luto. No último sábado, dia 17, perdeu Bussunda, vítima de um infarto. Cláudio Bressermann Viana, estava em Pasdorf na Alemanha, onde fazia a cobertura da Copa do Mundo e vivia seu último personagem – "Ronaldo Iofomêno", numa paródia ao atacante Ronaldo.

Filho de Luís Guilherme Vianna e Helena Bresserman Vianna, Bussunda nasceu no Rio de Janeiro e era fanático torcedor do Flamengo. Era casado com a jornalista Angélica Nascimento com quem tinha uma filha. No próximo domingo ele completaria 44 anos.

Ainda estudante de jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, começou a trabalhar como redator do jornal humorístico *Casseta Popular* que, no início da década de 1980, tez sucesso ao combinar o humor escrachado com a crítica política e de comportamento. Na imprensa escrita, sua atuação como cronista se deu principalmente na área de esportes. Entre 1989 e 1999, colaborou semanalmente no diário carioca *O Dia*. Atuou também como cronista na revista *Placar* e, em 1999, iniciou colaboração com o jornal esportivo *Lance*. Foi também titular da coluna *Alô Rapaziada*, voltada para o público adolescente e publicada no suplemento *Zap!* do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em 1988, iniciou suas participações na TV ao ser contratado como redator do programa TV Pirata. No ano seguinte, o show "Eu vou tirar você desse lugar" daria início à parceria com o Planeta Diário, surgindo então o Casseta & Planeta.

Desde 1992, protagonizou o programa humorístico *Casseta & Planeta Urgente!*, exibido pela TV Globo. Mesmo após a criação do programa, Bussunda continuou a atuar como cronista e jornalista independente, colaborando com várias publicações esportivas. Ele encontrou no humor o que realmente queria fazer da vida. Como ele próprio dizia "o humor me salvou".

Escreveu onze livros, lançou três discos, encenou uma peça de teatro e protagonizou um filme em 2003, *A Taça do Mundo é Nossa*. Fez uma participação especial no filme *Como ser Solteiro* e dublou o personagem principal da animação *Shrek*.

Como protagonista do *Casseta & Planeta* desde 1992, Bussunda representava vários personagens, como o jogador Ronaldinho, o Fenômeno, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Claudio Manoel, companheiro e amigo de infância afirma que está soterrado. Para ele "é difícil falar sobre este momento. Fomos amigos de infância, moramos juntos, não consigo me lembrar de nenhum momento sem ele. Sua morte é uma tsunami".

Para Hélio de la Peña, Bussunda é insubstituível: "Ele era o ponto de equilíbrio do grupo. Não sabemos como vamos ficar sem ele".

Beto Silva também lamentou a morte do amigo: "Bussunda era uma pessoa do bem, um gênio um grande amigo. É uma perda para o Brasil".

Maria Paula, a única mulher do grupo, disse encarar a morte de Bussunda como um pesadelo e que não consegue descrever a dor pela perda do amigo. Pediu que todos se lembrem de Bussunda como uma pessoa que trouxe alegria ao país e luz para os integrantes do Casseta e Planeta. "O Bussunda foi um cara muito bacana e ele trouxe muita alegria para todo mundo. Então, é tão estranho, é tão esquisito isso; parece mentira, não tem o menor cabimento, não faz sentido. É uma dor, realmente, que eu não sei descrever", desabafou.

O programa Casseta & Planeta, Urgente! dessa terça-feira, dia 20, foi especialmente preparado em homenagem ao humorista. Mostrou imagens inesquecíveis de seus personagens, como a Helena de "Esculachos de Família" e o presidente Lula em suas sátiras políticas.

É claro que o futebol, uma das maiores paixões de Bussunda, não ficou de fora. Até uma entrevista com Ronaldo Fenômeno feita na Copa de 2002 foi exibida. Zico, o eterno galinho de Quintino reapareceu no programa ao lado dos jogadores do Tabajara Futebol clube, dentre eles, Marentinho Carioca.

Também o craque Maradona, não escapou. Foi lembrado com a reapresentação do quadro "O Pesadelo de Don Diego". E para fechar com chave de ouro, mais um campeão: Ayrton Senna, em entrevista, logo nos primeiros anos do Casseta no ar.

Agora, sem Bussunda, as noites de terça-feira não serão mais as mesmas. Este sentimento da falta de Bussunda está muito bem colocado no artigo que Maria Paula Fidalgo escreveu para o Correio Braziliense:

Bussunda, nossa grande estrela...

Tá no céu, em cada risada que ecoa, em cada gol. O Bussunda agora tá em toda coisa boa que acontecer, tá decretado! Pois um cara como ele só pode ser encontrado na alegria! Durante todo o velório (que foi exatamente durante o

jogo Brasil x Austrália) e especialmente na hora do enterro fiquei ouvindo os fogos, os gritos, a comemoração da torcida na hora do gol, tudo parecia absurdo naquele momento. Não dava para acreditar que ele estava deitado naquele caixão, enquanto o resto do país comemorava um gol! Só agora, alguns dias depois, me veio o verdadeiro sentido de tamanha coincidência: era na hora do gol que ele ficava mais feliz na vida. Ele foi um verdadeiro apaixonado por futebol!

Aqueles gols eram o sinal do universo de que só aquela enorme alegria poderia estar à altura daquele momento de despedida. A vida provando que o inesperado vem também para a felicidade: a comemoração do jogador que entrou em campo nos últimos minutos da partida e fez o último gol foi tão emocionante quanto o inesperado da morte do craque do humor. O Fred se viu de cara para o gol com o rebote do chute do Robinho e só teve que tocar, sair pro abraço e virar herói de uma hora para outra, no mesmo momento em que o mago da graça estava virando história, memória... Como a vida muda de rumo inesperadamente!!!

Esse insight me deu até mais vontade de fazer tudo o que puder ser feito, usar todas as chances agora, não guardar nenhuma ficha para depois... vai que não dá tempo. Fui uma pessoa de muita sorte por conviver intimamente com o Bussunda durante os últimos 14 anos. Quando dei o último beijo nele, só pude dizer obrigada! Ele me ensinou tantas coisas...

Quando eu chegava na Globo para gravar, ia de sala em sala até achar o Bussunda, só para matar a saudade, tirar um pouco, ganhar aquele abraço tão bom... Depois do almoço a gente sempre tinha uns 15 minutos e eu aproveitava para tirar uma soneca deitada no colo dele... Ai que colo bom... Ai que papo bom... Que tudo de bom que foi o Bussunda na minha vida! Enquanto ele fazia as caracterizações, eu ficava fazendo massagem nas costas dele. Quando ele sentia falta de ar por causa da asma, eu fazia uns pontos de acupressura, e sempre passava!

Passamos as últimas férias juntos na Praia do Forte e já estávamos combinando de alugarmos juntos uma casa no Havaí, no próximo verão. Ele já tinha até comprado um pranchão... Nos dois filmes que fizemos juntos contracenamos bastante. No primeiro, éramos um casal apaixonado. No segundo, ele era meu irmão. Dividir a cena com ele sempre foi uma delícia, uma brincadeira boa! Perdi a conta das vezes que subi ao palco com ele para entregar prêmios, apresentar eventos, até para cantar. O duo mais quente foi Bill Pinton e Monica Chupinsky. Ele foi meu companheiro mais gentil; aliás, ele era o amorzinho da vida de todo mundo!

Por isso, está sendo tão difícil encarar a falta que ele faz. Porque além de gênio do humor, ele era uma flor, um amigo extremamente carinhoso, uma mente muito lúcida, com uma visão de mundo sem preconceitos, nem babaquices. Toda semana me perguntava se eu já tinha feito o "dover de casa" (a crônica do correio) e quando eu estava sem idéia, ele sempre propunha um tema interessante. Bussunda sempre acrescentou, no meu trabalho e na minha vida...

Agora, ele será nossa grande inspiração. É da lembrança dele que vamos tirar a graça das coisas.

É bola pra frente! Vamos torcer ainda mais por esse hexacampeonato, afinal essa é A COPA DO BUSSUNDA!!!

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2006.



Eduardo Matarazzo Suplicy
Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

REQUERIMENTO N°

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações para o escritor José Mindlin, pela sua eleição para a Academia Brasileira de Letras e pela doação do acervo de sua biblioteca pessoal para a Universidade de São Paulo – USP.

Justificação

O mais novo imortal da Academia Brasileira de Letras, José Mindlin, passa dos 90 anos. Tem 91. E há quase 80 começou a montar o que é hoje a maior biblioteca particular do país, com cerca de 45 mil volumes. Mindlin vai ocupar a cadeira número 29, ocupada antes por Josué Montello.

Tudo começou em 1928, quando, aos 13 anos, Mindlin adquiriu o primeiro livro de sua coleção, uma tradução portuguesa de "O Discurso sobre a História do Brasil", de Bossuet, editado em 1740. Isso já indicava seu amor pela raridade das obras. "Mas todos os livros são importantes. O que interessa é ler" – costuma dizer com o bom humor conhecido.

Talvez aí esteja a chave de uma pessoa tão interessante. José Mindlin e sua mulher, Guita, cultivam a tolerância e o bom humor. Não é à toa que construiram ao longo da vida uma roda incalculável de amigos e admiradores. Acho que vêm cada um com sua beleza, com o mesmo carinho e delicadeza que tocam num livro e depois colocam o volume na estante com respeito – não para ficar ali esquecido, mas para cuidar, ler, manusear, consultar, voltar a ler os mais marcantes. Um sentimento bom e novo a cada vez. É isso que sentem os amigos de José Mindlin, como eu. Sua biblioteca é o seu coração.

Filho de russos que imigraram para o Brasil no começo do século Vinte, José Mindlin se formou em Direito. Mas desde a meninice já demonstrava sua tendência às letras. Aos 15 anos já era redator do jornal O Estado de São Paulo – que ele considera ter sido o começo de sua militância cultural.

Mas Mindlin tinha um outro lado, o de empreendedor, característica dos filhos de imigrantes paulistas. Fundou a Metal Leve, indústria das mais importantes para o parque metalúrgico e automobilístico brasileiro. Participou

ativamente do crescimento de São Paulo e defendeu a democracia nos tempos da ditadura militar. Todos se lembram da sua atuação fundamental no episódio da prisão e morte de Vladimir Herzog, quando era secretário de Cultura do governo Paulo Egídio. Mindlin se posicionou a favor da vida, e suas lembranças sobre Vlado estão registradas no filme "Vlado, 30 Anos", de João Batista de Andrade, cineasta que, por feliz coincidência, hoje ocupa o cargo que foi seu: é o atual Secretário de Cultura paulista.

José Mindlin já deu inúmeras entrevistas dizendo que é mais leitor do que escritor. É autor de "Uma Vida entre Livros", "Memórias Esparsas de uma Biblioteca" e "Destaque da Indisciplinada Biblioteca de Guita e José Mindlin" — todos, como indicam os títulos, baseados no amor aos livros.

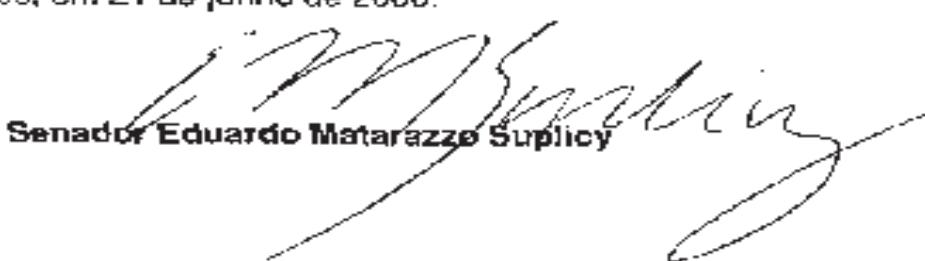
"É uma paixão, uma compulsão", disse ele sobre os livros ao jornal A Notícia, de Florianópolis.. Lê de seis a oito volumes por mês. Prefere ficção e crítica literária. Seus autores preferidos são Marcel Proust, Machado de Assis e Guimarães Rosa — mas não dispensou qualquer novo autor ao longo dos quase 80 anos que dedica à leitura.

Há José Mindlin é membro do Instituto de Cultura e da Fundação Vitae, que incentivam os novos autores. Preocupado com as novas gerações, diz que o fundamental é que as crianças tomem o gosto da leitura e que, para isso, é preciso que os professores possam transmitir o prazer da descoberta que traz um livro.

A mais rica biblioteca do país, por generosidade exemplar de sua iniciativa, foi doada recentemente à Universidade de São Paulo, para que, um dia, surjam ali outros amantes da leitura, outros apaixonados como ele que, só com sua presença e seu "vício" pelas letras — como diz — ajudam a formar um Brasil muito melhor. Tenho a felicidade de conhecê-lo e à sua companheira Guita, por ter em sua filha Betty Mindlin, uma de minhas melhores amigas, também um anjo de pessoa. Salvo, José Mindlin, imortal brasileiro!

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2006.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Esta Presidência se soma ao voto de pesar que V. Ex^a acaba de propor.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Ex^a. Em seguida, darei a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de falar pela ordem, também gostaria de parabenizar o Senador Eduardo Suplicy. Todos aqui somos amigos e fãs do trabalho do Senador Eduardo Suplicy; espero, hoje à noite, também, junto com o Senador Heráclito Fortes, ir à festa de comemoração, logo que S. Ex^a der o endereço. A Senadora Heloísa está me “cortando” da festa. Sem razão.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Estamos todos “cortados”.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Estamos “cortados” todos.

Sr. Presidente, mais uma vez, eu gostaria de falar aqui no plenário sobre a questão da aprovação do Fundeb. Como V. Ex^a sabe melhor do que eu, o Fundeb foi aprovado, no início de maio, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por um acordo de lideranças, e daí veio para o plenário. Está aqui para ser votado desde maio – já vai completar um mês e meio – e, na realidade, não é votado porque a pauta está fechada por medidas provisórias. Mas todo dia tem um editorial de um jornal ou um grupo de pessoas que vem aqui pedir que esse projeto seja votado.

Portanto, gostaria de fazer um apelo para que estejam aqui em plenário os líderes do Governo. Hoje, por exemplo, numa quarta-feira, às 17 horas e 48 minutos, vejo poucos líderes do Governo que possam conduzir a negociação.

A Senadora Heloísa Helena está inclusive lembrando uma questão: quinze dias atrás, o Presidente Lula, no tal “Café com o Presidente”, que é uma espécie de programa de rádio que ele faz para o Brasil inteiro, falou mal do Congresso porque não aprova o Fundeb. Ora, não é por culpa do Congresso que o Fundeb não é aprovado, é por culpa do Presidente Lula, que, com o excesso de medidas provisórias, fecha as pautas, tanto a pauta da Câmara como a pauta do Senado, e nos deixa impedidos de votar aquilo que realmente o Brasil precisa aprovar; não só o Fundeb, mas as autoridades. Ontem mesmo, tivemos que abrir uma exceção para votar alguns diretores de agências. Elas têm que ter cinco diretores e só podem funcionar com

o mínimo de três, mas só têm dois. E assim estão vários projetos nesta Casa, que não são votados porque a pauta está fechada.

O que verificamos é que não há um esforço do Governo, Presidente Renan Calheiros. Há esforço de V. Ex^a, há esforço dos líderes da oposição, mas não vemos esforço do Governo para votar esses projetos, inclusive o do Fundeb. Quero, então, responsabilizar o Governo pela não votação do projeto do Fundeb.

Quando fizerem editoriais nos jornais, quando fizerem publicar notícias, é bom que vejam o que está ocorrendo. Na verdade, o Fundeb não está sendo votado porque a pauta está fechada devido a quatro ou cinco medidas provisórias para as quais não há acordo para a votação.

O meu apelo é para que se faça um esforço – nós, da oposição, estamos dispostos – para abrir a pauta e votar o Fundeb.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL, por cessão do Senador Tião Viana.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, eu queria saber se estou inscrito como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está inscrito com Líder.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Serei o orador seguinte ou há alguém na minha frente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há outros inscritos, mas V. Ex^a tem prioridade sobre os demais.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, queira confirmar minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a já está inscrito, Senador Sérgio Zambiasi.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, registro, com muita alegria, que hoje o meu partido, o PFL, realizou a sua convenção nacional nas dependências do Congresso, no auditório Petrônio Portella, para homologar a aliança com o PSDB e fazer a indicação do Senador José Jorge como candidato a Vice-Presidente.

O ato foi, acima de tudo, um ato de coerência e de coragem. Coerência, porque é a união natural do PFL e do PSDB, que há três anos fazem, dentro de uma linha uniforme, no Senado e na Câmara, oposição a um Governo com o qual nós não concordamos.

O PFL e o PSDB têm no Senado uma relação fraterna, uma linha uniforme de procedimento, uma atitude de combatividade permanente. Eu, de minha parte, procuro atuar com respeito ao Governo, mas com firmeza, com altivez e com determinação, o que entendo ser também a postura do PSDB.

Essa aliança significa também, Sr. Presidente, uma atitude de desprendimento, porque, na verdade, como vige a verticalização, partido que se alia formalmente a outro fica impedido de fazer, nos Estados, aliança com outros partidos que tenham candidato à Presidência da República.

Nós, por exemplo, estamos impedidos de fazer aliança com um partido com quem temos afinidades no meu Estado. O mesmo ocorre em muitos Estados, como no Amazonas de Arthur Virgílio e de Jefferson Péres, onde uma aliança natural estava esboçada, mas fica impedida pelo fato de o PFL se aliar ao PSDB, dando ao candidato Geraldo Alckmin, que é o meu candidato à Presidência, tempo de rádio e televisão e fazendo com que o PFL que se alia à candidatura de Geraldo Alckmin, oferecendo o nome de José Jorge a Vice-Presidente, imponha-se restrições, voluntariamente se imponha restrições.

Mas o fazemos, Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Senadores, por entender que é preciso reagir. Não temos o direito de não nos somarmos, na medida em que nos vemos diante de uma realidade que tem de ser mudada. Um segundo governo de Lula seria um governo de absoluta conivência com a anarquia e com a improbidade.

Não quero me perder em muitas apreciações, mas quero me deter um pouco na questão da convivência, por exemplo, com a anarquia. Há uma coisa, Sr. Presidente, que me preocupa: a conivência e a leniência do Governo com movimentos que não seguem a lei e que acham que têm a cobertura da Presidência da República para cometer ilegalidades, comprometendo a imagem do País inclusive no exterior.

Quero me referir, por exemplo, às atitudes recentes do MST no Rio Grande do Sul, onde invadiu laboratórios de experiências de uma empresa – creio que a Suzano, indústria de papel e celulose. Essas experiências iriam redundar em ganho produtividade, iriam produzir frutos para o Brasil, eram experiências que vinham sendo feitas há vinte anos, mas foram depredadas e destruídas pelo MST. O mesmo MST que troca boné com o Presidente Lula, o mesmo MST que recebe uma admoestação num primeiro momento, mas que, depois, tudo pára, porque punição exemplar para aqueles que comprometem a imagem do Brasil, por parte deste Governo, não há.

Este Governo convive com a anarquia, a mesma anarquia que testemunhei na lamentável invasão do Congresso pelo MLST, o mesmo MLST do Sr. Bruno Maranhão, que troca boné com o Presidente Lula, assim como o fazem os dirigentes do MST para mostrarem ao País que são amigos e que em suas ações, assim como acontece com MLST, contam com a cônivência do Governo.

O que é que ficou desse episódio da invasão da sede do Congresso Nacional pelo MLST? Ficou a constatação de que as pessoas aqui vieram, muitos inocentes úteis, pagos com recursos da União, para praticar a depredação do patrimônio público. Durma-se com um barulho desse, Senadora Heloísa Helena: o dinheiro público financiando a depredação do patrimônio público, e o Presidente da República leniente e conivente com tudo, sem aplicar uma única punição exemplar, Senador Ney Suassuna.

O pior dos mundos é você conviver com a impunidade, e a impunidade acontece na medida em que você não aplica punição exemplar. Tinha de ter havido a punição exemplar em qualquer desses casos para que não se confirmasse o sentimento da sociedade de que a anarquia está em curso, de que existe uma onda de anarquia, de que a anarquia não está sendo coibida, a anarquia que compromete o próprio direito à propriedade privada, que é o pior de tudo.

Quantos investimentos o Brasil está perdendo pelo fato de o direito à propriedade privada estar sendo hoje objeto de questionamento por parte dos movimentos organizados, movimentos que não são disciplinados? Legítimos os são? Até podem ser, mas, para serem legitimados, tinham de ser obedientes à lei e serem submetidos, por ação do Governo, ao balizamento estabelecido pela lei. O Governo, porém, não faz isso, Senador Ney Suassuna, e fortalece o sentimento anárquico.

Eu faria e farei todo o esforço que eu puder para que este Governo se encerre no dia 31 de dezembro de 2006, para que o Brasil volte ao Estado de Direito, para que o Estado anárquico proporcionado pelo MST, por algumas ONGs, pelo MLST e pela agressão ao direito de propriedade cessem, para que o Brasil volte a ser respeitado no contexto internacional das nações como um país que respeita a propriedade privada e como um país que respeita a lei.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Em primeiro lugar, quero concordar com o que V. Ex^a está dizendo: é um absurdo que isso esteja acontecendo. Vimos,

inclusive, que o Sr. Bruno Maranhão era assalariado do PT, e com um belo salário: R\$ 6.700,00 num país cujo salário mínimo é de R\$ 350,00. V. Ex^a tem absoluta razão: quando não se cumpre a lei uma vez, não se cumpre duas, não se cumpre três, cada vez fica mais fácil não cumprir a quarta vez. Em relação à nossa convenção, V. Ex^a ressalta um aspecto importante, que é o fato de termos conseguido fazer uma coligação, já que as regras da verticalização praticamente impedem as coligações. A maioria dos partidos optou por não ter um candidato nacional, optou por não se coligar, o que mostra que essa verticalização é um erro. Aliás, dizíamos isso desde o início, quando ela foi decretada pelo Superior Tribunal Eleitoral, porque ela impedia que houvesse uma política nacional. O que se queria, que era organizar a política local, não aconteceu. Ocorreu o inverso, aconteceu o que prevíamos: foi desorganizada a política nacional, muitas candidaturas importantes não puderam ser lançadas e, ao mesmo tempo, foi restrinida a possibilidade de aliança nos Estados para aqueles que não lançam candidato nacional. Isto é, se não participo na política nacional, tenho privilégios em relação a quem participa. Então, acho que foi um grande esforço do PSDB e do PFL para, nessas circunstâncias, conseguirem fazer essa coligação que nos traz alguns problemas estaduais, mas que vamos, sem dúvida, conseguir superar para que possamos não só ganhar a eleição nacional e acabar com esse Governo do Presidente Lula, mas também ganhar muitas eleições estaduais e eleger bancadas tanto na Câmara quanto no Senado. Acho que V. Ex^a tem absoluta razão, pois foi um dos que lutaram para que essa coligação ocorresse, mas, sem dúvida, foi um esforço e um trabalho de muita competência do PFL e do PSDB.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que é o nosso candidato a Vice-Presidente e sublinho o que eu disse e V. Ex^a coonesta, corrobora: que a união de dois partidos do tamanho do PFL e do PSDB incorre em alguns prejuízos em matéria de mobilidade, que é permitida aos outros partidos que não se coligaram. Nós nos privamos dessa mobilidade. Em nome de quê? Da solidariedade entre partidos que têm a responsabilidade de fazer oposição, que não concordam com esse Governo, que não concordam com o estado de anarquia, com a onda de anarquia que se encontra em curso e que tem que ser detida.

Em nome disso tudo é que nos privamos e fizemos uma coligação. Coligação que está feita – e aqui quero me referir ao que o Senador José Jorge fala sobre a presença do Sr. Bruno Maranhão, que não sei onde anda, se está preso ou não. Se está preso, deve estar muito bem tratado. O que mais me preocupa Senador

Juvêncio da Fonseca – e já lhe concedo um aparte – é que não ouvi falar hora nenhuma, em nenhuma punição exemplar nem aos invasores da propriedade do Rio Grande do Sul, nem aos invasores de terras produtivas, aos transgressores da lei que invadiram o Congresso com atos de vandalismo. E é preciso isso para que se dê uma satisfação ao País de que há lei, há ordem e há a defesa da ordem. Assim, identificando-se a agressão à lei e a prática da ilegalidade, que se aplique punição exemplar para desestimular outros transgressores de se atreverem a fazer aquilo que não interessa ao poder constituído e às instituições. Eu não vi um único gesto de punição exemplar que sinalizasse para a sociedade de que esse Governo tem comando. Não! O Governo não tem comando; o Governo é leniente, é conivente com aqueles que ele julga seus apoiadores, seus eleitores e, em nome de votos, tudo pode. Não é assim. Governo que tem como titular uma estadista tem que colocar acima de qualquer coisa o interesse coletivo, o interesse público, a manutenção da lei e da ordem para que existam investimentos privados dentro do país, e de fora para dentro do país. O direito a propriedade privada é hoje uma grande interrogação no nosso País, produto de um Governo que convive com a anarquia.

Ouço com muito prazer o Senador Juvêncio da Fonseca.

O Sr. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Senador José Agripino, como é bom ouvir V. Ex^a, com a experiência que tem, com a autoridade de toda essa história de sua vida política e que traz para nós essas colocações que são as grandes preocupações, hoje, da nossa cidadania. Mato Grosso do Sul está lá, já com o PFL e o PSDB juntamente com o PMDB, para uma grande empreitada de derrotar o PT no Estado de Mato Grosso Sul. E vamos derrotá-lo! Interessante é que, na segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, que é Dourados, pesquisa desta semana, revelada nesta semana, o nosso candidato Geraldo Alckmin já bate o Lula – na segunda maior cidade. E haveremos de fazer com que todas as cidades e o Estado de Mato Grosso do Sul, com essa coligação ampla, tenhamos condições de dar um recado para o Brasil todo: o de que nós precisamos mudar. Mudar imediatamente! Porque os desmandos que estão aí não recomendam a boa República. De forma nenhuma. Há uma preocupação nacional muito grande e muito forte, mas o assistencialismo que está acontecendo neste País... A questão do alimento mais barato, em razão da dificuldade cambial que estamos tendo e que prejudica toda produção nacional, ainda faz com que o Presidente Lula tenha as suas vantagens eleitorais, mas em prejuízo do Brasil! Mas haveremos de chegar lá. E um exemplo

muito bonito, muito bom e muito forte que aconteceu na semana passada foi o programa do PFL. Como foi bem concatenado e bem colocado e que fez com que todos aqueles que ouviram e viram o programa do PFL ficassem satisfeitos e renovassem as suas esperanças, porque ali foram colocadas grandes verdades que haverão de ser colocadas na campanha eleitoral para a nossa vitória. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca. Já vou comentar, com algumas observações e com alguns números, por que já está acontecendo a vitória da Oposição de Geraldo Alckmin no seu Estado de Mato Grosso do Sul.

Senador Juvêncio da Fonseca, outra razão que está me levando, no limite das minhas forças, a lutar pela vitória da Oposição, daqueles que não concordam em ser coniventes com a anarquia, é a conivência com a improbidade. É a conivência, repito, com a improbidade.

Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Ney Suassuna, assisti a um programa de televisão, domingo, chamado Canal Livre. Foi na TV Bandeirantes. Vi a entrevista concedida pelo Presidente do PT, do Partido dos Trabalhadores. Fiquei estatelado com a resposta que ele deu às insistentes perguntas dos entrevistadores sobre a atitude do PT em relação aos liberados do mensalão, aos mensaleiros do PT que ganharam absolvição na Câmara. Eles tiveram mais votos pela cassação do que pela absolvição, mas os votos pela cassação não atingiram o **quorum** de 257. Não foram absolvidos pela Câmara, mas condenados. Houve mais votos pela condenação do que pela absolvição. O **quorum** apenas não foi atingido por manobras petistas. Foi perguntado ao Dr. Berzoini sobre os mensaleiros. Qual seria a atitude, então? O PT, que é um colecionador de mensaleiros, um grande colecionador de mensaleiros – vai da dançarina Ângela ao ex-Presidente da Câmara – vai dar legenda para que sejam candidatos? Ele disse: “Não. Quem vai julgá-los é o povo”. Muito fácil! Então, o PT já os julgou. A Câmara os condenou, apenas não houve **quorum**, mas o PT já os julgou. É claro. O PT já os recebeu, todos, no Palácio do Planalto; Lula já os recebeu, todos, no seu gabinete, já aplicou a benção da absolvição a eles todos, vão ser todos candidatos. E o PT tem a ousadia de dizer: o julgamento é do povo. É verdade. Espero que o povo tenha a compreensão e os julgue e os condene. É o que espero para que o exemplo de impunidade o povo não dê, e estou consciente de que o povo não erra.

Mas a atitude do Berzoini de dizer que quem vai julgar é povo dá demonstração clara ao País de que o PT já os julgou e já os absolveu. Os mensaleiros denunciados pelo Ministério Público, eles estão todos

denunciados pelo Ministério Público, vão ser indiciados, processados e, se forem culpados, vão ser postos na cadeia. Mas estão absolvidos pelo PT. O PT já os absolveu e vai dar a eles, já deu a eles legenda para que sejam candidatos; e o povo que decida. Eles que cheguem com toneladas de dinheiro, cuja origem só Delúbio sabe, para tentar comprar uma eleição. É esse o exemplo que dá o Partido dos Trabalhadores.

Agora, em que o Partido é mestre, Senador Juvêncio da Fonseca, e por isto é que, no seu Estado, Alckmin está ganhando e vai ganhar em muitos Estados, é por uma razão muito simples: o PT e o Governo do PT são mestres em *marketing*, em exibição de números enganosos.

Vamos aqui ao caso da agricultura. Em 2000, foram gastos em reforma agrária R\$1,9 bilhão; em 2005, R\$3,6 bilhões, ou seja, um belíssimo incremento. Na compra e armazenagem de grãos, atitude clara de um governo que cuida da produção, em 2000, gastaram-se R\$1,4 bilhão; em 2005, caiu para R\$1 bilhão. Gastou menos do que cinco anos antes, ou seja, gastou-se muito dinheiro com a reforma agrária, mas, com a compra de grãos e armazenamento, gastaram-se 40% menos. Na vigilância sanitária, aquela da febre aftosa, que dizimou grande parte de rebanhos do Mato Grosso, em 2000, gastaram-se R\$160 milhões; decorridos cinco anos, gastaram-se R\$107 milhões, ou seja, quase R\$60 milhões a menos, num desprezo claro à atividade rural organizada.

Ah, não, mas, na reforma agrária, gastou muito mais: foi de R\$1,9 para R\$3,6 bilhões. Para quê? Senador Ney Suassuna, para produzir a vergonha nacional de 230 mil famílias acampadas. Elas não são assentadas, mas acampadas para protestar contra o Governo porque foram objeto de deslocamento de algum lugar para barracas de lona, em pedaços de terras, sem produzir um grão de coisa alguma, nem um pé de couve. Mas produziram algo que interessa ao Governo: estatística, o número da reforma agrária! Para o Brasil, vai muito bem, obrigado. Muito bem, como? Com 230 mil famílias acampadas, entregues à própria sorte?

Isso é responsabilidade com família de agricultor? Acho isso uma vergonha, Senador Marcos Guerra! Acho isso um desastre! É a manipulação da sociedade, é o aumento do gasto de forma incompetente. Produz 230 mil famílias de acampados, para quê? Para gerar um número, uma estatística para tentar impressionar o eleitor, para tentar ganhar uma eleição.

Esse é um Governo, definitivamente – já encerro, Sr. Presidente –, que se orgulha do número de pobres. Eu, se fosse Presidente, orgulhar-me-ia do número de pessoas que meu Governo teria possibilitado deixarem a pobreza. Mas esse Governo, não. Esse Governo

gosta de cadastrar que existem R\$3,6 bilhões aplicados em reforma agrária para produzir 230 mil famílias acampadas. Acampadas, morando miseravelmente, mas tem o número. Está lá a estatística, que ele usa e abusa, sem se lembrar do sofrimento de quem mora em barraca de lona e não consegue dormir à noite com o vento balançando no teto e nas paredes da barraca. Para ele, o que interessa é o número: 3,6 bilhões em reforma agrária, sem produzir absolutamente nada, só atraso e dependência. Para eles, o que interessa é a estatística. Para eles, interessa é a porta de entrada. Programa social desse Governo é porta de entrada da pobreza. Porta de saída, pouco importa.

Pois eu quero votar em Alckmin para que uma porta de saída, uma esperança surja, para que programa social exista, dando aos pobres a oportunidade de entrarem no programa e saírem menos pobres, para que o Governo possa ir às ruas e merecer de verdade o aplauso do povo do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Renan Calheiros, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao eminente Líder do PMDB, Senador pela Paraíba e pelo Rio de Janeiro, Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Pelo Rio de Janeiro, não, Sr. Presidente; pela Paraíba.

Precisamos urgentemente, Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, buscar o entendimento para retomar o processo deliberativo neste plenário. Hoje conseguimos votar uma medida provisória, mas ainda temos cinco atravancando a pauta.

Na última semana, diversos Senadores manifestaram-se sobre o assunto; o próprio Presidente Renan Calheiros fez um apelo para que as votações sejam reiniciadas imediatamente.

Não podemos deixar de reconhecer que, a partir de agora, dispomos de pouco tempo para apreciar as proposições que estão na fila de votação, todas elas de extrema importância para o futuro do País.

Um dos maiores exemplos é a Proposta de Emenda Constitucional nº 9, de 2006, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb. Essa proposição não é pedida só por mim. Há poucos minutos, o Senador José Jorge pedia, assim como o Senador Renan Calheiros e a Senadora Ideli Salvatti

também já pediram. São inúmeros os Senadores que têm pedido, mas não conseguimos fazer número suficiente, Senadora Ideli, para votar o Fundeb.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Aliás, Senador Ney Suassuna, não há problema na votação do Fundeb. O problema é conseguirmos fazer com que os partidos aqui dentro cheguem a um acordo para votarmos as medidas provisórias. Está muito difícil. Todos sabemos da dificuldade que as medidas provisórias trazem, de vez que já chegam ao Senado, normalmente – e são raras as que não o fazem –, trancando a pauta, porque a Câmara dos Deputados acaba utilizando todo o tempo reservado à discussão e votação. Fizemos várias tratativas para mudarmos a forma de tramitação das medidas provisórias, para aliviarmos o sufoco a que ficamos submetidos. Mas é necessário o entendimento. Não estamos votando, em média, nem uma MP por semana. É preciso um esforço coletivo maior para fazermos o acordo, votarmos as medidas provisórias e, assim, deliberarmos sobre matérias como o Fundeb. Tenho convicção de que não temos problemas maiores em relação ao Fundeb.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – De fato, não temos.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não temos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O problema é exatamente o acordo. É para o que estou conclamando.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Exatamente. Precisa haver o acordo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É necessário esse acordo, para que se possa votar.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Aliás, ontem foi muito bonita a vigília dos professores e estudantes em frente ao Congresso. Foi um apelo bastante enfático para que façamos o acordo e votemos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, não devemos achar que é cansativo e repetitivo dizer que o futuro do Brasil está na educação e que precisamos urgentemente fazer uma verdadeira revolução educacional.

Países como Coréia do Sul, Singapura, Taiwan, Malásia e outros, bem como a própria China, repetiram isso centenas de milhares de vezes e fizeram as suas revoluções educacionais.

Hoje, após três décadas de investimentos consideráveis em formação educacional, essas sociedades se tornaram altamente competitivas no mercado internacional e conseguiram realmente ultrapassar a barreira do subdesenvolvimento. Inegavelmente, está mais do que provado que a educação é determinan-

te para a transformação social e para a conquista do desenvolvimento.

Lamentavelmente, como mostram as estatísticas e os diagnósticos mais recentes sobre a situação educacional do Brasil, ainda não conseguimos fazer muito bem o nosso dever de casa em matéria de educação.

Para termos uma idéia, basta observarmos os dados do relatório *Situação Mundial da Infância 2003*, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Pois bem, naquele ano, cerca de oito milhões de adolescentes brasileiros, ou seja, 38% do total de 21 milhões de jovens de 12 a 17 anos, tinham seu futuro comprometido por razões ligadas à precariedade educacional e à pobreza.

O Brasil também apresentava, naquele ano, mais de um milhão de adolescentes analfabetos, 3,3 milhões que haviam abandonado a escola e apenas 11,2% que conseguiram concluir o ensino fundamental.

Como podemos concluir, diante desse contexto nada animador, cada vez mais temos o dever de investir na educação básica dos nossos jovens.

Assim, a exemplo dos países asiáticos que acabamos de citar e de outros na América Latina, notadamente Argentina, Chile, Cuba, Uruguai e Costa Rica, precisamos oferecer às nossas crianças e aos nossos jovens condições de visualizarem um futuro com olhos de esperança.

Nossa juventude é a base do futuro do País; todavia, não recebe a devida atenção e está exposta ao péssimo caminho que leva direto à morte prematura, ao mundo da violência, do crime e das drogas.

É justamente nessa etapa da vida que devem ser disseminadas as idéias produtivas, os valores e as experiências positivas que a criança e o jovem absorvem e utilizarão, quando adultos, para o bem social e em prol do desenvolvimento do País.

Sem dúvida alguma, essas idéias geram altruísmo, confiança e contribuem decisivamente para mobilizar a juventude para o lado bom da vida.

O jovem unifica pensamentos e ideologias e tem a capacidade de difundir conceitos positivos de cidadania. Mas, para isso, ele precisa de educação, que é fundamental para fortalecer a convivência social e firmar o caráter das pessoas.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Brasil tem uma escolha urgente a fazer e não pode mais esperar. Precisamos realizar as reformas essenciais ao crescimento e ao desenvolvimento sustentado. Se adiarmos essa providência por mais tempo, continuaremos a perder a competitividade, enquanto os nossos concorrentes internacionais avançam e conquistam posições importantes à nossa frente. Não podemos

nos esquecer de que os nossos problemas econômicos, políticos, sociais e ambientais estão interligados e exigem soluções coordenadas.

A educação, por exemplo, que deve ser de qualidade e para todos, é um dos maiores desafios que temos pela frente, porque ela é fator determinante para a redução das desigualdades sociais, para o desenvolvimento econômico e para o fortalecimento da democracia que estamos construindo.

Dessa maneira, a aprovação da PEC nº 9, de 2006, significará um grande passo em direção à construção de um novo Brasil e do lugar que já deveríamos estar ocupando no Primeiro Mundo.

Portanto, Sr. Presidente, conclamo todos os companheiros para que encontremos esse caminho e possamos, dessa forma, na próxima semana, nos poucos dias que nos restam, votar essa PEC, que promove a criação de uma nova fórmula para a educação: o Fundeb.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Magno Malta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, como eu não consegui usar da palavra hoje, se me permitir V. Ex^a, eu queria apenas deixar registrado que Imbituba, uma importante cidade turística de Santa Catarina – lá é onde existe aquele fantástico projeto da baleia franca -, completa 48 anos de emancipação político-administrativa hoje. O jovem Prefeito Beto Martins faz uma homenagem a inúmeras personalidades do meu Estado.

Hoje, também, participamos – assim como V. Ex^a – do VIII Cbratur, onde V. Ex^a, como pré-candidata à Presidência da República, fez sua exposição. Nós, como membro e coordenador do turismo na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, também falamos sobre a importância da regionalização do turismo e do investimento em Municípios com potencial turístico.

Então, eu queria apenas deixar registrado o evento de hoje da Cbratur, com a participação da CNC, e o aniversário da querida cidade de Imbituba, que tem como Prefeito Beto Martins.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Parabéns a V. Ex^a, a Imbituba e a todos os que promovem o setor de turismo no Brasil, que, sem dúvida, é um grande mecanismo de dinamização econômica e de geração de emprego e renda.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa, pelo tempo que V. Ex^a entender necessário.

Em seguida, falará o Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB. Depois, será a vez do Senador Magno Malta, não tão cedo, mas, daqui a pouco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a desfaçatez desse Governo e a irresponsabilidade com que trata não apenas os recursos públicos, mas a própria população, parecem não ter limites.

A busca da reeleição realmente virou um valedouro. E a minha observação serve tanto para o Presidente Lula como para o Governador Wellington Dias.

O exemplo claro dessa postura – e é ao que gostaria de me reportar aqui, hoje – é o caso do anúncio sobre a construção da ferrovia Nova Transnordestina. Chegou-se ao requinte de levar para o interior do Ceará alguns vagões do metrô de Fortaleza para servir ao Presidente Lula, já que lá não havia ainda nada que pudesse aparecer na propaganda oficial. Ou seja, Senadora Heloísa Helena, pegaram os trens do metrô de Fortaleza e os transportaram a 600 quilômetros da capital cearense para que eles dessem um passeio de 6 quilômetros com o Presidente Lula e seus convidados – vagões com ar condicionado e intercomunicadores para que todos ouvissem a voz de Sua Excelência –, sem nenhum objetivo claro a não ser o dispêndio causado ao patrimônio público, uma vez que o trem, patrimônio do metrô de Fortaleza, ficou colocado à disposição de um investimento particular.

Já o Governador do meu Estado foi muito mais além. Um mente, o outro repercute e amplia. Em entrevista, afirmou: “Eu Já acertei com o Presidente Lula e ele já colocou uma cláusula no contrato, no acordo que foi firmado. Tão logo essa primeira etapa venha até Eliseu Martins, vamos fazer uma etapa seguinte em direção à Norte-Sul.” Falou isso como se tudo fosse um negócio caseiro, sem nenhuma formalidade, fosse uma ação entre amigos e não uma obra que envolve patrimônio público. Mas ele não parou aí. Disse que a licença ambiental para o trecho piauiense deve estar concluída até agosto próximo, garantindo o início dos serviços ainda este ano.

Cinismo é o único termo que posso usar.

Pois esta semana a Comissão de Infra-Estrutura aprovou a indicação de mais um nome para a direto-

ria do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT. Como a área do Sr. Luiz Fernando de Pádua Fonseca era justamente a do transporte ferroviário, o debate foi centrado exatamente nisso, nessa área.

Na sabatina, vários Senadores indagaram sobre a Transnordestina, e eu mesmo, que defendo essa obra como fundamental para o desenvolvimento da região, quis saber se a boa notícia dada pelo Governador era verdadeira. O Dr. Luiz Fernando deu-me informações técnicas sobre o projeto e sobre as atribuições do DNIT no projeto. Insisti um pouco mais e perguntei se havia previsão para o início das obras e ele me disse que não.

E olha que o Governador havia descido a detalhes, dizendo que pedira ao Presidente que começasse a ferrovia pela região de Marcolândia e “por vários pontos” – mais uma vez, como se pudesse mandar num projeto a seu bel-prazer.

Eu gostaria, neste momento, Sr. Presidente, de repor a verdade e pedir ao Governador Wellington Dias um pouco mais de cuidado, um pouco mais de responsabilidade com as afirmações que faz ao povo do Piauí. Que não continue a prometer o que não pode cumprir, como fez ao longo dos últimos anos; que pare de apenas jogar para a platéia em busca de factóides como fez com o gasoduto, como fez com a exploração das minas da Vale do Rio Doce e por aí afora.

Esta nova ferrovia, de acordo com os estudos técnicos, inclui a construção do trecho Missão Velha–Salgueiro, de 100 quilômetros, aquele que o Presidente foi “inaugurar” – faço questão que a Taquigrafia registre a palavra inaugurar entre aspas. Depois, mais 133 quilômetros de Salgueiro a Parnamirim e outros 113 quilômetros daí a Trindade (Araripina). Por fim, são 300 quilômetros de Trindade a Elizeu Martins.

Abrange ainda a reconstrução do trecho Suape–Salgueiro e a readequação do trecho Pecém–Missão Velha. Em ambos os casos, trata-se dos portos em Pernambuco e no Ceará. Posteriormente, ai, sim, teríamos a interligação com a Ferrovia Norte-Sul e com a hidrovia do rio São Francisco.

Ao DNIT, segundo nos esclareceu o Dr. Luiz Fernando, cabe a aprovação dos projetos de engenharia, a desapropriação das áreas necessárias para a implantação do empreendimento e a fiscalização da execução das obras. Outras questões ficarão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O trecho de Salgueiro, em Pernambuco, a Missão Velha, no Ceará, já foi contratado e teve os estudos ambientais realizados. Outro segmento, de Salgueiro a Trindade, está em estágio avançado, por meio de convênio entre o DNIT e o governo de Pernambuco.

Os projetos de engenharia dos demais segmentos serão de responsabilidade da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN –, que também deverá adotar as providências necessárias para atender às condicionantes ambientais.

Infelizmente, a licença ambiental para o trecho no meu Estado ainda está pendente. Vê-se, portanto, que o governador não está sendo correto ao anunciar coisas que ainda não existem. Mostra ainda a ineficiência do seu governo, pois este projeto está em discussão há anos e nenhuma medida foi tomada para adiantar sua implementação.

Por fim, é bom que se diga que os recursos para a construção da Transnordestina, da ordem de R\$4,5 bilhões, são em grande parte públicos. Para a realização de todo o empreendimento, a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) investirá R\$4,5 bilhões, dos quais R\$1,05 bilhão de recursos próprios da empresa, R\$400 milhões oriundos de empréstimo concedido pelo BNDES, R\$823 milhões do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e R\$2,227 bilhões de financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, temos um longo caminho pela frente. O governador do Piauí não agiu apenas com açodamento. O que ele está tentando fazer é enganar o povo. Desde o início do meu mandato, e sobretudo depois que assumi a Presidência da Comissão de Infra-Estrutura, tenho-me empenhado em transformar a Transnordestina em realidade.

Pelo projeto, na companhia, inclusive dos Senadores Tasso Jereissati e Sérgio Guerra, fui ao Ministro do Planejamento pedir prioridade para a sua execução.

Fiz pronunciamentos, recebi investidores estrangeiros interessados na ferrovia, fiz apelos ao Governo.

Nunca vi um gesto do governador no mesmo sentido. Agora, às vésperas da eleição, sabendo que não há tempo sequer para tudo o que vem anunciando, o governador vem com uma empulhação que não posso aceitar. Sempre me coloquei à disposição para, acima das divergências partidárias, unir esforços em torno de projetos que representassem um salto no desenvolvimento do meu Estado. O gasoduto da integração e a rodovia Transnordestina eram alguns deles. Mas, lamentavelmente, por enquanto, ficarão no papel. Por incompetência. E o Piauí não merecia isso.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu gostaria de lembrar também a enganação feita ao povo do Piauí com relação à construção de quatro hidrelétricas sobre o rio Parnaíba, anunciadas para investimento de alguns milhares de dólares, cujo início das obras seriam em 2004. Estamos em 2006, e não se ouve mais falar nisso.

O mesmo ocorreu com o investimento da Vale do Rio Doce, quando uma grande campanha publicitária, com *outdoor* e propagandas em televisão, anunciou que, em 2005, cerca de 20 mil empregos seriam oferecidos aos piauienses por meio desse megainvestimento da Vale do Rio Doce. Até hoje, tudo balela!

De mentira em mentira, o governador do meu Estado, seguindo seu chefe maior, procura enganar um povo sofrido, um povo que gosta de crer e de ter fé nas pessoas.

Mas não podemos, Sr^a Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, fazer silêncio diante dessa mentira gritante e dessa empulhação eminentemente com fim eleitoreiro, com o objetivo de, mais uma vez, enganar o povo piauiense.

Agradeço-lhe, portanto, Senadora Heloísa Helena, a tolerância de V. Ex^a em permitir que eu extrapolasse o meu tempo. Julguei necessário esse esclarecimento ao povo do Piauí, que vem sendo, ao longo de quatro anos, enganado de maneira impiedosa pelo governo que ali se instalou.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senador Heloísa Helena; Sr^{as}s e Srs. Senadores, compromissos de última hora não me permitiram estar presente à sessão matinal em memória ao nosso grande Líder gaúcho Leonel Brizola. Mas, graças a sua generosidade, Senadora Heloísa Helena, e a dos demais Colegas, tenho agora a oportunidade de deixar aqui, desta tribuna, uma mensagem de admiração e reverência a este grande vulto da história brasileira.

Eu não poderia deixar de somar-me aos pronunciamentos; entre tantos outros, ao do Senador Cristovam Buarque, proponente da sessão, que destacou o compromisso de Brizola com o aprofundamento da democracia, o fim da corrupção e o combate à criminalidade e às desigualdades sociais, ancorado, com certeza, em uma proposta para a educação universal e de qualidade; à emoção do meu querido conterrâneo Senador Paulo Paim, ao fazer votos pela permanência dos ideais de Brizola, norteador e luz em sua vida; à humildade e ao desabafo do nosso grande mestre Senador Pedro Simon, ao reconhecer divergências e, ao mesmo tempo, sua admiração pela figura de Brizola, destacando a luta pela justiça social como outra grande marca de Brizola, além da firmeza nas posições assumidas. Ou, ainda, como disse V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena: “Brizola sempre honrou a

sua história de vida na defesa das causas populares e jamais se vendeu".

Nascido em Cruzinha, interior de Carazinho, filho de família pobre e órfão de pai muito cedo, o menino Itagiba, seu nome de batismo, tinha tudo para engrossar as estatísticas da marginalização e da exclusão social. Porém, persistente e determinado, Leonel Brizola encontrou no Pastor metodista Isidoro Pereira o apoio necessário para atravessar a difícil fase de infância de menino pobre.

Driblando seu destino, Leonel Brizola sai da sua Carazinho aos 14 anos de idade para estudar. Tudo o que tinha era uma carta de apresentação do prefeito de Carazinho a uma escola, que não o aceitou, por não ser aquele o período do ingresso. Vinha, como se diz, com a cara e a coragem. Muita coragem, diga-se de passagem, pois o obstinado menino preferiu enfrentar a Capital gaúcha a voltar derrotado para o interior.

Engraxou sapatos, foi trocador de balança e ascensorista da Galeria Chaves, no Centro de Porto Alegre. Mas realizou seus estudos, chegando até a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde fez o curso de Engenharia.

Essa obstinação por estudar talvez tenha marcado definitivamente a trajetória e o homem público que foi Leonel Brizola, Senador Magno Malta. Se ele inscreveu seu nome para sempre na história dos governantes brasileiros que muito fizeram pela educação, seguramente muito se deve à sua história pessoal, às suas experiências pessoais e à acertada percepção de que sem o ensino não há futuro.

Eu mesmo, menino de origem tão humilde quanto a de Brizola, sou um dos milhares de exemplos de quem encontrou uma chance de estudar em uma das 6.300 pequenas escolas que ele espalhou pelo interior do Rio Grande do Sul, num ousado plano educacional feito ao seu tempo de Governador do meu Estado. As chamadas "brizoletas", ou escolas rurais, que até bem pouco tempo ainda faziam parte da paisagem de quem se deslocasse pelo interior gaúcho, bem como os CIEPs, no Rio de Janeiro, até hoje são exemplo de seu esforço e de sua prioridade em favor da educação.

Vem dos tempos de estudante universitário a admiração de Brizola pelo Presidente Getúlio Vargas, o que o levou a fazer sua opção pelo PTB. Líder da então chamada Ala Moça do partido, Brizola inicia em 1946 uma exitosa carreira política com sua eleição à Constituinte Estadual, com apenas 25 anos de idade.

Foi o início de uma longa carreira política, que o levou à Prefeitura de Porto Alegre, à Câmara dos Deputados, ao Governo gaúcho e, por duas vezes, ao Governo do Rio de Janeiro. Além das grandes realizações como executivo, Brizola inscreveu seu nome na

coluna dos verdadeiros estadistas ao liderar, do Rio Grande, o movimento da Legalidade, episódio pelo qual conclamou os brasileiros à resistência ao golpe que então se articulava para a queda do Presidente João Goulart.

O Palácio Piratini transformou-se numa heróica trinchera em defesa da Legalidade. O povo alistou-se como voluntário e mobilizou-se. Dos porões do palácio, Brizola fez corajosos pronunciamentos na famosa cadeia de rádio que requisitara para ganhar consciências para a causa democrática.

Em que pese a força política desse movimento, o golpe sobreveio a 31 de março de 1964, resultando num longo e prolongado exílio de Brizola no Uruguai, na Argentina e, por fim, nos Estados Unidos. Ele só retornaria ao País com a anistia, em 1979, quando, após o conhecido episódio da perda da sigla PTB, funda o PDT, Partido Democrático Trabalhista, no dia 26 de maio de 1980.

No Brasil redemocratizado, Brizola elege-se duas vezes Governador do Rio de Janeiro e concorre à Presidência da República. Internacionalmente respeitado como líder político, sua biografia está repleta de coragem moral e idealismo, de desapegos pessoais e amor à causa pública. Brizola foi ousado, persistente, admirado até mesmo pelos adversários, por sua rara capacidade de combater com lealdade. Homem de retidão inquestionável, provou que é possível fazer política com honradez e amor à coisa pública, o maior legado que deixa às gerações futuras.

Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, poucas oportunidades, mesmo sendo gaúcho, eu tive de conviver com Leonel Brizola, mas jamais escondi minha admiração por sua fibra e coragem.

Para encerrar este pronunciamento, lembrando a figura de Brizola, eu gostaria de citar um verso do Hino da Independência, com o qual, segundo contam seus correligionários, ele gostava de encerrar os inúmeros atos políticos que protagonizava: "Ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil".

Ele lutou pela Pátria livre e morreu pelo nosso Brasil.

Leonel de Moura Brizola estará para sempre na galeria dos vultos históricos que, através dos tempos, têm forjado o caráter da gente gaúcha, ao lado de Bento Gonçalves, Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas, num rico legado de luta em favor do interesse público, da justiça social e do amor à Pátria Brasil.

Antes de concluir, Senadora Heloísa Helena, conto uma rapidíssima passagem dos poucos contatos pessoais que tive o privilégio de ter com Brizola. Em um sábado pela manhã, em visita aos estúdios da Rádio Farroupilha, onde trabalhei durante tantos anos

– eu era o apresentador naquela manhã –, quando ele era candidato a Presidente da República, um ouvinte perguntou-lhe como conseguia sobreviver a tantas turbulências em sua vida política. Ele, com seu jeito carismático e espontâneo, que lhe era característico, respondeu-lhe e a tantos quantos o ouviam, na minha frente, sendo eu testemunha privilegiada: “Amigo, eu sou como planta do deserto, que na estiagem se alimenta de gotas de orvalho”.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Que coisa linda! Agradeço a V. Ex^a a belíssima homenagem a esse guerreiro chamado Leonel Brizola.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC.) – Sr^a Presidente, eu gostaria de utilizar a palavra pela Liderança do PT.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a terá a palavra após o Senador Magno Malta ou o Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

O Senador Magno Malta permuta a palavra com V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do PT.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, estou inscrito e gostaria de saber quais são as chances que tenho de falar.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a falará. Estando eu na Presidência, não tenha dúvida de que V. Ex^a usará a palavra. Estamos intercalando, conforme acordado com todos, uma Liderança e um inscrito. V. Ex^a falará daqui a pouco, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Agradeço ao Senador Magno Malta pela permuta. Falarei rapidamente.

Tivemos a confirmação, no dia de hoje, da agenda do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Estado de Santa Catarina, na próxima sexta-feira. Apesar de ela ter sido reduzida, será extremamente importante,

porque tratará de dois assuntos que têm repercussão significativa para um Estado com as características econômicas e sociais de Santa Catarina.

A primeira atividade do Presidente será relacionada à agricultura familiar, com a entrega de casas. Finalmente, os agricultores terão direito a um financiamento, Senador Leomar Quintanilha, porque havia uma situação insólita, absurda os agricultores brasileiros podiam obter financiamento para avíario, para pocilga, ou seja, para instalações que acolhem animais na sua propriedade, no entanto, para construção, ampliação ou reforma das suas residências, não tinham apoio, financiamento e subsídio do Sistema Financeiro Habitacional brasileiro. Então, essa reivindicação de muitos anos dos agricultores brasileiros acabou sendo atendida pelo Governo Lula e agora está em franco desenvolvimento.

O Sul do Brasil, exatamente por ter uma organização muito dinâmica e já consolidada dos agricultores familiares, acabou saindo na frente. As habitações nas propriedades dos agricultores familiares no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina têm recebido uma grande alavancagem, tanto que, apenas no caso dos convênios relacionados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, mais de 3.600 agricultores estão tendo oportunidade de obter financiamento. Somente em assentamentos da reforma agrária no Município de Abelardo Luz, no Estado de Santa Catarina, 900 residências estão sendo financiadas para os agricultores pelo Sistema Financeiro da Habitação.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai iniciar as suas atividades, na sexta-feira, no Município de Chapecó, em Santa Catarina, com a entrega de uma dessas casas que estão sendo financiadas com os recursos oriundos do Governo Federal. Em seguida, deverá participar da atividade que reunirá alguns milhares de agricultores familiares de todo o Estado e, à tarde, o segundo eixo da visita, que também tem muita repercussão em Santa Catarina, que é a inauguração do Centro Federal de Educação e Tecnologia Federal (Cefet) de Chapecó – o de Joinville deverá ser inaugurado nos próximos dias, depois do mês de junho, pelo Ministro Fernando Haddad. Na solenidade da inauguração do Cefet de Chapecó, provavelmente o Presidente Lula deverá dar a ordem de serviço para o início das obras do Cefet de Araranguá.

Então, as escolas técnicas de Santa Catarina, que neste ano, completam 96 anos – quando o Presidente Lula assumiu, 92 anos havia se passado e apenas foram construídos três Cefets em Santa Catarina: o de Florianópolis, o de São José e o de Jaraguá do Sul –, vão ganhar, neste ano de 2006, a possibilidade de inaugurar dois Cefets até a metade do ano – o de

Chapecó, que será inaugurado pelo Presidente Lula, e o de Joinville, não mais do que depois do mês de julho, pelo Ministro Fernando Haddad – e de iniciar e, tenho a certeza absoluta, também inaugurar o Cefet de Araranguá. O que foi construído em 92 anos será duplicado em quatro anos de Governo Lula.

São duas ações extremamente importantes, simbólicas, para um Estado que tem uma economia descentralizada, de ponta, em vários setores, uma agricultura baseada no pequeno produtor rural, na agricultura familiar. Portanto, as duas solenidades, os dois eventos, dos quais o Presidente Lula participará na sexta-feira em Santa Catarina, têm grande repercussão e significado, por isso estão sendo aguardados com muita expectativa por todos nós catarinenses.

Por isso pedi a palavra para registrar, desta tribuna, as duas políticas públicas adotadas pelo Governo Lula no meu Estado. Tenho a certeza de que em outros Estados da Federação que também têm como base significativa a agricultura e a indústria e, portanto, precisam tanto do ensino profissionalizante fortalecido como também de oportunidades, garantias e de melhoria na condição de vida dos agricultores, também está havendo o desenvolvimento dessas políticas, porque elas vêm sendo adotadas como políticas prioritárias do Governo Federal nesses três anos e meio.

Portanto, Srª Presidente, agradeço a V. Exª e, mais uma vez, ao Senador Magno Malta pela gentileza de haver feito comigo a permuta.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, como orador inscrito, pelo tempo que entender necessário.

Enquanto o Senador Valdir Raupp chega à tribuna, quero, por solicitação do Senador Romeu Tuma, que presidirá, amanhã, a instalação da CPI dos Sangueus ou dos Chupa Cabras, comunicar que a reunião será amanhã, na Ala Nilo Coelho, na Sala 2, às 9 horas.

Portanto, todos os Deputados e Senadores, titulares e suplentes que estejam presentes, o Senador Romeu Tuma solicita que sejam comunicados.

Passo a palavra a V. Exª, Senador Valdir Raupp, pelo tempo que entender necessário para seu pronunciamento. Depois, a palavra será concedida ao Senador Magno Malta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Srª Presidente Heloísa Helena.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi-se o tempo em que os produtores rurais brasileiros podiam

orgulhar-se – para a felicidade da Nação – de serem os grandes responsáveis pelo crescimento econômico do Brasil. De fato, a agropecuária ocupava papel prominente na composição do PIB nacional, chegando a ser responsável por um terço de tudo o que o Brasil produziu no ano de 2004.

Saudoso 2004! Hoje, o agronegócio vive uma crise sem precedentes, enraizada no alto endividamento do setor, na convivência com o câmbio sobrevalorizado e na deficiência crônica da infra-estrutura nacional. No ano passado, o PIB da agropecuária ficou em pouco mais de R\$537 bilhões, contra os quase R\$564 bilhões registrados em 2004. Isso representa uma queda de quase 5%.

Para este ano, as estimativas não são nada otimistas. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, o PIB do agronegócio deve fechar 2006 na casa dos R\$530 bilhões, amargando mais um ano de queda. Recentemente, o IBGE divulgou o PIB do primeiro trimestre deste ano, que registrou crescimento de 3,4% em relação ao mesmo período do ano passado. O destaque foi a indústria, com crescimento de 5%. O setor de serviços cresceu 2,8%. Já a agropecuária registrou recuo de 0,5%.

Ainda segundo o IBGE, a estimativa da produção de grãos no mês de maio recuou 1,65% em relação a abril. A área plantada registrou redução de 3,27%, em comparação com o ano passado, com destaque negativo para as culturas de mamona, algodão, arroz, trigo e cevada.

A crise do setor possui reflexos incontestáveis na produção e na venda de máquinas agrícolas. Segundo a Anfavea, a produção de máquinas registrou, em maio, recuo de 10,8% em relação ao mesmo mês do ano passado. No ano, a queda já chega a 17,2% ante os números de 2005!

O fraco desempenho da agropecuária vem contribuindo ainda mais para a redução do saldo da balança comercial registrada no primeiro quadrimestre deste ano. O superávit comercial do setor cresceu apenas 5,9% em comparação com o primeiro quadrimestre do ano passado. Para se ter uma idéia, entre 2004 e 2005, no mesmo período, ou seja, de janeiro a abril, o crescimento foi de expressivos 16,7%.

Sem sombra de dúvida, a redução do dinamismo do agronegócio contribuirá para a queda projetada de cerca de 10% no superávit comercial brasileiro para este ano.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, consciente da situação calamitosa por que passa a agropecuária brasileira, o Governo Federal lançou, no final de maio, um pacote agrícola composto por medidas que visam a amenizar os problemas dos produtores rurais

brasileiros. As medidas podem ser reunidas em três grandes grupos: o Plano Agrícola e Pecuário, chamado PAP, para a safra 2006/2007; ações emergenciais para completar o processo de renegociação das dívidas; e um conjunto de iniciativas estruturais para dar maior estabilidade ao setor.

Concedo um aparte ao nobre Senador Leomar Quintanilha, do grande Estado do Tocantins, produtor de grãos e também com destaque na pecuária.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Valdir Raupp, tanto V. Ex^a quanto eu representamos dois Estados, como é a grande maioria dos Estados brasileiros, que têm sua economia fortemente centrada no setor primário, ou seja, na agricultura e na pecuária. A grave crise que o setor atravessa, sobre a qual V. Ex^a faz comentários, talvez seja uma crise sem precedentes. Talvez, essa seja a maior crise que, na nossa geração, estamos testemunhando. É uma crise que vai deixar seqüelas e danos irreparáveis, sobretudo aos produtores. O agronegócio vem trazendo, nos últimos anos, um resultado extremamente positivo para o País, tanto na balança comercial como no incremento da sua exportação, mas o produtor não vem participando desse resultado positivo. Há muito tempo, o agricultor vem pagando uma conta extremamente elevada. É impressionante, Senador Valdir Raupp, que a agricultura seja tratada meramente como atividade econômica. É, de fato, uma atividade econômica, mas também é uma atividade estratégica e nobre que se dedica à produção de um elemento essencial à vida, que é o alimento. Não é como outra atividade econômica qualquer, que não deixa suas seqüelas, seus danos em toda a sociedade, num País que experimentou um fenômeno social muito forte, que foi o êxodo rural, que trouxe para as cidades quase 80% da população, deixando, no campo, menos de 30%. Isso mostra que as cidades precisam, cada dia mais, do campo, porque o elemento essencial à vida, que é o alimento, é produzido no campo e não nas cidades. Fatores alheios ao controle do produtor, como a variação cambial, como as intempéries, como os fatores climáticos, precisam ser analisados de forma estratégica. Entendo que o País deve ao agricultor, que se tem revelado o melhor e mais competente do mundo, porque as condições para se produzir no Brasil são as mais adversas: começa pela falta de infra-estrutura e passa por uma legislação trabalhista arcaica, carcomida e perniciosa, com juros elevadíssimos, com encargos financeiros e com créditos difíceis. No entanto, o agricultor brasileiro tem-se revelado competitivo, até levar uma paulada, como essa da mudança brutal dos preços, nesse descompasso entre custo de produção e preços praticados no mercado. O País deve principalmente ao agricultor brasileiro

um plano agrícola, a curto, médio e longo prazo, que permita ao agricultor se inserir no processo, fazer suas avaliações e se preparar para as eventuais alterações que possa ter sua atividade no mercado. Imagino que esse plano agrícola teria de estar abalizado em quatro pilares. O primeiro deles é a distribuição do que será plantado e onde será plantado. Essa liberdade total de plantar o que quiser, onde quiser e quando quiser dificulta muito para o próprio Governo o controle da produção, o controle da nossa safra. O produtor não sabe se este ano vai produzir e ter um bom resultado de mercado, porque todos podem resolver plantar a mesma coisa, o que dificulta, inclusive, o controle de mercado da produção. Senador Valdir Raupp – V. Ex^a se tem esmerado nessa questão e cuidado de um dos setores mais vigorosos da economia do seu Estado –, esse plano que o Governo deve ao agricultor brasileiro perpassa por esse controle e pela administração do que será produzido e onde será produzido, mas é preciso haver também uma política efetiva de preços mínimos que não deixe cair na desgraça o produtor que, com todo o sacrifício e com esforço, venceu todos os obstáculos e conseguiu produzir – e, nessa hora, aparece um descompasso enorme, aviltando o preço do seu produto. Portanto, é preciso haver uma política de preços mínimos razoável, firme, para evitar esse tipo de prejuízo. É preciso que haja uma política de seguro, melhor do que a do Proagro, que, quando foi constituída, parecia, de forma muito clara, destinarse muito mais a proteger quem financiava, o agente financeiro, do que o produtor, que corria a maior parte dos riscos e que estava sujeito às intempéries. Além disso, o outro pilar seria, no meu entendimento, o crédito, oportunamente e suficiente, que está cada dia mais difícil. O produtor tem, nos agentes financeiros, não um parceiro, não um auxiliar no desenvolvimento da sua atividade, porque há uma preocupação muito grande por parte dos agentes financeiros quanto ao risco que o produtor corre, e eles não querem compartilhar isso, até porque, com essa taxa Selic, os agentes financeiros estão muito mais interessados em emprestar para o Governo, sem risco nenhum, do que correr o risco de emprestar para quem faz agricultura. Portanto, entendo que V. Ex^a traz à discussão nesta Casa uma questão de relevo, de importância. E acho que o Governo está procurando reagir ao desenvolver ações que pretendem mitigar o prejuízo e o sofrimento do setor, mas V. Ex^a sabe que isso não é possível. Vai diminuir, mitigar esse sofrimento, mas vai deixar seqüelas e problemas não só para o produtor, mas também para toda a sociedade brasileira. Portanto, cumprimento V. Ex^a pela propriedade e pela seriedade com que traz à discussão na Casa esse tema de relevo, da maior importância.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex^a, que deu grande contribuição a meu pronunciamento. Não sei se incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento ou se incorporo o meu pronunciamento a esse aparte tão bem elaborado. Parabéns! Obrigado.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Penso que fosse pela extensão do aparte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – No âmbito do PAP, merece destaque a ampliação do volume de crédito. Serão oferecidos R\$60 bilhões para o financiamento da safra, valor este 12,5% superior em relação ao concedido em 2005. A agricultura comercial será contemplada com R\$50 bilhões, enquanto a agricultura familiar receberá R\$10 bilhões.

Para o custeio e para a comercialização, serão aplicados R\$41,4 bilhões, 25% a mais do que na safra passada. A taxa de juros, no entanto, foi mantida em 8,75% ao ano. O crédito de investimento disporá de R\$8,6 bilhões, recursos oriundos do BNDES, entre outras fontes.

A boa notícia, nesse caso, é a redução dos juros para as três linhas de crédito existentes: Finame Agrícola Especial, Prodecoop e Moderfrota.

Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, entre as ações emergenciais previstas no pacote, merece destaque a prorrogação de parte dos créditos de custeio da safra 2005/2006 para as culturas de soja, arroz, algodão e milho. Destaca-se também o refinanciamento das parcelas vencidas em 2005 e vincendas em 2006 do Pesa, da Securitização e do Recoope. Entretanto, o refinanciamento se restringe aos produtores que estavam adimplentes em 31 de dezembro de 2004.

Nesse sentido, falo agora como o nosso amigo Mão Santa: “atentai bem” para esse dado.

No âmbito das iniciativas estruturais, gostaria de ressaltar a reformulação da política de garantia de preços, o incentivo à poupança dos produtores rurais e a reformulação do seguro rural, bem como a isenção do Imposto de Renda para os títulos do agronegócio. Juntas, as medidas visam conferir maior estabilidade ao setor, pavimentando o caminho para a expansão sustentável de longo prazo.

Temos de reconhecer a intensa luta travada pelo Ministro Roberto Rodrigues em defesa do agronegócio, bem como a iniciativa do Governo em implementar essas medidas. Sem embargo, não podemos deixar de afirmar que o pacote agrícola, por mais medidas positivas que traga em seu bojo, não é suficiente para sanar os enormes problemas do agronegócio brasileiro, nem para repelir a crise que se instalou no setor.

No meu Estado, esse pacote não contentou; pode até ter contemplado alguns produtores, mas não hou-

ve contentamento por parte da maioria dos produtores rurais do meu Estado de Rondônia.

Logo após o anúncio do pacote pelo Governo, os produtores rurais reagiram com veemência, pois consideram que as medidas atenuam, mas não resolvem os problemas do agronegócio. Chegaram inclusive a promover o bloqueio de inúmeras rodovias em protesto contra as medidas do pacote agrícola.

O grande problema é que o Governo, uma vez, insiste em deixar de lado as dívidas antigas dos produtores rurais e só admite negociar as parcelas vincendas e as vencidas em 2005. Essa postura não contempla as necessidades do setor, uma vez que grande parte dos produtores possui dívidas antigas cujas prestações não conseguiram honrar, tendo em vista as vicissitudes do campo. Devido às dívidas passadas, a maioria dos produtores não está conseguindo os benefícios.

Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, é uma matemática bastante simples. Não adianta o Governo oferecer R\$60 bilhões em crédito, se os produtores inadimplentes não poderão ter acesso a ele. O que os produtores rurais brasileiros necessitam é de uma ampla renegociação de suas dívidas que leve em conta a capacidade de pagamento e que leve como base o alongamento consistente dos prazos. É preciso, ainda, buscar a redução das taxas de juros, muito elevadas frente à real rentabilidade do agronegócio.

Concedo um aparte ao nobre Senador Leonel Pavan, de Santa Catarina.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Valdir Raupp, natural também do meu Estado, da região sul de Santa Catarina, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz. V. Ex^a vem há muito tempo chamando a atenção do Governo. Embora apóie o Governo, chama-lhe a atenção no que se refere aos investimentos na agricultura. E hoje V. Ex^a fala com clareza: não adianta fazer isso se não fizer aquilo. O que acontece? O Governo dá com uma mão e tira com a outra. O Governo tapa um buraco aqui e deixa uma cratera aberta lá. Não dá para falarmos que estamos tentando resolver os problemas dos agricultores se não os resolvemos por inteiro. Há que se financiar, prorrogar as dívidas e também tirar os juros. O agricultor não produz, não consegue encontrar respaldo no Governo, trabalha direto, sofre com as estiagens, às vezes sofre até por causa do preço, e o Governo diz: “olha, vamos financiar, vamos alongar o prazo de pagamento”. Mas é preciso muito mais do que isso. Muitos agricultores estão devolvendo os equipamentos porque não conseguem pagar. Faço o aparte apenas para cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento. Permita-me, Senador Valdir Raupp, aproveitar o ensejo para pedir à Presi-

dência que autorize à Taquigrafia fazer uma correção. No meu pronunciamento, ao referir-me a um projeto em Imbituba, na região Sul de Santa Catarina, que V. Ex^a conhece bem, o Projeto Baleia Franca, alguém do meu lado soproou que era “branca”, e acabei dizendo “branca” quando deveria dizer “franca”. Quero pedir a correção: Projeto Baleia Franca no nosso Município de Imbituba, que hoje completa 48 anos e que é a sede desse projeto divulgado pelo Senado Federal e pelo Ministério do Turismo e conhecido no mundo inteiro. Apenas para que a Taquigrafia proceda à correção. Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a pelo aparte. Incorporo-o ao meu pronunciamento.

Insatisfeita com o pacote agrícola, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) entregou ao coordenador do grupo interministerial que discute soluções para o endividamento do setor rural uma proposta de flexibilização e ampliação das medidas do pacote, de forma a retirar o setor da crise em que se encontra desde o ano passado.

A entidade propõe a inclusão da pecuária bovina de corte e de leite, bem como da avicultura e da suinocultura, no rol das atividades econômicas em crise, estabelecendo o percentual de 80% para prorrogação automática das operações de custeio. Propõe, ainda, a prorrogação de operações de investimento com bancos privados, bem como a prorrogação do Pesa e da Securitização.

Entre as propostas feitas pela CNA está também a prorrogação automática de 100% das parcelas vencidas em 2005 e vincendas em 2006, referentes ao custeio da safra 2004/2005, assim como a inclusão nas prorrogações de dívidas do alongamento do Funcafé e das dívidas do setor cacauíero brasileiro.

Sr^a Presidenta, Sr^ss e Srs. Senadores, existe ainda uma série de outras medidas que fazem parte da proposta de alteração do pacote agrícola encaminhada pela Confederação Nacional da Agricultura. Em comum, o fato de refletirem as reais necessidades do setor agropecuário nacional. Por essa razão, gostaria de solidarizar-se com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e manifestar meu total apoio às suas propostas.

No meu querido Estado de Rondônia, a agropecuária possui papel relevante na produção das riquezas e na geração de empregos. Merecem destaque a pecuária, tanto a leiteira quanto a de corte; a produção de soja, especialmente na região de Vilhena, Colorado, Chupinguaia, Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras; e a produção de café em Cacoal, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Alta Floresta, Alto Alegre, Nova Brasilândia, Ministro

Andreazza, Ariquemes, Montenegro, Buritis, Machadinho D'Oeste, Cacaúlandia e tantas outras cidades do Estado de Rondônia, grandes produtoras de café e de cacau. Dessas atividades, a pecuária e a cafeicultura estão simplesmente excluídas do pacote agrícola do Governo Federal. O que reclamamos lá do Norte, em especial do Estado de Rondônia.

Assim como em todo o Brasil, os produtores rurais de Rondônia estão endividados e inadimplentes, o que inviabiliza por completo seu acesso aos recursos destinados ao financiamento da safra 2006/2007. Temo, Senhora Presidente, que a agropecuária de Rondônia, ainda em estruturação, seja ferida de morte com a falta de crédito, o que geraria uma tragédia social sem precedentes na história do meu Estado.

Assim, gostaria de apelar ao Ministro Roberto Rodrigues, um incansável defensor de nossa agricultura e de nossa pecuária, para que encampe as propostas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, gostaria de pedir sensibilidade e bom-senso no trato das demandas de nossos produtores rurais, homens de bem que sempre ajudaram a construir este País e que querem continuar ajudando.

O aperfeiçoamento do pacote agrícola é condição primeira para que a atividade rural se mantenha viável e continue gerando empregos e renda para a população brasileira. Por isso, confio que o Governo concordará em alterá-lo, fazendo justiça aos produtores e promovendo o bem-estar de todos os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Agradeço a tolerância com o tempo e os apartes dos nobres Senadores Leomar Quintanilha e Leonel Pavan.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

Consulto o Senador Magno Malta se fará uso da palavra agora como Líder inscrito ou se permutará com o Senador Eduardo Azeredo. Lembro que ainda está inscrito o Senador Amir Lando.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr^a Presidente, que fale o Senador Eduardo, primeiro os mais velhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Por permuta com o Senador Magno Malta, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo embora haja dúvidas e controvérsias sobre quem dos dois tem um mês a mais na idade.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Srs. Senadores, quero registrar aqui um importante fato para a Nação brasileira e para o meu Estado de Minas Gerais, ligado ao mesmo assunto de que tratava há pouco o Senador Valdir Raupp, a agricultura.

A imprensa nacional e internacional noticia que, no dia 15 passado, neste mês de junho, em Washington, foram apresentados os recebedores do Prêmio Internacional de Alimentação em cerimônia no Departamento de Estado-Norte Americano, com honra para o vencedor do Prêmio Nobel da Paz, Dr. Norman E. Borlaug, e convidados pelo Honorável Josette Sheeran Shiner, Subsecretário de Estado para Assuntos da Economia, Comércio e Negócios.

O presidente da Fundação do Prêmio Internacional de Alimentação, embaixador Kenneth M. Quinn, anunciou que entre os homens que dividirão o Prêmio Internacional 2006 estão dois brasileiros – vejam bem o reconhecimento que alcançamos no que diz respeito à evolução do uso da terra brasileira. Entre os premiados estão o ex-Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, mineiro – foi também Secretário de Agricultura no meu Governo entre 1995 e 1998 –; o ex-Diretor Técnico do Centro de Pesquisas Cerrado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), doutor Edson Lobato; além do representante do Instituto Internacional de Pesquisas de Washington, Dr. Colin McClung.

São dois brasileiros homenageados pela qualidade que se conseguiu na agricultura brasileira.

Celebrando seu vigésimo aniversário este ano, o Prêmio Internacional de Alimentação foi criado para a mais importante comenda por empreendimentos que aumentam de modo significativo a qualidade, a quantidade e a disponibilidade de alimentos no mundo.

O embaixador Quinn observou que este ano marca a primeira vez, em seus 21 anos de história, que o Prêmio Internacional de Alimentação será concedido a três recebedores. Lobato e Paulinelli são os primeiros do Brasil a serem laureados com esse prêmio, enquanto McClung é o décimo-primeiro laureado dos Estados Unidos.

Quinn acrescentou que os homenageados de 2006 representaram, cada qual, um papel vital de transformação do Cerrado em terra agrícola altamente produtiva, uma vasta região constituída de planaltos tropicais inférteis cortando o Brasil.

Embora tenham trabalhado de forma independente, em diferentes décadas e campos, seus esforços coletivos nos últimos cinqüenta anos abriram o enorme potencial do Brasil para a produção de alimentos.

Seus avanços na liderança da política e ciência do solo tornaram possível o desenvolvimento da agricultura no Cerrado, uma região chamada em português de terra reclusa em terra cultivável.

O representante da organização internacional também observou que, de 1970 a 2000, a produção agrícola no Brasil mais que triplicou, enquanto sua área de terra cultivada cresceu menos de uma vez e meia – resultado que é fruto do aumento de produtividade que se obteve na agricultura brasileira.

O laureado pelo Nobel da Paz, Dr. Borlaug, credenciado por salvar mais de um bilhão de vidas como o Pai da Revolução Verde, chamou o desenvolvimento do Cerrado de “um dos maiores feitos da ciência agrícola do século XX, que transformou uma terra ociosa em uma das áreas agrícolas mais produtivas do mundo”.

O Prêmio Mundial de Alimentação será formalmente apresentado na cerimônia de 19 de outubro deste ano no Iowa State Capitol Building, na cidade americana de Des Moines. A cerimônia acontecerá como parte do Simpósio Internacional do Prêmio Mundial de Alimentação, intitulado *The Green Revolution Redux* (O Reduto da Revolução Verde).

O Prêmio Internacional de Alimentação é a comenda internacional mais importante, reconhecendo, independentemente de raça, religião, nacionalidade ou convicções políticas, as realizações individuais que promoveram o desenvolvimento humano com melhoria da qualidade, quantidade ou disponibilidade de alimento no mundo.

O Prêmio reconhece as contribuições em qualquer campo envolvido no fornecimento internacional de alimento: ciência e tecnologia da agricultura e da alimentação, fabricação, *marketing*, nutrição, economia, alívio da pobreza, liderança política e ciências sociais. Enfatiza a importância do fornecimento sustentado e nutricional de alimentos para todas as pessoas.

Merecedor de tão importante comenda, o agrônomo Alysson Paulinelli é uma das personalidades de maior reconhecimento no setor agropecuário do Brasil. Como ministro da Agricultura, entre 1974 e 1979, criou uma dinâmica desenvolvimentista para o setor. A fundação da Embrapa está entre as suas principais realizações.

Produtor rural de sucesso (grãos, fruticultura e pecuária de corte), o ex-ministro também foi deputado federal constituinte e, por duas vezes, foi Secretário Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, foi ainda presidente do Banco do Estado de Minas Gerais, antigo Bemge, onde fez uma atualização tecnológica sem precedentes, e presidente da Confederação Nacional da Agricultura e do Fórum Nacional da Agricultura. Ele é consultor de diversas empresas particulares do agronegócio, nas quais integra também o Conselho Administrativo.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, realmente é motivo de júbilo para todos nós ver o Brasil, por meio

de dois notáveis homens, ser reconhecido como país que tem sabido dar maior produtividade à sua terra. É muito bom sabermos que a agricultura brasileira conseguiu avançar tanto: enquanto a área agricultável cresceu uma vez e meia, a produtividade triplicou. Portanto, fico muito feliz em poder, como mineiro e como amigo de Alysson Paulinelli, prestar esta homenagem a ele e a Edson Lobato. Na verdade, não é prestar homenagem, mas lembrar a homenagem que está sendo prestada a eles com essa premiação internacional que ambos receberão.

Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, também quero falar sobre uma área para a qual tenho sempre cobrado melhoramentos: a de infra-estrutura. Aliás, uma das obrigações da oposição é cobrar ações de governo.

Ainda há pouco, no Cbratur – Congresso Brasileiro da Atividade Turística, dizia que, para podermos avançar mais ainda no turismo, que, diga-se de passagem, tem sido bem gerido pelo Ministro Walfredo dos Mares Guia*, é necessário que tenhamos uma infra-estrutura melhorada.

A infra-estrutura brasileira precisa de investimentos, especialmente as estradas, as rodovias federais, que estão realmente em estado lamentável – já não eram grandes coisas no Governo passado, mas agora pioraram. Para esse setor temos de cobrar investimentos e buscar soluções permanentemente, mas quando existe uma ação relevante, evidentemente, temos de também aqui divulgar e registrar.

É o que faço com satisfação, vendo que o Governo Federal agora tomou uma decisão e finalmente dará início às obras de construção do segundo Viaduto das Almas, que é um viaduto em curva na estrada que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro. Há muito tempo o povo mineiro espera por essa obra.

Na verdade, esse projeto já deveria ter sido iniciado. O viaduto de 262 metros de comprimento foi construído por Juscelino Kubitscheck em 1957, e, de lá para cá, com o aumento do tráfego, transformou-se num gargalo da rodovia. O novo projeto, certamente mais seguro, terá um total de 2,7 quilômetros e incluirá um viaduto de 450 metros com dois pontilhões independentes. É realmente com entusiasmo que vejo essa decisão, porque, para essa reconstrução do Viaduto das Almas, os mineiros, os parlamentares, todos nós temos nos empenhado.

Recursos, como todos sabem, existem: há os recursos da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e alternativas viáveis que podem ser utilizadas pelo Governo para outras obras, como as parcerias público-privadas que continuam apenas no papel.

De maneira que, no caso específico do Viaduto das Almas, é importante registrarmos que, finalmente, teremos uma solução.

Mas ocupo esta tribuna, hoje, além deste fato novo, para cumprimentar esse grande brasileiro responsável pela criação da Embrapa e por grandes avanços que o Brasil teve na agricultura, que é Alysson Paulinelli.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

O Senador Magno Malta, mais uma vez, generosamente, permuta com o Senador Amir Lando, para que S. Ex^a possa fazer uso da palavra.

E o Senador Magno Malta estará aqui na minha companhia por um tempo mais, juntamente com a minha querida Deputada Luciana Genro.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Amir Lando. Depois, o nosso querido Senador Magno Malta.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, hoje assistimos a mais um pacote de medidas do Pronaf. Em termos de recursos, a ordem de grandeza é surpreendente, sendo um recorde daquilo que já assistimos no passado.

Mas isso ainda diz pouco, nobre Presidente, porque o importante é como saber trabalhar com a pequena propriedade ou uma propriedade familiar.

Ora, na década de 70, ingressei no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na época Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), e participei do que poderíamos chamar de modelo brasileiro de reforma agrária. Entretanto, a pequena propriedade, ao longo da história, como demonstrou Kautsky, sempre foi objeto do que eu poderia chamar de uma urdidura para transformá-la em grande propriedade, por meio da aglutinação.

De qualquer maneira, a pequena propriedade oferece, para o produtor rural, aquele que nunca teve terras, em termos de reforma agrária, a chance de semear e colher; de dizer, como o poeta: aqui nasceram meus filhos; aqui eu sequei o pântano; aqui estão os meus sonhos, os meus amores e a minha esperança.

Realmente, é algo que eu pude sentir na década de 70, sobretudo no Estado de Rondônia, quando Procurador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: a distribuição dos títulos de propriedade, depois da distribuição dos lotes, em que homens anônimos, mas heróicos, adentraram as florestas nas sendas abertas muitas vezes pelo próprio Instituto de Colonização e Reforma Agrária ou pelos ocupantes na época, migrantes de todos os rincões deste Brasil que lá chegaram, como tenho dito, de barriga vazia,

com os filhos nos braços, mas com entusiasmo e esperança no coração.

O lote, a frente medida, a floresta, as endemias rurais, a malária, devastadora e impiedosa, ceifou muitas vidas, mas, aos poucos, a paisagem foi tomando forma humana e da floresta ergueram-se casas, surgiram as plantações, as derrubadas, o café, o cacau, o feijão, o arroz, a mandioca. Enfim, a sobrevivência foi sendo garantida. Todavia, a produção ainda era escoada pelo cacaio nas costas. A família saía em fila indiana, carregando alguma coisa para vender no mercado. O financiamento, sim, como o Pronaf de hoje, auxiliou muito esse processo de fixação do homem a terra, mas depois, com a estrada, o escoamento da produção, o progresso, a fartura, a bastança, a alegria de viver e, sobretudo, como eu disse, ao receber o título de propriedade, o colono sentia ali mais do que um tipo de alforria, a satisfação de dizer: "Estou no que é meu; aqui não serei despejado pelos pistoleiros; aqui não serei despejado pela violência que grassa no campo ainda hoje e, sobretudo, pela que grassava naquele momento. Momento que recordo com muita alegria, por sentir que o brasileiro recebia um pedaço de solo pátrio para dizer "Aqui posso morrer em paz. Aqui não serei molestado por ninguém, porque esta é a terra que foi dividida, a terra que me pertence". Não era a em palmos medida, mas era, sobretudo, pelo teodolito traçado, o limite, e respeitado pelo direito de propriedade.

Não sou um defensor ferrenho desse direito. Mas quero dizer que, enquanto a propriedade desempenha a sua função social, ela é mais um direito de plantar e de colher do que propriamente um direito que priva a todos e dá essa soberania do indivíduo sobre a terra.

Mas, de qualquer maneira, isso está no âmago do coração, do sentimento, da alma, a idéia de ter o que é seu e poder dispor como esse direito que é a propriedade.

Srs e Srs. Senadores, realmente esta epopeia brasileira que assisti e acompanhei por mais de trinta anos teve um mérito: assentou milhares de famílias. São os pequenos proprietários. É a propriedade familiar; é o desejo daqueles que tinham fome de latifúndio, mas ficavam fora dos cercados protegidos à mão armada pelos seguranças privados e, às vezes, pela segurança pública a mando de medidas muitas vezes contestáveis.

De qualquer maneira, agora, receberam a terra. Como mantê-los? Esse é um programa que deve ser cada vez mais aprofundado. Está aí o Pronaf, com os recursos, mas temos que ter alguma coisa a mais que recursos. Temos de oferecer assistência técnica e tecnologia, levando ao campo a possibilidade de au-

mentar a produtividade e a renda familiar, agregando, sobretudo, a riqueza que se faz com o trabalho, com o labor de cada dia.

Por isso essa capacidade produtiva do trabalhador que ama a terra onde semeia, que semeia com amor e que quer colher o fruto que antevê nos abrolhos, a flor e o fruto. Essa é a terra prometida que podemos dar ainda a milhares e milhares de pessoas, combatendo o latifúndio e as terras improdutivas, distribuindo-as a quem sabe plantar, a quem quer plantar, a quem não quer fazer da terra meramente um instrumento de ganho ou de reserva territorial.

Sobretudo, devemos enfatizar que o homem que trabalha deve ter o direito de melhorar a sua condição de vida. Por isso, temos de ter um programa especial para a pequena propriedade. Quando chegar – e já chegou em Rondônia – na era da mecanização, têm de se organizar os pequenos proprietários em associações e cooperativas, para que o maquinário – como fala nossa gente –, os implementos agrícolas sejam coletivos e possam atender, na sua capacidade útil, à extensão necessária para que a economia viabilize esses projetos.

Devo dizer que temos de levar, sim, sobretudo por meio da Embrapa, o engenho de novas culturas, que tornam a renda mais robusta. Temos de integrar todos os órgãos de pesquisa e também de assistência técnica, como é a Embater no meu Estado de Rondônia. Temos de vivificá-la, porque revitalizá-la é uma obrigação, senão o agricultor, abandonado à própria sorte, acaba vendendo o que tem, e a terra escassa vai ficar mais distante, e ele, mais próximo da miséria.

Por isso, quero ouvir o nobre representante do Tocantins, o que muito me alegra, e fazer uma reflexão para continuar meu discurso. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Amir Lando, confesso que titubeei em pedir o aparte a V. Ex^a, porque já me considerava e me sentia embevecido...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Esse tema é envelhecido.

O Sr. Leomar Quintanilha (PcdoB – TO) – ...pela beleza poética da descrição de V. Ex^a da pequena propriedade. V. Ex^a dá vazão à sua inteligência, utilizando sua verve e fazendo com que o pensamento nos remonte a tempos tão distantes, mas não tão longínquos, permitindo a V. Ex^a, ainda jovem, sacudido, estar aqui nos noticiando de como foi povoado o seu belo Estado de Rondônia. E eu acompanhava suas palavras lembrando-me das notícias que me dava meu velho, querido e saudoso pai, homem originário das roças, da nossa querida natividade, no centro do

Brasil. Lembrava-me também do tempo em que tive a felicidade de servir a uma das mais impolutas e respeitadas instituições deste País, o Banco do Brasil, que, por muitos e muitos anos, marcou sua presença nas comunidades de infra-estrutura rural. Era o Banco do Brasil o braço forte do governo, presente nas regiões de fronteira, presente nas regiões semi-inóspitas, mais difíceis, onde a população quase vivia legada a sua própria sorte. Mas ali estava a presença forte do governo, com uma atividade indutora do progresso e do desenvolvimento, com uma atividade de fomento. Era o Banco do Brasil procurando estimular as pequenas atividades produtivas na agricultura, na pecuária, na prestação de serviços e na pequena indústria. Mas eu titubeava em apartear V. Ex^a, porque estava – confesso, repito – embevecido com a sua forma quase nostálgica, quase poética de descrever este verdadeiro tesouro que é a propriedade. Muitas pessoas, depois de trilharem caminhos inóspitos, espinhosos, conseguem mostrar para a sua família o título da terra e dizer, como V. Ex^a falou: "Estou no que é meu!". Foi assim que foi povoado o atual Estado de Tocantins, norte de Goiás, que já foi conhecido como Corredor da Miséria, foi assim que foi ocupado o seu Estado de Rondônia, onde o Governo criou alguns programas de estímulo à ocupação e ao aproveitamento da terra: só concedia o título, se fosse desmatada a metade da propriedade. Hoje, quem faz isso está na ilegalidade! O País da incompreensão! Não consigo, querido companheiro, amigo e ilustre representante de Rondônia, entender que, em um País com mais de oito milhões de quilômetros quadrados, a falta de terra seja problema para a nossa gente. Não posso compreender isso! Não posso compreender que o País que experimentou um dos mais fortes e expressivos fenômenos sociais, que foi o êxodo rural, exatamente pela falta de assistência ao homem do campo, devido à falta de estradas, de energia elétrica, de atendimento às suas demandas de saúde, de moradia, de educação, e exposto às intempéries, às endemias, como V. Ex^a explicou, esteja assistindo hoje a um movimento conflituoso, inquietante, que leva à atividade rural e ao produtor rural a intranquilidade e a preocupação de um segmento que está querendo fazer, na contramão da história, o caminho inverso de deixar as luzes da cidade, o apoio da cidade, e ir para as dificuldades do campo. Há explicação para isso? Não. Estou seguro de que esse movimento intitulado de sem terra não é de agricultores, de pessoas com aptidão na lida com a terra, em busca de um palmo de terra para plantar, para construir, com o seu esforço e com o seu trabalho, o seu futuro e o da sua família. Essas são, na verdade, Senador Amir Lando, pessoas sem emprego, desempregadas, desesperançadas,

rotas e famintas, agarrando-se a uma tênue chama de esperança que lhe oferece o Governo nesse programa – no meu entendimento, transverso – de reforma agrária, como forma de sobreviver, de ter um pedacinho de terra, de ali se abrigar com a sua família, de utilizar um pouco do patrimônio que recebe imediatamente e de se assegurar na cesta básica, que tem uma duração marcada. Acabou esse período de fornecimento da situação marcada, estamos vendo aí. A inexistência da assistência técnica adequada, estamos vendo aí. A maioria dos assentamentos, Senador Amir Lando, não tem o assentado originário. Aquele primeiro que foi assentado, que exauriu ali as possibilidades de sobreviver, saiu dali e foi tentar um outro assentamento em um outro lugar. Essa não é a reforma agrária que todos queremos. Nós todos já manifestamos o desejo, o interesse em fazer uma distribuição justa de terra, parecida com a que ocorreu em Rondônia no início daquela força de exploração que se apresentou no Estado e que certamente atraiu para lá pessoas ilustres, como V. Ex^a, sua família, e tantas famílias de outros Estados, na esperança de, com um espaço de terra fértil e saudável em um rincão brasileiro, construir o futuro deste País. Não é esta a reforma que queremos. Acho que o Presidente Lula tem responsabilidade sobre isso, mas não é o único, porque esse modelo não é novo, não é de agora; ele já foi criado há algum tempo e mais assiste às estatísticas do que às necessidades da distribuição de terras neste País. Comemora-se com satisfação o maior número de hectares desapropriados; comemora-se com alegria o maior número de famílias assentadas. Ora, não se divide um pedaço de terra como se fosse um tabuleiro de xadrez, pois a terra não é homogênea, não é igual! Em lugar nenhum deste País! Então, é possível que alguém seja assentado em uma terra que tenha aptidão agrícola, mas dali a cem ou cento e cinqüenta metros, um quilômetro, a terra pode não ter as mínimas condições para o desenvolvimento de uma agricultura, principalmente se o agricultor não tem recursos para fazer investimentos e aproveitar os conhecimentos que a ciência e a tecnologia estão oferecendo ao setor. Então, Senador Amir Lando, gostaria de ficar com essa primeira parte do seu discurso, muito inteligente e muito interessante, e ainda acreditar que falta de terra não é o problema do nosso País, e que teremos de correr realmente para encontrar a solução para essa quantidade de irmãos nossos, brasileiros, que estão assentados de maneira abjeta, sofrendo muito, imaginando poder construir ali o futuro da sua família e da sua comunidade, para que possamos apresentar uma proposta de um modelo mais moderno de distribuição de terra neste País. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade que me dá de poder participar

dessas reflexões tão inteligentes e tão importantes que V. Ex^a traz a esta Casa neste começo de noite.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Nobre Senador Leomar Quintanilha, ouvi V. Ex^a com atenção e devo dizer que não houve nenhuma solução de continuidade em relação ao que eu falava. V. Ex^a, ao contrário, acrescenta um colorido muito especial àquilo que eu palidamente falava. Quero, de coração, agradecer a V. Ex^a a sensibilidade para o tema. Poderíamos dizer que este discurso não é meu, é mais de V. Ex^a do que de quem está na tribuna. Muito obrigado pelo aparte. E é isso. Entendo que a reflexão deve ser dividida, deve ser enriquecida. Não tenho aquela concepção de que o aparte deva ser breve. Não, o aparte deve ser rico, substancioso, como fez V. Ex^a. Muito obrigado.

Prossigo nessa mesma linha de reflexão. A pequena propriedade precisa ser assistida. Temos de pensar nesse modelo, organizando os pequenos proprietários em associações, em cooperativas, como falava, para entrarem na era da mecanização.

Rondônia tem terras fantásticas, terras de ótima qualidade. Por exemplo, na semana passada, percorri uma região muito bonita, a partir de Candeias, Triunfo, Alto Paraíso, chegando até Cacaulândia. É um filão de terras planas, aptas para a agricultura, para a pecuária, mas, sobretudo, para a mecanização. Será certamente, junto com outras regiões, como é o Cone Sul, uma das mais ricas no futuro.

Precisamos ter estradas para escoar a produção. Precisamos pensar em estradas da produção, porque, hoje, por exemplo, na região do Cone Sul, Cerejeiras, na divisa com Mato Grosso e na divisa com a Bolívia, a produção de soja é puxada por tratores em cima das carretas. Os tratores puxam as carretas carregadas para chegarem a um ponto onde as vias, ou as rodovias, suportam a autolocomoção daquelas carretas. Isso é inviável! Isso é inconcebível!

Por isso eu dizia que temos de pensar, para a pequena propriedade, em programas especiais. Por exemplo, a diversificação das culturas. O café foi objeto de um programa do Senador Valdir Raupp, quando Governador, para incentivo de plantio, que está propiciando uma renda considerável, a R\$160,00 a saca. Por outro lado, dois hectares de café já podem propiciar uma renda em torno de R\$15 mil. Isso, para uma propriedade familiar, é um recurso importante e significativo. E poderíamos adentrar não apenas na questão do gado leiteiro, mas melhorando a sua genética para que a produtividade aumente e chegue ao nível médio de 20 litros por cabeça. Assim também a criação de animais de pequeno porte, que hoje dão uma rentabilidade considerável. É isso que temos de incentivar na pequena propriedade.

O plantio de bambu para a indústria de papel é outra alternativa: um hectare pode propiciar R\$5 mil. São dados cuja precisão não interessa, mas as referências que temos. Isto é que temos de ter: a pequena propriedade diversificada. Aí tem de haver a presença da assistência técnica. Teremos, sim, a fixação do homem, se levarmos, nobre Senador Leomar Quintanilha, a educação para dentro, via satélite, pelo computador; levarmos a universidade, as melhores aulas, professores do Brasil para dentro da gleba do produtor. É isto que temos de dar: cursos profissionalizantes. Dessa forma, preparamos o setor agrícola para o embate da competição: a associação, a educação, o médico da família, para que ele visite o produtor e trate o doente em casa, deixando a internação para os casos mais graves. Essa seria uma política de reforma agrária integral.

Mas o que é mais importante? Como disse V. Ex^a, na reforma agrária não se encontram mais presentes os titulares originais. Mas, enquanto elas se mantêm, como se fossem cadeiras aqui do Senado, em que se trocam os Senadores, mas as cadeiras permanecem, enquanto as pequenas propriedades permanecem, tudo bem! O pior é quando há reconcentração, a perda da referência da propriedade familiar. A isso o Governo tem de estar atento. Mas quem vive bem, quem ganha o suficiente, com absoluta certeza, não abandonará o que é seu.

Por outro lado, é preciso também fazer uma habilitação, é preciso sempre analisar a origem do terratenente, saber se realmente ele tem um mínimo de vocação agrícola. Porque não é desviar o desemprego da cidade para o emprego no campo, que muitas vezes é ilusório, é passageiro. Suportar, de sol a sol, como eu experimentei nos meus jovens dias, até os 14 anos, trabalhando na agricultura, a enxada no meio do milharal, do pólen do milho, é alguma coisa de sacrifício que o corpo, às vezes, não suporta. O suor do solo a pino é para quem tem uma certa experiência nesse setor.

Por isso que louvo muito o meu Estado de Rondônia, onde a pequena propriedade ainda não conseguiu ser totalmente desarticulada, porque, sobretudo naquelas regiões mais propícias, onde houve o acesso, onde a estrada foi perene e permanente, o agricultor permaneceu lá, sabendo que ele poderia sair às pressas para encontrar assistência médica, sabendo que poderia levar os filhos à escola e escoar a produção. Por isso é que a reforma agrária é complexa, e a pequena propriedade exige toda essa infra-estrutura capaz de dar-lhe sustentação.

Nós podemos, aqui, ainda refletir que, apesar de tudo, a agricultura familiar responde por 38% do

valor da produção agropecuária e por 77% da mão-de-obra do meio rural. Hoje, são mais de 18 milhões de pessoas trabalhando, produzindo mais da metade dos alimentos, utilizando menos de 30% das terras agricultáveis.

Por isso, Sr. Presidente, a agricultura familiar produz 67% do feijão; 84% da mandioca; 31% do arroz; 49% do milho; 52% do leite; 59% de suínos; 40% de aves e ovos; 25% do café; e 32% da soja. Por tudo isso, vale a pena lutar pela pequena propriedade e pela propriedade familiar. Ela é uma célula produtiva insubstituível, porque emprega mão-de-obra, porque agrupa valor à terra.

Posso dizer a V. Ex^as que quem semeia a terra com a mão e colhe o seu fruto se aproxima do Criador, porque cria algo novo que não existia. Eu tenho um profundo respeito pelo produtor rural, de todos os tamanhos. Não sou exclusivista da propriedade familiar ou do pequeno produtor, porque entendo que quem semeia um grão e colhe centenas participa da criação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a este momento emocionante.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Quero agradecer a V. Ex^a, porque fui além do meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sentimo-nos na obrigação de agradecer a V. Ex^a pela delicadeza do seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, que, delicadamente, generosamente, permitiu que outros Parlamentares falassem.

Estamos, ainda, na companhia do Senador Marcos Guerra.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta pelo tempo que S. Ex^a entender necessário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, Senador Marcos Guerra, Senador Amir Lando, estou há algum tempo esperando na fila para falar. Generosamente, fui sendo colocado por último. Mas, como se lê na Bíblia que “os últimos serão os primeiros”, sinto-me em posição extremamente confortável.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não faça drama nem se faça de triste! V. Ex^a estava aqui me fazendo uma doce companhia!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É verdade; ouvindo os planos da candidata à Presidência do Brasil, Senadora Heloísa Helena, que a todos encanta! Até porque nunca mudou de posição. V. Ex^a tem a mesma posição, tem conteúdo, tem lado. Minha mãe, que era analfabeta, dizia que quem não tem posição

não passa para a história da maneira mais saudável, da melhor maneira possível.

V. Ex^a é querida, é respeitada, é disputada para as fotos, é, quem sabe, nesta Casa, a mais requisitada, exatamente porque as pessoas admiram a sua postura, a sua posição, e é isso o que me faz a cada dia ser mais seu amigo, admirar o seu instinto materno, a maneira como cria seus filhos, a maneira como conduz a sua vida. É isso o que me faz um admirador de V. Ex^a e dedicar-lhe a minha amizade.

A coragem de V. Ex^a me encanta muito e me lembra a coragem de minha mãe, D^a Dadá, que sempre teve determinação na vida.

Sou daqueles homens que pensam que, nos pontos mais críticos da sociedade, deveria haver uma mulher. Creio que todo o Judiciário deveria ser composto por mulheres, com todo respeito aos homens, como creio que deveria haver delegadas.

Quando se ouve falar em casos de corrupção, de cada mil casos, ouve-se dizer que há meia mulher envolvida. Não sei se é porque elas têm útero, geram e dão à luz, mas são mais corajosas na hora de tomar uma atitude. E tomam atitude. Quando se ouve falar em corrupção na Polícia, dificilmente há mulher envolvida. Há mulheres na Polícia do meu Estado, no Judiciário do meu Estado, no Ministério Público – e eu poderia listá-las aqui –, e elas não devem nada.

Existe a história maravilhosa de Golda Meir, a força de Margaret Thatcher e tantas mulheres que eu poderia citar aqui, que tanto serviram seus países com integridade e com dignidade. E há mães de família anônimas, das quais a mídia nunca se lembrou nem nunca se lembrará de citar; algumas que passaram como lavadeiras, cozinheiras, passadeiras, faxineiras; diaristas e que sustentam suas famílias.

Essa força da mulher é que, sem dúvida, leva-me a pensar que, nos pontos mais importantes da sociedade, deveria haver uma mulher.

Tenho certeza de que cada homem que me ouve – filho, pai, marido – sabe exatamente que estou falando a verdade. Parece que o mundo começa a tomar consciência disso, e as mulheres estão chegando ao poder num processo bem natural.

É por isso que percebo esse apreço da população a V. Ex^a nas ruas; esse carinho, essa dedicação manifestos. Há pessoas que têm um carinho tão grande por V. Ex^a, mas não sei exatamente o que elas pensam. As pessoas que cruzam comigo nesses eventos por todo o Brasil me perguntam: “Você é amigo da Heloísa? Diga a ela que gosto dela; diga a ela que tenho a maior admiração por ela”. É o que minhas filhas e minha esposa dizem.

Sem dúvida alguma, é importante e é saudável ouvir V. Ex^a. Ganha-se muito conversando e compartilhando experiências com V. Ex^a.

Espero que, com esta fala, o Senador Marcos Guerra não deixe de prestar atenção no meu pronunciamento para conversar com V. Ex^a, porque estou dizendo que V. Ex^a, realmente, acrescenta, porque tem uma visão de Brasil, uma visão de mundo; tem sensibilidade social e tem sensibilidade familiar.

Por isso, V. Ex^a terá um desempenho muito bonito no processo eleitoral. Não tenho dúvida disso, com todo o respeito ao Geraldo Alckmin. Creio que se trata de um homem de bem e extremamente sério, mas o Alckmin é como uma mesa farta, uma mesa repleta de alimentos saudáveis que o PSDB está oferecendo ao Brasil. Contudo, parece que são alimentos macrobióticos, para uma dieta vegetariana, e o povo do Brasil gosta de feijoada, de buchada. É um povo com essa natureza.

É um homem de bem, uma pessoa por quem tenho muito respeito, mas, se houver só ele e Lula, é a mesma coisa que colocar Ronaldinho Gaúcho com a bola dominada no campo e colocar Ney Suassuna para tomar a bola. Não vai achar nunca, não vai tomar nunca! É ilusão, é correr de graça – estou falando como eleitor. Agora, com V. Ex^a dentro do processo, tenho certeza de que vai haver discussão, vai haver debate, vamos falar de gestão, de uma visão, de um processo novo para o Brasil.

Eu gostaria ainda de agradecer ao meu amigo Milton Temer, que está assistindo à TV Senado, no Rio. Falou comigo ao telefone. Fui Deputado com ele e muito me orgulho disso. O Milton é um Deputado aguerrido, uma pessoa por quem tenho muito carinho.

Enquanto eu falava com V. Ex^a, recebi um telefonema de uma grande amiga do meu Estado: Rose. A coisa mais bonita na vida é um coração agradecido! Segundo a Bíblia, que é a palavra de Deus, não devemos desprezar os dias dos pequenos começos.

Eu me lembro, Senadora Heloísa Helena, que, em 1988, eu tinha uma casinha do BNH, alugada em BNH, em Cachoeiro de Itapemirim, Senador Marcos Guerra, no nosso Estado – lá em cima, no bairro BNH. Uma casinha com dois quartos. Havia nela 35 internos, 35 homens recuperando-se de drogas. O maior bolo! E eu vendia camisetas, de porta em porta, com frases como: “Droga, simplesmente diga não”; “Diga não às drogas”; “Drogas matam, Cristo liberta”.

Era uma época de inflação muito alta quando o Presidente Sarney era Presidente da República. Mais de 80% de inflação. O leite subia de manhã e de noite, e eu tinha de comprar comida para meus internos drogados que eu tirava da rua.

Fui ao Bradesco abrir uma conta. Essa minha amiga Rose era gerente do Bradesco naquela época. Eu pensava que o Bradesco era um banco tão popular que abria conta sem dinheiro! E fui lá abrir essa conta. Quando cheguei, comecei a conversar, e a moça me disse: “Tem que fazer um depósito”. Eu disse: “Mas já ouvi falar que o Bradesco....” Ela disse: “Não, não. Quer ver? Vou chamar a gerente”. E a gerente veio. Começou a conversar e a explicar. Eu lhe disse que recuperava drogados e que minha luta era muito grande, porque eu tirava gente das cadeias, tirava gente das ruas; que havia crianças, adolescentes e adultos lá. Ela disse: “É mesmo?” Ficou admirada com aquilo. Isso, em 1988. E me perguntou: “O que há nesse pacote que está com o senhor?” Respondi: “São 100 camisetas que peguei agora, na fábrica, com mensagens sobre drogas, que eu vendo”. Ela me disse: “Deixe-as comigo” – em 1988. Deixei com ela. E me pediu: “Volte amanhã”. Quando voltei, no outro dia, ela havia vendido as 100 camisetas dentro do banco e abriu a minha conta da instituição no Bradesco.

Não posso desprezar o dia dos pequenos começos.

Em dezembro daquele ano, ela, como gerente, pediu-me um favor: que fizesse uma palestra sobre prevenção às drogas para os funcionários do banco. Fiz a palestra. Ganhei a confiança e o carinho dela.

Em 1992, quando fui candidato a Vereador, em Cachoeiro de Itapemirim, todos eles tornaram-se cabos eleitorais meus, pelo trabalho de recuperação de drogados, de vida, tirando pessoas das ruas, palestrando em escolas, batendo de porta em porta, sacrificando as minhas filhas.

Lembro-me que aquela era a época em que as minhas duas filhas estudavam numa escolinha chamada Bem-Te-Vi, ao lado da minha casa, em Cachoeiro. Escola particular, que uma senhora abriu na sua própria casa – coisa para filho de pobre mesmo. Mas era uma escolinha particular, e eu não tinha condições de pagar. Falei para a minha esposa: “Ou fechamos a casa de recuperação e mantemos as meninas na escola, ou tiramos as meninas da escola particular e as colocamos na escola pública e continuamos com a casa de recuperação”. E ela me disse: “As meninas vão para a escola pública, mas a casa de recuperação não vamos fechar”. Minhas filhas foram para a escola pública, não fechamos a casa de recuperação e eu continuei batendo de porta em porta.

Ela ligou-me para dizer que estava me vendendo e eu a coloquei para falar com V. Ex^a.

Eu queria, publicamente, agradecer à Rose. Quantas roses existem neste País, pessoas anônimas, João, Pedro, que ajudam e estendem a mão aos necessitados,

que fazem com a mão direita sem que a esquerda veja? Em nome de Rose, abraço todos que têm misericórdia no coração e fazem o bem, porque não devemos desprezar os dias dos pequenos começos.

Sou-lhe eternamente grato por esse gesto, feito em 1988, que me ajudou a chegar até aqui. Colocando uma pedra sobre a outra pedra, elegi-me Vereador em 1992 e exercei o mandato por dois anos. Em 1994, elegi-me Deputado estadual e trabalhei por quatro anos. Elegi-me Deputado federal por mais quatro anos e, depois, Senador da República por dez anos.

Senadora Heloísa Helena, ontem, votamos o relatório da CPI dos Bingos.

Eu, Senador Marcos Guerra, sou autor do texto do fato determinado que criou a CPI. Somente Deus sabe o que passei e dos ataques que sofri para protocolar aquela CPI, mas crescemos na tempestade. A Bíblia diz que o choro pode durar uma noite inteira, mas que a alegria vem logo ao amanhecer.

Eu tinha a consciência tranquila e limpa, pois pedi aquela CPI para investigar a jogatina, a sujeira, a lavagem de dinheiro do narcotráfico nas casas de bingo, nos jogos condenados, como o jogo de azar, pela Constituição Federal.

A CPI se instalou e em 99% do tempo caminhou fora do foco. Ao final, no seu relatório, o Senador Garibaldi Alves Filho pediu a legalização dos bingos. Apesar de todo o carinho que sempre tive por S. Ex^a, disse-lhe que estava pedindo a legalização dos bingos exatamente porque não os investigou. Se o tivesse feito, S. Ex^a pediria seu fechamento imediato, nunca sua legalização.

Durante esse período, Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, convivi com os trabalhadores das casas de bingo, a minha grande preocupação, os quais formam uma massa de pessoas. Naquela ocasião, propus ao Governo que absorvesse essa mão-de-obra e os três “esses”. A Confederação Nacional do Turismo poderia fazer isso rapidamente, pois qual é a mão-de-obra de bingo? Garçons, garçonetes, cozinheiros, gerentes e seguranças. O Governo tomaria uma atitude, juntamente com os três “esses”, e diria haver uma rede hoteleira e uma rede de churrascarias, no Brasil – e eu as consultei –, dispostas a ajudá-lo a absorver essa mão-de-obra.

O Governo, Senador Marcos Guerra, deveria pedir que as secretarias de Turismo de cada Estado cadastrassem, a princípio, os trabalhadores de bingo que tivessem carteira assinada. Logo se perceberia não haver tantos funcionários como indicavam os números oferecidos naqueles dias, porque a quantidade de servidores de bingos com carteira assinada é infinitamente menor que a daqueles que trabalham

sem qualquer tipo de garantia trabalhista. Inventaram uma tal de cooperativa de servidores de bingos, os “bingueiros”, para não se pagar imposto. Assim, não existe qualquer tipo de responsabilidade, por exemplo, com a garçonete grávida que precisa dar à luz, porque ela não tem direito a coisa alguma como servidora de cooperativa de bingo.

Então, essa história de milhares de empregos é falácia.

Assim, cadastrando-se, primeiramente, os servidores com carteira assinada, perceber-se-ia que o seu número é bem reduzido.

Em segundo lugar, seriam chamados os servidores sem carteira assinada, de cooperativas, cujo número é maior. Em terceiro lugar, os seguranças de bingos com curso específico e que não respondem a processo criminal. Acredito que de cada mil apresentar-se-ia um, porque a maioria dos seguranças de bingo é policial expulso da corporação e que responde a dezenas de processos criminais.

Quando sugeri a investigação dos bingos, eu sabia exatamente o que estava falando. O País sabe disso, pois me conheceu fazendo investigação na CPI do Narcotráfico, a comissão séria que deu certo: prendemos 348 pessoas, de Fernandinho Beira-Mar ao Deputado Federal Hildebrando Pascoal, e indiciamos 864. Eu sabia exatamente o que estava falando.

Desde 2004, na Casa, existe um projeto de minha autoria propondo o fechamento dos bingos, assim como há “n” projetos de Deputados cujo primeiro passo, quando chegaram ao Congresso Nacional, foi protocolar projeto para legalizá-los. Aliás, não entendi coisa alguma, porque todos eram a favor, mas ficaram contra assim que Waldomiro Diniz apareceu recebendo propina do Sr. Cachoeira.

Fiz um voto em separado, com base no conhecimento que tenho, nas informações e na cooperação que recebi do Ministério Público, durante a investigação dos bingos, por intermédio de seus agentes mais abalizados, como Luiz Francisco, Celso Três e Ronaldo Albo, que me ajudaram a dar forma ao meu voto, mostrando um País de fronteiras abertas e sem vocação para a jogatina. No entanto, se os bingos forem legalizados, faremos do Brasil o paraíso turístico da contravenção, porque as nossas fronteiras são abertas. Infelizmente, nossos irmãos de fronteira gostam do contrabando, plantam e refinam drogas, tendo o Brasil como um entreposto – por causa do nosso complexo portuário, da nossa malha rodoviária e dos nossos aeroportos – para que o contrabando e o tráfico sejam enviados para outros países do mundo.

Repto que não temos vocação para jogatina ou lavagem de dinheiro do tráfico e do crime. Assim, meu

projeto propunha o fechamento imediato dos bingos e que o Ministério Público pedisse o fim de todas as liminares que os mantinham abertos, pois a Constituição Federal trata-os como crime.

Um segundo ponto eu poderia desconsiderar, não relacionado ao fato determinado: casos gravíssimos, alguns até perigosos, como os de Ribeirão Preto, Santo André e Campinas, e os de Francenildo e Okamotto. Entendo que todos são graves, por isso eu dizia: "para não ensejar ilegalidade". Ou seja, para que esse material não fosse para o cofre da CPI, não se perdesse e fosse considerado legal aos olhos da Justiça por estar fora do fato determinado, e para que se enviassem todas as quebras de sigilo, materiais e documentos adquiridos ao longo da CPI para o Ministério Público, que já é dono e tem ação em todos esses casos. Somando esse material ao que já tinha, o Ministério Público poderia fazer as ações e elas seriam legais.

Durante a discussão, houve um acordo: o Senador Garibaldi tiraria do seu relatório o texto indicativos de legalização dos bingos e, depois, faria um projeto de lei para ser apensado aos demais projetos existentes. A partir daí, haveria uma discussão na CCJ e adotaríamos posições baseando-nos em investigações concretas.

Como se pode mandar legalizar ou fechar bingos sem nunca tê-los investigado, sem que se saiba do que se está falando? Então, é necessária uma discussão ampla e ela está posta. Deve-se tomar uma posição. Acontece que, hoje, havia uma confusão doida na imprensa: jornais diziam que o relatório votado mandava legalizar os bingos.

O indicativo foi do Senador Antonio Carlos Magalhães, ontem, e de Jefferson Péres. Houve concordância, acatada pelo Relator e pelo Presidente, para retirar essa parte e mandá-la à Mesa, para depois ir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sendo apensado aos demais projetos. E é isso que tem de ficar. Já solicitei todas as degravações, já as li e ouvi as gravações de que esse é o acordo: que saia do relatório. Em seguida, votei com o Senador Garibaldi por ter S. Ex^a a concordância de que tudo que for investigado seria mandado imediatamente, Senador Marcos Guerra, para o Ministério Público, para que este órgão pudesse dar continuidade às investigações. Razão pela qual votei com o Relator. Até porque, uma vez aprovado o relatório de S. Ex^a não teríamos como votar nem o voto do Senador Alvaro Dias, que também pede a retirada do texto relacionado aos bingos, e não teríamos como discutir o meu voto se o relatório fosse aprovado, como o foi.

Prometi, Senadora Heloísa Helena, aos servidores do bingo encaminhá-los. Irei com eles ao Ministro do Trabalho, à Casa Civil, levando essa proposta, por escrito, no sentido de que o Governo lhes abra a possibilidade de serem absorvidos pelos três "esses". Até porque, no Paraná, na terra do Requião, S. Ex^a fechou os bingos, foi para a porta dos bingos e falou: "Aqui não abre!" Parabéns ao Requião! No Rio Grande do Sul, os bingos estão fechados. Então, para onde irão esses servidores? É como o discurso de que vamos acabar com o polígono da maconha sem discutirmos uma alternativa para os produtores que lá vivem, os trabalhadores pobres. É preciso que se faça um plano. É preciso que o Governo, com seus instrumentos no Ministério da Agricultura, faça um plano, juntamente com o Banco do Brasil, para financiar um outro tipo de safra, seja de milho ou seja lá do que for, para substituir a do polígono da maconha, creio que já teríamos resolvido aquele problema. Entretanto, lá, chega a Polícia Federal para queimar a produção. Basta a Polícia sair para plantarem novamente. Não é esse o instrumento.

Quanto aos servidores do bingo, eu os levarei lá, porque os três "esses" podem muito bem absorvê-los. O pessoal na CNTur está à disposição do Governo no sentido de absorvê-los na rede hoteleira do Brasil, na rede de churrascarias do Brasil, porque todos são garçons, garçonetes, cozinheiros, mestres de cozinha, que poderão ser absorvidos. E quanto ao segurança, que tem curso em segurança e está com a vida limpa, e faz isso para alimentar a sua família, que não foi expulso da polícia, que não está respondendo a processo criminal, que esses também sejam absorvidos! É possível fazer isso com rapidez e muita facilidade. Essa foi a razão pela qual votei com o Relator Senador Garibaldi Alves Filho, uma vez que S. Ex^a concordou em retirar do seu relatório o indicativo para a abertura de legalização do jogo no Brasil, porque não temos vocação. Pode-se dizer: "Não, mas vamos fiscalizar" Fiscaliza o quê? Não conseguiram fiscalizar sequer a GTech, que está dentro da Caixa Econômica Federal, que é uma multinacional. Não conseguem fiscalizar o INSS. Aliás, o pai do meu amigo Samuel, um músico maravilhoso, do Rio de Janeiro, recebeu aposentadoria durante um ano. Depois, recebeu um comunicado de que estava cortada sua aposentadoria. Ele não se importou, porque conseguiu um emprego em uma pedreira na Bahia e foi para lá quebrar pedra, sem a aposentadoria. Quando voltou, quatro anos depois, foi atrás dessa aposentadoria, porque nunca mais a tinha recebido. Lá, estava registrado que, durante quatro anos, a aposentadoria dele foi paga, sabe Deus a quem.

E vamos criar mais um instrumento, como os bingos, com a história de que vamos fiscalizar. Fiscalizar, como? Com o quê? Com que instrumento? Muito pelo contrário, a jogatina é instrumento de corrupção de polícia; é instrumento de corrupção da sociedade; da desgraça de tirar daqueles que menos têm, o desempregado, daquele que vai pela aventura, do aposentado. Não temos vocação!

Por isso, Senadora Heloísa Helena, venho a esta tribuna nesta noite para falar tudo isso para o Brasil. E mais: encorajou-se uma pesquisa, utilizando-se dos instrumentos desta Casa, o Senado, sem que a CPI tivesse conhecimento. E sabe o que deu a pesquisa? Apenas 15% são a favor de abertura dos bingos no Brasil. Senador Guerra, 85% são contra. Isso em qualquer pesquisa neste País; em qualquer pesquisa. Incorporei essa pesquisa ao meu voto para mostrar a nossa falta de vocação e o entendimento que o povo já tem com relação a isso.

Vivemos um momento desenfreado de violência. É sabido que o PCC prepara para o Brasil a chamada operação Vulcão, por meio da qual querem colocar fogo em ônibus, em todas as capitais brasileiras, ao mesmo tempo. O meu Estado e o do Senador Guerra, Senadora Heloísa Helena, está sofrendo neste momento, e a nossa população está amedrontada com os ônibus queimados nas ruas. Motoristas e cobradores desesperados, empresas tendo prejuízo, e o bonde da violência continua sendo comandado de dentro dos presídios por meio dos telefones celulares. Creio que mecanismo mais eficiente, e mais rápido, e mais inteligente do que bloquear celular é tirar das cadeias todos os pontos de tomada de eletricidade. Acabou. Não existe celular sem carregador, pelo amor de Deus!

É só tirar os pontos de acesso, e acabou! Não existe celular sem carregador. Se não há jeito de fazer de outra maneira, essa resolve. O bloqueio feito aos aparelhos celulares no Espírito Santo isolou quase que totalmente Vila Velha, Senador Guerra, por causa do Presídio da Glória. E o trabalhador, aquele que paga imposto, aquele que necessita estar monitorando o filho na escola fica prejudicado. Existem mecanismos mais rápidos.

Estamos vivendo esse bonde da violência. Falo com conhecimento, porque vivo em um Estado em que o povo está desesperado, angustiado, todos os limites foram quebrados, todos os limites foram desfeitos. Limites? Entendemos que não deveria sequer haver essa palavra com relação à violência, porque não há que suportar nada de violência. Violência em nenhum sentido é válida. Mas no Estado do Espírito Santo não tem cabimento, um Estado pequeno, bonito, rico, onde a violência campeia e grassa por todos os lugares, cau-

sando incertezas, inquietações, e o comportamento amedrontado de toda a população, dos pais que têm filhos que estudam à noite, na inquietação dos pais que não dormem enquanto seus filhos não voltam ou enquanto não chega o ônibus escolar que levou o garoto para a escola, para o pré, a angústia enquanto a Kombi não pára na porta da casa, porque seus filhos podem ser vítima de uma bala perdida, até de um incêndio no meio da rua. Para onde vamos, se entendemos que colocar dinheiro em segurança pública é gasto? Enquanto não entendermos segurança como investimento e tivermos uma política pública preventiva a partir da família, somos fadados ao insucesso. É preciso tratar com prevenção. É preciso tratar a partir do fortalecimento da própria família. É preciso haver conscientização do cidadão que é pai, da cidadã que é mãe, que são fumantes, bêbados. Até festa de aniversário de um ano comemora-se com bebida alcoólica. Em festa de 15 anos, é muita fumaça e muito álcool. Depois querem que a polícia resolva o problema deles – o problema da violência nas ruas –, quando, na verdade, estão produzindo cidadãos que fazem leituras negativas na vida de pai e de mãe e de formadores de opinião, inclusive políticos e artistas inconseqüentes, enfim, gente que deveria dar o exemplo, mas não dá. Com que tipo de cidadão estamos contribuindo para a formação da sociedade brasileira? E aí ficamos todos a reclamar, no momento em que a Nação vive o grande drama na questão da segurança pública. Então, é preciso que façamos nossa parte.

Eu precisava falar com a Nação, responder o porquê do meu voto com o Relator Senador Garibaldi Alves, por quem tenho o maior respeito do mundo, e que teve a grandeza – espero que isso seja mantido, que não tenhamos um desencontro, porque aí teremos uma grande batalha com relação a esse relatório – de retirar esse indicativo, porque é dos mais nefastos, dos mais impensados e desnecessários para uma Nação que vive tanta violência, que é a legalização dos bingos.

Agradeço a V. Ex^a pela benevolência no tempo; agradeço aos Senadores Guerra e Leomar Quintanilha. Ao Senador Leomar, quero dizer da minha tristeza, porque S. Ex^a aparteou a todos, menos a mim – daí eu o observava. Espero que V. Ex^a tenha sucesso como candidato a Governador de seu Estado, porque V. Ex^a é uma boa figura.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Ainda bem que V. Ex^a me instigou. Penitencio-me, pedindo o ensejo de participar desta discussão, se V. Ex^a me conceder um aparte.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já concedi.

O Sr. Leomar Quintanilha (PcdoB – TO) – Senador Magno Malta, primeiramente, é um privilégio conviver com V. Ex^a, principalmente compartilhando idéias, ou delas divergindo, notadamente na Comissão de Participação Legislativa, que foi uma inovação desta Casa e que estimulou de forma acentuada a participação da população brasileira nas discussões que são travadas aqui e na Câmara, no Congresso Nacional. Sobre essa questão dos bingos, espero que tenhamos oportunidade de conversar mais vezes, porque, em alguns pontos, concordo com V. Ex^a, mas divirjo de V. Ex^a em outros. Acho que há uma exploração muito grande nessa modalidade de jogo por parte de marginais, o que revela a fragilidade da estrutura de fiscalização, vigilância e repressão estatal, e isso dificulta muito. Surpreende-me o dado que V. Ex^a traz de uma pesquisa dando conta de que apenas 15% da população aprovaria a regulamentação do bingo. Na verdade, o próprio Estado patrocina um número enorme de jogos. Temos loterias de toda sorte. E convivemos ainda com o que não é regularizado e com o que não conseguimos acabar, que é o jogo do bicho. Então, espero que possamos, num momento mais oportuno, discutir melhor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Aliás, os bicheiros hoje são parte significativa desse processo. Grande parte dos bingos, nos grandes centros, pertence aos bicheiros.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – E a disseminação das chamadas máquinas caça-níqueis é um negócio impressionante. É contravenção, é proibido, mas vemos a cada dia a sua multiplicação em todas as partes do País – em postos de gasolina, em farmácias, no pequeno comércio. Principalmente nas cidades menores, hoje vemos a multiplicação desses jogos. Então, é preciso acabar efetivamente com essa sensação de impunidade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Citarei um dado que não sei se V. Ex^a conhece. Nesses pequenos supermercados existentes nos bairros da periferia, há máquina caça-níquel, e o dono fatura mais com a máquina do que com o supermercado.

Neste final de semana, a revista **Época** trouxe uma matéria importantíssima, citando os dois filhos de Castor de Andrade, que disputam as máquinas caça-níqueis no Rio. Só um deles tem sob o comando 80 policiais para mantê-las funcionando. Veja a dimensão da corrupção, do envolvimento da máquina repressiva de Governo por conta da jogatina, pela nossa falta de vocação. Avalie V. Ex^a: se abrimos isso, viraremos o paraíso do mundo, porque todos serão atraídos para cá.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Na verdade, em muitos países que conhecemos, inclusive avançados e com nível de escolaridade médio superior ao nosso, ficamos até surpresos e estupefatos com a movimentação e divulgação de cassinos. Mas acho que V. Ex^a tem razão. Essa discussão da CPI dos Bingos foi um negócio muito interessante. Nós, que estamos nesta Casa, sabemos que as CPIs começam de uma forma, e ninguém sabe para onde vai derivar e como vai terminar. Efetivamente, o que menos se discutiu na CPI dos Bingos foi exatamente a questão dos bingos. Espero que tenhamos a oportunidade de – não sei se poderá acontecer, não sei se será apensada aquela proposta de discussão a começar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – estimular esse debate. Espero que participemos ativamente dessa discussão, procurando encontrar o que poderá ser melhor para o País.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Realmente. Reafirmo que se perdeu a grande oportunidade de investigar a jogatina no Brasil, porque a CPI se prestou muito mais a ataques ao Presidente Lula, ao Partido dele. A CPI virou um ringue, um tatame para pontapés, chutes e socos entre dois ou três partidos que disputam a hegemonia dentro de um processo eleitoral. Perdeu-se de fato uma grande oportunidade, porque a CPI virou muito mais uma ocasião de ataque do que de prestação de serviço de investigação ao País.

Lamento, mas, se tivermos a partir daí a possibilidade da discussão, certamente poderemos contribuir para o País, responder ao País e dar a contribuição que temos na mão, que é o processo legislativo, e construir instrumentos para o Judiciário e para a sociedade – construir e fazer as leis da melhor maneira possível para atender à sociedade brasileira.

Agradeço à Senadora Heloísa Helena e ao Senador Leomar Quintanilha.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço-lhe, de coração, o importante renunciamento, Senador Magno Malta.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, pelo tempo que entender necessário para seu pronunciamento.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, nossa querida Presidente, eminentes Senadores, nesta noite avançada, eu gostaria apenas de fazer um registro.

O PCdoB é um dos mais antigos Partidos deste País, é um Partido forjado na luta pela democracia, pela liberdade, pela igualdade de direitos e pela soberania

nacional. O PCdoB existe nas trincheiras partidárias do meu Estado, o Tocantins, desde sua criação, há pouco mais de 17 anos, mas é um Partido em fase de reestruturação. Agora, que tenho a honra de a ele pertencer, buscamos dar-lhe nova dimensão, reestruturando suas forças, procurando fazer com que esteja presente em cada um dos Municípios e com que possa, efetivamente, participar das discussões das políticas públicas no meu Estado, o Estado de Tocantins.

E é por isso que o PCdoB estará, no próximo dia 25, domingo, pela manhã, reunindo os seus filiados, seus líderes, para a realização da sua convenção estadual, para definição e escolha das candidaturas às vagas que serão disputadas na próxima eleição. O PCdoB terá candidato a Governador, a Vice-Governador, a Senador, a Deputado Federal, a Deputado Estadual. Enfim, o Partido vai se inserir definitivamente no processo de discussão democrática que existe no Estado há muito tempo. É um Partido em fase de estruturação, mas pretende ser o grão de mostarda semeado em terreno fértil, que é o Estado, um Estado promissor, que foi criado, exatamente, para erigir-se sem os vícios, sem os problemas, sem os cacoetes que tomam conta de muitos Estados brasileiros, numa deformação política que prejudica, sobretudo, os mais pobres, os mais necessitados. O PCdoB pretende ser o grão de mostarda para apresentar uma proposta modernizante ao Estado do Tocantins, uma proposta que tem como foco primeiro, prioritário, o cidadão, o ser humano, entendendo que as políticas públicas no Estado têm, efetivamente, de priorizar as nossas crianças, a juventude, os nossos idosos, homens e mulheres, que, com o seu esforço, com o seu trabalho, com a sua inteligência, constroem a grandeza do Tocantins.

Não queremos, eminente Senadora Heloísa Helena, meu querido amigo e companheiro, ilustre Senador Magno Malta, que esse Estado novo, de infra-estrutura rural, cuja população se debate em enorme dificuldade para superar os seus problemas e os seus sofrimentos, já experimente, de forma tão acentuada, os constrangimentos que cidades e Estados importantes da Federação vêm experimentando com a violência e com a criminalidade.

Não temos e não queremos abrigar no Estado do Tocantins situações constrangedoras como as que estamos assistindo, em que cidades importantes do Brasil têm setores reféns do crime. Ali, nós queremos evitar que isso ocorra, combatendo principalmente a causa, protegendo e dando a condição adequada à educação e à criação das nossas crianças, procurando ocupar de forma saudável e edificante a nossa juventude, com ensino de qualidade, com oportunidade laboral, com envolvimento nas atividades culturais, recreativas e

desportivas, para que o jovem, tendo seu tempo ocupado com esse tipo de atividade, que lhe será útil no momento e na sua vida futura, não tenha tempo para percorrer os descaminhos da vida.

Queremos, no Tocantins, já discutir inovação tecnológica, utilizar os recursos da ciência e da tecnologia como forma de inclusão social, para dar oportunidade aos mais pobres e necessitados, para combater, fortemente, o desemprego e evitar que o Estado, novo, moderno, rico e promissor, que foi inclusive anunciado pela ONU como o coração, o centro da última fronteira agrícola do planeta, esteja, em detrimento do desenvolvimento da sua população, importando os insumos comezinhas e básicos para a sustentação da nossa gente. Não posso me conformar em ver o Tocantins importando farinha de mandioca, ovo de galinha, feijão, arroz, milho e óleo, a necessidade básica num Estado cuja vocação natural são exatamente as atividades econômicas do setor agropastoril. Não posso ver a força da nossa economia saindo do Estado **in natura**, sendo a ela agregado valor, gerando emprego, riqueza, impostos em outros Estados e, depois, voltando o produto manufaturado ou industrializado para o Tocantins; em benefício da industrialização, da construção, da agricultura, do trabalho em outros Estados, e em detrimento do desenvolvimento da nossa gente.

Uma das atividades econômicas mais importantes do Tocantins é a pecuária. Temos oito milhões de cabeças de gado bovino, de boa qualidade, oito vezes a população humana, e mal sabemos o que é feito desse produto. Se o desfrute for de apenas 20%, serão um milhão e seiscentos mil cabeças de gado abatidas no Tocantins, de cuja carne mal sabemos o que é feito, que é exportada na sua condição primária, os quatro quartos ou uma pequena parte desossada. Mas, e a pele, e o couro da melhor qualidade, que poderia estar fomentando a indústria de calçados, de couro, de mala, de bolsa, dando emprego para nossa gente, gerando riquezas para nosso Estado? O sebo, que vai embora, que poderia estar sendo utilizado no território tocantinense como matéria-prima para o fabrico de sabão, sabonete, detergente, amaciante, cosmético, biodiesel? E, no entanto, sai a matéria-prima **in natura**, baratinha, e, lá fora, a ela é agregado valor, manufaturada, industrializada e vem para comprarmos, com dificuldade, sem emprego, sem geração de receita, sem rendas no Estado. E as vísceras, o chifre e o osso, para não falar de outras matérias-primas que saem do Tocantins **in natura**, dando alegria e satisfação para outros Estados, para produtores, para homens e mulheres de outros Estados, em detrimento do povo tocantinense?

Só há uma coisa no Tocantins que produzimos muito, que é energia elétrica. E, de seis partes da ener-

gia elétrica ali produzida, uma é utilizada no Tocantins; as outras cinco são vendidas para os Estados mais ricos da Federação: para o próprio Distrito Federal e para os Estados das Regiões Sul e Sudeste. E, passem, a energia para o povo mais rico é vendida mais barata do que para o tocantinense. Estamos vendendo para a população tocantinense a quarta energia mais cara do Brasil.

Então, com a intenção de baixar o preço da energia, de estimular a industrialização do Estado, de melhorar e aprimorar a educação e a formação das nossas novas gerações, de combater, efetivamente, o desemprego é que o PCdoB estará, a partir do dia 25, anunciando a sua proposta de transformação para o Estado numa bela convenção que será realizada no Memorial Prestes, na principal praça do Estado do Tocantins.

Espero que todos possam estar lá, os tocantinenses e o Brasil inteiro, para ver que, no coração do Brasil, ainda existe um Estado que quer, efetivamente, participar, inserir-se nesse modelo e no processo de desenvolvimento do País. E o Tocantins haverá de dar a sua contribuição para que o Brasil possa encontrar o caminho da prosperidade, onde a sua população possa usufruir desse processo de desenvolvimento.

Senadora Heloísa Helena, obrigado pela generosidade de V. Ex^a de, até nestes minutos, nestas horas avançadas da noite, estar ouvindo este registro que considero importante para o PCdoB e para o Tocantins.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha, inclusive pela paciência de esperar para fazer uso da palavra.

Muito ainda havendo a tratar, mas sem mais oradores inscritos, encerraremos a sessão. Que tenhamos todos vergonha na cara e amor no coração.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Alvaro Dias, Valmir Amaral, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, João Tenório, João Batista Motta e a Sr^a Senadora Serys Slhessarenko enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou, há pouco, o relatório anual de atividades 2005, sob o significativo epíteto “Descentralização”.

Na verdade, o tema traduz o princípio das ações de saúde adotadas no processo atual de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Aproveito, portanto, o lançamento do relatório para tecer breves comentários sobre o papel da Anvisa no projeto brasileiro de superação de suas deficiências infra-estruturais.

Retrospectivamente, tal descentralização se instaura com a edição da Portaria nº 2.473/03, quando se fixam normas para uma programação pactuada das ações de Vigilância Sanitária no âmbito do SUS. De fato, desde a institucionalização da Anvisa, o repasse de recursos financeiros pelo órgão federal de Vigilância Sanitária aos demais níveis de governo se converteu em prática normativa, atendendo a uma antiga reivindicação do sistema de saúde.

De fato, ao envolver no debate gerencial gestores estaduais e municipais, a política nacional de saúde enfatizou a descentralização como ponto crucial para fortalecer as Vigilâncias Sanitárias locais. Isso, na prática, significa endossar uma proposta de gestão de recursos financeiros mais adequada às realidades municipais e estaduais do País.

Vale recordar, no entanto, que, já em 2000, a Anvisa havia elaborado um contrato que pactuava, com os Estados da Federação, a execução de ações de média e de alta complexidade em Vigilância Sanitária. Intitulado Termo de Ajustes e Metas (TAM), visava a proporcionar melhores condições de gestão sanitária nos três níveis de governo.

Desde então, já se tinha consciência de que, para obter maior êxito administrativo, um gerenciamento descentralizador deveria requerer um entrosamento mais eficiente entre a Anvisa e outras entidades afins. Desse modo, aprimorou-se o projeto de estabelecer novos convênios e termos de cooperação técnica, não somente com instituições do Governo Federal, mas também com as demais instâncias do Poder Público.

Tais parcerias envolvem, naturalmente, uma aposta expressiva na qualificação de profissionais dos ramos de produção de alimentos, bem como no financiamento de cursos de especialização para profissionais de saúde. Mais que isso, um acento especial tem sido posto sobre a educação social para o consumo racional de medicamentos. Com isso, espera-se garantir uma disseminação pedagógica de informações relacionadas à Vigilância Sanitária em todo o País.

Não por acaso, as parcerias se multiplicaram em 2005, solidificando laços de afinidade e identidade entre instituições, mediante termos técnicos e contratos. Vale destacar, ao menos, três significativas novas parcerias, unindo os interesses da Anvisa com os respectivos interesses do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas (Sebrae), da Caixa Econômica Federal e do Ministério do Turismo.

Ao lado disso, em 2005, a agência celebrou 20 convênios com universidades brasileiras, com o exclusivo propósito de monitoramento de propaganda e publicidade. Com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), selou uma parceria indispensável para a execução do projeto “Informação e Educação ao Consumidor em Vigilância Sanitária”. Com os Programas Estaduais de Proteção e Defesa do Consumidor (Procons), foi firmada outra parceria, mediante a qual se determinou a implantação de núcleos de “Educação para o Consumo Consciente de Medicamentos e Produtos do Setor Saúde” em 50% dos estados brasileiros.

Nessa linha, não foi surpresa constatar que, para o ano de 2005, o Termo de Ajustes e Metas (TAM) da Anvisa teve como principal diretriz estratégica reforçar o desenvolvimento de recursos humanos e a política de financiamento. Do lado operacional, privilegiaram-se atividades de inspeção sanitária, estrutura laboratorial, sistema de informações, toxicologia, farmacovigilância e hemovigilância. Aliás, inovação comprovadamente excepcional consistiu em instituir uma ouvidoria, destinada a atender às reclamações da população.

O resultado disso foi a elevação do índice de adesão de municípios ao TAM, em 2005. Nada menos que 142 novas prefeituras assinaram convênio com a Anvisa, totalizando um percentual de expansão correspondente a 24% em relação ao ano anterior. Cabe lembrar que, em 2004, 598 municípios já haviam pactuado o TAM com a Anvisa, 72% dos quais localizados no Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, apesar da expressividade dos números, é preciso reconhecer que nem tudo são flores. O relatório em apreço admite que o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária ainda não está suficientemente estruturado. Aponta para a necessidade inadiável de formular o Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA), com o propósito de assumir compromissos reais de mudança do panorama sanitário brasileiro.

Ciente dessa falha, a direção da Anvisa decidiu criar, no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite, um grupo de trabalho para tratar do problema. Para tanto, reuniu representantes da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e agentes da própria Anvisa. No decorrer de 2005, houve oito reuniões de trabalho, por meio das quais se buscou sistematizar um documento-base para a elaboração do PDVISA.

Para 2006, estima-se que o plano diretor venha a ser consolidado, após democraticamente discutido com

diversos segmentos da sociedade, e aprovado pelos técnicos e gestores do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Nessa lógica, opera-se com a expectativa de que o processo culmine na montagem de oficinas macrorregionais, para a consolidação do resultado das discussões na forma de um documento final.

Diante do exposto, não seria exagero afirmar que a Anvisa consolida-se, hoje, como estrutura de regulação, de retaguarda técnica e de coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Cumpre à risca sua função primeira de identificar os principais problemas sanitários a que está sujeita a população brasileira. Após a etapa de identificação, seus agentes esboçam um conjunto de ações capaz de debelar os males detectados, com a convicção de maximizar os esforços nacionais por um Brasil menos subdesenvolvido.

Em suma, sob o lema da descentralização, que resume o espírito político-administrativo da Anvisa, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária empresta visíveis contribuições ao processo de desenvolvimento do País. Distribuindo recursos financeiros de acordo com uma diretriz acertada de descentralização administrativa, a Anvisa compartilha laços de responsabilidade política com as demais esferas de governo. Enfim, ao registrar relevantes planejamentos, decisões e resultados, o relatório 2005 se converte em preciosidade histórica no processo de desenvolvimento sanitário brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – completou ontem 54 anos. Ex-autarquia Federal criada pela lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, foi enquadrado como uma empresa pública Federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, pela lei n.º 5.662, de 21 de junho de 1971.

Ao comemorar mais de meio século de existência o BNDES vivencia uma fase de pouca demanda por recursos da instituição. É mister destacar que ao longo da gestão do presidente Lula o banco de fomento não conseguiu reverter essa tendência declinante, concretizada no ritmo fraco dos seus desembolsos.

Este ano, por exemplo, o banco dispõe de R\$60 bilhões, mas já trabalha com uma expectativa de liberar R\$50 a R\$52 bilhões. Nos cinco primeiros meses do ano, desembolsou R\$13,6 bilhões, valor 10% abaixo do liberado no mesmo período de 2005. Deste total, mais da metade, ou R\$7,4 bilhões, foram destinados ao financiamento de ferrovias, aeronaves da embraer,

ônibus e caminhões. A indústria levou R\$6 bilhões e a infra-estrutura, R\$3 bilhões.

Vale ressaltar que a forte liquidez internacional tem levado as grandes empresas a trocarem o financiamento do BNDES por captações externas, com juro muito mais baixo, de até 4% ao ano em muitos casos.

Nesse contexto, é fundamental que na reunião da próxima semana o Conselho Monetário Nacional autorize uma redução expressiva da taxa de juros de longo prazo – TJLP.

Como é do conhecimento dos senhores e senhoras senadoras a taxa de juros de longo prazo – TJLP – foi instituída em novembro de 1994, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES.

Hoje, a taxa está em 8,15%. As expectativas de líderes empresariais é que ela caia para o patamar de 7%. Gostaria de ressaltar que é factível o patamar desejado de 7% para a TJLP : considerados os cálculos do comportamento da inflação e do risco Brasil até agora – IPCA de 4,5% a 4,2% e risco Brasil entre 274 e 260 pontos, é viável propor uma taxa já agora na casa dos 7%.

A nova TJLP, somada ao spread básico do banco de 2%, baixaria o custo do dinheiro para financiamentos diretos a grandes empresas para 9,65%, no máximo. hoje estão em 10,15% (TJLP de 8,15%). e os indiretos, cairiam para 11% a 12% ao ano, contra atuais 13% a 14%.

Lideranças empresariais atribuem o fraco desembolso do banco a uma “esfriada” nos investimentos por conta do câmbio. É inegável que a taxa cambial constitui um desincentivo às empresas que têm no mercado internacional a base de sua estratégia. Um dos fatores de desequilíbrio nos investimentos no Brasil é o custo do capital. O BNDES responde por 6% a 6,3% de todo o crédito que circula no mercado doméstico.

Nessa oportunidade saudamos o corpo técnico dessa importante instituição de fomento – BNDES – e renovamos o nosso desejo – que é tradução de um movimento da sociedade brasileira – de que haja mais transparência na concessão dos empréstimos externos do BNDES, notadamente nos financiamentos da infra-estrutura de países limítrofes.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o art. 86 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, instituiu o Dia do Desporto, a ser comemorado todo dia 23 de junho. A data, evidentemente, não foi escolhida por acaso: é no 23 de junho que se co-

memora o Dia Mundial do Desporto Olímpico. E isso porque foi nesse dia, no distante ano de 1894, que o Barão Pierre de Coubertin fundou o Comitê Olímpico Internacional, o COI, instituição que comanda, desde então, o esporte em nosso planeta.

Cumpre destacar, Sras e Srs. Senadores, que esse artigo 86 da Lei nº 9.615 tornou sem efeito o artigo 54 da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, que instituía o 19 de fevereiro como o Dia do Desporto. Portanto, antes de mais nada, é preciso que se desfaça o mal-entendido: o Dia do Desporto deve ser comemorado, efetivamente, no dia 23 de junho, e não em 19 de fevereiro.

Nada mais justo! Afinal, nestes tempos de valedor, nestes tempos em que o mais importante é a vitória a qualquer custo, nestes tempos em que parece consolidada a convicção de que “o feio é perder”, nunca é demais associar a prática do esporte à figura do Barão Pierre de Coubertin. Até para que possamos recordar, em todos os momentos, seu ensinamento de que o que mais conta, em qualquer circunstância, é competir com honra e dignidade.

Nesse sentido, Sras e Srs. Senadores, há que se louvar o esporte, sempre, como fator de congraçamento entre as pessoas; e, mais ainda, como instrumento de aproximação entre grupos e nações.

Não foram poucas, ao longo da História, as ocasiões em que o esporte exerceu essa nobre função. No auge da Guerra Fria, por exemplo, no auge da dicotomia comunismo versus capitalismo, um torneio de pingue-pongue tornou menos tensas as relações entre a China e os Estados Unidos. Numa partida da Copa do Mundo de 1998, jogadores de futebol dos Estados Unidos e do Irã posaram juntos para uma foto, logo após entrar em campo. Irmanados no espírito do esporte, esqueceram por alguns momentos as quase duas décadas que haviam transcorrido desde a crise dos reféns. O quadriculado da camisa da seleção da Croácia, que nos enfrentou na primeira fase deste Mundial da Alemanha, faz referência a uma disputa entre facções inimigas locais, uma simbolizada pela cor vermelha, outra pela branca, disputa essa que foi solucionada num torneio de xadrez.

São inúmeros, enfim, os exemplos que poderíamos lembrar, todos a apontar a contribuição do esporte para a saudável e harmoniosa convivência entre os seres humanos.

Mas o desporto, Sr. Presidente, faz muito mais que aproximar pessoas e nações. São inegáveis, afinal, os benefícios que ele traz à saúde física e mental daqueles que o praticam. A tal ponto que a vida sedentária, ou seja, aquela que se leva sem fazer qualquer exercício físico, tornou-se sinônimo de vida sem qualidade.

Nessa linha, embora reste muito chão a percorrer, o Brasil tem motivos para comemorar. Pelo menos, é isso que nos revela o **Atlas do Esporte no Brasil**, publicação lançada há pouco mais de um ano, que fez um amplo diagnóstico da prática do esporte em nosso País.

Ao classificar como esporte não só a disputa de campeonatos, mas também toda a atividade física de competição, ou por motivos de saúde, ou por motivos estéticos, ou por simples lazer, o que abrangia desde a pelada do final de semana até a prosaica caminhada diária, as pesquisas realizadas para a elaboração do Atlas constataram que, entre as pessoas em condições de exercer alguma atividade esportiva, 89% efetivamente o faziam. Isso equivalia, na época, a 110 milhões de brasileiros. Cabe ressaltar ainda que, daqueles 89% que podiam ser classificados como esportistas, 51% cumpriam a atividade com regularidade; 12% eram muito ativos, ou atletas; e 26% se declararam ocasionais. Em resumo: a publicação chegou à conclusão de que apenas 11% dos brasileiros podiam ser considerados sedentários.

São números como esses, Sras e Srs. Senadores, que nos levam a ser otimistas. Se nossa população mantiver sua dedicação às práticas esportivas – mais ainda, se conseguirmos atrair para tais práticas aqueles 11% de sedentários –, é bem provável que diminuam, em nosso País, os índices de mortalidade por doenças cardiovasculares e coronarianas; é bem provável que haja menos casos de diabetes; é bem provável que se note uma redução no número de brasileiros afetados por depressão ou ansiedade.

Outro aspecto de grande relevância, Sr. Presidente, diz respeito à caracterização de esporte como fenômeno econômico. O Atlas que mencionei há pouco chegou à conclusão de que a atividade emprega, em nosso País, um milhão e meio de pessoas, das quais 870 mil diretamente. Ora, isso equivale, por exemplo, a um quarto da população empregada na construção civil.

Quanto aos recursos financeiros envolvidos, a publicação destaca que a indústria do esporte movimenta no Brasil, anualmente, US\$12 bilhões, o que equivale a 1,7% de nosso Produto Interno Bruto.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, neste 23 de junho, neste dia em que se comemora o Dia do Desporto, quero saudar, de forma muito carinhosa, todas as brasileiras e todos os brasileiros que se dedicam à prática do esporte: os 23 milhões que jogam futebol; os 15 milhões que jogam vôlei; os 12 milhões que se dedicam ao tênis de mesa; os 11 milhões que praticam natação; os 2 milhões que fazem atletismo; os 2 milhões que fazem judô; os milhões e milhões de

compatriotas que jogam tênis, basquete, bocha, e tantas outras modalidades, ou que simplesmente correm ou caminham em nossas ruas e parques.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nos dias de hoje, a diversificação de culturas deve ser parte indispensável da estratégia de crescimento do agronegócio. No Espírito Santo, vivemos, até o final dos anos 60, numa economia essencialmente agrária, assentada na monocultura do café. O perfil do Estado sofreu uma transformação radical nas últimas décadas, com a rápida industrialização, mas o papel exercido pela atividade agrícola continua sendo essencial para o seu desenvolvimento.

O agronegócio capixaba exportou no ano passado mais de US\$1 bilhão, e está aprendendo a diversificar sua pauta de produtos. Embora o café e a celulose ainda respondam por cerca de 90 por cento do total das exportações, novos itens apresentam participação crescente, como sucos de frutas, mamão papaya, leite em pó e especiarias como o gengibre e a pimenta-do-reino, da qual somos agora o segundo maior exportador do País.

Com uma diversidade de climas e solos encontrada em poucas regiões do Brasil, o Espírito Santo oferece condições para o cultivo das mais variadas espécies. Aliado às condições geográficas, o fato de termos uma economia que, historicamente, sempre esteve voltada para o comércio exterior incentiva o interesse pela exploração de produtos com aceitação no mercado externo.

A diversificação do agronegócio capixaba vem gerando empregos no campo e dando início a um processo de formação de novos pólos econômicos no Interior do Estado, fatores importantes para a redução das desigualdades regionais e do êxodo rural.

Alguns números comprovam o acerto da estratégia adotada pelos agricultores capixabas: o Estado tornou-se o maior produtor de coco verde, para consumo de água, exporta US\$11 milhões anuais em peixes, moluscos e crustáceos e US\$4 milhões por ano em sucos de frutas. Neste último item, as exportações eram inexistentes apenas três anos atrás. No caso do gengibre, o salto foi de mais de 240 por cento no mesmo período, de US\$675 mil para US\$2,3 milhões em exportações em 2005.

Para que o dinamismo da atividade agrícola não fique exposto à influência de circunstâncias adversas, são indispensáveis políticas de incentivo descentralizadoras, como a versão capixaba do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf,

que investe recursos em obras de infra-estrutura e na aquisição de equipamentos, beneficiando pequenos agricultores, e programas desenvolvidos por órgãos como o Sebrae do Espírito Santo, que proporcionam assistência especializada para melhorar a produtividade. A diversificação da agricultura capixaba prova que o agronegócio brasileiro dispõe de espaço para crescer e competir, desde que receba os incentivos adequados e saiba adaptar-se às necessidades do mundo globalizado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar a matéria intitulada "Ajuste fiscal mais profundo ameaça gastos sociais", publicada

pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 19 de junho do corrente.

Segundo a matéria, estudo mostra que choque de gestão não basta: mínimo e transferência de renda seriam atingidos.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ajuste fiscal mais profundo ameaça gastos sociais

Estudo mostra que choque de gestão não basta: mínimo e transferência de renda seriam atingidos

Fernando Dantas
RIO

O Brasil tem de limitar o crescimento das suas despesas sociais, caso pretenda reduzir o ritmo de expansão das despesas empreendidas pelo governo federal — a principal recomendação de boa parte dos economistas para que o País consiga encerrar um ciclo de crescimento sustentável.

Em recente estudo conduzido pelos economistas Manoel Almeida, Fábio Giambiagi e Samuel Prashad, uma análise detalhada do crescimento das despesas primárias (deflacionadas) de governo federal de 1981 mostra que não é possível fazer um ajuste sólido do gasto público apenas na base de maior controle das despesas ligadas ao funcionariado e à manutenção pública. Será preciso menorar os despesas sociais — in-

cluindo o impacte dos aumentos reais do salário mínimo na Previdência — que vão contribuir para reduzir a desigualdade entre os principais representantes da população e o presidente Lula.

Estamos elevando a carga tributária para financiar sucessivamente o déficit primário do PIB entre 1991 e 2005, levando a taxas elevadas para balanço municipal (1,7 ponto percentual), benefícios de INSS (4,2 pontos percentuais), aumento de 3,4% para 7,8% no período) e encargos da "outras despesas de consumo e capital" (GCC)*, com 2% de incremento.

A análise constata, em boa parte, o deslocar a GCC, que equivale a programas de transferência de renda, gastos com educação e saúde e despesas com material de consumo do governo (viagens, reuniões etc.). Elas mostram que a principal causa de

aumento de 0,9% do PIB em 1991 para o nível atual de 2005 é a despesa com funcionários da Previdência, que cresceu 28%. Essas palavras, se despeçam com a funcionalidade ativa, pelo menos até 2005, não terão de estabelecer relação com o que era 15 anos antes.

A maior parte do aumento da despesa primária de 9 pontos percentuais do PIB entre 1991 e 2005 veio das taxas elevadas para balanço municipal (1,7 ponto percentual), benefícios de INSS (4,2 pontos percentuais), aumento de 3,4% para 7,8% no período) e encargos da "outras despesas correntes e capitais" (GCC)*, com 2% de incremento.

A análise constata, em boa parte, o deslocar a GCC, que equivale a programas de transferência de renda, gastos com educação e saúde e despesas com material de consumo do governo (viagens, reuniões etc.). Elas mostram que a principal causa de

incremento da GCC é na programação de transferência de renda, e não o corte do governo.

Tomando como base dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Sinfis) do governo federal, os economistas mostram que o gasto público não-financeiro do governo, excluindo investimentos e transferências para Estados e municípios, cresceu de 16,1% do PIB em 2001 para 17,7% em 2005. Neste período, o desprédio do INSS e as "despesas correntes sociais" expandiram-se

grandeza surpreendente, como o Bolsa Família, programas de transferências da Educação e da Saúde.

O trabalho mostra também que despesas direcionadas a consumidores individuais, passageiros, aeroportos, rodoviários, contratações temporárias etc. — caíram de 2,4% do PIB em 2001 para 2% em 2005.

"Assim, o que parece, segundo eu, é o ritmo de crescimento recente, tão criticado, das gastos públicos", escrevem os economistas.

Os gastos sociais, por sua vez, passaram de 1,8% do PIB em 2001 para 2,7% em 2005. Incremento de 0,9 ponto percentual. Quase 90% desse aumento, ou 0,7 ponto percentual do PIB, derivado de programas sociais, como Bolsa Família, previdenciários da União, califras de 2,4% para 2,9% do PIB. *

frigo de Previdência Constitucional (BPC), benefícios menores aos idosos e aos deficientes pobres), sobre salarial e seguro-desemprego. Suas programações de transferência de renda estavam de 0,7% do PIB em 2001 para 1,1% em 2005, crescimento real de cerca de 20% ao ano.

O segundo vilão do crescimento das gastos primários é a Previdência, que saiu de 8,7% do PIB em 2001 para 8,6% em 2005, alta de 0,9%. Este crescimento veio do INSS, isto é, da Previdência que abrange o setor privado, e não dos inovadores pensionistas da União. As despesas do INSS saíram de 6,3% para 7,3% do PIB, respondendo por 1,1% do PIB, contra gastos previdenciários da União califras de 2,4% para 2,9% do PIB. *

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para, mais uma vez, comentar o episódio que culminou com a depredação da Câmara dos Deputados, no último dia 6 de junho, promovida pelo MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra, e organizada pelo ex-secretário de Mobilizações Populares da Executiva do Partido dos Trabalhadores e amigo pessoal do presidente Lula, Bruno Maranhão.

As matérias e artigos publicados pela imprensa nacional deram destaque à invasão e ao fato de que o governo Lula “transformou o Brasil no território livre da baderne”.

Sr. Presidente, para que fique registrado para o historiador do futuro, solicito que as matérias e os artigos abaixo relacionados sejam considerados como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passem a constar dos Anais do Senado Federal.

**NO MAIS VIOLENTO ATAQUE
AO CONGRESSO NACIONAL
DESDE A DITADURA MILITAR,
500 SEM-TERRA MOSTRAM
TODO O SEU DESPREZO
PELO SÍMBOLO DA
DEMOCRACIA — E COLHEM
UMA CRÍTICA PÍFIA, APENAS
PROTOCOLAR, DO PT E DO
PRESIDENTE LULA**

Mas as cenas da terça-feira da semana passada não se limitaram à barbárie. Elas são ao mesmo tempo um insulto e um teste do grau de tolerância da democracia brasileira.

Por serem contra o Congresso Nacional, contra a casa das Leis, a casa do povo, contra o poder que simboliza a democracia e a liberdade, os sem-terra do MLST fizeram um ataque frontal à consciência democrática. Talvez seja a mais violenta e acintosa agressão à democracia desde que a ditadura militar fechou as portas do Congresso Nacional, em abril de 1977. “Eles atacaram em Brasília, no coração do poder, no Congresso Nacional, que é poder mais aberto da República. Quebraram tudo para deixar marca. Deixaram marcas como ameaça de que podem voltar”, afirma o jurista Paulo Brossard, ex-ministro da Justiça, que foi um dos mais lúcidos combatentes do regime militar. Por que os sem-terra atacaram o Congresso? Porque a reforma agrária não avança, os assentamentos estão parados? Porque são marginalizados, ninguém os ouve, não têm acesso aos parlamentares, ao presidente da República, ao Palácio do Planalto? Nada disso. Eles têm representantes no Congresso, recebem verbas públicas e são recebidos

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o segundo assunto é para comentar a matéria intitulada “Retrato do Brasil”, publicada pela revista **Veja** de 14 de junho do corrente.

A matéria destaca que um ano depois da invasão da fazenda do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em Buritis ter sido invadida, o Ministério Público de Minas Gerais pede o arquivamento do processo contra o Movimento dos Sem Terra, sem nenhuma punição aos sem-terra. A matéria ironiza que o documento é “uma leitura altamente edificante para entender o Brasil”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

As imagens de 500 militantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra invadindo e depredando as dependências do Congresso Nacional parecem, à primeira vista, conformar um ato tresloucado. Carregando pedras, galhos de árvore, pedaços de concreto e cones de trânsito, eles invadiram o Anexo 2 da Câmara dos Deputados e saíram quebrando tudo que viam pela frente. Viraram e destruíram um automóvel que estava em exposição para um sorteio dos funcionários, quebraram portas de vidro blindado, terminais de auto-atendimento, computadores, câmeras de circuito interno. Aos gritos de “o povo unido jamais será vencido”, atropelaram uma exposição de plantas e outra de fotografias, decepararam a cabeça do busto de bronze do ex-governador de São Paulo Mario Covas (1930-2001) e fizeram pelo menos 28 feridos — um deles, Normando Fernandes, funcionário da segurança da Câmara, foi atingido com um pedaço de concreto na cabeça, sofreu traumatismo craniano e ficou dois dias na UTI entre a vida e a morte. Só vândalos fazem isso.

pelo presidente Lula no Palácio do Planalto. O petista Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, o líder do MLST e do quebra-quebra da semana passada, foi recebido duas vezes por Lula no Palácio do Planalto, uma em julho de 2004 e outra em novembro do ano passado. Portanto, a resposta é outra: os sem-terra promoveram a baderne contra o alvo determinado porque em sua cartilha e em sua visão de mundo não existe lugar para o Congresso. Também não existe lugar para a liberdade de expressão, para universidades livres, para laboratórios de pesquisa ou para progresso científico.

Os líderes dos sem-terra e seus protetores no governo são acometidos do “mal de Marxzheimer”, doença social que produz miséria física e mental. Ele envenenou todo o século passado. A doença foi debelada na Europa quando, minada pelo espírito libertário dos cidadãos, a União Soviética se desfeceu. O mal sobrevive apenas em sua forma tropical. Seus sintomas são a hipocrisia, a estupidez, a preguiça e a violência. Ele se alimenta de verbas públicas e de inocentes úteis. No governo Lula transformou-se em uma verdadeira epidemia. O remédio? Não existe cura definitiva para

o mal de Marxzheimer. Sem verbas públicas, ele definha mas não morre. Exposição à luz diminui a virulência dos efeitos. Mas o máximo que a profilaxia consegue é fazê-lo cristalizar-se como certos vírus, estado dormente em que aguarda até atacar outra vez a democracia representativa, os laboratórios de pesquisa, as empresas, enfim, tudo o que signifique progresso, prosperidade e melhoria de vida para a maioria. Eta doença!

Os sem-terra agem com patrocínio do próprio governo federal. Na semana passada, descobriu-se que uma tal Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), entidade fundada por militantes do MLST, recebeu 5,7 milhões de reais do governo. O primeiro repasse, de 75 000 reais, foi feito ainda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000. Depois disso, a Anara ficou três anos sem receber um tostão do governo, mas a partir de 2004 seus cofres passaram a ficar abarrotados com doações na casa do milhão. Só naquele ano, o governo despejou 1,4 milhão de reais para a Anara. No ano passado, foram mais 3,2 milhões. Agora, já foi pouco mais de 1 milhão de reais, sempre a título de "reestruturação econômica, social e cultural de assentamentos". Com isso, é o próprio governo que sustenta o MLST e seus abusos. Em artigo publicado na semana passada, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg foi direto ao ponto: "A violência contra leis e regras sociais acaba financiada pelos impostos pagos pela sociedade".

Sim, já surgiram indícios de que até mesmo o quebra-quebra pode ter sido diretamente financiado pelos impostos pagos à União. Na agenda de Bruno Maranhão, apreendida pela polícia, há várias anotações com os preços da manifestação e, ao lado de alguns números, lê-se: "União financia". A relação financeira do governo com as entidades de sem-terra é sempre por vias tortas porque esses movimentos são quase clandestinos. Eles não existem oficialmente. Não são registrados na Receita Federal, não aparecem na Junta Comercial, não possuem sequer um cadastro de pessoa jurídica. Tudo para poder viver às margens da lei e, assim, fugir da responsabilização judicial por seus atos. Ao aceitar repassar dinheiro por meio de subterfúgios, o governo compactua com essa quase-clandestinidade dos movimentos sem-terra. O MST, por exemplo, sempre recebe verba pública através da Contag, entidade que reúne os agricultores do país, federações ou sindicatos de trabalhadores rurais. O MLST, o MST e seus congêneres, agindo à sombra da lei e incorrendo em reiteradas ilícitudes, podem ser chamados de movimentos sociais?

Os movimentos sociais surgiram com a Revolução Francesa, em 1789, e nasceram associados a um duplo rótulo: o de servirem como instrumentos revolucionários e o de serem protagonistas de ações violentas, como foi o ataque à Bastilha. Eles cresceram com a emergência da sociedade industrial, sobretudo na Inglaterra, e chegaram ao apogeu

— como instrumentos da revolução e da violência — com a Revolução Russa, em 1917. Mas, depois disso, em especial após a II Guerra Mundial, os movimentos sociais foram-se adaptando à sociedade moderna e perderam o caráter revolucionário e violento. Passaram a defender grupos sociais, como mulheres, negros ou gays, e levantar causas em favor de toda a sociedade, como a defesa da paz, o combate à fome, a preservação ecológica. O Brasil abriga esse tipo de movimento — e isso é saudável. Os movimentos sociais ajudam a organizar a sociedade e a fazê-la avançar. São aparatários, têm mandato, líderes conhecidos e vivem à luz do dia, promovendo ações transparentes. Mas no Brasil, lamentavelmente, ainda subsistem os movimentos sociais nos moldes do século passado, congelados no atraso e na velha idéia de servirem como instrumento de mudanças revolucionárias que, comprovadamente, só ajudam a trocar alguns opressores por outros.

Os movimentos de sem-terra são o exemplo mais acabado dessa distorção. "Os sem-terra têm a lógica do terrorismo, do autoritarismo. Querem ocupar o Estado pela violência, com métodos ultrapassados. Não aceitam o diálogo com quem tem pensamento diferente", afirma o professor e filósofo Roberto Romano, da Universidade Estadual de Campinas. Na mão dessas organizações de sem-terra, a reforma agrária, em geral, é apenas um pretexto de luta, cujo objetivo final é a revolução. A corrente Brasil Socialista, que existe dentro do PT e é a força político-partidária do MLST, prega isso com franqueza em seus documentos. Num deles, diz que a reforma agrária é a bandeira mais acertada para ser levantada, não porque poderia distribuir justiça no campo ou emancipar trabalhadores rurais da miséria, mas simplesmente porque tem maior potencial para atiçar a re-

beldia revolucionária por tratar-se da causa mais "nacional" e "massiva" do momento. Ou seja: tem mais potencial para atrair os incautos.

Mesmo assim, os sem-terra são tratados com extrema leniência pelas autoridades — do governo, do Congresso, da Justiça. Não é uma novidade. No governo de Fernando Henrique, os sem-terra também eram vistos como interlocutores legítimos, mesmo quando cometiam atos flagrantemente ilegais, e sempre foram contemplados com dinheiro público. No governo Lula, os privilégios se agravaram. Com força total, retomou-se a distribuição, suspensa na gestão anterior, de cestas básicas aos sem-terra. Só no ano passado, foi despachado 1,9 milhão de cestas, mais do que o dobro das 715 000 do ano anterior. O governo atual ainda estuda incluir os sem-terra como beneficiários do Bolsa Família, o principal programa oficial de assistência. Além disso, Lula ignora a lei segundo a qual uma terra invadida não pode ser desapropriada. No governo anterior, essa lei conseguiu estancar as invasões de terra. Agora, com o sinal verde dado pelas autoridades, as invasões voltaram a reinar. Nos três primeiros anos de mandato de Lula, ocorreram 770 invasões a imóveis rurais, 55% mais do que as 497 ocorridas nos três últimos anos do governo tucano.

Com financiamento e cesta básica, os sem-terra contam ainda com um fator primordial para cometer ilegalidade: a impunidade. Em maio de 1997, um grupo de agricultores da Contag invadiu o Ministério do Planejamento com porcos, patos, galinhas e bodes. Um peru foi colocado sobre a mesa do ministro — e o que aconteceu? Quatro foram indiciados, dois sofreram processo, mas um foi inocentado, e o outro, beneficiado pela prescrição do crime. Em março de 2002, na ação mais debochada e ousada de sua história, sem-terra do MST invadiram a fazenda dos filhos de Fernando Henrique

Cardoso. O que aconteceu? Dezenas foram indiciados, mas o Ministério Público achou que eram todos inocentes, e a Justiça concordou. O que se pode esperar que aconteça com os sem-terra que, em março passado, sob a liderança de mulheres de uma tal Via Campesina, invadiram uma propriedade da Aracruz, no Rio Grande do Sul, arrancaram milhares de mudas de eucalipto e destruíram um laboratório de pesquisas?

Na semana passada, outro elemento favoreceu as ilícitudes cometidas pelos sem-terra — a reação pífia do governo ao ataque contra o Congresso Nacional é um sinal evidente da simpatia que une os baderneiros do MLST, o governo e o PT. De início, Lula limitou-se a lançar uma nota em que dizia que "o grave ato de vandalismo" deve ser tratado "com o rigor da lei". Nada mais. "Dada a extrema gravidade do ocorrido, era de esperar que o presidente da República fosse além dessa reação 'protocolar'", diz um editorial publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ao acrescentar que Lula poderia ter convocado "uma rede nacional de rádio e televisão para manifestar ao país, de viva voz e em termos compatíveis com a dimensão do acontecimento, sua repulsa pela depredação da Casa das Leis e sua aversão pelos seus autores, incentivadores e cúmplices". Deveria ter feito mais. Deveria ter anunciado o imediato corte de verbas para todas as organizações de sem-terra, sem-teto, sem-limites, que usam impostos gerados pela sociedade a cuja destruição eles visam. Por que a reação leve, quase tolerante? Porque o PT e os sem-terra comungam de uma certa antipatia contra o Congresso, visto como instrumento da "democracia burguesa". E... eles chamam eleição, voto secreto, multipartidarismo, liberdade de expressão, economia de mercado de "democracia burguesa". No mundo de sonhos

dos baderneiros pagos com o dinheiro produzido pela "economia burguesa", o sistema ideal seria uma certa "ditadura do proletariado" — estágio superior do "mal de Marxzheimer", em que toda inteligência e consciência individuais são destruídas e substituídas pela vontade de um ditador.

Ao abrigar essas correntes e dar apoio a esses movimentos, o PT cai no equívoco histórico de achar que é com eles que o país vai avançar. Porque o PT já deu sinais evidentes de que trata os movimentos sociais como linha auxiliar. Em meados do ano passado, no auge da ameaça de impeachment, o então presidente do partido, Tarso Genro, e hoje ministro do governo, disse nas entrelinhas que, caso o mandato de Lula fosse ameaçado, o PT acionaria os movimentos sociais. Na semana passada, falando do vandalismo na Câmara e da resposta tímida do governo e do PT, um editorial do jornal *O Globo* lembrou as referências de Genro feitas no ano passado e disse: "Deverão ser entendidas como uma ameaça inaceitável de ruptura institucional violenta contra a sociedade brasileira, caso o projeto de poder petista seja contrariado nas urnas um dia". É disso mesmo que se trata. *O Globo* foi direto ao ponto. A fala de Tarso Genro tem todos os ingredientes da chantagem dos terroristas: "Ou vocês atendem às nossas exigências ou explodiremos o avião".

A ocupação do Congresso foi um ato minuciosamente preparado pelos líderes dos sem-terra. Um vídeo, com uma hora e dezoito minutos de duração, é prova material da premeditação. A invasão foi planejada nos moldes de uma operação militar. Havia uma estratégia clara, os alvos estavam definidos, os prováveis pontos de resistência do inimigo identificados, enfim, tudo minuciosamente estudado pelos comandantes. Como numa operação militar, o planejamento era discutido em códigos. Os invasores eram os "convidados", e o alvo principal, o Salão Verde da Câmara dos Deputados, era o "salão de baile". A fita de vídeo mostra que havia uma espécie de estado-maior dos sem-terra. Na véspera da invasão, três líderes do MLST aparecem em uma gravação discutindo os detalhes finais da operação. "Nós vamos falar para o Brasil que tipo de reforma agrária que nós queremos. Nós vamos dizer para o Brasil o que é que essa corja de PFL e PSDB está fazendo com o Brasil quando dei-

xou de votar o Orçamento da União, só aprovado em maio, achando que estava atingindo o Lula", afirma Antonio José Arruti Baqueiro, um dos generais da tropa semi-terra e também vinculado ao PT, para concluir: "...E o Lula continua aí, tranquilo, com 63%...". Baqueiro assessora Yulo Oiticica, deputado estadual do PT na Bahia. Ganha 2.800 reais.

Nas imagens, não há um convite explícito à depredação, mas fica claro que ninguém deveria fugir de um eventual confronto. "Deixar de levar umas bala-chas, dar uns pontapés, ninguém vai deixar não, pode acontecer", diz outro general, Joaquim Ribeiro. E arremata: "Para isso é que os companheiros foram escolhidos a dedo. Se levar um, dá dois". Joaquim Ribeiro foi filiado ao PT durante seis anos, entre 1998 e 2004, e chegou a presidir a legenda em Cascavel, no interior do Paraná. Organizado, o MLST enviou a Brasília, duas semanas antes, espiões para identificar os pontos vulneráveis da segurança do Congresso. Na véspera da invasão, um grupo foi encaminhado para fazer o reconhecimento da área. No dia do ataque, esse mesmo grupo voltou ao Parlamento e ocupou posições estratégicas antes da chegada dos ônibus trazendo cerca de 500 manifestantes. "Muitos companheiros que estão chegando não sabem o que estão fazendo em Brasília", diz na gravação um dos generais. Mesmo numa guerra, os soldados devem saber por que estão lutando e os riscos que estão correndo. No caso dos sem-terra, nem isso.

Uma boa parte da massa que compõe o MLST, bem como outros movimentos de sem-terra, inclusive o MST, a organização mais conhecida, é formada por brasileiros pobres e humildes, que querem apenas um meio para melhorar de vida. Gente simples que, em condições de normalidade, jamais patrocinaria cenas de vandalismo explícito como as da semana passada. Francielli Denizia Asencio, 20 anos, é um exemplo. Com piercing na sobrancelha e tatuagem nas costas, Francielli foi flagrada destruindo os terminais de auto-atendimento com uma viga de ferro. Acabou presa junto com os outros 536 sem-terra, que passaram a noite num ginásio de esportes. Ela própria não sabe dizer o que se passou. "Não sei explicar, foi uma coisa errada, aconteceu de improviso", diz. Outro exemplo comovente de como a gente humilde vira instrumento na mão de líderes inescrupulosos é o caso de Arildo Joel da

Silva, 21 anos, acusado de desferir o golpe que produziu o traumatismo craniano no funcionário da Câmara. O pai do garoto, Aldo da Silva, entrevistado pelo *Jornal Nacional* na quarta-feira passada, exibia todo o seu desespero e, com voz embargada, dizia não entender as razões que levaram seu filho a fazer isso.

Os líderes do quebra-quebra, no entanto, têm biografia inteiramente diferente. Eles sabem onde estão e o que fazem. Bruno Maranhão, por exemplo. Ele tem 66 anos, é engenheiro mecânico e membro de uma abastada família de usineiros de Pernambuco. Já militou nas Ligas Camponeses do velho Francisco Julião, ajudou a fundar um partido comunista, o PCBR, e passou anos de exílio no Chile e na França. Ao voltar para o Brasil, foi fundador do PT, em que se revelou bom de agitação e ruim de voto. Entre 1982 e 1985, perdeu duas eleições, uma para o Senado e outra para a prefeitura do Recife. Até a semana passada, esse agitador profissional era membro da direção do PT, tinha assento na comissão que coordena a reeleição de Lula e era ainda secretário Nacional de Movimentos Populares. Por suas atividades como dirigente petista, ganha 6.800 reais por mês. Assim que seus vínculos partidários vieram a público, o PT tratou de afastar Maranhão da direção e abrir um processo no conselho de ética. Como Maranhão era tão enfrontado no partido, e era recebido por Lula em palácio, ficou a impressão de que o PT só reagiu assim com medo da exploração eleitoral do episódio, que reaviva na memória a imagem do PT como instrumento da baderne.

"Essa barbárie vai causar profundas marcas na sociedade brasileira. Mais do que a violência do PCC. Dessa vez, foi um ataque flagrante às instituições", interpreta o jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, especialista em direito constitucional. Um ataque às instituições, ao contrário do que o PT e o governo parecem entender, é gravíssimo. Como o Brasil pode aspirar a um papel internacional se num mês o PCC pára sua maior cidade e no mês seguinte um bando de vândalos paralisa o Congresso? Respeitar as instituições não é recomendável apenas por mandamento legal, mas sobretudo porque é com instituições sólidas e inafaláveis que se constrói o futuro de uma nação, como já demonstrou o americano Douglass North, que recebeu o Nobel de Economia em 1993. North é o criador da tese segundo a qual sem instituições sólidas um país simplesmente não avança. E as instituições — as leis, os contratos, a Justiça, os partidos, o Parlamento etc. — são obras de construção lenta. São a síntese da história de um povo, um resultado de suas crenças, de sua visão de mundo, de suas tradições e experiências. É por isso que são diferentes ao redor do mundo. É por isso que não se erguem instituições de um dia para outro — mas se pode destruí-las rapidamente. É o que querem o MST e seus cúmplices. O governo se aproveita disso para chantagear os adversários e a sociedade, como Tarso Genro mostrou com clareza. Quem nos defende?" ■

SURRADA E A DE MORTE PE

**Ex-militante
é espancada por
revelar crimes
dos sem-terra**

Leonardo Coutinho

A cabeleireira Marivalda Aguiar Braga, de 35 anos, viveu durante dez meses no acampamento Padre Josim, erguido pelo MST numa fazenda ocupada em Acará, no Pará. Em maio deste ano, decidiu deixar o local. Foi espancada e ameaçada de morte. Em entrevista a VEJA, Marivalda fala sobre o que passou entre os sem-terra.

"Fui para o acampamento Padre Josim com a ilusão de que ganharia terra de graça do MST. Mas lá só encontrei violência. Vivi dez meses com os sem-terra. Descobri que quem manda no acampamento é um grupo de bandidos. Para mim, a gota d'água foi quando um dos companheiros chegou baleado. Acho que ele foi ferido numa troca de tiros com jagunços, porque eles saíram para assaltar e matar gado a tiro. O pessoal do MST não tem piedade. Coloca fogo até na casa dos peões. Isso eu não admito, porque eles são pobres como eu. Quando vi o sujeito baleado, pensei: 'Se ficar aqui, quem pode acabar levando bala sou eu'. Então, fui escondida a Belém e contei à polícia tudo o que acontecia dentro do acampamento. O problema é que tive de voltar para buscar minhas coisas, que tinham ficado lá."

"Peguei tudo o que tinha e fui para um porto pegar um barco para Belém. Quando eu já estava na beira do rio, apareceram dois militantes. Um carregava uma espingarda e o outro, um terçado (facão). Disseram que o Reis (Wellington Raimundo Reis, chefe do acampamento) queria falar comigo. Eu disse que não ia. Aí, eles me pegaram pelo braço. Cai no rio, mas eles me pegaram de novo e me arrastaram. Puxaram minha blusa com

tanta força que meu peito saltou para fora. Eles me chamaram de traidora, vagabunda, prostituta. Logo depois, o Reis apareceu no porto. Ele pegou a espingarda do militante, deu um tiro para cima, encostou o cano na minha testa e disse: 'Vem cá, ô vagabunda, o que você falou para a polícia? Quanto o dono da terra te pagou para entregar a gente?'.

"Aí, me arrastaram pelo mato até o acampamento. Lá, me sentaram em uma cadeira, dentro de uma barraca. Um militante me deu um soco no meio do peito. Senti como se todos os meus ossos estivessem saindo do lugar. Foi uma dor horrível. Você sabe o que é levar um soco de mão fechada de um homem no meio do peito? A força foi tanta que caí para trás, com cadeira e tudo. O Reis riu e falou: 'Vagabunda, traidora tem que apanhar. Bate mesmo, pessoal'. Um militante disse que ia me cortar com um terçado. Reis esfregava a espingarda no meu pescoço, no meu peito e no meu rosto. Aí, confessei que tinha ido à polícia, mas inventei que era para resolver um problema do meu marido, que estava preso. Na verdade, ele é ex-presidiário. Cumpriu pena por assalto a mão armada. Está na condicional. Os militantes desconfiaram da minha história. Disseram que iriam falar com a advogada da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em Belém, para ver se meu marido estava na cadeia mesmo. Se fosse mentira, eu ia morrer.

"Tomamos um barco para Belém. Na viagem, ficavam me mostrando um revólver a toda hora. Um dos sem-terra disse que se eu tentasse fugir tomaria um tiro antes de conseguir completar dez passos. Ele dizia que tinha sido polícia e me acertaria de pri-

meira. Quando chegamos à CNBB, falei para uma advogada dos padres que meu marido estava na prisão. Era mentira, mas acho que eles acreditaram. Depois de muita conversa, acertamos que eu iria até minha casa em Belém, para buscar os documentos do meu marido, e voltaria no dia seguinte. Saindo de lá, fui direto para a delegacia. O delegado me mandou para a Polícia Federal.

"Contei que todo mundo que vive no Padre Josimo deixou suas casas em Belém pela promessa de ganhar terra e cesta básica. Quem fez as promessas foi o Reis. Ele organiza reuniões na periferia. No ano passado, meu marido e eu fomos a uma delas. O Reis disse que a gente deveria ir para uma terra no Acará. Ele garantia que a fazenda não tinha documento e que estava tudo certo com o Incra para a gente en-

trar. Disse que ia ter lona para montar as barracas e que o governo ia mandar cesta básica. Na reunião, explicaram que quem não pudesse deixar o trabalho para começar a invasão podia colaborar com dinheiro. Eles cobram uma mensalidade de 30 reais para deixar no cadastro o nome de quem não fica no assentamento. O pessoal paga para ter direito a um lote quando a reforma agrária chegar. Como meu marido estava desempregado, topamos. Ele ficou em Belém e eu fui com o filho da gente.

"Uma semana depois de entrarmos na terra, as cestas básicas do Incra começaram a chegar. Não faltou um mês. Chegavam até mais cestas do que a gente precisava. Reis ficava com o que sobrava. Ele dizia que era para vender e fazer dinheiro para as despesas do acampamento. Mas o pessoal dizia que ele usava as cestas para manter a família dele e os militantes de Belém. Fui nomeada coordenadora de saúde, porque sei ler bula de remédio e fazer massagem. Nunca gostei de viver

lá. O pessoal vive armado. É um antro. Tinha até acampado que vivia de assaltar os barcos que passavam pelo rio. Não fui para lá para virar bandida. Coloquei a vida do meu filho em risco. Queria que a promessa deles fosse de verdade, mas o MST é feito de mentiras.

"Três dias depois do meu depoimento, os policiais me levaram ao acampamento para prender o pessoal. Fui para identificar quem andava armado, mas escondi o rosto com uma touca. Chegamos lá com oito policiais em duas viaturas. Na hora, os acampados cercaram a gente e disseram: 'Se quiser levar um, vai ter que levar os 300'. Fomos embora sem prender ninguém. Hoje, vivo escondida do MST. Tenho medo do que pode acontecer comigo."

Enquanto faltam boas políticas para o setor rural, sobram dinheiro e complacência com o movimento sem-terra

Gustavo Paul

AINVASÃO E A DEPREDAÇÃO DA Câmara dos Deputados por manifestantes do obscuro Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST), no dia 6 de junho, representaram mais do que um ataque criminoso de radicais a um dos poderes da República. O vandalismo dos membros do agrupamento, liderados por um certo Bruno Maranhão, serviu para evidenciar a total leniência das autoridades diante dos abusos dos “movimentos populares” e a brutal inversão de prioridades na política governamental voltada para o agronegócio, um dos mais promissores e competitivos setores da economia brasileira. Na esteira dos acontecimentos em Brasília, o país descobriu que o MLST já recebeu quase 6 milhões de reais desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para financiar suas atividades — suspeita-se que a própria invasão à Câmara só tenha sido possível graças ao dinheiro do contribuinte. Já o apoio à principal organização pró-reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem sido ainda mais farto. As várias entidades relacionadas ao MST receberam 32 milhões de reais do Orçamento federal desde 2002. Enquanto isso, os recursos para as mais básicas políticas de apoio ao setor rural minguam a cada ano.

Um levantamento feito pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura mostra que nos últimos seis anos os recursos para a agricultura familiar e para a reforma agrária aumentaram cerca de 10% ao ano, enquanto os investi-

mentos na agricultura tradicional caíram mais de 4% ao ano. O exemplo mais candente é o da defesa sanitária, cujas verbas foram reduzidas 32% nos últimos cinco anos e deixam o país vulnerável a doenças animais e vegetais — como a febre aftosa, que atingiu o rebanho bovino em Mato Grosso do Sul e no Paraná e provocou um boicote internacional de 56 países às exportações de carne brasileira. “Não temos dinheiro para combater doenças no campo, mas verbas para reforma agrária não faltam”, diz Marcos Jank, presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone). “A agricultura brasileira se destacou por ter investido na busca de mais competitividade”, afirma José Garcia Gasques, coordenador de Planejamento Estratégico do ministério. “Faltam projetos que ajudem a garantir o crescimento nos próximos 15 anos.”

A própria estrutura montada para gerir as atividades do campo dá sinais da divisão vigente no trato à agricultura. Antes unificado, o comando federal das políticas agrícolas separou-se em dois ministérios: o da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em teoria, a mudança serviria para mostrar que a reforma agrária passou a ter importância equivalente à das políticas voltadas para o restante da atividade rural. Na prática, o que se viu desde então foi uma grande confusão. “A alteração trouxe uma perda de gen-

Programas	2000 (em reais ⁽¹⁾)	2005 (em reais ⁽¹⁾)	Variação
Reforma agrária	1,9 bilhão	3,6 bilhões	89%
Agricultura familiar	1,2 bilhão	1,7 bilhão	42%
Compra e armazenagem de grãos	1,4 bilhão	1 bilhão	-21%
Vigilância sanitária	159 milhões	107 milhões	-32%

(1) Corrigidos pelo IGP-DI 2005. Fontes: Ministério da Fazenda e Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura

te e de recursos e criou um antagonismo que não existia antes", diz João Almeida Sampaio, presidente da Sociedade Rural Brasileira. Em dezembro passado, na reunião da Organização Mundial do Comércio, em Hong Kong, essa dicotomia ficou evidente. "Em uma sala, estavam representantes do Ministério da Agricultura e empresários brasileiros defendendo a abertura do comércio mundial e, em outra, o pessoal do MDA e do MST falando justamente o contrário", diz Sampaio.

Afora a confusão dentro do governo, a definição de reforma agrária também precisa ser repensada. Especialistas ouvidos por EXAME são unânimes em afirmar que está enterrada a idéia da reforma clássica,

que preconizava o fim dos latifúndios e a distribuição de terras para os camponeses como forma de desenvolver o país. Sem sentido econômico e abandonada desde a década de 70 em praticamente todo o mundo — a maior exceção atual fica por conta da Bolívia do presidente Evo Morales —, essa concepção tem ganhado força no Brasil nos últimos anos. Desde 2000, o governo federal gastou 14 bilhões de reais em políticas agrárias. Foram distribuídos 30 milhões de hectares de terra para mais de 600 000 famílias desde 1995. Em vez de aliviar, a tensão no campo só aumentou. Um relatório da Ouvidoria Agrária do MDA registrou 230 000 famílias acampadas à espera de um lote e ganhando cestas básicas

do governo — eram 60 000 famílias em 2002. Boa parte dessas pessoas vive nas periferias das cidades e é usada pelos líderes dos movimentos como massa de manobra em invasões de terra. "O grande desafio atual é manter os nossos agricultores no campo e não aumentar, com assentamentos, o número de pessoas na zona rural", diz o deputado paulista Xico Graziano, especialista em reforma agrária, fazendo referência principalmente ao Nordeste, região que abriga 14 milhões de pessoas na zona rural. Espera-se que a invasão do Congresso pelo menos sirva para que o país repense — com urgência — o que pretende fazer com o setor rural, uma das principais fontes de riquezas nacionais. ■

O país da baderna

MUNIQUE - Indignado com a baderna do MLST? Justo, mas que justo. Só não tem direito de ficar surpreso, porque:

1 - Quando o partido do governo tem toda a sua cúpula chamada de "quadrilha", pela respeitável figura do procurador-geral da República, está instaurada a baderna no mais alto escalão da República. Que surpresa pode haver quando escalões inferiores reproduzem a baderna?

2 - Quando o presidente da República confraterniza com os membros da "organização criminosa", está dado o sinal de que a baderna e o crime estão autorizados de cima. Que surpresa pode haver quando outro grupo, simpático ao presidente, adota a baderna?

3 - Quando o presidente da República passa a mão na cabeça de quem comete o crime de violar o sítio bancário de um cidadão, como aconteceu com o então ministro Antonio Palocci, que surpresa pode haver em que outros sintam-se estimulados a cometer crimes igual-

mente graves?

4 - Quando o presidente da República diz que as sessões em que se investigaram os crimes da quadrilha da qual ele é presidente de honra foram uma "tortura" para os investigados, que surpresa pode haver em que gente que apoia a candidatura de Lula resolva tomar em suas mãos o ato de "torturar" deputados e senadores?

5 - Quando o Congresso Nacional inocenta a grande maioria dos membros da "quadrilha" e seus aliados, está praticando atos que só podem ser chamados de baderna (institucional). Que surpresa pode haver no fato de grupos baderneiros resolverem imitar a baderna no local em que ela foi originalmente praticada?

O fato inescapável é que o governo Lula transformou o Brasil, sempre uma esculhambação, no território livre da baderna.

Reação entre amigos

As manifestações de repúdio dos velhos companheiros de Bruno Maranhão contra a invasão e a depredação na Câmara dos Deputados parecem tão sinceras quanto as várias declarações de condenação veemente, feitas ainda no quente do estouro do escândalo do mensalão, aos promotores e participantes do esquema de sustentação financeira do PT e dos partidos aliados ao governo no Congresso.

Lá como cá ressalta na cena o detalhe do sujeito oculto nas declarações oficiais do presidente Luiz Inácio da Silva. Quando aceitou falar publicamente sobre o caso, Lula apontou de maneira genérica a ocorrência de "traições" sem jamais referir-se diretamente a este ou àquele traidor.

Ao expressar condenação às ações dos sem-terra, o presidente tampouco citou nomes, manteve-se igualmente nos limites da impessoalidade.

Como se o líder não se chamassem Bruno Maranhão, não pertencesse à Executiva Nacional do PT, não tivesse proximidade de relações com o governo e seu partido, não tivesse participado mais de uma vez de solenidades oficiais, sendo a mais recente em novembro último quando, sentado ao lado do presidente da República, compartilhou mesa de reuniões com os ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e da Reforma Agrária, Miguel Rossetto.

Tudo muito semelhante à defesa de investigações profundas "doa a quem doer", meses é algumas pesquisas de opinião depois transformadas em objeto de desafio por parte do presidente Lula a quem não desconforta - ao contrário, entusiasma - ver as cenas das comissões parlamentares de inquérito reprimidas no horário eleitoral gratuito.

Lá como cá, os malfeitos foram repudiados não pelo que vinham fazendo, mas porque exageraram, foram descobertos e expuseram ao risco o projeto de poder.

Delúbio Soares foi expulso do PT não porque capitaneava uma tesouraria anormalmente perdulária ou porque circulasse no mundo empresarial e financeiro pedindo recursos não contabilizados para sustentar a dispendiosa máquina eleitoral por meio da qual o seu partido pretendia multiplicar-se nas admi-

Maranhão e Delúbio sempre foram parte da mesma engrenagem partidária

nistrações públicas País afora.

Delúbio Soares foi expulso porque Roberto Jefferson - destinatário de simbólico cheque em branco e "parceiro" cujas malfeitorias também dispensavam apresentações - rompeu o código do silêncio quando percebeu que lhe abriam só os pés o alçapão.

Bruno Maranhão da mesma forma está sendo condenado e foi afastado do cargo de direção no PT porque criou problemas "para cima" com sua exorbitância calcada na certeza - explícita na gravação dos preparativos da invasão - de que "conosco ninguém pode".

Passou dos limites, ou "perdeu o juízo" no dizer presidencial, não porque tenha urdido outras invasões, entre as quais a do Ministério da Fazenda, mas porque o fez em ano eleitoral e numa Casa onde as coisas têm repercussão imediata em função da transmissão direta do que se passa por lá nas TVs Câmara e Senado.

Em ambos os episódios, o problema foi muito menos o que seus autores fizeram, até porque não agiram ao arrepio dos superiores, mas o fato de terem feito da maneira errada, numa hora imprópria e na presença de muita gente.

Em nenhum momento se condenaram os princípios da corrupção ou da invasão. No primeiro caso, o governo e o PT recorreram ao argumento da equivalência infratora e transferiram a responsabilidade à estrutura apodrecida da política e à falência moral de tudo e de todos.

No segundo, repudiou-se a "baderna" e pontuou-se a "agressão à democracia" porque a ação ocorreu no Parlamento e não em função de ter sido feita uma invasão. Aquela do Ministério da Fazenda, por exemplo, não mereceu maiores reparos.

Os invadidos, integrantes da equipe presidencial, mal protestaram, adaptaram-se à lógica vigente na ocasião e, no lugar de chamar a polícia para enquadrar os invasores, aceitaram receber uma comissão para "negociar".

O quê mesmo, não se sabe, mas é o que menos importa, pois ali a questão foi o aval à violência. O ato ocorreu em abril. Em novembro, o senhor Bruno Maranhão estava muito bem acomodado e fotografado numa mesa de reuniões com o presidente da República e dois ministros de Estado.

A nenhuma das autoridades ali ocorreu considerar sequer imprópria a presença do líder da invasão de cinco meses antes. Ninguém achou o ato digno de render ao companheiro Bruno um veto às dependências oficiais.

Ele continuou circulando, bem como seguiu sua vida normal o grupo de senhoras que resolveu, em março último, comemorar o Dia Internacional da Mulher destruindo 20 anos de pesquisas em laboratórios privados.

O poder público, como de resto toda a sociedade, sabe bem o que essa gente faz: destrói o que vê pela frente; pertence o obstáculo ao campo moral ou ao terreno físico.

Mas o governo parece não se importar com nada a não ser com os prejuízos ou benefícios eleitorais de toda e qualquer ação. Os amigos do valerioduto estão sendo reabilitados, vários deles com apoio explícito do PT para se reeleger. Os companheiros sem-terra também serão se souberem, como Delúbio, conter seus impulsos nos limites dos interesses da chefia. •

Ataque ao Congresso

A ordem de prisão foi só um primeiro passo; suspender o repasse de fundos públicos a grupos violentos é fundamental

FOI UM DESCALABRO. Os mais de 500 manifestantes do assim chamado Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) que agrediram seguranças, destruíram portas de vidro, computadores e obras de arte e jogaram um automóvel contra uma das entradas do Congresso Nacional não merecem complacência. Liderados por um dirigente do PT, ontem afastado da Executiva do partido, puseram de lado qualquer resquício de legitimidade que pudesse haver em sua pauta de reivindicações, de resto confusa.

Dante das cenas de destruição na Câmara, o presidente da Casa, Aldo Rebelo, afirmou que não compreendia a motivação dos criminosos. O fato de ter sempre recebido em seu gabinete os integrantes do movimento lhe parecia motivo suficiente para desestimular a violência. Faltou ao deputado compreender que não se tratava de uma contradição. O quebra-quebra de terça-feira em Brasília é uma decorrência direta do patrocínio sistemático do governo federal, do qual Rebelo é aliado, a grupos que incorporaram a violência e o desrespeito às leis em seu modo de agir.

Desde a posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem referendado abusos de grupos que, em nome da reforma agrária, usurparam e depredam propriedades rurais, repartições públicas e centros de pesquisas. Apenas em 2003, associações ligadas ao MST receberam dos cofres públicos cerca de R\$ 10 milhões.

A hipótese de que a ação de ontem do MLST tenha sido uma represália à demora no repasse de dinheiro seria mais uma prova da linguagem violenta desses grupos alimentados com fundos públicos. O vídeo das reuniões da facção divulgado ontem, porém, é mais que uma hipótese: é uma evidência documentada de um ato premeditado. O ataque ao Congresso foi cuidadosamente orquestrado; antes da ação, visitas foram feitas à Casa para reconhecer o terreno, bem ao feitio do crime organizado.

A ordem de Rebelo para prender todos os invasores foi acertada, mas é apenas o primeiro passo entre muitas atitudes a tomar. O governo Lula insiste em descumprir a norma que exclui por dois anos do plano de reforma agrária as terras invadidas. Instaurada sob Fernando Henrique Cardoso, a medida foi solenemente ignorada pela gestão Lula, ciosa de suas boas relações com os militantes rurais. A omissão é uma atitude irresponsável, uma licença dada pelo governo federal a ações violentas e ilegais.

É o caso de o Executivo mudar sua orientação a respeito da lei antiinvasão. Mais: é o caso de adotar novas sanções administrativas contra grupos que decidiram abandonar a legalidade. Suspender de imediato o repasse de verbas a essas facções é um imperativo. Os atos de terça não poderiam mostrar de forma mais clara no que dá tratar quem invade e depreda com leniência e paternalismo, dinheiro do contribuinte e recepções presidenciais.

É flagrante o desserviço prestado por essas milícias travestidas de movimento social à causa da reforma agrária. A imagem do Congresso Nacional depredado é uma triste ilustração da ameaça que representam.

Retrato do Brasil

Em março de 2002, cerca de 250 sem-terra invadiram a fazenda dos filhos do então presidente Fernando Henrique Cardoso em Buritis, no interior de Minas Gerais. Ficaram ali um dia inteiro, mataram cinqüenta galinhas para animar o fôrtó à noite e avançaram sobre a adega consumindo noventa garrafas de vinho, uísque, conhaque e cachaça, além de seis caixas de cerveja. Ao final, dezesseis sem-terra foram presos. Um inquérito policial foi aberto e os dezesseis foram denunciados por três crimes: invasão de estabelecimento agrícola, cárcere privado e resistência à ordem judicial. Um ano depois, o Ministério Público de Minas Gerais pediu o arquivamento do caso, sem nenhuma punição aos sem-terra. O pedido de arquivamento tem 36 páginas, refuta cada um dos três crimes e é uma leitura altamente edificante para entender o Brasil. Um resumo:

INVASÃO DE ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA — O relatório do Ministério Público reconhece que os sem-terra efetivamente invadiram a fazenda, mas alega que, para que isso configure crime, é necessário que tenham tido a intenção de impedir o trabalho no local. Como a intenção do MST era defender a reforma agrária, não houve crime. Ponto.

CÁRCERE PRIVADO — O relatório lembra que, no caso desse crime, a vítima precisa ser privada de sua liberdade “em recinto fechado”. Mas, como um dos funcionários da fazenda, em seu depoimento, contou que as vias de acesso à propriedade estavam bloqueadas pelos invasores, mas ainda assim era possível andar a pé, o MP concluiu que não houve crime. Os funcionários não saíram de onde estavam porque os sem-terra andavam nas imediações “armados com pedaços de pau”. Houve, então, crime de ameaça? Pode ser, diz o MP, mas, se houve, já prescreveu. Ponto.

RESISTÊNCIA À ORDEM JUDICIAL — O relatório admite que, segundo a polícia,

“os invasores bradavam palavras de ordem do movimento e mostravam coquetéis molotov, porretes, enxadas, foices, bordunas e machados, exigiam o afastamento da polícia do local e diziam que, caso a polícia permanecesse no local, haveria reação”. O MP, porém, achou que, para caracterizar o crime de resistência, é preciso que haja violência ou ameaça. Os sem-terra mostraram suas armas de guerra, mas esses instrumentos não aparecem no auto de apreensão, então... E, além disso, não praticaram violência ou ameaça explícita — então, não houve esse crime. Ponto.

Atento, o MP cogita, por sua própria conta, a hipótese então de ter havido furto, já que os sem-terra abateram cinqüenta aves e arrasaram a adega. Em seguida, o próprio MP diz que, como 250 invadiram a fazenda, mas apenas dezesseis foram

presos, não era possível atribuir o crime a eles indiscriminadamente. Mais: diante do “óbvio estado de necessidade”, diz o relatório, claro que eles tinham de pegar algo para comer e beber.

Mais atento ainda, o MP cogita se não teria havido crime de dano, diante das notícias de que houve depredação de janelas e portas. Em seguida, o MP diz que o laudo não confirma os dados e, mesmo que confirmasse, para que existisse crime, o dano precisaria ter valor significativo para o dono. E conclui que, quem tem fazenda com “heliponto, parque para crianças, casa-sede luxuosamente decorada”, não sentirá falta de umas janelas e portas.

Por fim, o MP lembra: será que não houve então invasão de domicílio? Também não, porque o crime só se comete contra o local de moradia de alguém, e como ninguém morava na fazenda....

E então? Agora deu para entender melhor o Brasil?

“Uma leitura altamente edificante para entender o Brasil”

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Apesar de citado 50 vezes, assessor de Lula se livra na CPI”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 19 de junho do corrente.

Segundo a matéria, Gilberto Carvalho é apontado como integrante do esquema de corrupção na prefeitura de Santo André.

Apesar de citado 50 vezes, assessor de Lula se livra na CPI

Gilberto Carvalho é apontado como integrante do esquema de corrupção na prefeitura de Santo André

Rosa Costa
BRASÍLIA

Apesar de poupado pelo relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), o nome do chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, é citado 50 vezes nas 78 páginas do capítulo sobre o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel. Apesar de tantas referências, Garibaldi não pede o indiciamento de Carvalho. O texto faz parte do relatório final que será votado amanhã, com poucas chances de aprovação pelos integrantes da CPI.

Carvalho é apontado no texto como o antagonista dos esquemas de supostas irregularidades administrativas na prefeitura que teriam sido montados antes e depois da morte do prefeito. No primeiro caso, Garibaldi se refere a ele como sendo o encarregado de entregar ao então presidente do PT, José Dirceu, o dinheiro extorquido de empresários da cidade, repetindo os termos da denúncia feita ao Ministério Público e à CPI pelos irmãos de Celso Daniel, João Francisco e Bruno Daniel. Após o assassinato, em 2002, o rela-

tor cita o chefe de gabinete do presidente como um dos principais estrategistas da operação para impedir a investigação do crime.

Como justificativa, Garibaldi mostra diálogos grampeados pela Justiça nos quais Carvalho aparece orientando pessoas envolvidas no esquema, como Sérgio Gomes da Silva, o Sócio, e a namorada do prefeito, Ivone Santana. Na maioria das cenas, ele sugere a Ivone que seu comportamento “jovininha chorosa” dava desrespeito.

Garibaldi Alves incluiu, ainda, na pareceria o diálogo de Carvalho e Sombra articulando uma tática para desvendar os motivos do crime. Ainda assim, o relator não citou o chefe de gabinete de Lula nem José Dirceu na lista das 79 pessoas que, na sua opinião, devem ser indiciadas pelo Ministério Público.

Sobre Dirceu, o senador alegou que não podia indiciá-lo porque ele não foi ouvido pela comissão. Já Carvalho não só deu depoimento, como foi acarreado com os irmãos do prefeito, sempre sendo convincente em nenhumas das ocasiões em que negou envolvimento no esquema.

O relator também aliviou a si-

tuação do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), acusado duas vezes de parceria pelo perito Carlos Delmonte, morto em outubro, e pelo juiz federal Rucha Mattioli, que está preso. O deputado foi designado pela Câmara para acompanhar a investigação do assassinato.

O relatório afirma que Delmonte disse ter sido pressionado pelo deputado e outros políticos “para que a morte do prefeito fosse esclarecida como crime comum”. Greenhalgh quis interferir até na mudanças da posição do corpo”, acusou o perito, de acordo com o documento. Já o juiz disse que o deputado e outros petistas “tentaram abafar o caso e montar uma farsa para encobrir o esquema de corrupção”. Greenhalgh nega as duas acusações.

Se dependesse dos aliados do governo, maioria na comissão, a CPI vai aprovar o voto em separado do senador Magno Malta (PL-ES) que apenas cita os fatos, sem concluir pelos que devem ser indiciados. Inocenta, desta forma, até mesmo os empresários dos bingos, acusados de fazer negociação com o governo Lula para obter a regulamentação da atividade. ■

MP vai fechar o cerco contra chefe de gabinete

Promotor define estratégia para apurar participação de Carvalho com arrecadação de propina

Fausto Macedo

O Ministério Público Estadual já definiu sua estratégia para apertar o cerco a Gilberto Carvalho, que ficou de fora da lista dos indiciados pela CPI dos Bingos. “O relatório da comissão não é vinculativo”, declarou o promotor de Justiça Amaro Thomé Filho, que comanda a investigação sobre suposto esquema de corrupção no governo Celso Daniel (PT), prefeito de Santo André, que ficou preso e morreu à bala em janeiro de 2002. “Não importa se ele (Carvalho) foi indiciado ou não pela CPI, cabe ao Ministério Público definir provindências de caráter civil ou criminal.”

O promotor disse que não entende o motivo de o assessor de Lula ter sido citado 50 vezes no relatório da CPI e, apesar disso, ser excluído do indiciamento. “Não sei o por quê (da exclusão), mas isso não interfere na atuação do Minis-

terio Público, que é o destinatário natural do relatório da comissão”, observou Amaro Thomé.

O Ministério Público suspeita que Carvalho teria agido em parceria com o ex-ministro José Dirceu (Casa Civil) na arrecadação de recursos em Santo André que teriam sido usados para financiamento de campanhas eleitorais do PT. A base da investigação são os depoimentos de João Francisco e Bruno, irmãos de Celso Daniel. Eles afirmaram ao Ministério Público e à CPI dos Bingos que ouviram de Carvalho, uma semana após a morte de Celso, revelações sobre o destino do dinheiro sujo de Santo André para o caixa do PT.

O assessor de Lula nega tudo. Seu advogado, o criminalista Luiz Fernando Pacheco, ressalta que Carvalho já depôs diversas vezes, inclusive à CPI dos Bingos, e demonstrou que as acusações contra ele “não interfere na atuação do Minis-

terio Público, que é o destinatário natural do relatório da comissão”, observou Amaro Thomé.

O Ministério Público suspeita que Carvalho teria agido em parceria com o ex-ministro José Dirceu (Casa Civil) na arrecadação de recursos em Santo André que teriam sido usados para financiamento de campanhas eleitorais do PT. A base da investigação são os depoimentos de João Francisco e Bruno, irmãos de Celso Daniel. Eles afirmaram ao Ministério Público e à CPI dos Bingos que ouviram de Carvalho, uma semana após a morte de Celso, revelações sobre o destino do dinheiro sujo de Santo André para o caixa do PT.

O assessor de Lula nega tudo. Seu advogado, o criminalista Luiz Fernando Pacheco, ressalta que Carvalho já depôs diversas vezes, inclusive à CPI dos Bingos, e demonstrou que as acusações contra ele “não interfere na atuação do Minis-

Há interesses políticos por trás

... Desde o início das denúncias que ligam Gilberto Carvalho ao esquema de corrupção de Santo André, o chefe de gabinete de Lula nega que faça parte do esquema de irregularidades na prefeitura da cidade do ABC, como diz o relatório do senador Garibaldi Alves na CPI dos Bingos.

Em depoimento à própria CPI em outubro, Carvalho negou qualquer vínculo com o esquema na prefeitura de Santo André, na gestão de Celso Daniel. Na opinião diretriz, o chefe de gabinete de Lula afirmou que a denúncia dos irmãos de Celso, Bruno e João

Francisco, que o acusam de ser responsável por levar dinheiro de propina da prefeitura de Santo André para José Dirceu, só poderia ter constado policial.

Há interesses políticos por trás da fala de vocês (Bruno e José Fran-

cisco). Não sejam ingênuos. É natural que a luta política seja desencadeada. As forças de oposição têm interesse em tirar proveito disso”, disse à CPI.

Carvalho disse ainda que a lida com a casa dos Daniel (ocasião em que teria confirmado a João Francisco que levava dinheiro a José Dirceu) foi apenas por respeito à família que acabara de sofrer perda de um parente. “Eu nunca falei a este senhor que eu tinha dinheiro. Não levava dinheiro ao José Dirceu.” Em maio de 2004, logo após o início das denúncias, Carvalho já negava participação. “Por respeito à memória de Celso Daniel, tão maculada na investigação, digo que essas acusações são mentirosas”, disse.

Ontem, o Estado tentou contar Carvalho, mas não conseguiu encontrá-lo. ■

correu ao STF alegando que a corte máxima da Justiça já havia impedido, em 2002, a promotoria de investigar Dirceu.

O Ministério Público enviou ofício ao STF expondo situações para retomar a apuração sobre Dirceu e Carvalho. Os promotores avaliam que o ex-ministro do governo Lula não poderia terapelado diretamente ao Supremo porque desde que perdeu o mandato de parlamentar não conta mais com a prerrogativa de foro.

Se o STF mantiver a proibição de investigar Dirceu os promotores também já decidiram que vão abrir um procedimento em separado, exclusivamente para apurar o envolvimento de Carvalho. “Vamos aprofundar a investigação quanto à participação (Carvalho) no esquema de Santo André”, observou Amaro Thomé. “Mas para isso temos que primeiro apresentar a decisão final do STF com relação a Dirceu. Esperamos que o Supremo abra os olhos para o Brasil e dê sua contribuição para o combate à criminalidade organizada. O ministro Eros Grau não pode, com toda a experiência que possui, se deixar levar por qualquer tipo de manobra.” ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Os vôos da reeleição”, publicada na revista **Veja** de 21 de junho do corrente.

A matéria mostra que o Presidente Lula tem abusado das inaugurações neste ano eleitoral. Segundo a matéria, “As inaugurações de Lula têm uma razão só: sua campanha reeleitoral, que anda de vento em popa”.

Ainda segundo a matéria, Lula abusa das “inaugurações-fantasma”, como na última semana, no Rio de Janeiro, quando lançou a pedra fundamental de um novo pólo petroquímico, sendo que a Petrobras sequer comprou o terreno onde o complexo deverá ser construído.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte deste

pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “A festa vai acabar?”, publicada na revista **Exame**, em sua edição de 7 de junho do corrente.

Segundo a matéria, as recentes turbulências no mercado financeiro global tornam mais incerta a situação de países emergentes como o Brasil.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Com sua campanha reeleitoral de vento em popa, Lula viaja tanto quanto em ano não eleitoral. O abuso são as “inaugurações-fantasma”

O presidente Lula esteve em São Gonçalo, no interior do Rio de Janeiro, na semana passada, para lançar a pedra fundamental de um novo pólo petroquímico. Diante de 4 000 pessoas, Lula disse que a obra será “o maior pólo de inteligência da América Latina”. O que a plateia não ficou sabendo é que a Petrobras ainda nem sequer comprou o terreno onde o complexo deverá ser erguido. Desse modo, pode-se dizer que Lula inaugurou uma intenção de obra. Nos últimos tempos, particularmente nos primeiros cinco meses deste ano, o presidente tem se empenhado em aparecer em inaugurações. Recentemente, esteve no Recife para inaugurar uma ala nova do aeroporto da cidade. Tempos depois, voltou à cidade para inaugurar uma outra ala do mesmo aeroporto. Há três semanas, Lula esteve em Manaus para lançar a primeira solda de um gasoduto que ainda não começou a ser construído. O senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, aproveitou para pescar-lhe um chiste: “Presidente, tenha dó! Não seja tão ridículo! Não lhe fica bem! Que história é essa de primeira solda?”. As inaugurações de Lula têm uma razão só: sua campanha reeleitoral, que anda de vento em popa.

A oposição tem o hábito de acusar Lula de fazer campanha com dinheiro público por causa do excesso de viagens pelo país — mas, nesse caso, a acusação não tem fundamento. Lula nem mesmo aumentou o número de

A CAMPANHA DE CADA UM

Nos primeiros cinco meses deste ano*, o presidente Lula usou e abusou da máquina federal para fazer sua campanha — e num grau muito superior a Fernando Henrique Cardoso nos primeiros cinco meses de 1998**, quando concorreu à reeleição

	LULA	X	FHC
QUANTOS DIAS PASSOU FORA DE BRASÍLIA	47	X	47
QUANTAS CIDADES VISITOU NESSAS VIAGENS	73	X	50
QUANTAS VIAGENS SERVIRAM PARA FAZER INAUGURAÇÕES	52	X	15
QUANTAS REUNIões ELEITORAIS FORAM FEITAS NO PALÁCIO DO PLANALTO	9	X	4
QUANTO FOI GASTO EM PUBLICIDADE*** (em reais)	190 milhões (até agora)	X	115 milhões (no ano de 1998)
QUAL O ÍNDICE DE INTENÇÃO DE VOTO NAS PESQUISAS ELEITORAIS	45% (Datafolha, de 23-24 de maio de 2006)	X	34% (Datafolha, de 27-28 de maio de 1998)

* Compreende o período que vai de 1º de janeiro a 15 de junho de 2006

** Compreende o período que vai de 1º de janeiro a 15 de junho de 1998

*** Inclui gastos com publicidade institucional e de utilidade pública do Executivo, excluindo as despesas publicitárias das empresas estatais

viagens que faz pelo país. Nos primeiros cinco meses do ano passado, quando a campanha reeleitoral estava longe, o presidente passou 46 dias fora de Brasília. Agora, nos primeiros cinco meses deste ano, com a campanha reeleitoral a pleno vapor, Lula ficou 47 dias ausente da capital federal — apenas um dia a mais que em 2005. O que realmente mudou de lá para cá não foi a quantidade de viagens, mas o motivo delas: inaugurar, inaugurar e inaugurar. No ano passado, nos seus 46 dias longe de Brasília, Lula participou de 29 inaugurações. Agora, foram 52 — entre as quais estão a primeira solda, a intenção de obra e as alas do aeroporto. Em comparação com seu antecessor, Lula deposita uma confiança imensa em inaugurações para ganhar votos. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, nos primeiros cinco meses de 1998, quando concorreu à reeleição, também deixou Brasi-

lia durante 47 dias —, mas fez apenas quinze inaugurações (veja quadro).

Com sua ciranda de inaugurações, Lula está aproveitando uma brecha na legislação eleitoral — nada se diz sobre o comportamento que um presidente-candidato deve ter antes de sua candidatura ser oficializada. Por isso, Lula faz questão de dizer que nem sabe se será candidato, disparou a fazer inaugurações e abriu o cofre para os gastos publicitários — foram 190 milhões de reais só nos primeiros cinco meses deste ano. No próximo dia 24, quando o PT realizar sua convenção para oficializar a candidatura de Lula, começará as limitações — que não são poucas. Lula não poderá mais visitar obras do governo, nem participar de inaugurações, nem falar em rede nacional de rádio e TV. Se quiser participar de um comício ou qualquer outro evento eleitoral, terá de deslocar-se a bordo do AeroLula, por questões de segurança, mas seu partido será obrigado a reembolsar os cofres públicos pelo gasto. Também não poderá usar seu gabinete no Palácio do Pla-

naldo para reuniões eleitorais — que devem ficar restritas à sua residência oficial, o Alvorada. Todas essas limitações foram copiadas da lei eleitoral dos Estados Unidos, uma democracia na qual o direito à reeleição existe desde seu nascimento, com a Constituição, em 1787.

“A legislação é boa, não precisa de reparos. Como toda lei, sua aplicação depende da sensibilidade do juiz. No caso brasileiro, o que dificulta é que não temos tradição enraizada de reeleição”, afirma o advogado Fernando Neves, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De fato, ao se inspirar na lei americana, o legislador brasileiro chegou a ser mais rigoroso em alguns aspectos — o gasto com publicidade, por exemplo. Nos Estados Unidos, as propagandas de utilidade pública são permitidas no período eleitoral. Aqui não. Se o governo quiser lançar uma campanha de vacinação pública ou anunciar um novo número de telefone para a população tirar dúvidas sobre aposentadoria, terá antes de consultar o TSE. A experiência brasileira ensina, no entanto, que o rigor da legislação eleitoral nem sempre — ou quase nunca — resulta

em bom comportamento por parte dos candidatos. O que resolve é uma fiscalização rígida, acompanhada da aplicação de punições aos infratores, coisa que não tem sido feita nas eleições brasileiras. O atual presidente do TSE, o ministro Marco Aurélio Mello, já anunciou que pretende interromper essa tradição de leniência. Fiquemos de olho.

Na semana passada, o tribunal determinou que o presidente Lula explique se o gasto de publicidade do governo neste ano está dentro ou fora dos limites da lei eleitoral. A notificação foi

feita pelo ministro Carlos Ayres Brito, baseada em um pedido apresentado por PFL e PSDB. Pela legislação em vigor, o go-

verno só pode gastar em publicidade um volume igual ao montante do ano anterior ou igual à média dos três últimos anos — o que for maior. No caso do governo de Lula, o maior gasto foi realizado em 2005, quando bateu em 245 milhões de reais. Como o governo despendeu 190 milhões de reais até agora, poderá dizer ao tribunal eleitoral que seus gastos publicitários estão perfeitamente dentro da lei. Eis

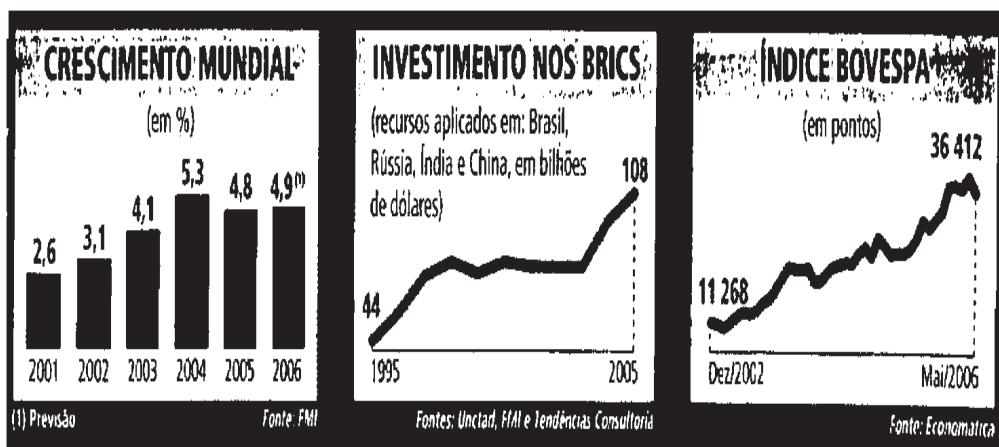
uma malandragem. O governo turbinou os gastos no início deste ano, aumentando a velocidade das despesas, exatamente para contornar a proibição legal. Os políticos, no entanto, só criticam a reeleição e as restrições legais quando estão na oposição. Uma vez no governo, acham a reeleição uma maravilha. Instinto de sobrevivência. Em 1998, nada menos que 70% dos governadores que concorreram à reeleição tiveram sucesso nas urnas. Incumbente não perde eleição. Alguém tem de ganhar dele — ouviu, Geraldo Alckmin? ■

UMA DAS TAREFAS MAIS ANTIPÁTICAS DOS economistas é lembrar ao restante das pessoas que não há almoço gratuito e que as festas, por melhores que sejam, sempre têm hora para acabar. A mensagem é que a humanidade, por mais que tente se libertar, ainda está submetida às oscilações naturais dos ciclos econômicos — os períodos de euforia são inevitavelmente seguidos de momentos de desaceleração. O

abalo sísmico ocorrido nos mercados financeiros globais nas últimas semanas serviu para lembrar aos investidores o velho ensinamento. Turbinadas por uma das mais prolongadas fases de crescimento econômico do pós-guerra, as bolsas do mundo todo experimentaram uma frenética evolução nos últimos quatro anos, multiplicando os ganhos financeiros e estimulando uma enorme gama de aplicações, algumas pouco recomendáveis.

UM CICLO DE EUFORIA NA ECONOMIA MUNDIAL

Nos últimos anos, o mundo viveu um período de crescimento alto, dinheiro abundante e exuberância no mercado financeiro



A valorização dos ativos atingiu também o setor imobiliário — os preços de casas e apartamentos em diferentes países subiram muito nesses tempos. Produtos primários como petróleo, ferro, cobre, ouro, soja, trigo, entre outros, registram cotações recordes nos mercados, o que gerou fonte inesperada de receita para um conjunto de nações, no qual se inclui o Brasil. Essa escalada nos mercados deu-se simultaneamente a uma atípica calmaria no mundo financeiro — nesses tempos, as turbulências praticamente desapareceram do cenário. Parecia um mundo perfeito. Tal ambiente de euforia foi colocado em xeque no dia 17 de maio, quando a divulgação de um índice de inflação acima do previsto nos Estados Unidos levantou a suspeita de que os juros americanos terão de subir mais daqui em diante. A perspectiva de aperto monetário do Federal Reserve (Fed), o banco central americano, desencadeou uma onda de insegurança nos mercados, especialmente no mundo emergente. A bolsa brasileira caiu 9% em uma semana. Na Índia, o pregão teve de ser interrompido por 1 hora após registrar queda de 10%, o limite máximo permitido num único dia. Outros emergentes, como Rússia, Turquia, México e Argentina, também viveram dias de intensas perdas nas bolsas. Ainda é cedo para saber se a festa acabou — talvez ela ainda dure alguns meses ou anos, afinal o ente chamado mercado costuma ter comportamento bipolar, oscilando entre a euforia e a depressão —, mas o fato é que essa perspectiva deixou de fazer parte de um cenário improvável e longínquo. "Os últimos anos foram um sonho, mas ele não dura para sempre", diz o economista Eduardo Giannetti, da escola de negócios Ibmec.

A situação acalmou-se um pouco nos dias seguintes, mas a percepção generalizada é que houve uma mudança sensível nos mercados. É impossível saber se o mergulho das últimas semanas representou apenas um soluço ou o início de uma tendência mais profunda — por ora, a maioria das apostas é que o pior já passou. O que parece certo, no entanto, é que um ambiente de volatilidade voltou a dominar os mercados. "Acabou o céu de brigadeiro", diz Oswaldo de Assis, sócio do banco Pactual. "As nuvens voltaram, só não sabemos dizer se elas estão carregadas." Em outras palavras, o cenário da economia mundial tornou-se mais arriscado. Isso não quer dizer que o mundo caminhe para uma recessão. Ao contrário, a economia global está relativamente forte e as perspectivas são de mais um ano de crescimento econômico robusto (*veja quadro na pág. 17*). O ponto é que, daqui para a frente, os fluxos de dinheiro devem se tornar mais temperamentais e incertos. O ce-

nomista Paulo Pereira Miguel, da Quest Investimentos. O número "um pouquinho maior" seria 0,26%. Não deixa de ser uma mostra da fragilidade atual dos mercados financeiros — uma alteração insignificante num único indicador teria sido capaz de agitar as bolsas do mundo.

Como explicar a alteração em curso no cenário mundial? Uma resposta reside na própria natureza dos mercados, que tende a antecipar movimentos futuros, freqüentemente com certo exagero. Nos últimos anos, a explosão das bolsas mundo afora esteve ancorada em fatos econômicos concretos — forte crescimento dos Estados Unidos e ascensão de vários países emergentes, particularmente a China. Mas, como sempre ocorre em momentos de maior euforia, alguns preços subiram muito acima do razoável. Foi o que se viu, por exemplo, em vários mercados imobiliários mundo afora. Conforme o humor começa a mudar, os investidores reavaliam o real valor dos ativos, jogando várias cotações para baixo. Comprar uma casa nos Estados Unidos, por exemplo, já está mais barato. O

nário de maior incerteza ganhou um componente extra com a troca de guarda no Fed. O novo presidente, Ben Bernanke, ainda não conquistou o entusiasmo dos profissionais do mercado, saudosos da atuação de seu antecessor, Alan Greenspan. O crescente nervosismo no mercado se evidenciou na sexta-feira 26 de maio, quando o mundo das finanças globais literalmente parou para observar um novo índice de inflação americana — que poderia confirmar ou não o cenário de alta nos juros do Fed. O número oficial foi de 0,24%, não muito distante do patamar de 0,3% que vinha sendo temido pelos analistas. "Bastaria um índice um pouquinho maior para produzir nova rodada de nervosismo", diz o eco-

problema é que, assim como exageram na alta, os investidores tendem a replicar o mesmo movimento no sentido oposto. Boas aplicações são postas à venda na bacia das almas apenas para compensar prejuízos em outros mercados. Nessa hora, países emergentes como o Brasil acabam sofrendo mais — pelo simples fato de possuir papéis com alta liquidez. "Será preciso passar o nervosismo para descobrir as aplicações que ainda vão continuar caindo e as que devem voltar a subir", diz o economista Mário Carvalho, do West LB Asset Management.

Contribui também para a mudança no humor dos investidores a percepção de que a economia mundial, apesar das boas projeções de crescimento, confronta-se agora com o desafio de desatar alguns nós fundamentais. O mais relevante deles diz respeito à saúde dos Estados Unidos, a locomotiva do mundo. Os americanos têm mantido uma combinação pouco recomendável na esfera econômica — investimento produtivo baixo com consumo abundante. O excesso de gastos, especialmente do governo, resulta em desequilíbrio nas contas externas que já atinge a espantosa proporção de 6,4% do PIB. "Países com tamanho desequilíbrio geralmente passam por um ajuste que combina desvalorização da moeda com forte recessão", diz o economista José Alexandre Scheinkman, da Universidade de Princeton. Foi o que se deu com quase todos os casos de nações que precisaram

resolver uma situação semelhante — a única exceção ocorreu com os próprios americanos, que conseguiram, nos anos 90, resolver a questão apenas com uma desaceleração branda. "Os Estados Unidos vão escapar, mais uma vez, de um ajuste doloroso? Ninguém sabe", diz Scheinkman. "O que dá para saber é que uma recessão forte por aqui acaba afetando o mundo todo."

Em meio a tais preocupações do mercado financeiro, o Brasil desempenha um papel coadjuvante — para o bem e para o mal. Predomina o consenso de que o país está muito mais preparado hoje do que há alguns anos para enfrentar uma turbulência externa. "A exposição ao risco é atualmente muito menor", diz o economista Drausio Giacomelli, diretor para a América Latina do banco JP Morgan Chase, em Nova York. Mas isso não significa dizer que um desaquecimento global seria indolor. Se o crescimento lá fora perder o ímpeto, um efeito direto ocorrerá nas exportações brasileiras — tanto em termos de volumes quanto de preços dos produtos. Como o Brasil ostenta um superávit comercial grande, não seria nenhuma catástrofe, mas alguns setores podem sentir um baque. Outro efeito possível se dá no fluxo de investimentos. Em momentos de maior nervosismo e menor crescimento, o capital torna-se arisco e os investidores tendem a escolher mercados maduros em detrimento de nações emergentes como o Brasil. Dependendo da intensidade, as turbu-

lências podem até mesmo atrasar o almejado grau de investimento que o país persegue nas agências de avaliação de risco, uma espécie de certificação de que o Brasil oferece boa segurança aos investidores. "É improvável que o Brasil seja rebaixado, mas novas elevações da nota e o grau de investimento podem ser adiados", diz Rafael Guedes, diretor executivo da agência de classificação de risco Fitch Ratings.

Talvez o impacto mais marcante seja ver passar um momento raro da economia mundial. Em quase todas as partes do planeta é possível reconhecer sinais de pujança — até mesmo nas economias européia e japonesa, há anos praticamente estagnadas. O crescimento floresce com especial ímpeto no mundo emergente, a taxas que neste ano devem alcançar a marca de 7%. China, Índia e outras nações têm aproveitado a fase de bonança para modernizar a economia. Enquanto tudo isso ocorre, o Brasil caminha vagarosamente. "Mesmo diante de um cenário tão espetacular, não conseguimos crescer para valer", diz Giannetti. Se isso já era verdade durante o auge da festa do mercado financeiro, a situação tende a piorar com a lembrança de que, afinal, um dia ela vai chegar ao fim. ■

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Etanol o mundo quer. O Brasil tem”, publicado na revista **Exame**, em sua edição de 21 de junho corrente.

A reportagem de Alexa Salomão e Marcelo Onaga fala sobre o potencial de nosso país em relação a uma das maiores apostas do mercado internacional: o álcool. A oportunidade é evidente, a mercadoria é disputada e o Brasil tem como responder à demanda.

“É algo do qual deveríamos nos orgulhar e tirar proveito”. É importante registrar esse momento, onde

o Brasil alcançou a gestão eficiente aliada à tecnologia de ponta.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Senhor Presidente, que a excelente reportagem acima citada passe a integrar este pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ETANOL O MUNDO QUER. O BRASIL TEM

O álcool virou a principal estrela do mercado energético global — e nenhuma economia tem tanto a ganhar quanto a nossa

Alexa Salomão e Marcelo Onaga

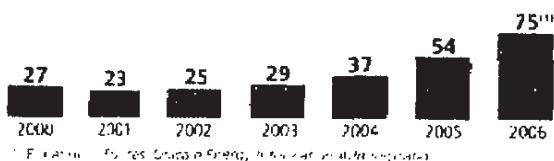
ANEGOCIAÇÃO FOI MANTIDA EM ABSOLUTO SIGILO POR SEIS MESES e concluída com discrição na manhã de 10 de junho. Na sala de janelas largas de um prédio comercial em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, estavam apenas o holandês Auke Vlas, representante da trading americana Cargill, maior comercializadora de alimentos do mundo, e o empresário Maurílio Biagi Filho, um dos mais importantes donos de usinas de álcool e açúcar do país. O encontro foi rápido — Vlas trouxe os documentos já assinados e Biagi preencheu

O BRASIL NO CENTRO DA REVOLUÇÃO ENERGÉTICA

Nos últimos anos, uma forte escadaida no preço do petróleo, principal produto da matriz energética global, tem levado o mundo a buscar alternativas. O álcool desponta como a principal promessa

A DISPARADA DO PREÇO DO PETRÓLEO...

Preço do barril de petróleo (em dólares)



Entre o futuro e o atraso

POR MUITO TEMPO, O AGRONEGÓCIO FOI considerado o que de mais atrasado havia no capitalismo brasileiro. E, dentro desse universo, ninguém parecia representar melhor o papel dos velhos senhores coloniais, dependentes das benesses do Estado, do que os donos de usinas de açúcar e álcool. O Brasil mudou. O agronegócio brasileiro modernizou-se. E muitos dos antigos senhores de engenho transformaram-se em grandes empresários. É das usinas de cana-de-açúcar que surge, hoje, um dos mais promissores negócios para a economia brasileira: a produção de etanol, o álcool combustível. Num mundo sedento por energia barata — e que paga cada vez mais pelo petróleo —, o etanol transformou-se em mercadoria disputada. E numa enorme fonte de oportunidades para ganhar dinheiro. É o que mostra o conjunto de três reportagens de capa desta edição. Os investimentos no setor

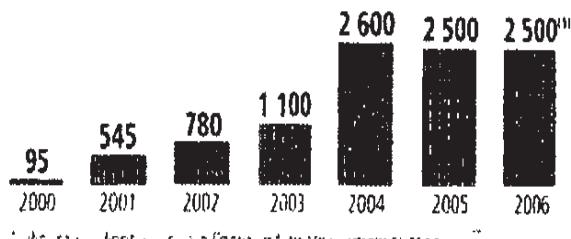
— impulsionados sobretudo por empresas internacionais — devem chegar perto de 10 bilhões de dólares em 2006. Em algumas companhias, pesquisas de ponta estão sendo desenvolvidas para tornar a produção brasileira de etanol, hoje a mais competitiva do mundo, imbatível no futuro. A euforia em torno do álcool combustível neste início de século 21 nada tem a ver com o ufanismo do Proálcool, o malfadado programa estatal da década de 80. Desta vez, não há a mão forte do Estado. Há a iniciativa do capital privado. Desta vez, também, não estamos falando de um programa tupiniquim, forjado para minimizar choques do petróleo. O mundo quer etanol. O Brasil tem para vender.

Essa conjunção de gestão, competitividade mundial e pesquisa de ponta levou o

agronegócio brasileiro a um novo patamar nas últimas décadas. É algo do qual deveríamos nos orgulhar e tirar proveito. Mas, para algumas correntes da sociedade brasileira, o sucesso e a prosperidade são necessariamente nocivos. E produtor que ganha dinheiro é latifundiário explorador. O governo não deve fazer caridade para o empresário do campo à custa de mais impostos. Mas também não deve atrapalhar, estimulando invasões e financiando movimentos supostamente populares que, para chamar a atenção para sua pauta, acham-se no direito de desafiar a democracia. Assim como os usineiros retratados na reportagem de capa, o Brasil terá de escolher se quer aproveitar as oportunidades que o futuro oferece ou se prefere empacar no atraso.

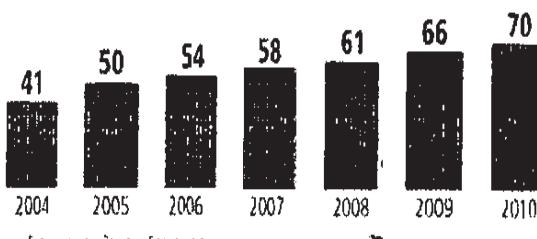
...ABRIU ESPAÇO PARA O ÁLCOOL BRASILEIRO...

Exportação de álcool (em milhões de litros)



...E ESSE MERCADO DEVE CONTINUAR A CRESCER

Projeção da produção mundial de álcool (em bilhões de litros)



as poucas linhas que lhe foram reservadas. A partir daquele momento, o empresário retirou-se da Cevasa, indústria por ele fundada em 1999, e a Cargill finalmente assumiu o controle de uma usina no Brasil, após quase dois anos de tentativas. O detalhe mais revelador do negócio é o fato de a Cevasa não produzir um único grama de açúcar, apenas álcool combustível — o etanol. Com a aquisição, a Cargill ingressa em um novo ramo de negócios no Brasil, o de energia. Sua principal concorrente, a Bunge, também tem feito prospecções no Brasil e, segundo especialistas, deve anunciar em breve uma compra semelhante.

A estréia da Cargill no mercado brasileiro de álcool é o exemplo de uma das mais impressionantes transformações em curso na economia nacional. As usinas de álcool brasileiras, há séculos parte de um cenário que era símbolo do atraso, estão hoje no epicentro de uma revolução energética que envolve todo o planeta. No ano passado, o mercado brasileiro de etanol movimentou 6 bilhões de dólares. Em 2010, deve chegar a 15 bilhões — quase o equivalente ao faturamento atual do negócio de telefonia celular. Seria um equívoco comparar o rápido crescimento do setor com o movimento vivido pelas usinas nas décadas de 70 e 80, quando o governo brasileiro, à base de fartos subsídios, criou o Proálcool, programa oficial de etanol. Desta vez, não é o braço estatal a impulsionar o mercado — mas o próprio setor privado. Além disso, agora o que se vislumbra não é apenas a demanda de carros brasileiros, mas de todo o mundo. Nos últimos seis meses, o etanol foi alçado da

condição de produto tupiniquim, confinado ao Brasil, à posição de combustível potencialmente global, em teoria capaz de aliviar de uma só vez dois grandes males do século 21, a escassez do petróleo e o efeito estufa. O álcool entrou na agenda de governantes, empresas de tecnologia e, principalmente, de investidores interessados nas grandes oportunidades que o setor tende a oferecer daqui para a frente. O homem mais rico do mundo, Bill Gates, fundador da Microsoft, comprou 25% da Pacific Ethanol para produzir álcool de milho nos Estados Unidos. Especula-se que Gates esteja prestes a concretizar a aquisição de uma usina de etanol no Brasil. Larry Page e Sergey Brin, do Google, estiveram em janeiro no interior de São

Paulo para conhecer a produção local e analisar oportunidades. Outro bilionário, o investidor húngaro George Soros, fechou em fevereiro a compra da usina Monte Alegre, em Minas Gerais. Em 2006, o setor de etanol deve receber investimentos de 9,6 bilhões de dólares, entre construções de novas usinas, aquisições e expansões.

Embalados pela sede mundial de combustível verde, consultores e corretores trocam os elegantes escritórios nas metrópoles e se deslocam para o interior em busca de usineiros interessados em fazer parcerias ou vender seus negócios. Bancos rivais, como o UBS/Pactual e o Credit Suisse Group, agora disputam clientes entre produtores de cana na tentativa de lançar ações de usinas na bolsa de valores. Mes-

USINA DE LUCROS Os negócios com álcool no Brasil movimentaram bilhões no ano passado

2,9	2,2	766	373	19	TOTAL
bilhões de dólares	bilhões de dólares	milhões de dólares	milhões de dólares	milhões de dólares	6,2
com a venda de álcool para misturação na gasolina	com a venda de álcool combustível	em exportações para 46 países	para indústrias de alimentos, perfumes e cosméticos	com a venda de álcool como insumo para a indústria química	bilhões de dólares

mo com a atual instabilidade dos mercados financeiros, o primeiro fundo de *private equity* criado para usinas, com patrocínio do banco francês Société Générale, conseguiu arrecadar mais de 200 milhões de dólares em pouco mais de um mês. A tendência é que feche o ano com 1 bilhão em carteira. A Votorantim, um dos maiores grupos empresariais do país, é uma das empresas com atuação mais marcante no mercado de etanol. Nos últimos três anos, a empresa da família Emissário de Moraes investiu 40 milhões de dólares em duas empresas destinadas à pesquisa de ponta no setor. Até mesmo as petroleiras, em princípio contrárias ao sucesso do etanol, já perceberam que não dá para ignorá-lo. No inicio de junho, a angle-holandesa Shell passou a exportar álcool brasileiro para os Estados Unidos, o maior mercado mundial. Nos últimos meses, representantes das tradings japonesas Mitsubishi e Mitsui circulam pelo interior do país prospectando negócios. O próprio mercado de trabalho no Brasil deve sentir os efeitos do crescimento do setor — executivos de várias indústrias já percebem as oportunidades que vão se abrir com a profissionalização da gestão das companhias de etanol.

"Estamos assistindo a uma verdadeira corrida do ouro", diz Marcelo Junqueira, sócio da Econergy, empresa americana especializada em comercializar crédito de carbono e dona de um fundo com 100 milhões de dólares para investir em energias renováveis. "Não faltam bons negócios."

O que está aguçando o apetite de tanta gente é a projeção de que o mercado internacional de álcool, hoje ainda modesto, crescerá exponencialmente nos próximos anos. Nos últimos meses, vem se consolidando a percepção de que a era do petróleo barato está perto do fim. "A aposta é que a cotação se mantenha elevada daqui para a frente, pois custa caro explorar as reservas que restaram", diz Shigeaki Ueki, ex-ministro de Minas e Energia e consultor na área de petróleo. A aposta é que a frota mundial de automóveis terá, necessariamente, de adotar a mistura de gasolina e álcool nos próximos anos, seguindo o modelo pioneiro do Brasil. A indústria automobilística mundial já aderiu em massa aos veículos hibridos, que permitem o uso tanto do álcool como da gasolina (veja reportagem na pg. 28). Portanto, do ponto de vista tecnológico, as condições para o sucesso do etanol estão

AS MAIORES EMPRESAS DO MUNDO

Brasil e Estados Unidos ocupam a liderança na produção de álcool

Empresa	Produção anual ^(*) (em milhões de litros)
ADM (EUA)	4 000
Copersucar (Brasil)	2 700
Crystalsev (Brasil)	1 030
Cosan (Brasil)	1 000
VersaSun Energy (EUA)	871
Aventine Renewable (EUA)	783
Hawkeye Renewables (EUA)	757
ASAAlliances Biofuels (EUA)	757
Abengoa Bioenergy (EUA)	750
Midwest Grain (EUA)	575
U.S. Bioenergy (EUA)	549
Cargill (EUA)	454
São Martinho (Brasil)	440
Irmãos Biagi (Brasil)	403
João Lyra (Brasil)	251
Tércio Wanderley (Brasil)	230
Nova América (Brasil)	200
Carlos Lyra (Brasil)	196

equacionadas. O que falta, agora, é que mais países adotem o novo combustível.

O sinal mais vigoroso de que isso pode ocorrer em breve veio do presidente americano, George W. Bush. Bush é um republicano típico, pouco afeto a programas ambientais e com sólidas ligações com as maiores petroleiras do mundo. Mesmo carregando esse currículo, em janeiro passado condenou publicamente "o vício americano pelo petróleo" e passou a defender enfaticamente as energias renováveis. Os americanos são donos de 40% da frota de veículos do planeta, mas o álcool responde por apenas 2,5% do mercado local de combustíveis. Pelos planos do Departamento de Energia dos Estados Unidos, até 2030 essa participação subirá para 30%, o que representa o consumo de impressão-

nantes 230 bilhões de litros — ou 14 vezes a produção brasileira de álcool combustível prevista para este ano. "O etanol é a principal alternativa ao petróleo", diz Lawrence Russo, coordenador do Programa de Biomassa do Departamento de Energia americano. O combustível conta também com o apoio da oposição — a senadora democrata Hillary Clinton, virtual candidata à sucessão de Bush, pediu que o senado libere 1 bilhão de dólares em pesquisas com etanol. Com tais movimentos, acredita-se que os Estados Unidos levem outros países a seguir a mesma rota. Afora Suécia, Austrália e um punhado de países, o restante do globo só começou a avaliar com seriedade o álcool recentemente.

Esse despertar mundial coloca o Brasil à frente da corrida da energia alternativa — o que não é pouca coisa. E estimula potenciais produtores. Jamaica, Nigéria, Índia

e outros países que cultivam cana tentam organizar a produção inspirados nos modelos brasileiros. A criação de mercados pelo mundo é considerada fundamental pelos produtores locais. A percepção é que, enquanto o Brasil for quase monopolista no comércio internacional de álcool, difficilmente será possível convencer os países desenvolvidos a misturá-lo à gasolina. "A experiência do petróleo ensinou que a concentração da produção de combustível não é boa para os países consumidores, que se tornam dependentes", diz Eduardo Pereira de Carvalho, presidente da União da Agroindústria Canavieira. "É importante que vários países fabriquem etanol para que haja segurança de abastecimento."

Ainda assim, dificilmente algum outro será capaz de tirar a liderança brasileira nesse campo, pelo menos no curto prazo. O Brasil tornou-se uma espécie de meca

na produção em larga escala de combustíveis renováveis graças a uma perfeita combinação de clima, extensão territorial e reservas de água. A produtividade é de longe a maior do mundo. De cada hectare de cana plantada no país, produzem-se 6.800 litros de álcool. Nos Estados Unidos, hoje o maior produtor mundial de etanol, o álcool é feito de milho, e cada hectare da cultura gera 3.200 litros de álcool — abaixo da metade do rendimento brasileiro. O preço da produção nacional é igualmente imbatível. O litro custa cerca de 20 centavos de dólar, ante 47 centavos do álcool de milho americano e 32 centavos do álcool de cana produzido na Austrália. "A beleza do processo brasileiro está principalmente na eficiência ambiental", diz Plínio Nastan, diretor da Datagro, consultoria especializada em açúcar e em álcool. "No Brasil, as máquinas que fabricam o álcool são

OS PONTOS FRACOS DO BRASIL

O que pode tirar o país da liderança do comércio mundial de álcool

INFRA-ESTRUTURA DEFICIENTE

Hoje o transporte de álcool é feito principalmente por caminhão. Para exportar grandes volumes a custo baixo, o país precisa construir dutos, investir em ferrovias e hidrovias e equipar os portos

BAIXO INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA

Por ano, o governo americano investe 350 milhões de dólares, a fundo perdido, em biotecnologia para aumentar a produção de álcool de milho. No Brasil, as pesquisas com cana estão restritas a algumas empresas privadas. O total investido por ano no país é cerca de 25 milhões de dólares

FALTA DE CREDIBILIDADE

Historicamente, o preço do açúcar guia a produção de álcool — se o açúcar fica mais caro, o usineiro reduz a produção de álcool. Para se estabelecer como fornecedor global, a indústria precisa manter uma produção regular de álcool e formar estoques

movidas à energia elétrica produzida pela queima do bagaço de cana, o que reduz os custos. Nos Estados Unidos, o processo depende da energia gerada do carvão, do óleo combustível ou do gás natural, o que encarece o produto final." Para proteger os produtores americanos de milho, a importação do álcool brasileiro é taxada, o que fere sua competitividade. Hoje há muita pressão pela derrubada dos impostos. Dois projetos que tramitam no Congresso americano suspendem a cobrança. Jeb Bush, governador da Flórida e irmão do presidente, vem fazendo uma cruzada para derrubar a taxação sobre o produto brasileiro. Se a mobilização vingar, o Brasil deve virar um pólo ainda maior de atração de investidores — o que muitos consideram a senha para a transição de um setor com ilhas de atraso para a modernidade.

Os produtores brasileiros ainda dominam a fabricação de álcool no país — e é difícil prever hoje por quanto tempo essa realidade deve se manter. Há em operação no Brasil cerca de 350 usinas, a maioria delas controlada por famílias tradicionais, como Ometto, Junqueira, Balbo, Zillo e Lyra. Apenas 3% desses negócios estão em mãos de grupos estrangeiros. Há hoje quase 100 usinas de álcool sendo construídas sobretudo por empresários locais. "Entender as peculiaridades da produção agrícola no Brasil não é para qualquer um", diz Pedro Mizutani, vice-presidente executivo da Cosan, o maior grupo privado brasileiro do setor. "Os estrangeiros têm dificuldade em lidar com a produção agrícola e de entender as legislações tributária e trabalhista." É por isso que — pelo menos por enquanto — os investidores de fora têm optado por assumir o controle de usinas, mas deixar a parte agrícola para os brasileiros, como fez a Cargill na Cevasa. A multinacional americana ficou com pouco mais de 60% de participação. O restante ainda pertence à Canagril, uma sociedade de agricultores que fornece a cana.

Quando se olha para o futuro, no entanto, é possível visualizar um agressivo aumento da participação dos estrangeiros. "Pelo menos 30% das sondagens que recebemos de novos projetos de usinas é de estrangeiros", diz José Luiz Olivério, vice-presidente de operações da Dedini, a maior indústria de equipamentos para construção de usinas de etanol do mundo. "Se os negócios forem efetivamente fechados, vamos assistir a uma radical mudança no perfil do setor e no tamanho do mercado." O crescente interesse dos estrangeiros já está produzindo uma superlativa valorização das usinas. Unidades pequenas, muitas delas com problemas financeiros, esqueletos tributários e dívidas trabalhistas, estão sendo avaliadas pelos donos em 50 milhões de dólares. As maiores e mais pro-

dutivas podem ser cotadas em meio bilhão de dólares.

É um dinheiro considerável. E, assim como aconteceu com os setores de autópeças e de têxteis na década de 90, a maior parte dos empresários brasileiros do etanol enfrenta o momento de definir qual será seu papel no futuro. "Os acionistas precisam decidir se vão continuar sozinhos, buscar associações com estrangeiros ou esperar a melhor oferta para uma boa venda", diz Renato Gennaro, especialista em agronegócio da BCS, área de consultoria da IBM. "A tendência é que haja forte processo de consolidação, com fusões e aquisições, pois escala será fundamental."

Na Nova América, empresa que detém a marca de açúcar União, a opção é crescer. Roberto Rezende Barbosa, presidente do grupo, estuda a possibilidade de abrir o capital para expandir os negócios com álcool. "Daqui para a frente será necessário produzir em escala mundial", diz Barbosa. "Quem quiser competir precisa se preparar." A Nova América tem uma estrutura de comando incomum no setor. O poder está nas mãos de Roberto e dois irmãos. Três pessoas, portanto, tomam as decisões. Em muitas usinas, o patrimônio está dividido entre dezenas de parentes com os mais diversos pontos de vista e idiossincrasias pessoais. Eleger estratégias é uma operação delicada.

É o que se vê, por exemplo, na Vale do Rosário, uma das melhores e maiores usinas do país, localizada em Morro Agudo, no interior de São Paulo. A Vale do Rosário tem uma centena de acionistas. Em julho, o grupo deve se reunir para discutir o futuro do negócio. Alguns acionistas acreditam que o momento é ideal para vender a empresa. Outros pensam que o melhor é abrir o capital para financiar uma expansão mais agressiva. Se prevalecer essa segunda opinião, a Vale seguirá os passos da Cosan, empresa dona de 16 usinas e única do setor com ações cotadas na bolsa de São Paulo. "Nos próximos cinco ou dez anos, vamos dobrar nossa participação e atingir 20% do mercado interno", diz Ru-

bens Ometto Silveira de Mello, controlador da Cosan. Mesmo com os preços em alta, a empresa mantém a estratégia de aquisições para se manter na liderança do setor. Paralelamente, estuda a possibilidade de ingressar no mercado americano.

A supremacia brasileira no mercado de álcool, no entanto, não deve ser encarada como definitiva. O país tem debilidades que tendem a agravar-se com o tempo. A mais perigosa é a falta de investimentos em ciência e tecnologia. Assim como o desenvolvimento de novos tipos de soja levou a produção de grãos para o cerrado, o desenvolvimento de novas espécies de cana, resistentes a pragas e adaptadas a regiões mais áridas, será fundamental para abrir novos pólos de produção e elevar a produtividade. A cultura já está migrando. Novas usinas estão sendo erguidas em Minas Gerais, Goiás, Paraná e até no Pará. O trabalho científico, no entanto, está concentrado em poucas instituições, como o Centro Tecnológico Canavieiro, algumas universidades federais e as empresas privadas Canavialis e Alellyx, mantidas pela Votorantim Novos Negócios (VNN). “Num cenário de 30 anos, os Estados Unidos intendem a utilizar essa tecnologia para reduzir dramaticamente o custo de produção”, diz Fernando Reinach, diretor da VNN. “Se o Brasil não investir em pesquisa, não conseguirá manter custos competitivos.”

Outra falha elementar é a falta de infraestrutura. A maior parte do álcool produzido no país deixa a usina em caminhões, um meio de transporte caro que compromete a rentabilidade de áreas no interior do país. Também falta estrutura nos portos. “Se algum importador comprar álcool hoje, vai ter de esperar até setembro para

receber”, diz o empresário Maurílio Biagi Filho. Parte da solução do problema estaria na construção de alcooldutos cortando o país. Um projeto da Petrobras prevê a abertura de um duto que ligaria Goiás à refinaria de Paulínia, em São Paulo, passando pelas principais regiões produtoras. Para o economista Guillaume Le-Fur, diretor da Diapason Management, empresa suíça especializada em commodities, a presença de uma companhia como a Petrobras é estratégica para o mercado brasileiro. “Uma grande empresa com capital, capaz de competir com as petroleiras, será decisiva para a expansão do mercado de álcool”, diz Le-Fur. Os empresários, no entanto, vêem com desconfiança o avanço da estatal. A Petrobras monopolizou o mercado interno de gasolina e de gás natural, e suspeita-se que tente fazer o mesmo com o álcool.

O ponto nevrálgico para o sucesso do Brasil, no entanto, está nas mãos dos usineiros: garantir a produção do álcool. Pode parecer um item primário na sofisticada agenda do setor de energia, mas historicamente os usineiros locais reduzem a produção de álcool toda vez que o preço do açúcar sobe — e neste momento ele nunca esteve tão alto. Essa velha artimanha para aumentar o faturamento da usina no curto prazo tende a minar a confiança dos consumidores de outros países. “O mercado de combustíveis trabalha com contratos de longo prazo que precisam ser respeitados”, diz José Ronaldo Rezende, consultor da PricewaterhouseCoopers. “Temos de colocar o pé no chão para não fazer besteira”, diz João Lyra, presidente do Grupo João Lyra, um dos mais modernos do setor. “Não respeitar contratos pode ser fatal para as empresas e para o país.” ■

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria “Justiça decreta penhora dos bens de Genoíno e Delúbio”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 8 de junho do corrente.

A matéria destaca que os ex-militantes petistas José Genoíno e Delúbio Soares, que avalizaram no ano passado empréstimo de R\$3,4 milhões do BMG ao publicitário Marcos Valério de Souza , tiveram seus bens penhorados pela 1^a Vara de Precatórios do Foro Central de São Paulo. Contudo, até ontem, a secretaria

de Finanças do PT mantinha a movimentação normal de suas contas.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Justiça decreta penhora dos bens de Genoíno e Delúbio

MALUDELGADO
DA REPORTAGEM LOCAL

Os ex-dirigentes petistas José Genoíno e Delúbio Soares, que avalizaram no ano passado empréstimo de R\$ 3,4 milhões do BMG ao publicitário Marcos Valério de Souza, tiveram decretada a penhora dos bens, no início desta semana, pela 1^a Vara de Precatórios do Foro Central de São Paulo.

A penhora se estendeu ao PT nacional. Até ontem, a secretaria de Finanças do PT mantinha a movimentação normal de suas contas.

Genoíno, ex-presidente do PT, conseguiu reverter a decisão na terça-feira, segundo seus advogados. O secretário de Finanças do PT, Paulo Ferreira, disse ontem desconhecer o bloqueio. A **Folha**

apurou que o montante bloqueado equivale a 10% do valor de face do empréstimo, ou seja, supera R\$ 300 mil.

Genoíno conseguiu desbloquear duas contas correntes. “Ele [Genoíno] necessita da manutenção das contas para sobreviver. Portanto, é bem impenhorável”, disse o advogado Luciano Lima. Os advogados de Delúbio não foram localizados.

O processo contra o PT e ex-dirigentes partidários foi ajuizado na 34^a Vara Civil de Belo Horizonte pelo BMG. “O banco fez um empréstimo a um partido político e quer receber o seu crédito”, afirmou Rafael Miranda, advogado do banco.

Segundo o BMG, os recursos bloqueados serão destinados à conta de depósito judicial, no Banco do Brasil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Liderança do MLST afirma que houve ajuda do PT”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 11 de junho do corrente.

Apesar da direção do MLST ter orientado os sem-terra a evitar a imprensa por causa da repercussão ruim depois da invasão na Câmara o senhor Gladis Rossi, da Secretaria Nacional do MLST, disse que a

direção do PT contribuiu com a logística do movimento, mas não deixou claro se a ajuda se deu antes ou depois das prisões.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Liderança do MLST afirma que houve ajuda do PT

Direção do partido colaborou em logística, diz integrante da secretaria do movimento

Liberados, 500 integrantes do MLST, que passaram três dias na prisão, festejavam ouvindo pagode ao esperar ônibus para voltar para casa

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Depois de três dias no Complexo Penitenciário da Papuda, cerca de 500 integrantes do MLST (Movimento de Libertação do Sem-Terra) presos na invasão à Câmara, na quarta-feira, começaram ontem de manhã a serem deslocados para seus Estados de origem. Outros 42 continuam presos.

Segundo Gladis Rossi, da Secretaria Nacional do MLST, a direção do PT contribuiu com a logística do movimento, mas não deixou claro se a ajuda se deu antes ou depois das prisões. A reportagem deixou recado para o presidente do PT,

deputado Ricardo Berzoini (SP), mas ele não respondeu até o fechamento desta edição.

A direção do MLST orientou os sem-terra a evitar a imprensa. “Não podemos correr o risco de o movimento ser mais prejudicado do que está. 90% da mídia falou mal. Foi horrível para o movimento”, disse Rossi. Ontem, enquanto esperavam os ônibus, os sem-terra festejaram com uma roda de pagode.

Os sem-terra foram libertados na madrugada de sábado, após decisão da juíza Maria de Fátima Costa, da 10ª Vara Criminal da Justiça Federal em Brasília. Os militantes passaram a noite em um centro de formação do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em Luziânia (GO), cidade a cerca de 60 km de Brasília.

Segundo Rossi, funcionários em greve do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) entraram em contato com o movimento e cederam o espaço. Até o fechamento dessa edição, pelo menos três ônibus tinham deixado o local. Um levava militantes para o Maranhão, outro para Tocantins e o terceiro não teve o destino informado.

Entre os 42 integrantes do MLST que continuavam presos, acusados de participar de atos de vandalismo, está Bruno Maranhão, principal líder do movimento. Na sexta, estiveram na Papuda o ouvidor agrário nacional, Gersino José da Silva, e a superintendente regional do Incra em Pernambuco, Maria de Oliveira. Ela disse que os sem-terra foram tratados de corretamente e negou financiamento do governo.



Nós estamos com a nossa direção em baixa. Os poucos que restaram a gente tem que sentar e discutir politicamente. Não podemos correr o risco de o movimento ser mais prejudicado do que já está [sobre orientação para que membros do MLST evitem a imprensa]. 90% da mídia falou mal. Foi horrível para o movimento

GLADIS ROSSI
da Secretaria Nacional do MLST

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O mapa da mina”, de autoria do escritor Carlos Heitor Cony, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 13 de junho do corrente.

O escritor e jornalista Carlos Heitor Cony discute, em seu artigo, a reeleição do Presidente Lula. Segundo ele, “Se é certa a sua reeleição, é certa também a sua incompetência em governar. Seu novo governo

não terá estrutura nenhuma para levar o país a qualquer lugar, não ser ao crescimento vegetativo de seu primeiro mandato.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CARLOS HEITOR CONY

O mapa da mina

RIO DE JANEIRO - Já foi dito diversas vezes que o brasileiro, que não é mais cordial como os sociólogos pensavam, é capaz de inventar o círculo quadrado ou dar nó em pinga d'água. A inventiva nacional é farta e abundante. E acho que está em processo uma nova proeza, inédita na história universal: a ditadura democrática.

Explico: a menos que ocorra um fato novo e grave (os escândalos de seu governo só impressionaram a mídia e a classe média que é bitolada pela mídia), o grosso do eleitorado nem está aí para o que houve. Votará em Lula, que tem a maior exposição e a menor contestação popular. Não apareceu no cenário político (e muito menos no cenário eleitoral) um adversário de peso que o enfrente nas urnas e na preferência do povo.

Se é certa a sua reeleição, é certa também a sua incompetência em governar, em administrar não apenas a máquina do Estado mas as

correntes heterogêneas que formam a sociedade. É um demagogo vulgar, e só não chega a ser um tirano porque lhe faltam condições para isso: no fundo, é um bom sujeito.

Mas seu novo governo não terá estrutura nenhuma para levar o país a qualquer lugar, a não ser ao crescimento vegetativo de seu primeiro mandato. Ele não terá equipe nem mesmo um esquema de forças sociais que o apóiem. Será eleito e governará com os naufragos de diferentes partidos (inclusive do seu partido), que embarcarão em sua canoa —a única que parece ainda flutuar no tenebroso mar da política nacional.

Um ditador eleito democraticamente e aceitando críticas, esculhambações até do Ronaldo, e contestações, mas confiante de que o povo o aprova e o admira pelo que é e pelo que não é. Um ditador que achou o mapa da mina: torça pelo Corinthians, beba sua pinga, fale mal dos ricos e deixe o país se danar.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo Deputado Federal Paulo Delgado ao jornal **O Globo** de 14 de maio do corrente e que recebeu o título “A boa diplomacia é feita com vigor e rigor, como a poesia”.

Na entrevista, o deputado Paulo Delgado aborda a questão da nacionalização do gás na Bolívia e destaca que o governo tem de dar uma resposta enérgica à Bolívia e que nacionalização foi decidida em Cuba.

‘A boa diplomacia é feita com vigor e rigor, como a poesia’

Petista afirma que governo tem de dar uma resposta enérgica à Bolívia e que nacionalização foi decidida em Cuba

ENTREVISTA

Paulo Delgado

• Professor, sociólogo e com cinco mandatos pelo PT, o deputado federal Paulo Delgado (MG) tem uma avaliação ácida da crise do gás. Para ele, há provas de que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, influiu na nacionalização da Bolívia — que afirma ter sido decidida em Cuba — e o Itamaraty errou. Em sua opinião, o presidente da Bolívia, Evo Morales, está sendo leviano e merece uma resposta enérgica, como rompimento e expulsão dos imigrantes bolivianos ilegais.

Henrique Gomes Batista

BRASÍLIA

O GLOBO: Como o senhor viu as declarações de Evo Morales sobre a Petrobras e o Brasil em Viena?

PAULO DELGADO: Demonstraram baixo apreço pelas instituições e pela democracia. A Bolívia nunca aceitou desinteressadamente nada do Brasil. Ele não conhece a História da Bolívia nem das relações diplomáticas.

• O que motivou a nacionalização na Bolívia?

DELGADO: Morales está movido pela reunião de 28 e 29 de abril, em Havana. Lá foi criado o

pacto entre Bolívia, Venezuela e Cuba para um tratado de comércio entre os três. Nele está escrito que a Venezuela estimulará uma ampla cooperação no domínio energético e de mídia da Bolívia, por meio de assistência técnica e jurídica. Há ainda a ampliação do fornecimento de óleo cru, produtos refinados, GLP e asfalto, tendo como compensação produtos da petroliera YPF e da mineradora Comibol. Ou seja, o acordo contra o Brasil foi firmado nesse encontro. A expropriação veio dois dias depois.

• Dá para confiar nas negociações que começaram?

DELGADO: Estamos diante de dois litigantes de má-fé. Morales está mentindo. Ele e Chávez confundem soberania com ruptura de contratos. Mas só para o Brasil. Porque Evo sabe que a Venezuela é um fornecedor confiável de petróleo para os EUA. O que eles fazem com o Brasil não fazem com o governo americano.

• Isso mostra que é preciso uma política externa mais enérgica?

DELGADO: A boa diplomacia é feita com vigor e rigor, tanto como a boa poesia. E não pode ser feita de saís aromáticos nem variações em torno da pleide ou da carlidade entre os povos. Nenhum país, por

mais pobre que seja, pode rasgar contratos.

• Como será a negociação a partir de agora?

DELGADO: Até Morales vestir terno vai demorar. O terno representa o poder civil e ele traz parâmetros que o poder militar e o populismo não têm. Acho que a América Latina vem sofrendo com isso, há uma onda de exasperação que está pondo à prova todas as fronteiras.

• O Brasil errou ao apoiar Morales?

DELGADO: Errará sempre quem quiser influenciar eleições em terceiros países. O Brasil errou no governo passado quando quis influenciar a eleição no Peru contra (o presidente Alejandro) Toledo. Assim como a benevolência com Chávez, quando ele vem dar palpite no Brasil ou no Peru. Sempre que o Brasil quis influenciar as eleições acabou agravando a situação brasileira dentro dos países ou perdendo apoio posteriormente. A diplomacia brasileira é secular e

não pode ser tão surpreendida por situações de políticas internas. E isso não é a primeira vez, ocorreu com a dissolução da União Soviética e com a reunificação da Alemanha. São três episódios de inexplicável surpresa para a diplomacia brasileira, que é uma das melhores do mundo, mas às vezes frágil na análise prospectiva.

• Isso aconteceu novamente agora?

DELGADO: Raciocinamos como o Fórum São Paulo (que reúne partidos de esquerda latinos há mais de dez anos). Mas nem no Fórum os partidos têm harmonia de posições. Na prática, quando membros do Fórum são eleitos presidentes, é preciso tratá-los em outro nível.

• O que o Brasil precisa fazer para a Bolívia respeitá-lo?

DELGADO: Primeiro, dizer a Morales que ele deixe a falsa pureza de lado. Tenho absoluta confiança na diplomacia brasileira e no presidente Lula. E devemos, se houver alguma hostilidade maior, devolver imediatamente todos os bolivianos e romper relação com a Bolívia. O Brasil não deve participar da estratégia eleitoral interna da Bolívia. É um erro. O Evo Morales está reagindo com desfaçatez a um país pacifista e de maneira pu-

silâmico com países béticos.

• Quais são as medidas a serem tomadas?

DELGADO: Retirar nosso embaixador da Bolívia, entrar logo na OMC (Organização Mundial do Comércio) contra eles. Ir para a arbitragem internacional, defender a Petrobras. Deixar a pobre Bolívia virar protetorado da Venezuela e esperar passar essa crise.

• Chegou a hora do revide?

DELGADO: Revide é uma palavra muito forte. Mas está caminhando para uma questão de lesa-pátria, a ser tratada com rigor e com vigor. Devemos nos preparar para a morte da diplomacia no continente e o agravamento do nacionalismo manipulatório, vaidoso

simplório e arrogante.

• Qual é o futuro de Morales?

DELGADO: Isolar mais ainda a Bolívia e afundar junto. Nenhum líder que chegue à Presidência tem o direito, seja indígena ou não, de se propor herdeiro do povo de seu país. Há com Chávez e Morales o que não há com Tabaré (Vásquez, do Uruguai) e (Michelle) Bachelet (do Chile). Chávez e Evo disputam a popularidade fácil e identificam-se com os preconceitos do povo. Não se extrai autoridade de demagogia.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Yo no creo en brujas, pero que láis hay, hay”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 4 de junho do corrente.

O autor, em seu artigo, faz uma análise sobre o desempenho do governo petista nos últimos três anos e meio. Para Maurício Corrêa, “São vendilhões do templo que contrabandearam o voto em troca de negócios sujos. Implantou-se no país, em seguida a tudo isso, a cultura da corrupção, do roubo e da bandalheira”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Campeã de doações ao PT é empresa de 30 funcionários”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 30 de maio do corrente.

A matéria destaca que, a três dias do final do ano passado, a empresa Petrowax transferiu R\$600 mil à conta do Partido dos Trabalhadores, à título de doação, valor bem acima dos R\$500 mil doados pela Companhia Siderúrgica Nacional, com 8.000 empregados, e o dobro da construtora OAS, de 2.400 funcionários e faturamento de R\$700 milhões.

Segundo a matéria, “A Petrowax, campeã em doações para o PT em 2005, levanta suspeitas por ter estrutura minúscula e capital social de apenas R\$50 mil. Além disso, a empresa de lubrificantes tem contrato com a Petrobras, estatal federal”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Yo no creo en brujas, pero que las hay, hay

Política é a arte de fazer o bem. Não é instrumento de mercancia. De negociações. Fomos todos colhidos ao longo desses últimos três anos e meio de governo petista com uma montanha de crimes cometidos contra o patrimônio do povo. Não me lembro, desde quando cheguei aqui em Brasília, em 1961, haver presenciado fatos semelhantes ou parecidos. Nem é preciso dizer que os agentes dessas condutas são políticos sem nenhuma vocação para servir, que dispõem dos mandatos apenas para ser servidos ou para deles se valer, enveredando-se pelos confins do crime. São vendilhões do templo que contrabandearam o voto em troca de negócios sujos.

Implantou-se no país, em seguida a tudo isso, a cultura da corrupção, do roubo e da bandalheira. Em consequência dessas políticas transviadas para a malversação do dinheiro público, a corrupção, com toda a sua ruína, se expriu da capital federal para o país. Virou epidemia de graus multifôrmas. O que mais se lamenta é a apatia que parece haver tomado conta de todos. É mal com o qual as pessoas convivem como se fosse algo inerente ao quotidiano de suas vidas. A frequência com que ocorre impingiu no subconsciente coletivo uma espécie de aceitação ou tolerância como realidade social inevitável, assimilável pela incapacidade do Estado em conter sua progressão.

A onda dos assaltos praticados nos diversos setores da administração pública e no Congresso Nacional é escola que, partindo do Palácio do Planalto, se alastrou por todos os lados como fogo que queima morro acima. A gênese modelar de seu figurino fun-

dou-se na elaboração de um sistema de vassos comunicantes que objetivava dar sustentação ao processo de continuísmo do grupo no poder — braço de cujo corpo chegou à suprema direção do país. Trama essa do esquema que só não se aperfeiçoou na sua inteireza pela explosão da bomba de efeito retardado detonada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A desavergonhada postura de traição feita contra o povo brasileiro ficou praticamente na estaca zero. A tática usada na Câmara dos Deputados de deixar procrastinar o processo de cassação dos envolvidos nos episódios da compra de votos, até para cansar o noticiário e a opinião pública, levou à absolvição quase todos os que, até agora, foram julgados pelo plenário. Os parlamentares que, primeiramente, tiveram a desdita de serem submetidos à votação, na primeira leva, foram cassados. Os outros, com exceção de um, se beneficiaram grande acordo do silêncio firmado na calada da noite, e que teve como alvo dogmático absolver, numa comunhão de interesses difusos, parlamentares de mãos sujas integrantes dos partidos irmãos no mesmo embuste.

Os que se acham arrolados na representação feita ao Supremo Tribunal Federal, que até aqui produziu o único saldo positivo de tudo que resultou das CPIs, tão cedo não serão julgados. Não só porque a instrumentalização do processo é longa e penosa, como, em decorrência do direito que cada um tem de utilizar os meios de defesa assegurados pela Constituição Federal, é de presumir que, o mais certo no frigir dos ovos, é que todos sejam contemplados com os favores da prescrição dos delitos de que se acham acusados.

O atraso no julgamento de qualquer processo pode, em tese, ser causado por juiz tardio, mas quase sempre a culpa é do sistema processual, obsoleto e exageradamente formal, a impedir que os feitos possam ter trânsito mais célere e seus julgamentos se realizem com mais efetividade. No caso dos mensaleiros e seus cúmplices, a situação ainda mais se agrava com as presenças dos cento e tantos relacionados na denúncia formalizada pelo procurador-geral da República. Isso, por certo, dificultará ainda mais a conclusão do julgamento. É triste, mas essa é a dura realidade imposta por mecanismos instrumentais ultrapassados, provocados, obviamente, pela desatualização das leis processuais, sem dúvida as vilãs da caótica situação em que se encontra o Poder Judiciário.

Assim como não creio que possa haver solução mais imediata para a punição desses criminosos, o mais certo que se pode vislumbrar, com boa dose de plausibilidade, é que muitos ou todos que se livraram de cassações na Câmara a ela retornem no próximo ano, empanturrados de votos, protegidos pelo biombo dos mesmos crimes pelos quais deixaram de ser punidos. É o que se presume possa ocorrer diante da impunidade reinante que, ora pela inoperosidade dos instrumentos legais, ora por uma série de circunstâncias relacionadas com a fragilidade de nossas instituições, vai acabar de fato prevalecendo.

Acerca dos crimes dos mensaleiros e de seus tentáculos aniliares, a sempre temida resposta de Lula tem sido de que de nada sabia. Com isso, ficou de fora de qualquer incriminação nas CPIs e na representação do PGR. Acredite quem quiser, mas é verdade. *Yo no creo en brujas, pero que las hay, hay.*

Campeã de doações ao PT é empresa de 30 funcionários

Petrowax, com capital social de R\$ 50 mil, contribuiu com R\$ 600 mil em 2005

Empresa, que opera “bem abaixo” da capacidade e perdeu principal contrato no ano passado, respondeu por 24,1% das doações à sigla

FÁBIO ZANINI
DAS CURSOS DE BRASÍLIA

Uma empresa com apenas 30 funcionários, que opera “bem abaixo” da capacidade e recentemente perdeu seu principal contrato, foi a campeã de financiamento para o PT em 2005, numa doação feita em 29 de dezembro que superou gigantes da indústria brasileira.

A três dias do final do ano passado, a Petrowax Indústria e Comércio de Lubrificantes Ltda., de Iperó (a 128 km de São Paulo), transferiu R\$ 600 mil à conta do partido.

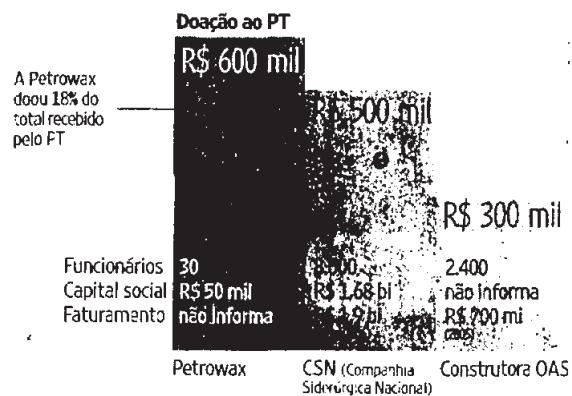
Com 11 anos de existência, a fabricante de lubrificantes consta do cadastro de fornecedores da Petrobras, mas desde 1997 não vende nada à estatal. Ao contrário: compra dela matéria-prima na modalidade “spot”, de negociações rápidas e sem edital. Nunca tinha doado antes a um partido nenhum.

“A gente ficou sensibilizado com a situação do partido. Quisemos dar uma mão”, afirma Marcos Augusto Guerra, que, junto com seu irmão Pedro, dirige a Petrowax.

Em crise financeira aguda, devendo R\$ 46 milhões na praça, o PT precisa desesperadamente de doações. No ano passado, fechou mais uma vez no vermelho, com um rombo operacional de R\$ 3,37 milhões. Em parte, foi o efeito de uma queda de 80% nas contribuições de empresários —que totalizaram R\$ 2,48 milhões em 2005 — em relação a 2004.

A MAIOR DOADORA DO PT

A Petrowax, campeã em doações para o PT em 2005, levanta suspeitas por ter estrutura minúscula e capital social de apenas R\$ 50 mil. Além disso, a empresa de lubrificantes tem contrato com a Petrobras, estatal federal



A PETROWAX

» Sede: Iperó (SP)
» Área da fábrica: 15 mil m²
» Proprietários: Pedro Augusto Guerra e Marcos Augusto Guerra



HISTÓRICO DA EMPRESA

1995: a empresa é constituída
1998: sede em Iperó é inaugurada
2001: muda o objeto social para incorporação e venda de imóveis; começa a produzir lubrificantes para a italiana Agip
mai.2005: contrato com a Agip é rompido; passa a produzir e vender marcas próprias
dez.2005: doa pela 1ª vez a um partido: R\$ 600 mil para o PT; dono diz que deu o dinheiro porque “gosta do partido”

A Petrowax colaborou com 24,1% desse valor, mais do que a Companhia Siderúrgica Nacional, com 8.000 empregados, que doou R\$ 500 mil. É o dobro da construtora OAS, de 2.400 funcionários e faturamento anual de R\$ 700 milhões.

“Doação normal”

“Foi uma doação normal, co-

sileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Para o presidente da empresa, ela é “média”, por ter faturamento maior do que o esperado de uma fábrica com tão pouca gente. Ele diz não revelar o faturamento da Petrowax por “questões estratégicas”.

Abaixo da capacidade

A planta de Iperó, de 15 mil metros quadrados, tem capacidade de produção de 50 mil toneladas por ano de lubrificante. “Estamos bem abaixo disso”, admite Guerra.

Até maio do ano passado, produzia lubrificantes exclusivamente para a italiana Agip, mas o contrato foi encerrado. “Era um contrato de muita rentabilidade. A gente tentou manter, mas não foi possível”, diz o presidente. A Petrowax teve que recomeçar do zero, investindo em marcas próprias e passando a vendê-las.

Também entrou no ramo de consultorias. Mesmo perdendo seu maior contrato, encontrou fôlego para, alguns meses depois, doar R\$ 600 mil ao PT. Segundo o presidente da empresa, havia “gordura para queimar”. “Tivemos tempo para planejar a transição.”

Para a Petrowax, a doação ocorreu por um único motivo: a simpatia com o PT e com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Guerra se diz um admirador do presidente. Integrou uma comitiva de empresários que o acompanharam em uma viagem à África, em 2003.

“Não sou filiado ao PT, não conheço ninguém da cúpula, nem sabia o nome do tesoureiro. Acredito no programa, na história do partido. Doamos o máximo que podíamos naquele momento”, diz.

mo todas as outras. Eles me ligaram, manifestaram interesse e foi feita a contribuição, dentro da lei”, diz o tesoureiro do PT, Paulo Ferreira.

Desde sua constituição, a Petrowax opera com capital social diminuto, de R\$ 50 mil. Seus 30 empregados fazem dela uma pequena empresa, seguindo critério do Sebrae (Serviço Bra-

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores,

DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Segunda-feira, dia 19 de junho, me reuni em Cuiabá com o reitor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), professor Paulo Speiler, para tratar da construção de um hospital universitário na UTMT e a liberação de recursos para investimentos naquela instituição federal de ensino superior. Na oportunidade informei ao Reitor que está sendo liberada emenda regional do Centro-Oeste, no valor de R\$3 milhões e 900 mil, para aquisição de uma frota de veículos, construção de novos prédios e para reformas na UFMT.

Assumi com o Reitor o compromisso de lutar para viabilizar junto ao Governo Federal a construção de um hospital público federal em Mato Grosso “o Hospital Universitário da UFMT”, antigo sonho de toda a comunidade universitária de Mato Grosso. Farei todos os esforços para viabilizar a construção deste hospital escola, por meio de recursos do governo federal.

É verdade que a UFMT renovou o termo de comodato do Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM), em 19 de setembro de 2005, garantindo a continuidade do funcionamento do hospital escola na sede em que está instalado desde sua inauguração, em 1983. Pelo termo assinado com o governo do Estado, a UFMT passou a ter o direito de usá-lo por mais 20 anos. Por outro lado, também é verdade que as instalações, equipamentos, condições de trabalho e de atendimento à população deste antigo hospital necessitam de melhorias substanciais, apesar do grande empenho e iniciativas importantes dos dirigentes e do corpo universitário nestes anos todos. De forma que há uma necessidade imperiosa em avançar nesta questão e garantir um hospital escola próprio, com instalações modernas e adequadas para a realidade do século XXI.

Esta prática de me reunir com o Reitor Paulo Speller virou para o meu mandato uma rotina positiva e regularmente trabalho com a reitoria apoiando a UFMT, seja por meio de emendas individuais, de bancada ou regionais do Centro-Oeste. Hoje o Hospital Júlio Muller, mesmo com as grandes dificuldades que enfrenta, é referência nas regiões Centro-Oeste e Norte do país.

A construção deste novo Hospital Escola deverá ser em breve uma realidade já que o ministro da Educação, Fernando Haddad, concorda sobre a necessidade de a UFMT ter um hospital universitário próprio,

já tendo solicitado a elaboração de um preprojeto a ser incluído no orçamento de 2007.

Além do Hospital Universitário, também faz parte das prioridades da reitoria duplicar o número de vagas do curso de Medicina da UFMT, das atuais 40 para 80 vagas.

O superintendente do HUJM, Sr. José Carlos Amaral, que também participou da reunião de trabalho, vê com otimismo a minha disposição de ter o Hospital Universitário como uma bandeira de luta na construção da saúde com qualidade no Estado.

“É uma oportunidade de o governo federal saldar uma dívida antiga com Mato Grosso”, diz ao ressaltar os relevantes serviços prestados pelo HUJM ao longo de mais de duas décadas.

As pró-reitoras de Administração e de Planejamento, Adriana Weska, e de Vivência Acadêmica e Social, Marilda Matsubara, também participaram da reunião de trabalho.

Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, desejo aqui também tratar de um assunto que está movimentando todos os reitores de Universidades Públicas, a sua Associação – a ANDIFES e também toda a comunidade universitária brasileira. O governo do Presidente Lula tem avançado muito na discussão da tão propalada “Reforma Universitária”. Já são 4 as versões da proposta. Pretendo abordar alguns pontos centrais para o aprofundamento desta importante discussão, principalmente aqueles mais polêmicos. Um dos pontos que deverá ser melhor avaliado, no meu entendimento, é o que trata da autonomia das universidades. Seria fundamental, por exemplo, que os gestores universitários pudessem fazer uso do orçamento de um ano no período seguinte. Da mesma forma, eles deveriam ter autonomia para enviar professores em intercâmbio com outras instituições sem precisar de autorização prévia do governo federal.

Pretendo me reunir com a categoria e com a equipe técnica do MEC, para apreciar melhor este limite de 10 anos para o repasse mínimo de 75% da verba do Ministério da Educação ao Ensino Superior. Esse item é uma inovação que não constava em outras versões da proposta.

Uma coisa é certa: Este governo tem se esforçado muito para a melhoria do ensino superior em nosso país, mas insisto: “A autonomia se dará principalmente com o financiamento próprio e com a autorização de concursos para as Universidades Federais”. Precisamos discutir melhor ainda a eleição dos reitores na questão da lista tríplice. Seria um grande avanço para a autonomia universitária não precisar submeter ao Presidente da República uma Lista Tríplice para escolher o futuro reitor.

Era o que eu tinha a dizer,
Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos. Lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA
Às 11:30 horas

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinqüenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella
Prazo final: 6.7.2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 17, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:
Prazo final: 9.8.2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986,

e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

Relator revisor:

Prazo final: 11.8.2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 21.8.2006

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinqüenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 23.8.2006

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República

ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7 SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Stihessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000

(Votação nominal)

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória à programação constante da lei orçamentária anual.

Pareceres sob nºs 103, de 2004, e 443, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges – 1º pronunciamento (sobre as Propostas): favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário): pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3, na forma de subemendas que apresenta, e da Emenda nº 4.

9 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.

10 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

11 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

12 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

13 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

14 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;
- de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e
- de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

15 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Alvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e
- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

16 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, disposta sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

17 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

18 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.*

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.*

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.*

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta*

um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: **1º pronunciamento**, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; **2º pronunciamento** (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para*

efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 48 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

21/06/2006

quarta-feira

-
- 10:30 - **Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, acompanhado do Senhor Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios-CNM**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 11:00 - **Sessão Especial destinada a reverenciar a memória de Leonel de Moura Brizola, pelo transcurso do segundo ano de seu falecimento**
Plenário do Senado Federal
- 12:00 - **Cerimônia de abertura da Exposição "Artistas Brasileiros 2006"**
Salão Nobre do Congresso Nacional
- 15:00 - **Cerimônia de assinatura de Protocolo de Intenções entre o Senado Federal e FIESP, para o lançamento do Portal da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Instituto Roberto Simonsen - IRS, Serviço Social da Indústria - SESI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 16:00 - **Ordem do Dia - Sessão Deliberativa - pauta sobrestada**
Plenário do Senado Federal
- 16:00 - **Sessão Solene de posse da Procuradora Cármem Lúcia Antunes Rocha, no cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal**
Sala de Sessões Plenárias do Supremo Tribunal Federal

Martha Lúcia Nascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado

ATO CONJUNTO N° 3 , DE 2006

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

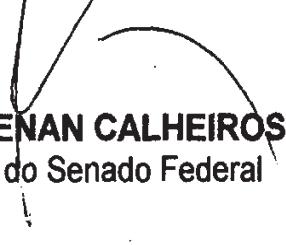
R E S O L V E M

1) criar comissão para, no prazo de dez dias, apresentar proposta quanto à aplicação, no âmbito do Poder Legislativo e do órgão a que se refere o art. 71 da Constituição Federal, do disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; bem como do disposto na Resolução nº 13, de 21 de março de 2006, do Conselho Nacional de Justiça; e

2) designar para compor a referida comissão os seguintes servidores:

ALBERTO MACHADO CASCAIS MELEIRO	Advogado-Geral do Senado Federal
LÚCIO HENRIQUE XAVIER LOPES	Chefe da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados
PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS	Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União

Congresso Nacional, em 20 de junho de 2006


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal


Deputado ALDO REBELO
Presidente da Câmara dos Deputados

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 010 , DE 2006

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 16 da Resolução nº 9, de 1997 e o art. 8º da Resolução nº 56, de 2002, RESOLVE:

Art. 1º. A Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, mantida sua condição de unidade orçamentária, tem como competência prover, com exclusividade, o Senado Federal de soluções de tecnologia de informação, dar suporte ao seu uso e prestar serviços de análise, modelagem e melhoria dos seus processos de trabalho.

Art. 2º. São órgãos do PRODASEN: o Gabinete; a Consultoria; e as Subsecretarias: de Infra-estrutura Tecnológica; de Suporte Técnico a Usuários; Administrativa Financeira; de Atendimento aos Gabinetes de Senadores; de Atendimento às Áreas Legislativa e de Plenário; de Atendimento às Áreas de Informação, Administrativa e Especiais; de Soluções de Tecnologia de Informação; e de Gestão do Conhecimento.

§ 1º São órgãos da Consultoria: o Gabinete; o Núcleo de Gestão e Desenvolvimento Organizacional; o Núcleo de Planejamento e Orçamento; o Núcleo de Gestão de Tecnologia; o Núcleo Jurídico; e o Núcleo de Comunicação Social.

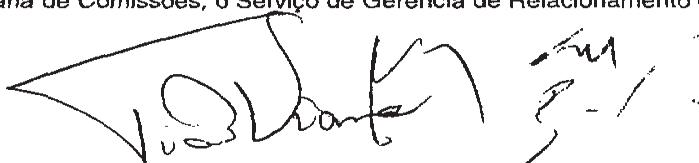
§ 2º São órgãos da Subsecretaria de Infra-estrutura Tecnológica: o Gabinete, o Serviço de Administração de Banco de Dados; o Serviço de Administração de Servidores de Rede; o Serviço de Infra-estrutura de Rede; o Serviço de Infra-estrutura de Estações de Trabalho; o Serviço de Suporte a Aplicações; o Serviço de Supervisão de Rede; o Serviço de Gerência de Mudanças; e o Serviço de Manutenção da Infra-estrutura Predial.

§ 3º São órgãos da Subsecretaria de Suporte Técnico a Usuários: o Gabinete; o Serviço de Atendimento Remoto; o Serviço de Atendimento Presencial; o Serviço de Monitoração da Plataforma de TI; o Serviço de Administração de Equipamentos; o Serviço de Atendimentos Especiais; o Serviço de Controle de Qualidade; o Serviço de Acompanhamento e Gestão de Contratos; o Serviço de Relacionamento com Mantenedores; e Serviço de Apoio Técnico ao Sistema da Central de Atendimento.

§ 4º São órgãos da Subsecretaria Administrativa Financeira: o Gabinete; o Serviço de Recursos Humanos; o Serviço de Inativos e Pensionistas; o Serviço de Finanças; o Serviço de Manutenção de Instalações; o Serviço de Administração de Patrimônio; o Serviço de Administração de Material; o Serviço de Administração de Contratos; o Serviço de Aquisições e Contratações; o Serviços Gerais; o Serviço de Contabilidade, Faturamento e Cobrança; e o Serviço de Protocolo.

§ 5º São órgãos da Subsecretaria de Atendimento aos Gabinetes de Senadores: o Gabinete; o Serviço de Gerência de Relacionamento com os Gabinetes da Comissão Diretora e Lideranças; o Serviço de Gerência de Relacionamento com os Gabinetes de Apoio de Senadores - A; o Serviço de Gerência de Relacionamento com os Gabinetes de Apoio de Senadores - B; o Serviço de Planejamento e Orientação ao Atendimento de Gabinetes; o Serviço de Páginas de Senadores para a Internet; o Serviço de Produtos Especiais; e o Serviço de Suporte Especial aos Gabinetes de Senadores.

§ 6º São órgãos da Subsecretaria de Atendimento às Áreas Legislativa e de Plenário: o Gabinete; o Serviço de Gerência de Relacionamento com a Secretaria Geral da Mesa; o Serviço de Gerência de Relacionamento com a Secretaria de Comissões; o Serviço de Gerência de Relacionamento com



a Taquigrafia, Ata e Expediente; o Serviço de Gerência de Relacionamento com as Consultorias, Legislativa e de Orçamento; e o Serviço de Suporte Especial às áreas Legislativa e de Plenário.

§ 7º São órgãos da Subsecretaria de Atendimento às Áreas de Informação, Administrativa e Especiais: o Gabinete; o Serviço de Gerência de Relacionamento com as áreas de Administração Superior; o Serviço de Gerência de Relacionamento com as áreas de Comunicação Social; o Serviço de Gerência de Relacionamento com as áreas de Recursos Humanos; o Serviço de Gerência de Relacionamento com as áreas de Engenharia e Serviços; o Serviço de Gerência de Relacionamento com as áreas de Compras, Patrimônio e Financeira; o Serviço de Gerência de Relacionamento com as áreas de Documentação, Informação e Biblioteca; o Serviço de Gerência de Relacionamento com PRODASEN, SEEP e SINTER; e o Serviço de Suporte Especial às áreas de Informação, Administrativa e Especiais.

§ 8º São órgãos da Subsecretaria de Soluções de Tecnologia de Informação: o Gabinete; o Serviço de Gestão de Projetos; o Serviço de Gestão da Manutenção de Aplicativos; o Serviço de Suporte ao Desenvolvimento; o Serviço de Gestão da Qualidade e Administração de Dados; o Serviço de Gestão de Internet, Intranet, Extranet e Portais; o Serviço de Projetos Especiais A; e o Serviço de Projetos Especiais B.

§ 9º São órgãos da Subsecretaria de Gestão do Conhecimento: o Gabinete; o Serviço de Desenvolvimento de Pessoas; o Serviço de Gestão do Conhecimento; o Serviço de Gestão da Qualidade de Vida; o Serviço de Apoio ao Treinamento em Tecnologia da Informação; o Serviço de Documentação e Informação Técnica e o Serviço de Gestão de Arquivo e de Museu.

Art. 3º. A Secretaria de Recursos Humanos adaptará o Quadro de Pessoal do Senado Federal, na parte referente a Funções Comissionadas, em estrita consonância com as modificações de estrutura efetuadas por este Ato, ficando também criadas três funções comissionadas de Secretário de Coordenação e Execução, símbolo FC-8.

Art. 4º. Ato do Diretor-Geral disporá sobre as competências dos órgãos de que trata o art. 2º deste Ato e sobre as atribuições de funções comissionadas não previstas no Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal.

Art. 5º. A Comissão Diretora encaminhará ao Plenário proposta de Resolução convalidando as alterações de que trata este Ato.

Art. 6º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, 21 de junho de 2006.

The image shows three handwritten signatures in black ink. The top signature is 'Senador Renan Calheiros' with 'Presidente' written below it. To the right of this is another signature, partially obscured, which appears to be 'Capitão Wagner'. Below these is a third signature, 'Vice-Vidente', which appears to be 'Vice-Vidente'.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL N° 139 DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,
RESOLVE:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, de que trata a Portaria nº 91, de 2006, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de executar o plano de ações necessárias à criação do Museu da Computação e Informática do Senado Federal, dando andamento à execução de seus projetos especiais,

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de junho de 2006.



Agaciel da Silva Maia

Diretor-Geral
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 139, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo de para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 63, de 2006, do Diretor-Geral do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2006.

Senado Federal,



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 141 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor EDVAL FERREIRA SILVA, matrícula 42824, para integrar, como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria do Diretor-Geral nº 94, de 2006, desta Diretoria-Geral, em substituição à servidora MARIA DAS GRAÇAS COSTA COELHO, matrícula 47007.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal,



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 142 , DE 2006

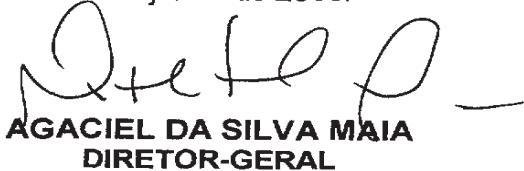
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997, e considerando o que dispõe o art. 2º da Portaria do Diretor-Geral nº 69, de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar da Comissão de Proteção do Patrimônio nos Finais de Semana instituída pela Portaria do Diretor-Geral nº 53, de 2005, o servidor José Augusto Silva Couto, matrícula nº 5165-5 e designar, em substituição, o servidor Vespasiano de Carvalho Rosa Júnior, Matr. 5278-7.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1067 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009685/06-5,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GERALDO CESAR ALTHOFF**, matrícula n.º 167062, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 20 de junho de 2006.

Senado Federal, em 21 de Junho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL N° 1068 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 09, de 29/01/97, e tendo em vista o que consta do Processo PD000067/06-7, RESOLVE, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.112, de 1990, com a nova redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, c/c o Decreto nº 3.644, de 2000 e com o Ato da Comissão Diretora nº 03, de 2002, conceder a **NORTON MONTEIRO GUIMARÃES** reversão ao serviço ativo, no cargo de Analista de Informática Legislativa, Área 1, Nível III, Padrão 45, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 21 de Junho de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1069 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 000406/91-0,

RESOLVE, fundamentado no art. 7º, inciso II, da Lei 3.373/58 c/c 6.782/80, por perda da qualidade de beneficiária por ter falecido, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão vitalícia concedida a IVONNE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE, na condição de cônjuge, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei 3.373/58 c/c 6.782/80, reverter a referida cota cancelada para LURDES MARA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE, na condição de filha, alterando a cota da pensão temporária de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento), homologada pelo Tribunal de Contas da União em 12/05/1994, fls. 77, dos proventos que percebia o ex-servidor LIBÂNIO TEIXEIRA DE ALBUQUERQUE, matrícula 112360, a partir da data do falecimento da pensionista, 12/05/2006.

Senado Federal,

21 de Junho de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1070 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 0033486/93-1 (anexos: 002663/93-3 e 003392/93-7),

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) da pensão temporária concedida a CARLOS LEONARDO MILANEZ DA SILVA, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para FERNANDO HENRIQUE DA SILVA GOMES e JORGE MARCELO DA SILVA GOMES, na condição de filhos menores, alterando as cotas de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) para cada um, da pensão temporária, e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA AZANETHY SOARES GOMES e EMIRENE SILVA MILANEZ DA SILVA, na qualidade de companheira e ex-esposa pensionada, respectivamente, da pensão vitalícia, concedida pelo Título Concessório de 01/03/1994, às fls. 52, da remuneração que percebia o ex-servidor RAIMUNDO NONATO DA SILVA, matrícula 124233, a partir da data da maioridade, 30/03/1997.

Senado Federal,

21 de Junho de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA

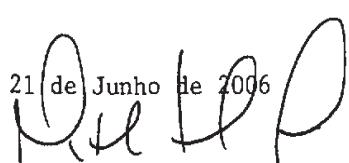
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.^º 1071 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.^º 0033486/93-1 (anexos: 002663/93-3 e 003392/93-7),

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 25% (vinte e cinco por cento) da pensão temporária concedida a FERNANDO HENRIQUE DA SILVA GOMES, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para JORGE MARCELO DA SILVA GOMES, na condição de filho menor, alterando a cota de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento), da pensão temporária, e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA AZANETHY SOARES GOMES e EMIRENE SILVA MILANEZ DA SILVA, na qualidade de companheira e ex-esposa pensionada, respectivamente, da pensão vitalícia, concedida pelo Título Concessório de 01/03/1994, às fls. 52, da remuneração que percebia o ex-servidor RAIMUNDO NONATO DA SILVA, matrícula 124233, a partir da data da maioridade, 03/05/2006.

Senado Federal, 21 de Junho de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA

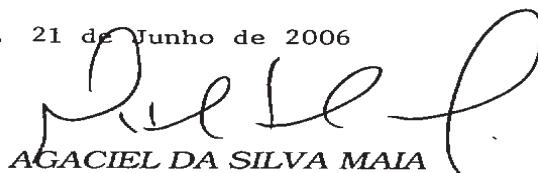
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1072 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 008869/06-5,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a MARIA TEREZINHA FERNANDES GUIDACCI, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor LUIZ JOSÉ GUIDACCI, matrícula 29091-ERGON, a partir da data do óbito, 19/05/2006.

Senado Federal, 21 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1073, de

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, e tendo em vista o que consta no Processo nº 009022/06-6,

Resolve, fundamentado no art. 1º da Lei nº 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, primeira parte, e seu § 4º, e arts. 38, 42 e 43, da Lei nº 7.087/82 c/c Resolução IPC nº 20/90, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a MAYSA XAVIER CANALE, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 2.687,10 (dois mil seiscentos e oitenta e sete reais), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que percebia na data do óbito, 01/06/2006, o pensionista segurado, ex-senador ANTONIO MENDES CANALE, ERGON 48954, com efeitos financeiros a partir de 02/06/2006, dia seguinte ao óbito.

Senado Federal, 21 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1074 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 013816/04-7,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária concedida a WESDRA PINTO CORREIA, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para SANDRA REGINA DA SILVA PINTO, na condição de companheira, alterando a cota de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento) da pensão vitalícia concedida pelo Ato nº 1836/2004, dos proventos que percebia o ex-servidor LUIZ JOSÉ CORREIA JUNIOR, matrícula 32375, a partir da data da maioridade, 23/06/2006.

*Senado Federal,**21 de Junho de 2006*
*AGACIEL DA SILVA MAIA**Diretor-Geral***ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1075 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ALEXANDRE PAIVA DAMASCENO, matrícula nº 105081, e LUCIANO ANTÔNIO GUIDINI DOS SANTOS, matrícula nº 143367, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 009337/06-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

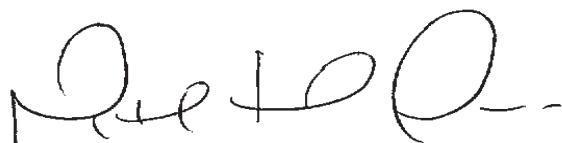
*Senado Federal, 21 de Junho**de 2006.*
*AGACIEL DA SILVA MAIA**Diretor-Geral*

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1076 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar a servidora SÔNIA MARIA DE OLIVEIRA GOMES DE CARVALHO, matrícula 42587, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC06, da Diretoria-Geral, com lotação e exercício no Serviço de Administração da Secretaria de Assistência Médica e Social, a partir de 01 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Junho de 2006



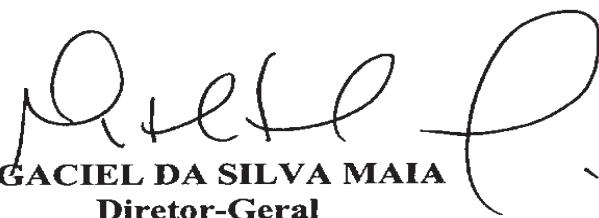
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1077 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007786/06-9,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA TEREZA LASSERRÉ NUNES, matrícula 35984, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 16 de maio de 2006,

Senado Federal, 21 de Junho de 2006



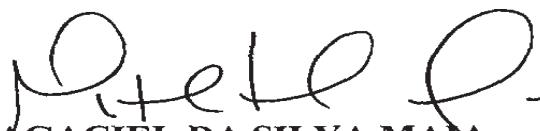
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1078 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009245/06-5,

RESOLVE dispensar a servidora ADRIANA HENING PARANAGUA, matrícula 37063, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Cerimonial da Presidência do Senado Federal, a partir de 12 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Junho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1079 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009417/06-0,

RESOLVE dispensar a servidora LETICIA DE MATOS PEREIRA, matrícula 42393, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Difusão do Acervo e Produtos Especiais da Subsecretaria de Arquivo Permanente, a partir de 14 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Junho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1080 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009436/06-5,

RESOLVE dispensar a servidora ANDREA MARIA CARNEIRO DA CUNHA MORAES, matrícula 34761, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo Fc-6, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, a partir de 16 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1081 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009435/06-9,

RESOLVE dispensar a servidora CLAUDIA ABREU DA COSTA MARINS, matrícula 38286, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, a partir de 16 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Junho de 2006

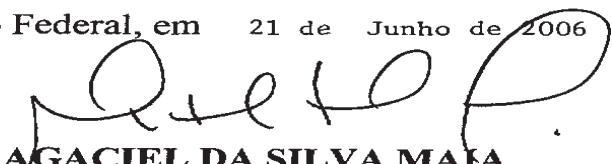


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1082 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009549/06-4**,

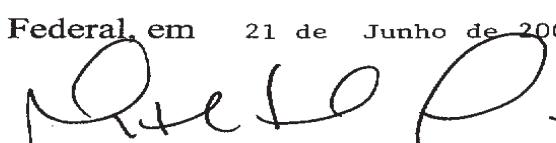
R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **SILVANA JOANNA RODRIGUES ORGES**, matrícula n.º 181058, de Assistente Parlamentar, AP-03, para o de Assistente Parlamentar, AP-08, do Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 21 de Junho de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1083 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009646/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **DARSE ARIMATEA FERREIRA LIMA JUNIOR**, matrícula n.º 195653, de Assistente Parlamentar, AP-03, para o de Assistente Parlamentar, AP-02, do Gabinete da Terceira Secretaria .

Senado Federal, em 21 de Junho de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1084 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009.404/06-6,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JIDENAL FRANCISCO DOS SANTOS**, matrícula n.º 190370, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 21 de Junho de 2006



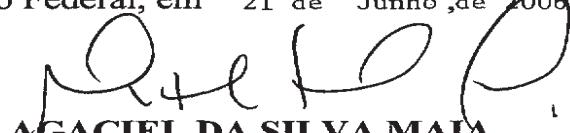
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1085 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009616/06-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EURÍPIDES LEÔNCIO CARNEIRO**, matrícula n.º 188594, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 21 de Junho ,de 2006



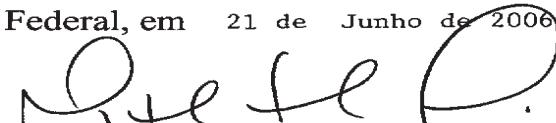
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1086 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.399/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VÂNIA PINHEIRO MACHADO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 21 de Junho de 2006

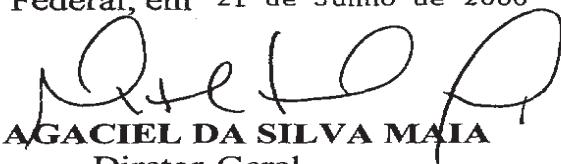

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1087 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.405/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO AFONSO DE ALMEIDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-06, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 21 de Junho de 2006

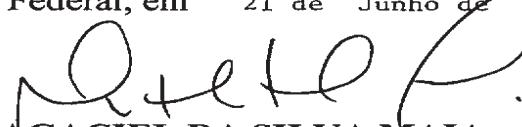

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1088 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009617/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARINEIDE DA SILVA MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 21 de Junho de 2006



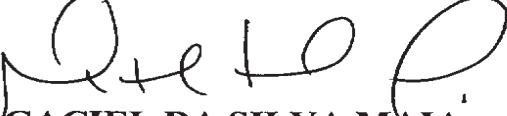
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º - 1089 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009645/06-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AUGUSTO JOSÉ HONÓRIO DE ALMEIDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-02, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal em 21 de Junho de 2006



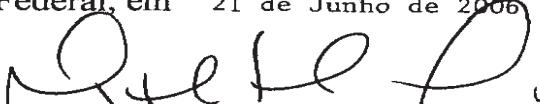
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1090 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009550/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANUZA MELO LOUZADA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 21 de Junho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1092 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, o servidor **LUÍS IGNÁCIO MORENO FERNANDEZ**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, matr. 39412, da Função Comissionada de Diretor da Secretaria de Patrimônio, Símbolo FC-9, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 21 de junho de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1093, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004,

RESOLVE:

Dispensar o servidor **ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, matr. 37270, da Função Comissionada de Secretário de Coordenação e Execução, Símbolo FC-8, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Secretaria de Patrimônio, Símbolo FC-9, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 21 de junho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João ***^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaias Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995

4^a Eleição Geral: 13.03.2003

2^a Eleição Geral: 30.06.1999

5^a Eleição Geral: 23.11.2005

3^a Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413

PMDB

Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		

PDT

Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
----------------------	----	------	------------------	----	------

Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Romeu Tuma (PFL/SP)	2051
-----------------------------	------

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmarinha Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) ³	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



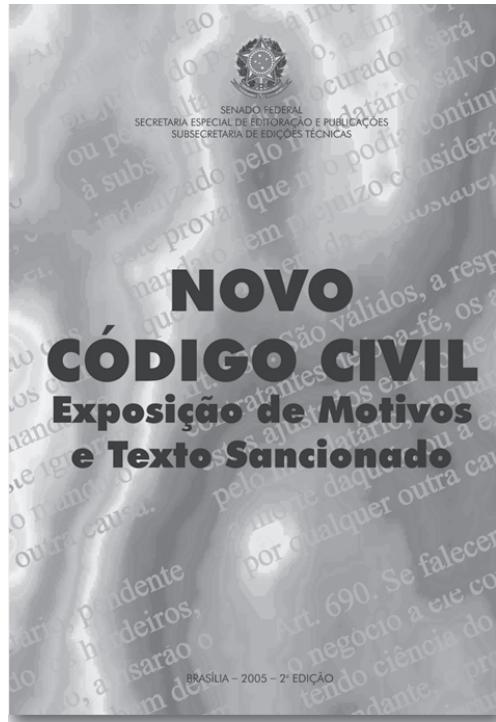
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 234 PÁGINAS